



Departamento de História

**Casas, *escravos* e livros: o cotidiano do Rio de Janeiro no período
joanino a partir dos anúncios de jornal**

João Victor Ribeiro Pires

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
História Moderna e Contemporânea

Especialidade em Sociedade, Economia e Cidadania

Orientadora: Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2020

Resumo

A presente dissertação investiga os hábitos comerciais e os costumes da sociedade do Rio de Janeiro no período joanino (1808-1821). As principais fontes foram os anúncios publicados na seção “Avisos” da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico impresso no Brasil e fundado pela monarquia portuguesa após a transferência para a então capital colonial. O estudo é voltado aos três principais tipos de anúncios encontrados, relacionados ao comércio de imóveis; à compra, venda e fuga de escravizados; e ao mercado livreiro da cidade.

Os classificados do impresso, por vezes cotejados com outras fontes, possibilitam revisitar o período em que a corte portuguesa esteve no Rio de Janeiro e descortinar mais um possível olhar sobre este recorte temporal. A leitura integral dos anúncios publicados pelos habitantes no periódico permite um novo questionamento e rastreamento dos hábitos e costumes da sociedade carioca durante os últimos anos de colonização na região.

Palavras-Chave: Brasil; Brasil Colônia; Rio de Janeiro; Século XIX; Colonização; Período Joanino; Escravidão; Imprensa; João VI.

Abstract

This dissertation investigates the commercial habits and behavior of Rio de Janeiro's society during the period in which D. João VI lived in the city with the royal family of Portugal (1808-1821). The main sources for the survey were the advertisements published in the editions of *Gazeta do Rio de Janeiro*, the first periodic printed in Brazil and founded by the Portuguese monarchy after the transfer to the then colonial capital. The study focuses on the three main types of advertisements found on the *Gazeta's* pages, related to the real estate market; the purchase, sale and escape of enslaved people; and the circulation of books and printed works.

The classifieds published in the printed journal, sometimes compared with other sources, make it possible to revisit part of the period in which the Portuguese court was in Rio de Janeiro and also to unveil a new possible look at this time frame. The full reading of the ads published by the inhabitants in the periodical allows for a new questioning and tracking of the habits and customs of Rio's society during the last years of colonization in the region.

Keywords: Brazil; Colonial Brazil; Rio de Janeiro; Slavery; Press; Joanine Period; 19th Century; Colonization.

Observações:

- O autor optou por redigir a presente dissertação sob as normas da língua portuguesa do Brasil.
- Nas referências bibliográficas ao longo do texto, as que se encontram sem a menção da página tal é devido a obra ter sido consultada em versão digital, na plataforma *Kindle*, que não indica o número das páginas e, portanto, não permite indicar a referência completa.

Índice:

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. O Rio de Janeiro joanino | 12 |
| 3. <i>A Gazeta do Rio de Janeiro</i> | 27 |
| 4. As tendências comerciais e as ruas mais movimentadas | 35 |
| 5. O predomínio do comércio de imóveis | 42 |
| 6. Os salários e o custo de vida | 53 |
| 7. Escravidados: origem, cotidiano e preço | 60 |
| 7.1 Origem..... | 83 |
| 7.2 Língua – instrumento de diferenciação..... | 96 |
| 7.3 Espaços de sociabilidade..... | 104 |
| 7.4 Tratamento, policiamento e fuga..... | 113 |
| 8. A circulação de livros e ideias | 126 |
| 9. Considerações finais | 133 |

Índice de quadros:

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: População do Rio de Janeiro..... | 17 |
| Quadro 2: Anúncios mais frequentes na <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> | 37 |
| Quadro 3: Ruas mais presentes nos anúncios da <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> | 40 |
| Quadro 4: Quanto custava um imóvel no Rio de Janeiro joanino?..... | 48 |
| Quadro 5: Salários no Rio de Janeiro joanino (1808-1815)..... | 55 |
| Quadro 6: Salários no Rio de Janeiro joanino (1816-1821)..... | 56 |
| Quadro 7: Valores de alimentos no Rio de Janeiro joanino..... | 58 |
| Quadro 8: Valores de bebidas no Rio de Janeiro joanino..... | 59 |
| Quadro 9: Ruas do comércio de escravizados no Rio de Janeiro joanino..... | 71 |
| Quadro 10: Valor dos escravizados (1811-1821)..... | 72 |
| Quadro 11: Embarcações de Angola e Moçambique com escravizados para o Rio de Janeiro (1808-1821)..... | 86 |
| Quadro 12: Nações africanas mais frequentes na <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> | 88 |
| Quadro 13: Valores de recompensa à captura de escravizados fugitivos..... | 118 |
| Quadro 14: Quanto custava um livro no Rio de Janeiro joanino?..... | 130 |
| Quadro 15: Comerciantes de livros no Rio de Janeiro joanino..... | 131 |

Índice de gráficos e mapas:

| | |
|--|----|
| Mapa 1: Planta da área urbana do Rio de Janeiro em 1812..... | 26 |
| Gráfico 1: Quantidade de anúncios na <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> (1808-1821)..... | 36 |
| Gráfico 2: Quantidade de anúncios relacionados à escravização..... | 70 |

Índice de imagens:

| | |
|--|-----|
| Imagem 1: Rio de Janeiro a partir do Morro de São Bento..... | 25 |
| Imagem 2: <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , n.º 96, edição de 30 de novembro de 1816..... | 34 |
| Imagem 3: <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , n.º 83, edição de 16 de outubro de 1813..... | 52 |
| Imagem 4: Escravizados aglomerados no porão de uma embarcação..... | 82 |
| Imagem 5: Escravizados recém-chegados ao Valongo..... | 83 |
| Imagem 6: Diferentes nações de africanos no Brasil (Rugendas)..... | 96 |
| Imagem 7: Diferentes nações de africanos no Brasil (Debret)..... | 96 |
| Imagem 8: Festa de Nossa Senhora do Rosário no Rio de Janeiro..... | 112 |
| Imagem 9: Africanos na busca por água num chafariz do Rio de Janeiro..... | 113 |

1. Introdução

O recorte temporal entre 1808 e 1821 tem uma importância única para a história do Brasil como um todo, sendo notada com especial profundidade na cidade do Rio de Janeiro, capital da então colônia de Portugal. Foi nesse período que surgiram instituições atualmente marcantes como Jardim Botânico, Banco do Brasil, Biblioteca Nacional do Brasil e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como todo o ensino superior da cidade, que foi iniciado nos primeiros anos do século XIX, quando foram criadas a Real Academia Militar, inaugurada em 1811 na Casa do Trem de Artilharia (atual Museu Histórico Nacional) e transferida no ano seguinte para o Largo São Francisco de Paula, hoje sede do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ; e a Escola Anatômico-Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, atual Faculdade de Medicina da UFRJ. Sem mencionar que o período referido foi fundamental, senão um divisor de águas, para o processo de adesão do Rio de Janeiro – e do Brasil – às ciências modernas.

São esses quatorze anos que serão profundamente estudados no presente trabalho, não com foco nas instituições criadas, mas, sim, no dia a dia da cidade, apresentando o cotidiano comercial, os livreiros, as boticas e as pastelarias que preenchem a área urbana, na realidade dos escravizados e as suas rotinas, e outros aspectos que envolviam a vida naquele tempo. O estudo desse período nos permite compreender aspectos que ajudam na interpretação de diversas questões da história do Brasil como um todo.

Não foi à toa que Caio Prado Jr., em sua proposta interpretativa da formação do Brasil, indicou que “para qualquer um que procure compreender o Brasil, inclusive o de nossos dias, o momento é decisivo” (1942: 5). As primeiras décadas do século XIX, de acordo com a interpretação do historiador, ao mesmo tempo que sintetizam os 300 anos de colonização anteriores, formam um recorte fundamental para “acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje”.

A presente dissertação apresenta aos leitores as formas de sentir, pensar e agir no tempo joanino. Para isso, valeu-se de uma importante fonte escrita da época, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro periódico impresso no Brasil, que circulou desde a chegada da Família Real de Portugal, em 1808, até poucos meses a seguir à independência brasileira, em 1822. A transferência da corte real esteve intimamente relacionada a um contexto internacional específico, tendo ocorrido durante um conturbado período no mapa político europeu: as guerras napoleônicas.

O inédito transporte de uma corte para uma de suas colônias é tratado pela historiografia de formas diferentes. Para alguns, terá sido uma fuga às pressas, escapando da investida francesa em seu território. O historiador Lucas Alexandre Boiteaux entende que, com a aproximação do exército francês, “o lendário patriotismo luso não mais explodiu como nos heroicos tempos de Nun’Alves; mas, entorpecido por letal e criminosa

indiferença, degenerou em terror vergonhoso” (Boiteaux, 1913: 9). O autor explica que o primeiro exemplo desta vergonha teria sido o embarque da corte para o Brasil.

Outros enxergam o acontecimento como um exemplo de esperteza política de Portugal. Luís Norton, na primeira página de *A Corte de Portugal no Brasil* (1979), opina que, ao transferir voluntariamente a corte para as Américas, D. João “salvara a monarquia com todas as suas colônias ultramarinas; em vez de uma expatriação ignominiosa, com prisão no lugar do desterro, como aquela que Napoleão impusera aos reis de Espanha”. Ainda de acordo com o autor, a ação ordenada pelo príncipe regente permitiu perpetuar os vínculos históricos da nação portuguesa. Oliveira Lima, um dos grandes estudiosos do período, entende que por ter conseguido escapar “a todas as humilhações sofridas por seus parentes castelhanos, depostos à força”, a atitude de D. João, então príncipe regente, deve ser considerada uma “inteligente e feliz manobra política” (Lima, 1945: 37).

O olhar deste estudo estará voltado para as notícias impressas que refletiam hábitos da sociedade joanina no Rio de Janeiro, mas sobretudo para os mais de nove mil anúncios da *Gazeta*, que foram produzidos e mandados anunciar pela população. E para esta, visto que os anúncios, na maioria das vezes, procuravam encontrar um comprador para algum produto. Pode-se dizer que eram uma espécie de “classificados” do comércio da capital.

As mais de 100 edições anuais da *Gazeta* permitem observar o cotidiano e os costumes dos cariocas desde aspectos triviais como o comércio de alimentos e bebidas e seus preços até questões mais sensíveis como o comércio escravocrata e a fuga dos cativos. Cotejadas com outras documentações e bibliografia, permitem chegar a um retrato da vida no tempo do príncipe regente, futuro rei Dom João VI, no Rio de Janeiro.

Procurou-se comprovar que foram três as principais tendências mercantis na cidade: os comércios imobiliário, escravocrata e literário. Para a elite carioca desse tempo, ter uma casa, um escravizado e um livro era a trinca ideal para viver como um nobre. Já para os cidadãos ordinários, observava-se o oposto: nem sempre era possível ter casa própria, o serviço de escravizados à disposição e livros, estes últimos não só por questões financeiras, mas também porque a maioria não era alfabetizada. Mas estes ainda podiam sonhar em alcançá-lo. Para os escravizados, a concretização do sonho estava muito distante. Estes, diante do perverso cotidiano de trabalhos forçados e obrigações para com os seus senhores, precisavam primeiro alcançar a liberdade, ou seja, comprarem a si próprios. É o cotidiano desta sociedade de adversidades que será exibido nestas páginas.

A argumentação estabelece mecanismos de comparação para comprovar o aumento do custo de vida na cidade nessa época, ocorrência que produziu ainda mais dificuldades à população ordinária. Para tal, confrontou-se os valores praticados nos preços dos imóveis do início da época joanina com os do fim do período. É com essa dimensão do custo de vida na cidade que é possível sustentar que a educação e os transportes disponíveis não eram acessíveis a boa parte dos habitantes cariocas.

Para melhor análise do dia a dia da época, optou-se por determinar quais eram as ruas mais movimentadas da cidade, em termos comerciais, e em quais dessas vias estavam concentradas práticas como a revenda de indivíduos escravizados. Tais conclusões foram

realizadas a partir da quantificação dos anúncios de jornal que determinavam o endereço para se fazer a negociação. As informações da *Gazeta* também permitiram estimar as nacionalidades africanas que mais tiveram *escravos* transferidos para o Rio de Janeiro, determinar a localização dos livreiros da cidade, entre outros aspectos.

A leitura das mais de 1.600 edições da *Gazeta* foi acompanhada de anotações e quantificações que permitiram elaborar as tabelas e estatísticas apresentadas neste trabalho. A visualização da *Gazeta* foi realizada virtualmente a partir da digitalização integral do periódico disponível no arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil. Ao longo da dissertação, optou-se por correções de modo a facilitar o trabalho do leitor. Por isso, alguns termos dos anúncios reproduzidos, que à época tinham grafia atualmente desusada, foram alterados para a grafia atual e erros de escrita, frequentes no periódico, foram ajustados. Posto isso, quando se lê nos anúncios palavras como “uma”, “pequeno” ou “proibido”, provavelmente no jornal estavam “huma”, “piqueno” e “prohibido”.

As edições da *Gazeta* são as principais fontes deste trabalho, mas não as únicas, pois não se trata de uma dissertação sobre o jornal. Trata-se de um estudo sobre os hábitos e o dia a dia do Rio de Janeiro no fim do período colonial, sendo os anúncios de jornal uma fonte primordial. Ler o jornal é como ver-se diante do primeiro rascunho da História. Mas este rascunho, como qualquer documento, precisa ser questionado e cotejado com outras fontes e bibliografia ao alcance do investigador. Trata-se ainda de um exercício sobre as possibilidades de um determinado tipo de fonte, ou seja, as páginas da *Gazeta*.

Atualmente, com a quantidade de fontes disponíveis, sabe-se que uma realidade pode ser interpretada de diferentes formas a partir de distintas documentações. Por isso, infere-se que a História é uma empresa coletiva, uma vez que o conjunto desses estudos resulta no que conhecemos sobre o passado. Este trabalho é a busca de interpretação de um recorte histórico do Rio de Janeiro dentro dos limites que a documentação utilizada oferece. Tentou-se expandir esses limites com o uso de algumas outras documentações e de estudos que interpretaram outras fontes que não a *Gazeta*, algumas vezes complementando os dados consolidados pela leitura dos jornais.

Posto isso, além da leitura de todas as edições da *Gazeta*, a argumentação utiliza outras fontes manuscritas da época, como representações da população enviadas ao príncipe regente, para compreender questões que nem sempre são possíveis somente pela *Gazeta*. Compreender os rendimentos dos habitantes do Rio da época, por exemplo, não é uma tarefa simples e as páginas da *Gazeta* não oferecem variadas informações sobre este aspecto em especial. Certidões e recibos manuscritos desse tempo, portanto, apresentam-se como um valioso complemento. Outras fontes ou bibliografia foram utilizadas para complementar informações parciais obtidas no periódico.

Este trabalho se valeu ainda de uma série de informações primárias produzidas nos Oitocentos, que são as memórias de habitantes e viajantes. São preciosos os registros escritos deixados por comerciantes e aventureiros estrangeiros que passaram pela cidade na época, como os mercadores britânicos John Luccock e John Mawe, que residiram no

Rio em diferentes épocas dentro do recorte de 1808 a 1821; já o russo Ernest Ebel chegou à capital colonial em 1824, mas apresenta memórias esclarecedoras sobre o período.

Recordações úteis também deixaram os médicos e antropólogos alemães Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix, que se transferiram para o Rio em 1817, junto à comitiva da arquiduquesa austríaca D. Carolina Josefa Leopoldina, futura esposa de D. Pedro I do Brasil. Também médico era o inglês Clarke Abel, que passou pela cidade em 1816 e fez observações minuciosas sobre a rotina dos escravizados.

Maria Graham, que residiu na região entre 1821 e 1823, e o príncipe alemão Alexander Philipp Maximilian, oferecem olhares da época sobre aspectos diversos. Luís Gonçalves dos Santos, mais conhecido como Padre Perereca, por sua vez, não era estrangeiro. Nascera no Rio e tornara-se professor e escritor. E foi mais uma importante fonte de informações, a partir do livro que deixou para a posteridade. Sua obra é uma espécie de diário de relatos seus acerca do período joanino.

No que tange ao cotidiano dos cativos africanos, os relatos em primeira pessoa deixados por escravizados no Rio são praticamente inexistentes. Um dos poucos que se tem conhecimento é o de Mahommah Gardo Baquaqua, que relatou sua vida para Samuel Moore, um abolicionista estadunidense que registrou as memórias do ex-cativo em livro publicado em 1854. A autobiografia foi escrita por Moore em primeira pessoa, como se estivessem sido anotadas pelo biografado, mas com acréscimos na terceira pessoa.

A iniciativa de traduzir este testemunho para o português teve início com o historiador Peter L. Eisenberg, que morreu antes de concluir. Parte de sua tradução foi publicada por Sílvia H. Lara na *Revista Brasileira de História* (vol. 8, nº 16), em 1988. Atualmente já existem pelo menos duas traduções em português deste título. Nascido na região da atual cidade de Djougou, no Benin, Baquaqua foi transportado para Pernambuco e a seguir para o Rio de Janeiro, onde foi comprado por um capitão de embarcação. Fugiu para os Estados Unidos numa viagem desta embarcação que levaria café para a América do Norte. O relato, apesar de único – o que dificulta a comparação com outros testemunhos –, será utilizado ocasionalmente como complemento à discussão. Baquaqua nasceu na década de 1820 e foi escravizado no período pós-joanino, o que não invalida o relato, dada a continuidade de práticas escravocratas após a independência brasileira.

Também serviram como fontes textos literários que, apesar de escritos no período pós-independência, permitem extrair informações sobre a época joanina. Os dois principais foram os romances *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, escrito entre 1852 e 1853, mas com uma narrativa que se passa entre 1808 e 1821 – Almeida viveu no período imediatamente a seguir à Independência e certamente teve acesso a testemunhas do tempo joanino, o que reforça a contemporaneidade do escrito; e *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, escrito em 1843 e que permite extrair aspectos da sociedade joanina, ainda presentes no período posterior, bastante úteis.

A dissertação ainda se valeu de uma revisão bibliográfica que complementou o trabalho do início ao fim. Importantes estudos de investigadores do período serviram como sustentação para interpretar a época. Obras de Oliveira Lima, autor de *D. João VI*

no Brasil; da historiadora portuguesa Maria Beatriz Nizza da Silva, que escreveu uma série de livros sobre as primeiras décadas do século XIX; de Mary Del Priore, autora da coleção *Histórias da Gente Brasileira*; e do arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti foram importantes para uma compreensão mais aprofundada dos costumes do tempo joanino. Este último, ao estudar os livros da Décima Urbana, imposto territorial da época, ofereceu um complemento valioso para a interpretação do mercado imobiliário joanino.

O investigador australiano Patrick Wilcken, que após anos de pesquisa no Brasil escreveu um importante livro sobre a transferência da corte; o historiador português Luís Norton, autor de uma obra que resume o cotidiano da monarquia portuguesa no Brasil, foram igualmente imprescindíveis para entender as diversas questões que envolveram a transferência da monarquia ao Brasil. Dicionários organizados por historiadores serviram como fontes pontuais para compreender aspectos específicos. Ronaldo Vainfas e Lúcia Pereira das Neves, por exemplo, organizaram um dicionário que explica muitos conceitos, instituições e acontecimentos do período. Organizado por Lília M. Schwarcz e Flávio Gomes, o recente *Dicionário da escravidão e liberdade* fez-se fundamental para o aprofundamento nos anúncios de *escravos* inseridos nos jornais. Igualmente relevante foi o *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, do sociólogo e historiador Clovis Moura.

Para embasar o questionamento e interpretação dos anúncios referentes ao cotidiano dos escravizados, as obras de pensadores que realizaram importantes avanços na historiografia desta temática foram de importantes para melhor compreender o cenário e desenvolver uma narrativa subdividida em capítulos sobre os costumes e a vida dos cativos inseridos num perverso ambiente de trabalhos forçados, sempre acompanhados dos anúncios de jornal que exercem a função de testemunha do ocorrido. Não seria uma tarefa simples, por exemplo, compreender alguns dos espaços de sociabilidade dos escravizados sem recorrer à obra do historiador africanista Alberto da Costa e Silva. É preciso muita atenção para detectar esses espaços nos anúncios, uma vez que estes avisos não foram produzidos pelos pretos, mas, sim, por seus senhores. Infelizmente, não temos memórias e escritos deixados pelos escravizados e, por isso, é preciso tentar extrair os costumes dos africanos a partir de documentação produzida pelos europeus e brasileiros.

A historiadora franco-grega Katia M. de Queiroz Mattoso, que residiu no Brasil e estudou profundamente as modalidades de comércio de *escravos*, foi uma importante fonte bibliográfica, por exemplo, para complementar os valores e métodos de compra e venda desses indivíduos encontrados nas folhas da *Gazeta*. Não entraremos, no entanto, em alguns debates sugeridos por Mattoso, como seus apontamentos de que a alimentação de um escravo na época colonial seria mais rica do que “o da população pobre do Brasil do século XX”. Tais debates não se enquadram na proposta desta dissertação.

Mattoso ainda indica em seu estudo uma possível liberdade do escravizado “de contestar ou recusar as exigências do senhor”. Para a autora, os escravizados, com um maior ou menor esforço para adaptarem as suas realidades, conseguiram uma paz social:

“No entanto, o escravo pode aceitar ou recusar as regras desse jogo, mesmo sendo muito difícil recusá-las, pois isso significava a fuga ou a morte, mas havia formas de aceitá-las, modelando-as de alguma forma. Não obstante alguns impasses violentos, toda uma série de

reações sutis, de invenções, de adaptações originais ou de rejeições camufladas contribuiria para fazer reinar a paz social em todo o Brasil escravista” (Mattoso, 2017).

Apesar deste estudo se valer de ricas investigações de Mattoso, não compartilhará desta visão da autora que indica uma possível paz social no Brasil escravista, que incluiria o nosso recorte temporal entre 1808 e 1821. Falar em paz social seria menosprezar os escravizados e indicar que eles aceitaram sua condição, permitindo tal concórdia. Seria ainda indicar uma escravização branda no Brasil, quando este trabalho julga não existir escravização branda. Não há documentação capaz de embasar tal assertiva de Mattoso, salvo um ou outro raro caso particular, que não podem ser generalizados para classificar o todo. E, por isso, quando este estudo abordar as resistências, dificuldades e crueldades sofridas pelos escravizados será também uma forma de contestar a “paz social” proposta.

As obras de Luiz Carlos Soares, com contribuições acerca da escravização urbana, de Lana Lage da Gama e Leila Algranti, com respectivas investigações sobre as diferentes formas encontradas pelos africanos para reagir ao sistema e sobre os registros policiais referentes aos escravizados, foram fundamentais para interpretar a fuga dos cativos e as modalidades de captura e recompensa, tão presentes nas páginas da *Gazeta*.

O estudo da historiadora Regiane Augusto de Mattos foi salutar para a compreensão dos batismos dos escravizados e todo o questionamento que contorna estas ocorrências. Apesar do foco de Mattos ser São Paulo, as suas investigações sobre os batismos são aplicáveis a qualquer outra região brasileira da época. Os estudos de Manolo Florentino e do historiador angolano Alberto Oliveira Pinto contribuíram para a melhor compreensão do cenário vigente na outra banda do Atlântico, em Angola, a “mãe negra” do Brasil de acordo com a definição cunhada por Florentino no seu livro *Em Costas Negras*.

O mesmo Florentino também se fez fundamental para entender as especificidades da elite mercantil do Rio de Janeiro a partir de suas investigações resultantes das análises dos inventários *post-mortem* da época, consolidados em suas três obras utilizadas neste trabalho, incluindo o célebre estudo *O arcaísmo como projeto*, que, em parceria com João Fragoso, estabeleceu um novo modelo teórico para interpretar o tempo colonial no Brasil¹. Sua análise dos inventários preenche lacunas deixadas pela *Gazeta* e enriquece a interpretação do cotidiano carioca entre 1808 e 1821.

Oliveira Pinto, historiador de Luanda, traz informações preciosas e necessárias para esclarecer como Portugal conseguiu obter influência nos estados de Cassange e Cabinda e conquistar espaços de mercado nessas regiões para traficar nativos cabindenses e cassanges para servirem como mão de obra na colônia. Para entender a importação de indivíduos escravizados de Moçambique, lançou-se mão do estudo já referido de Regiane Augusto de Mattos e outro de José Capela, duas obras que indicam como o porto de Quelimane, por exemplo, passou a ser notório nos transportes atlânticos na época joanina.

Na sequência desta introdução, será elaborada uma explicação do que era a cidade do Rio de Janeiro entre 1808, aquando do desembarque da rainha D Maria I e do príncipe

¹ No capítulo 7, este novo modelo será detalhado e comparado com os de Prado Jr. e Fernando Novais.

regente na Baía de Guanabara, e 1821, ano de retorno da corte. O objetivo é introduzir o leitor às peculiaridades da cidade no início dos Oitocentos, aspectos estes que obrigatoriamente precisam ser considerados numa tentativa de interpretar o cotidiano carioca no tempo de D. João. Na sequência deste, um novo capítulo focará no documento principal investigado, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, definindo qual era a sua importância na sociedade da época e a quem se direcionava a sua publicação.

A parte introdutória repartida em dois capítulos será fundamental para situar o leitor ao cenário oitocentista brasileiro e compreender melhor o reflexo do Rio que a pesquisa dos mais de nove mil anúncios da *Gazeta* permite exhibir. Os capítulos seguintes aos dois mencionados serão para apresentar minuciosamente o Rio joanino que se enxerga a partir dos anúncios. Estes serão divididos por temas para melhor entendimento e organização do leitor, a começar por uma explicação do que representaram os anúncios da *Gazeta* e quais foram os principais aspectos anunciados pelos habitantes no jornal. Depois se fará uma interpretação crítica de cada um dos três principais hábitos da época.

Excepcionalmente o sétimo capítulo terá subdivisões próprias para melhor dividir a interpretação do cotidiano dos escravizados, uma vez que os anúncios relacionados à escravização permitem extrair informações detalhadas que merecem ser interpretadas e criticadas cuidadosamente. Esta extensa parte do trabalho assumirá a missão de pintar um retrato do cotidiano dos escravizados entre 1808 e 1821, que, como adiantou Prado Jr., é o resultado de séculos de colonização e peça importante para o entendimento do Brasil.

As folhas da *Gazeta* permitem elencar uma série de nacionalidades africanas que vieram trabalhar forçosamente na cidade. Serão quantificadas o aparecimento destas nações nos milhares de anúncios lidos e cotejadas com obras de referência acerca do tráfico de escravizados ao Brasil, de modo a melhor entender a origem dos escravizados, que é também entender a origem da ancestralidade da sociedade brasileira. Por que os brancos sabem exatamente de onde vieram suas famílias e os seus sobrenomes, enquanto muitos pretos não conseguem definir sua identidade, salvo o conhecimento de serem descendentes de *escravos*?

Quem foram os donos dos cativos? Como eram tratados? Tinham seus próprios espaços de sociabilidade? Quanto custava um *escravo* ou a captura de um fugitivo? Todos esses aspectos foram extraídos e analisados a partir dos comunicados dos jornais para a elaboração deste retrato da cruel realidade que os africanos e afrodescendentes viviam diariamente no Rio, inseridos nessa forma desumana e impiedosa de mão de obra.

Alguns aspectos sobre os escravizados nos obrigam a intervenções que transportem o leitor para questões contemporâneas. Isso será feito, sobretudo, ao abordar a língua dos africanos e seus descendentes como um dos instrumentos de diferenciação mais presentes na época e evidente na leitura dos anúncios dos jornais. Intelectuais que pensaram essas questões serão “chamados à mesa” para acrescentar à argumentação. A antropóloga brasileira Lélia Gonzalez, por exemplo, é uma das pensadoras que observaram ter sido a mistura da língua portuguesa com os dialetos africanos que permitiu o surgimento da língua que ela nomeia de “pretuguês”. A filósofa brasileira Djamilia Ribeiro, a

historiadora Ivana Stolze Lima e o filósofo martinicano Frantz Fanon também apresentam estudos fundamentais para compreender o legado da colonização e da escravidão.

Entender a escravidão no Rio de Janeiro é também compreender uma tão marcante característica do Brasil: a sociedade mestiçada e seus decorrentes aspectos, alguns muito claros, outros nem tanto. A fragmentação social do Brasil de hoje pode ser entendida sobretudo como uma herança social do tempo colonial. É a escravidão um assunto já muito investigado e questionado pela historiografia, sendo certamente uma das vertentes do conhecimento histórico que mais avanços apresentou nas últimas décadas.

É graças a estes avanços, fruto do trabalho de diversos historiadores que serão mencionados neste trabalho, que podemos detalhar tão bem diversas características da escravidão no Rio de Janeiro. Insistir teimosamente em abordá-la é um exercício importante para não deixarmos esquecer esta tão triste página da História, contá-la às próximas gerações e esperar por um dia em que os índices de discriminação e exclusão aos cidadãos de pele preta não sejam mais um problema no país e que a sub-representação destes nos campos político, econômico, social e cultural seja página virada.

Ler jornais do princípio do século XIX, revisar e criticar aquilo que se anunciava e noticiava sobre os escravizados implica se ver diante de uma terminologia perversa adotada nas folhas ao descrever os indivíduos advindos das regiões da África e seus descendentes. Por serem os termos adotados na época e por, infelizmente, fazerem parte do recorte da História que se está a investigar, optou-se por mantê-los nas reproduções das notícias e anúncios e, quando necessário, utilizá-los no texto. No entanto, faz-se fundamental explicar a crueldade que estava inserida neles.

A pensadora portuguesa Grada Kilomba é precisa ao comentar termos utilizados não só no tempo da escravidão, mas ainda hoje, como “mestiça (o)”, “mulata (o)” e “cabrita (o)”. Numa carta à edição brasileira do seu *Memórias da Plantação*, ela recorda que foram esses termos de nomenclatura animal altamente romantizados durante o período colonial, em particular na língua portuguesa, onde são ainda usados com um certo orgulho.

“Esses termos criam uma hierarquização dentro da *negritude*, que serve à construção da *branquitude* como a condição humana ideal – acima dos seres animalizados, impuras formas da humanidade. Os termos mais comuns são: *m. (mestiça/o)*, palavra que tem sua origem na reprodução canina, para definir o cruzamento de duas raças diferentes, que dá origem a uma cadela ou um cão rafeira/o, isto é, um animal considerado impuro e inferior; *m. (mulata/o)*, palavra originalmente usada para definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula, isto é, entre duas espécies animais diferentes, que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro e inferior; *c. (cabrita/o)*, palavra comumente usada para definir as pessoas de pele mais clara, quase próximas da *branquitude*, sublinhando porém a sua *negritude*, e definindo-as como animais” (Kilomba, 2019).

Outra palavra que Kilomba questiona é “escrava (o)”. De acordo com a filósofa, o termo “descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas”. Para descrever os indivíduos retirados à força de regiões da África e obrigados a trabalhos forçados em outras regiões do mundo, e seus descendentes que

também sofreriam com a obrigação de servir aos seus senhores, “escravizada (o)” é o termo mais adequado, segundo ela, pois “descreve um processo político ativo de desumanização”. Os pretos não eram escravos. Eram escravizados. Posto isso, dado que o autor concorda com Kilomba e também com uma série de outros investigadores que defende esta mudança, escravizada ou escravizado serão os termos adotados ao longo deste trabalho. E quando utilizado “escrava (o)” aparecerá sempre em itálico para imprimir o questionamento da palavra, salvo nas ocasiões em que a palavra aparece na reprodução de um texto de outro autor, mantendo-se neste caso a escrita original do autor.

Na tentativa de facilitar o entendimento de um ou outro aspecto a respeito da época, optou-se por um exercício que implica em elevado risco de cair em erro. É, portanto, um exercício impreciso, mas válido. Este exercício foi uma tentativa de conversão monetária de réis, a moeda vigente no Brasil do século XIX, para o real, atual moeda brasileira nas seções do trabalho em que vamos lidar com valores monetários, como ao minuciar as particularidades do comércio de imóveis, os salários, o custo de vida na cidade e os preços praticados nas negociações de escravizados. Este exercício já foi realizado pelo jornalista brasileiro Laurentino Gomes ao escrever o seu livro-reportagem intitulado *1808*².

Seguiremos o processo adotado por Gomes, que partiu de uma nota de rodapé do embaixador Joaquim de Souza Leão Filho, tradutor do livro de relatos de Ernest Ebel, que indica que “a libra inglesa baixara, naquele ano fatídico (1814), a pouco mais de 3.000 réis, ao passo que em 1824 já estava acima de 5.000 réis” (Ebel, 1972: 14). Como Gomes, adotaremos a libra com um valor médio de 4.000 réis para o período joanino – se Leão Filho aponta que em 1814 o valor decrescera para 3.000 e ao fim do período joanino já havia alcançado os 5.000, parece justo adotar os 4.000 réis como padrão, não sendo o valor considerado alto de 5.000 nem o decrescido de 3.000. O levantamento mais recente disponível para calcular a conversão de uma libra esterlina indica que a libra de 1808 valeria, em 2018, 76,60 libras, segundo os cálculos do *MeasuringWorth*³, desenvolvido pelos economistas Samuel H. Williamson e Lawrence Officer. O valor de uma libra em 2018 correspondia a 4,94 reais. Isso significa que 4.000 réis de 1808 equivaleria atualmente a cerca de 378 reais, ou seja, 1.000 réis corresponderiam a 94,60 reais. Importa reforçar uma vez mais que são valores com alto risco de imprecisão.

Correr o risco de imprecisão ou de ser superado em breve faz parte, no entanto, da função de fabricar História. Os conhecimentos produzidos por um historiador são sempre seletivos e limitados e as inteligibilidades acerca do passado são desenvolvidas não por uma mente, mas por diversas mentes e trabalhos complementares. Um historiador deve saber que seu trabalho pode sempre ser superado ou questionado pelo surgimento de novos documentos capazes de alterar a visão acerca do objeto de estudo ou por um trabalho que enxergue e interprete-os de uma forma completamente distinta. Cabe ressaltar que um mesmo documento pode, e deve, servir para diferentes questões.

² Gomes, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

³ Disponível em www.measuringworth.com.

Neste cenário, importa lembrar que outros estudiosos já investigaram a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cada um sob sua lente ocular e métodos específicos. Pelo menos quatro investigadoras já dedicaram investigações exclusivas à *Gazeta*. Duas delas, escreveram livros sobre o periódico como um todo, não sendo estudos unicamente sobre os anúncios: são elas Maria Beatriz Nizza da Silva e a brasileira Juliana Gesuelli Meirelles.

A dissertação da historiadora e jornalista paulista Juliana Gesuelli Meirelles, é um completo estudo sobre a *Gazeta* enquanto jornal, no qual a investigadora busca explicações sobre a publicação enquanto parte da história do jornalismo, explicando, por exemplo, em qual tradição de imprensa esse jornal estava vinculado. Para isso, ela explica o funcionamento da imprensa na Europa dominada por regimes monárquicos, bem como estuda profundamente a natureza das notícias publicadas no periódico. Dedicou uma pequena seção de seu estudo aos anúncios, estes que serão agora profundamente estudados nesta presente dissertação. Meirelles reservou apenas um parágrafo para mencionar a “atenção destinada ao ramo imobiliário” (2006: 132) nos anúncios do jornal. Não existe um estudo aprofundado da totalidade desses anúncios, lacuna que este trabalho pretende preencher. A autora admite a brecha e cita que a atividade de anunciar:

“se consolidou, aos poucos, como um hábito cultural dos leitores da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Os temas e enfoques são tão diversos que a delimitação desse campo como objeto de investigação histórica, por si só, já justifica um novo estudo” (Meirelles, 2006: 132).

O assunto será longamente tratado neste trabalho, abordando todas as particularidades que faziam parte do setor imobiliário na época, estudando distintos tipos de anúncios encontrados e avaliando representações da população ao príncipe regente sobre isso. Grande atenção merece o tema pois o comércio de casas e terrenos, como será detalhado, foi responsável pelo maior número de avisos publicados na *Gazeta*. O segundo tipo de anúncio mais frequente foram os anúncios referentes ao comércio e fuga de cativos, que também serão amplamente estudados em suas múltiplas aparências.

Um olhar mais atento aos anúncios consta em *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade*, livro de Nizza da Silva que analisa com cuidado diversos aspectos perceptíveis nos anúncios, mas sem determinar a frequência destes avisos e a real fatia que ocuparam ao longo da publicação. O trabalho de Nizza da Silva é muito rico no que tange aos anúncios, mas o leitor poderá sentir falta de um questionamento dos avisos e uma relação mais palatável destes com o dia a dia do Rio de Janeiro.

Ao abordar o comércio imobiliário, por exemplo, Silva afirma ser “natural que a maior quantidade de anúncios fosse de venda ou aluguel de imóveis” (Silva, 2007: 31), mas sem ir além no assunto e sem detalhar uma série de anúncios presentes na *Gazeta* que ajudam a compreender de forma mais abrangente a sensível questão imobiliária da época. Nota-se o mesmo em relação aos anúncios de *escravos*, estes mais bem detalhados por Nizza da Silva, mas deixando ainda uma lacuna grande sobre o que os anúncios permitem entender. A sensação é de que a investigadora descreveu os diversos tipos de anúncios que podem ser encontrados na *Gazeta*, mas sem aprofundar a interpretação de cada um, até porque o seu trabalho não era sobre os anúncios, mas sobre o jornal em geral, dedicando grande parte do estudo às notícias que vinham da Europa, por exemplo.

Outras duas investigadoras brasileiras, contudo, já dedicaram estudos exclusivos aos anúncios da *Gazeta*: Maria de Fátima Cardoso Gomes, que levantou apenas as edições do periódico dos primeiros dias de cada mês para realizar o estudo, e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, que selecionou um em cada cinco jornais para o seu artigo sobre a presença de livreiros franceses no Rio joanino. A amostragem de Neves gerou uma estatística bastante real acerca dos anúncios e semelhante à que será exibida neste presente trabalho com a avaliação de todos os anúncios. Mas a historiadora interessou-se por questionar apenas um setor, o de comércio de livros, contribuindo com um valoroso estudo sobre a censura literária e a circulação de ideias na época.

Já o estudo apenas parcial dos anúncios, com uma amostragem da primeira edição de cada mês, impossibilitou que Gomes apontasse definitivamente quais foram os tipos de anúncios mais frequentes no período, as ruas da cidade mais notadas nos avisos, bem como realizar apontamentos acerca dos valores de imóveis, alimentos e indivíduos escravizados. Como dito, um documento pode ser utilizado para buscar diferentes respostas. O trabalho de Gomes utilizou os anúncios da *Gazeta* por um outro olhar.

Apesar do título de seu trabalho indicar uma análise geral dos anúncios, estes só foram de fato questionados profundamente no enfoque dado aos avisos referentes à presença francesa no Rio na segunda metade do período joanino, que preenche boa parte do trabalho. Em relação aos anúncios mais frequentes, como os relacionadas aos escravizados e ao setor imobiliário, a investigadora passou brevemente pelos temas, sem questionar de forma mais abrangente a grande presença desses setores, valores praticados, os donos dos anúncios e diversas outras questões que serão aqui minuciadas. Ao abordar os anúncios de cativos, Gomes fez um pequeno e pouco esclarecedor resumo de apenas quatro parágrafos sobre o tema, sem detalhar o cotidiano desses cativos que é possível extrair a partir da completa análise dos anúncios. Seu foco, como referido, era outro.

Ela adentra em questões referentes à História da Moda, posicionando a dominância francesa neste ramo na época e indicando que os anúncios franceses na *Gazeta* “eram sinal de moda, principalmente da feminina” (Gomes, 2019: 78). A investigadora também dedicou um espaço especial aos anúncios de Carlos Durand, francês com “destaque na venda de artigos franceses caros e que traduziam elegância e sofisticação aos indivíduos da recém-inaugurada corte do Brasil” (Gomes, 2019: 85). O trabalho é rico àqueles que pretendem analisar a *Gazeta* a partir dos avisos referentes à moda francesa.

O historiador londrino Edward Carr anota que “um fato é como um saco – não ficará de pé até que se ponha algo dentro”. O nosso fato, neste caso, é que a *Gazeta* circulou entre 1808 e 1822 no Rio de Janeiro. É com uma interpretação destas páginas, nomeadamente aquelas com anúncios, que se pretende colocar de pé o saco. E foi também Carr quem apontou que “os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro”. Cabe ao historiador “reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o atrair mais”. E é justamente isso que este trabalho pretende realizar com a *Gazeta*: cozinhar cada página do periódico com avisos à população e servir, a partir daquilo que extrair delas, uma interpretação do Rio de Janeiro do fim da época colonial.

2. O Rio de Janeiro joanino

O turista que transita pelo Rio de Janeiro do século XXI conhece uma cidade, ou melhor, uma metrópole cheia de encantos, do Pão de Açúcar ao Cristo Redentor, passando pelo Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã) e pelo Aqueduto da Carioca, mais conhecido como os Arcos da Lapa. Mas também se depara com a série de desencantos de uma região com persistentes problemas de desigualdade social e econômica, bairros e favelas esquecidos pelo poder público e uma grave e noticiada falta de segurança pública.

Em 200 anos, do Rio de D. João VI ao do século XXI, muitos aspectos da cidade foram profundamente alterados, mas os encantos e desencantos sempre estiveram presentes. Para os moradores europeus das primeiras décadas dos Oitocentos, a sensação de estar no Rio era completamente diferente do que a sentida pelos milhares de pretos cativos – nascidos no Brasil ou na África, crianças ou adultos, homens ou mulheres – que trabalhavam forçosamente para os seus senhores, seja na área urbana ou no sertão.

Os viajantes e cientistas estrangeiros que chegavam à cidade, para residir ou explorar a região em que se instalara a corte, relatavam a instabilidade entre os habitantes. Armelle Enders anotou que “a ordem e a desordem parecem sempre caminhar juntas” nesta cidade. No Rio joanino, como nos dias atuais, era impossível não notar que o que estava diante dos olhos era uma cidade de contrastes. Não obstante à famosa alcunha de “Cidade Maravilhosa”, o Rio sempre foi, também, uma cidade de disparidades.

A cidade que o príncipe regente, futuro rei D. João VI, encontrou ainda não tinha seus diversos aterros de atualmente na região litorânea. O Largo da Ajuda, atual Praça da Cinelândia, por exemplo, ficava à beira-mar, em frente à Praia de Santa Luzia – ainda não existia o atual Aterro do Flamengo. Aterros também deram origem ao atual Cais do Porto, mas na época joanina existiam ali praias como a do Valongo, Valonguinho e a Prainha, que ficava onde hoje se encontra a Praça Mauá e o célebre Museu do Amanhã. O Morro do Castelo, demolido em 1921, ainda estava de pé, próximo ao Largo da Carioca.

A transferência da Família Real de Portugal para o Brasil foi um fato marcante e um divisor de águas para a então principal colônia portuguesa. A chegada da rainha D. Maria I e do príncipe regente D. João, acompanhado de sua corte, ao Rio de Janeiro provocou não só um grande aumento populacional como também o desenvolvimento científico e econômico da região. Apesar do cenário catastrófico que acelerou a transferência, argumenta a historiadora Kirsten Schultz (2008), “os exilados da corte portuguesa, somados aos habitantes da nova corte real, viram as mudanças como uma oportunidade de renovação política e moral da colônia”. No entanto, sustentar tal política revolucionária e de renovação do Novo Mundo “exigia reformas correspondentes”.

Trata-se de um acontecimento inédito na história dos impérios coloniais. O Rio foi o único exemplo de cidade colonial transformada em metrópole e sede do poder imperial. E o Brasil, a única colônia promovida a reino, o que ocorreu em 16 de dezembro de 1815, quando o então estado colonial brasileiro foi reconhecido como Reino Unido de Portugal

e Algarve. “Nunca antes uma monarquia europeia abdicara do seu território originário em prol de uma extensão periférica do seu império colonial”, resume a historiadora portuguesa Ana Cristina Araújo (2005: 252). Ou seja, a transferência da corte para a colônia inverteu a noção de ultramar e o que antes era considerado um território periférico tornou-se o centro do Império. O Brasil já representava o centro econômico do Império de Portugal – que se estendia desde as possessões orientais de Macau e Timor, passando pelos territórios africanos, até as possessões sul-americanas – ao fim do século XVIII e início do XIX. O que a transferência para a colônia permitiu foi a junção, numa mesma capital, do centro econômico com o centro político, anteriormente localizado em Lisboa.

Foi no dia 14 de janeiro de 1808, conforme assegura o relato deixado pelo professor e escritor Luís Gonçalves dos Santos (1825: 286), que chegou ao porto do Rio, pela embarcação de guerra *Voador*, a informação de que “os franceses tinham, juntamente com os espanhóis, entrado com formidável exército pela fronteira do Reino com aparência de amizade, e sob o pretexto de auxílio contra os ingleses; mas que realmente marchavam com ânimo hostil e pérfido” com intenções de dominar o território português. Este mesmo informe comunicou que “brevemente chegaria a este porto a esquadra que conduzia para o Brasil o seu soberano, com a real família, e que nesta cidade vinha estabelecer a sua Corte enquanto se não fizesse a paz geral”. Gonçalves dos Santos deixou um detalhado relato acerca do clima instaurado nos habitantes cariocas. Se havia motivos de mágoa, e aflição, explica Santos, “não menores eram as causas de consolo, e de prazer: uma nova ordem de coisas ia a principiar nesta parte do hemisfério austral” (Santos, 1825: 286).

O ineditismo do acontecimento despertou, portanto, um clima de excitação no Rio de Janeiro dois meses antes da efetiva chegada da rainha e do príncipe regente. Este “era o assunto de todas as conversações” (Santos, 1825: 287). Os preparativos começaram imediatamente após o informe do transporte real. Após esvaziar o seu palácio, localizado no Largo do Paço, para acomodar a corte, o vice-rei Marcos de Noronha e Brito também ordenou liberar à Monarquia as residências anexas, onde estavam instalados o Tribunal da Relação e a Casa da Moeda. Noronha e Brito ainda “mandou imediatamente ornar, e mobiliar todo o palácio com a grandeza, e magnificência, que a demora permitia”.

Após a aproximação da esquadra real na Baía de Guanabara, defronte ao Largo do Paço, Gonçalves dos Santos anota que houve mesmo grande movimentação e até confusão na cidade para a recepção aos monarcas, no dia 8 de março. Todos os trabalhadores, públicos e privados, foram dispensados de seus serviços nesse dia, quase todas as lojas foram encerradas e, por isso, havia tanta gente nas ruas para ver pela primeira vez o príncipe regente pisar em solo carioca. O desembarque do primeiro soberano europeu no Rio foi seguido por um cortejo processional até alcançar a Catedral na Rua do Rosário, sob uma chuva de flores, aplausos e vivas “misturados com harmoniosos repiques dos sinos da Catedral, de São Francisco de Paula, e do Senhor Bom Jesus, e de outras igrejas mais distantes” (Santos, 1825: 305). O Senado da Câmara enviara avisos aos moradores da Rua do Rosário e da Rua Direita para enfeitarem a fachada de suas casas e as ruas para a recepção ao soberano.

Os integrantes da Família Real, após o beija-mão na Catedral, tiveram seus coches acompanhados sempre pela multidão até o antigo palácio do Vice-Rei, transformado em residência para a Família Real. Dois dias depois, na tarde de 10 de março de 1808, semelhante festa ocorreu para o desembarque da rainha D. Maria I. Poucos meses depois, D. João optaria por alternar a sede da Catedral que o recebera, na Rua do Rosário, para a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, estando a última mais próxima ao palácio.

É importante notar que antes da chegada da corte ao Rio, em março de 1808, o Brasil sofrera com uma série de limitações resultantes da sua condição enquanto colônia de Portugal. A existência de faculdades e instituições superiores de ensino, por exemplo, fora proibida por Alvará Régio, de modo que os filhos da elite colonial brasileira precisavam ir para a Europa a fim de obterem estudos superiores. Até 1808, em termos de instrução superior, o Rio abrigara somente a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada em 1792, destinada à formação de oficiais do Exército Português. Esta academia seria reorganizada em 1810 e transformada na Real Academia Militar.

Coube a D. João criar as primeiras escolas superiores de Medicina do Brasil: a Escola de Cirurgia da Bahia (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), em fevereiro de 1808, e a Escola Anatômico-Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro), em abril de 1808. Antes, em junho de 1808, D. João já havia criado o Jardim de Aclimação, atualmente Jardim Botânico, para ser um espaço para cultivo das ciências naturais.

Foi, portanto, no período joanino que “a instrução perdeu no Brasil o seu aspecto empírico e foi ganhando o tom científico” (Lima, 1945: 257). Anteriormente, no fim do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, no Rio de Janeiro “todo o ensino se concentrava nos dois seminários de São João e de São Joaquim” (Norton, 1979: 103).

Outro impedimento aos habitantes da colônia fora a produção e acesso a jornais e publicações periódicas, o que também foi alterado com a chegada da corte portuguesa. Esta, com o Decreto de 13 de maio de 1808, anunciou a criação da Impressão Régia, a primeira oficina tipográfica do Brasil que, além de ser responsável pela impressão de livros e de papéis oficiais do serviço real, esteve à frente da impressão e circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal da história do Brasil.

No campo econômico, uma das principais medidas de D. João foi adotada em Salvador, antes de aportar no Rio. Em 28 de janeiro de 1808, instaurou o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, primeira carta régia promulgada no Brasil pelo príncipe regente, apesar de descrita em suas linhas como uma ação de caráter provisório. A medida encerrou a exclusividade de Portugal em negociar com os portos brasileiros, permitindo a outras nações exportar para o Brasil e deste também importar produtos.

A resolução incrementou e diversificou o movimento comercial do porto carioca, apesar de que este “já havia se tornado o principal centro de importação e exportação do Brasil desde meados do século XVIII”, de acordo com Sheila de Castro Faria (2008: 14). O porto era “também um centro de redistribuição de mercadorias, principalmente as importadas, entre elas os escravos, para o interior e pelo comércio de cabotagem”.

Um dos principais objetivos da liberalização do comércio aos portos do Brasil foi “estabelecer ligações diretas entre a América portuguesa e a Inglaterra” (Enders, 2009). Dois anos depois, o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 permitiu aos produtos ingleses entrar no Brasil com alíquotas de 15%, abaixo dos 16% para os produtos portugueses e 25% aos demais estrangeiros, favorecendo o domínio dos ingleses no comércio carioca nos primeiros anos do período joanino. A contrapartida do Tratado foi o Brasil ter sido classificado como “nação mais favorecida” na Grã-Bretanha, com as taxas das importações sobre o algodão brasileiro sendo reduzidas para os britânicos.

A população britânica rapidamente forma “uma pequena comunidade no Rio de Janeiro e em outras localidades brasileiras” (Enders, 2009). No primeiro dia do ano de 1812, por exemplo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou um mapa que determina a origem de todas as embarcações que aportaram no Rio em 1811. Sem contar Montevideo e Buenos Aires, nações vizinhas e que naturalmente iam e vinham muito ao Rio, a liderança pertence a embarcações provenientes de cidades inglesas como Londres (22 embarcações londrinas aportaram no Rio em 1811), Liverpool (18), Falmouth (7), Bristol (4), Hull City (2) e Portsmouth (1), além de uma embarcação escocesa de Greenock.

Em suas *Memórias da Rua do Ouvidor* (2011), o médico e escritor Joaquim Manuel de Macedo, já na segunda metade do século XIX, descreve que a rua da qual registra as memórias foi, no Rio de Janeiro, “uma das primeiras a ter casas ou estabelecimentos de negociantes ingleses, lojas de louça, de fazendas ou panos tecidos, e enfim de comércio de importação e de exportação de gêneros recebidos da Inglaterra”.

Os britânicos passariam, no entanto, a dividir o domínio do comércio no Rio com os franceses a partir da segunda metade do período joanino. É que com o fim das guerras napoleônicas e do Congresso de Viena, o número de imigrantes franceses no Rio “teve um aumento sistemático e não tardou a superar a britânica”, apesar de que a “propaganda antifrancesa produzida durante os anos de guerra ainda enchia as prateleiras das livrarias do Rio” (Wilcken, 2004: 198). O fato é notável nos anúncios comerciais da *Gazeta do Rio de Janeiro*, recheados de avisos acerca de lojas de roupa, alfaiates, cabeleireiros, ourives, livreiros, professores e pasteleiros franceses concentrados nas ruas do Centro.

O crescente número de franceses impactou alguns hábitos da elite letrada carioca, algo que seria consolidado somente no período posterior ao retorno de D. João VI e já com o Brasil como um país independente. O romance *A Moreninha*, escrito pelo já citado Joaquim Manuel de Macedo em 1844, mostra como a língua francesa, por exemplo, estava em alta no Rio de Janeiro pós-joanino. Como mostra o enredo da obra, termos franceses como *vis a vis* e *c'est trop fort* eram usados como demonstração de requinte.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada pelo militar português Estácio de Sá no ano de 1565, tornara-se a capital do Brasil 45 anos antes da chegada de D. João, em agosto de 1763. Na segunda metade do século XVIII, já como capital do Brasil, a cidade consolidou-se como o principal centro urbano da colônia, mas o número de habitantes ao fim do referido século não ultrapassava os 45 mil. De acordo com um recenseamento realizado em 1799 por D. José Luiz de Castro, o Conde de Rezende, quinto

vice-rei do Brasil, a área urbana do Rio tinha 43.336 habitantes, sendo 14.986 escravizados (34,5% da população total). A área urbana ao fim dos anos setecentos pode ser entendida como o aglomerado populacional ao redor das quatro paróquias: Catedral da Sé, Candelária, Santa Rita e São José.

A estimativa disponibilizada em 1799 permite concluir que em 22 anos a população do Rio de Janeiro mais que dobrou em função do embarque da corte de Portugal, tendo em conta que todas as estimativas acerca da população da cidade em 1821, ano em que D. João VI e a Família Real retornam para a Europa, indicam um número superior a 100 mil habitantes na cidade, incluindo sua área urbana e rural.

De acordo com Wilcken, cerca de dez mil pessoas viajaram para o Brasil na primeira leva de embarcações que trouxe a corte portuguesa ao Brasil, “um número gigantesco, considerando que a população de Lisboa, na época, era de pouco mais de 200 mil habitantes” (Wilcken, 2004: 45). A comparação com outros números possibilita admitir que os indivíduos que acompanharam a corte ao Rio passaram a representar cerca de 16% da população da cidade – certamente os dez mil não passaram a residir no Rio, até porque a corte portuguesa fez uma paragem de mais de 30 dias na Bahia antes, mas a estimativa de Wilcken refere-se apenas à primeira leva que deixou Portugal para o Brasil.

Nireu Cavalcanti é um dos mais rigorosos críticos deste montante populacional que teria chegado ao Rio, questionando-o em seu capítulo sobre o assunto em *O Rio de Janeiro setecentista*. Para ele, o número de indivíduos que teriam chegado ao Rio não chega a 1 mil. Já Sheila Faria recorda que “consta, na crônica do período, que chegaram 15 mil pessoas junto com a família real, apesar de haver quem duvide desse montante” (Faria, 2008: 14). Mas ela acrescenta que “depois, várias pessoas vieram em seu rastro”.

A fatia de 16% citada anteriormente foi calculada a partir da estimativa mais utilizada para medir a população do Rio em 1808, realizada por Luccock (1820: 41). O inglês, que chegou ao Brasil três meses depois de D. João, anotou que o Rio de Janeiro contava com uma população de cerca de 60 mil habitantes e quatro mil habitações.

O *Dicionário do Brasil Joanino*, organizado pelos historiadores brasileiros Ronaldo Vainfas e Lúcia Pereira das Neves, por exemplo, traz em sua introdução uma estimativa de 110 mil habitantes (Vainfas e Neves, 2008: 9) no fim do período joanino. Já Sheila de Castro Faria, para a qual “se tem plena certeza de que, no período joanino, esse número aumentou extraordinariamente” (Faria, 2008: 14), estima entre 100 mil e 120 mil habitantes em 1821. O viajante John Mawe (1812: 98) estimou a população da cidade em 100 mil ainda durante sua presença na região, entre 1809 e 1810.

As estimativas acerca do crescimento populacional até 1821 são diversas, mas sempre com números superiores a 100 mil no fim do chamado período joanino no Rio de Janeiro. O *Mapa da população da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821*⁴ determina uma população de 79.321 habitantes (sendo 36.182 escravizados) na área

⁴ Disponível na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, número 33, página 135.

urbana e 112.695 incluindo a zona rural, sendo 55.090 cativos. Para chegar ao número de 112.695, é preciso considerar as regiões que compõem a cidade do Rio de Janeiro atualmente, como Paquetá, Campo Grande, Guaratiba e desconsiderar regiões que são municípios à parte, como Itaguaí e São João de Meriti, uma vez que o recenseamento de 1821 indica precisamente a população urbana e divide as outras rurais com a população de cada região específica.

Oliveira Lima, que estimou um aumento populacional na ordem de 60 mil, “passando de 50.000 almas, que contava em 1808, a mais de 110.000, número atingido em 1817” (Lima, 1945: 107), apesar deste autor reforçar, com razão, que é difícil precisar a população de uma cidade como o Rio de Janeiro num período em que não havia estatísticas oficiais. No entanto, consolidamos no quadro abaixo as informações mais credíveis que se tem em mãos sobre a população da época joanina.

| QUADRO 1: POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO | | | |
|--|-------------|--------------|--|
| Ano | Região | Escravizados | População total (incluindo escravizados) |
| 1799 ¹ | Área urbana | 14.986 | 43.336 |
| | Área rural | | |
| | Total | | |
| 1808 ² | Área urbana | 12.000 | 60.000 |
| | Área rural | | |
| | Total | | |
| 1821 ³ | Área urbana | 36.182 | 79.321 |
| | Área rural | 18.908 | 33.374 |
| | Total | 55.090 | 112.695 |
| ¹ Censo demográfico da cidade do Rio de Janeiro de 1799 | | | |
| ² Luccock, John. <i>Notes of Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil</i> . London: Samuel Leigh, 1820. p. 41 | | | |
| ³ <i>Mapa da população da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821</i> , publicado na <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> , número 33, página 135. | | | |
| *Não há conhecimento de documentação que permita preencher com alguma precisão as lacunas em branco no quadro. | | | |

O grande aumento populacional foi um resultado não só da vinda de muitos estrangeiros para o Brasil, especialmente portugueses, franceses e britânicos, mas também porque “os próprios brasileiros migraram de todas as partes do país à procura de trabalho” (Wilcken, 2004: 199).

O incremento populacional e a chegada da aristocracia europeia à principal cidade da então colônia gerou uma série de alterações no cotidiano carioca. Uma vez instalado no Rio, uma das primeiras medidas de D. João foi fixar, via alvará de 10 de maio de 1808, uma fiscalização na cidade, criando a Intendência Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil, com o desembargador Paulo Fernandes Viana, nascido no Rio de Janeiro e

formado em Direito pela Universidade de Coimbra, nomeado como o intendente – ele ocupou o cargo durante praticamente todo o período joanino, até fevereiro de 1821.

A Intendência tinha tanto poder, tantas atribuições, que transformava Viana numa espécie de prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Para auxiliá-lo, Viana tinha aos seus serviços a Guarda Real, criada três dias depois, por alvará de 13 de maio. Logo no princípio foram criados quatro quarteis para a Guarda Real. Também os juizes de crime de cada bairro tinham a responsabilidade de promover rondas em suas respectivas regiões e a tomar as providências necessárias em ocorrências de ameaça à segurança pública.

Gonçalves dos Santos registra que seria o intendente “um vigilante sentinela da segurança pública”. As funções da Intendência “compreendem não só a ordem pública e a repressão aos crimes e delitos, mas também as grandes obras, o sistema viário, o abastecimento da cidade”, de acordo com Enders (2015). A investigadora também anota que a iluminação pública foi melhorada, de modo a permitir a fiscalização da ordem, “multiplicando os lampiões a óleo de baleia”, com a Guarda Real fazendo a patrulha. Baquaqua, por exemplo, trabalhou no Rio numa embarcação que fez viagens para o Sul para trocar mercadorias por óleo de baleia (Moore, 1854). Somente nos dois primeiros meses de 1821, a Intendência gastou 7.150.956 réis (cerca de 677 mil reais) com melhoramentos na iluminação, de acordo com balanço da receita e despesa da Intendência publicado no dia 16 de maio de 1821. O documento também indica despesas com plantação de roseiras e amoreiras e concertos de calçadas e aterros na cidade.

A sede da Intendência Geral de Polícia localizava-se na Rua do Conde (atualmente Rua Visconde do Rio Branco e Rua Frei Caneca), conforme deixa entender um anúncio:

“Quem quiser comprar uma morada de casas de sobra sitas na Rua Detrás do Hospício, fale com Feliciano José Ferreira de Mattos, na Rua do Conde, passando a Intendência Geral da Polícia” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 45, edição de 3 de junho de 1820).

A Intendência chegou a tratar até de problemas conjugais, tendo sido, por exemplo, chamada para resolver o caso de um marido que “queixava-se de não conseguir conter a desordem em que viviam a mulher e as filhas”, que saíam de casa para passear com oficiais da Marinha (Silva, 1986: 193). A solução proposta pelo intendente passou pela mulher sendo obrigada a não andar com pessoas estranhas à família e obedecer ao marido:

“Ouvindo um e outro, bem como algumas testemunhas, o intendente propôs como solução final: ‘Que assine um termo de viver em boa harmonia com sua mulher, e ela outro de prestar toda a obediência, que as nossas leis autorizam, a seu marido, despedindo de sua casa as pessoas que ele não quiser nela, evitando os passeios com pessoas estranhas da família; e quando nem assim possam conservar-se em harmonia, que vivam separados, dando-lhe ele mesada conforme suas posses e conservando-se ela e as filhas em recato, o que tudo se vigiará pela Polícia’” (Arquivo Nacional do Brasil, cód. 323, vol. 3, ff. 11-15 Apud Silva, 1986: 191).

Nessa época, a estruturação da família era diversa. O espaço íntimo do interior da porta de casa não era formado apenas por pai, mãe e filhos. Nas famílias mais bem-

condicionadas, incluía-se os escravizados e as escravizadas, nas camadas intermediárias também se inseriam cativos, mas por vezes em menor número, podendo ser até somente um, ao passo que nas camadas populares por vezes estavam presentes agregados na casa. Seja qual fosse a estratificação social, uniões informais e o concubinato eram frequentes.

“Até o período em que se deu a Independência, vivia-se na América portuguesa num cenário com algumas características invariáveis: a família patriarcal era o padrão dominante entre as elites agrárias, enquanto, nas camadas populares rurais e urbanas, os concubinatos, uniões informais e não legalizadas e os filhos ilegítimos eram a marca registrada” (Priore, 2011).

Uma única medida da Intendência foi capaz de alterar uma característica marcante até então da paisagem urbana do Rio de Janeiro. É que, como processo de aproximar a cultura e a paisagem carioca às da Europa, o Intendente proibiu o uso das rótulas, que nada mais eram do que as grades de madeira instaladas nas janelas das casas, de modo a permitir a entrada de ar ao mesmo tempo que impediam a visualização do interior das casas a partir das ruas. A explicação para a medida, oficializada via Alvará de 11 de junho de 1809, foi a de que o Rio não poderia “conservar bisonhos, e antigos costumes, que apenas podiam tolerar-se quando era reputada como uma Colônia”. Morador do Rio na altura, Gonçalves dos Santos julgou ter sido “agradável ver por todas as ruas ao mesmo tempo caírem por terra as disformes, e fúnebres gelosias” (Santos, 1825: 325).

Joaquim Manuel de Macedo recorda com felicidade a medida implantada pelo intendente carioca, caracterizando as treliças como “costume quase bárbaro e de raiz mourisca” (Macedo, 2011). A Rua do Ouvidor, de acordo com Macedo, “melhorou muito o aspecto de suas casas, obedecendo ao edital de 11 de junho”. A medida foi amplamente obedecida na cidade do Rio de Janeiro, mas Macedo acrescenta que “muitas casas resistiram à reforma decretada” e que ainda era possível encontrar uma ou outra casa com a antiga característica na segunda metade do século XIX.

O impedimento ao uso das treliças suprimiu uma forte característica oriental da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que tal traço fora implantada a partir da influência da cultura moura. Influência esta que pode ter surgido via escravizados muçulmanos que aportavam no Brasil, mas também porque o Brasil, de fato, foi colonizado por uma cultura com influências mouras, dado que Portugal e Espanha, no século XVI, período em que se inicia a colonização das Américas, tinham forte herança mourisca. “Lisboa no princípio do século XVI, era ‘uma cidade semi-oriental, com suas lojas cheias de pimenta da Índia, de ouro de Sofala, de marfim da Guiné’” (Lebigre, 2001). Gilberto Freyre foi um dos pensadores que abordou a questão, recordando que além dos árabes e berberes, outros elementos africanos como os capsenses e fenícios estiveram em Portugal em tempos remotos. “A indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África parece ter sido sempre a mesma em Portugal como em outros trechos da Península” (Freyre, 1933). No Rio, antes da proibição, no interior das treliças estavam as mulheres, escondidas e isoladas.

“Também nessas grandes rótulas ou engradamentos se observavam as gelosias, e rentes com o assoalho pequenos postigos, pelos quais as senhoras e escravas, debruçando-se, podiam ver, sem que fossem facilmente vistas, o que se passava nas ruas. (...) As rótulas e gelosias

não eram cadeias confessas, positivas, mas eram pelo aspecto e pelo seu destino grandes gaiolas, onde os pais e maridos zelavam sonegadas à sociedade as filhas e as esposas” (Macedo, 2011).

Manuel Antônio de Almeida, autor de *Memórias de um sargento de milícias*, publicado em folhetins entre 1852 e 1853, descreve nesta obra muitas características do Rio das primeiras décadas do século XIX, uma vez que a história se passa “no tempo do Rei”, ou seja, no período de D. João no Rio de Janeiro. Uma das características aparentes na história são as rótulas nas janelas das habitações dos personagens.

Logo no primeiro capítulo de *Memórias de um sargento de milícias*, a festa de batizado do personagem principal Leonardo “não foi ainda mais adiante porque de vez em quando viam-se passar através das rótulas da porta e janelas umas certas figuras que denunciavam que o Vidigal (fictício major policial da história) andava perto”. Noutra passagem da história, Leonardo decide que vai declarar seu amor a Luizinha quanto ela se encontra “no vão de uma janela a espiar para a rua pela rótula”. Luizinha, portanto, estava a ver sem ser vista, situação idêntica à que Joaquim Manuel de Macedo indicou na citação acima antes de descrever as rótulas como grandes gaiolas.

Os maridos, conforme descreveu Macedo, tinham a possibilidade de, com as rótulas instaladas, evitar o grande contato das esposas com a sociedade. E na história de Manuel Antônio de Almeida isso acontece quando a mesma Luizinha se casa, pois conta a narrativa que desde que foi morar com o marido “nunca mais vira o ar da rua senão às furtadelas, pelas frestas da rótula”.

O contraste imediato entre as inovações instaladas no Rio de Janeiro com outras cidades brasileiras é anotado por Paulo Rezzutti, quando este descreve a ida de D. Pedro I do Brasil a São Paulo, em 1822. O investigador observa que, em São Paulo:

“as mulheres escondiam-se – viam, mas não eram vistas – por detrás das treliças e muxarabiês das janelas, herança moura que já fora banida do Rio por decreto de D. João VI. Ao contrário da antiga sede da corte, São Paulo não possuía iluminação pública, o comércio era de gêneros de primeira necessidade e havia poucos luxos importados” (Rezzuti, 2016).

A medicina e a higiene carioca também foram profundamente impactadas com a permanência da corte europeia na América. Conforme alertado anteriormente, o período joanino foi um divisor de águas no que tange à aceitação das ciências modernas no Brasil, sendo a medicina parte importante deste processo. Além da já citada fundação da primeira instituição de ensino médico no Rio, o príncipe regente estabeleceu a Fisicatura-Mor como órgão responsável pelos assuntos relacionados a higiene e saúde no Brasil. O período serviu como uma espécie de transição na medicina do Rio de Janeiro, com a gradual implantação de práticas científicas, mas ainda com a presença de práticas médicas arcaicas. Conforme descreve o historiador José Carlos de Oliveira (2005), “apesar da criação dos cursos de Medicina, ainda se observavam práticas com séculos de existência” – muitas vezes desautorizadas pela Fisicatura-Mor.

A confiança dos habitantes no curandeirismo, por exemplo, estava associada a uma forte característica da sociedade colonial do século XVIII e que certamente ainda estava presente nos princípios do XIX: “a crença de que as doenças eram uma forma de advertência ou punição enviada por Deus” (Priore, 2016). Maria Beatriz Nizza da Silva observa a simultaneidade das duas medicinas nesse tempo:

“A população branca continuava a hesitar, neste fim do século XVIII e início do XIX, entre a tradicional farmacopeia da metrópole e os remédios locais, fruto de uma experiência indígena e também africana. Mesmo a rarefeita classe médica então existente no Brasil parecia inclinar-se para o uso das drogas locais” (Silva, 1993: 327).

A transição de que se falou fica clara quando Santos Filho anota em sua obra que os profissionais de medicina do Brasil, a partir da metade do Século XIX, já eram os doutores formados nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia. Esta evolução científica detectada no Rio de Janeiro dos Oitocentos, também reforçada pelo fato de que em meados do século o Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro tinha “presença diária de professores e alunos da Faculdade de Medicina” (Pimenta, 2018), ocorre em função do “patrocínio da Coroa e a paulatina valorização da figura do médico (em detrimento das figuras dos cirurgiões e boticários)” e do “constante aprimoramento e diálogo desses profissionais e estudantes com as tendências científicas da Europa do Norte e através das publicações e traduções de obras basilares publicadas pela Impressão Régia” (Meirelles, 2017: 156).

Em termos higiênicos, a cidade – que teria um sistema de esgoto construído somente em 1864 – certamente não era atraente aos olhos dos viajantes europeus no período. “Da higiene pública incumbiam-se as águas da chuva, os raios de sol e os diligentes urubus”, resumiu Capistrano de Abreu, citado pela historiadora Mary del Priore (2016). No dia 20 de abril de 1808, Viana havia instalado por todo o espaço público um edital, pouco antes de assumir como Intendente, que determinava que “toda a pessoa que for encontrada a deitar águas sujas, lixo e qualquer outra imundície nas ruas e travessas será presa, e não sairá da cadeia sem pagar dois mil réis para o Cofre das despesas da Polícia”.

No entanto, segundo consta nas descrições deixadas por viajantes estrangeiros, o regulamento oficial não surtiu efeito imediato e não era raro presenciar imundices sendo atiradas pelas janelas para serem levadas pela chuva. A chuva como instrumento de limpeza é confirmada por Luccock (1820: 132), que descreve os barris escondidos nas casas para depósito de tudo o que era descartável, incluindo as fezes. Em alguns casos, era “levado e esvaziado diariamente, noutros somente uma vez por semana, de acordo com o número de escravos”. Se caísse um aguaceiro de chuva, “o conteúdo nojento das tinas é despejado no meio da rua, deixando que a enxurrada o leve”.

Os barris, de acordo com as descrições da época, eram de madeira, ou barro cozido, e em geral de três palmos de altura. Os escravizados eram os responsáveis por carregar esses barris, tapados acima para evitar o escape do mau cheiro. Conhecidos por “Tigres”, estes escravizados normalmente carregavam o barril, tina ou vaso de imundices à cabeça até o despejo na praia mais próxima. Enterrar o lixo em casa era uma tarefa complicada

em cidades litorâneas, “regiões não raro pantanosas e excessivamente úmidas, com o lençol freático muito alto, o que impedia aquela prática” (Eigenheer, 2009: 99-100).

Ao descrever as ruas do Rio, o comerciante inglês John Mawe (1812: 98), que esteve na cidade entre 1809 e 1810, registrou o horror com o mau cheiro: “as frequentes poças d’água estagnadas que, devido ao desnível do local, não podem ser drenadas sem muito trabalho e que, por causa das temperaturas altas, exalam um odor pútrido.”

Apesar do Rio de Janeiro ter sido o principal porto do Brasil e ponto central da entrada de mercadorias à época, a cidade chegou a sofrer problemas de abastecimento em decorrência do incremento populacional. Durante o período joanino, conforme descreve Faria (2008: 15), D. João precisou, emergencialmente, dar ordens para socorrer a cidade com mantimentos. Faria recorda, por exemplo, a presença de “‘atravessadores’, que se multiplicavam na cidade, acusados, entre outros estratégias, de estocar certas mercadorias com o intuito de aumentar seu preço”. O problema dos “atravessadores” é detectado também em outras regiões do Brasil no período joanino, sendo muito citada, por exemplo, em Pernambuco, no período da Revolução de 1817.

Outra preocupação em relação ao abastecimento alimentar à época esteve associada à tendência de substituir “a lavoura de alimentos pela do café, além do alargamento das fronteiras urbanas, que expulsava os pequenos lavradores de alimentos ao redor da cidade” (Faria, 2008: 15). Pernambuco, mais uma vez servindo de exemplo, passou por problema semelhante ao desviar “recursos da produção de comestíveis para a plantação de algodão, criando uma insuficiência de bens alimentares” (Pedreira e Costa, 2009: 325).

Geograficamente, o Rio sofreu alterações em seu perímetro urbano durante os 13 anos de permanência da corte. Em 1808, a cidade ainda era delineada conforme descrito no censo de 1799, subdividida em quatro freguesias: Sé – no período pós-joanino passaria a ser chamada de freguesia do Santíssimo Sacramento –, Santa Rita, Candelária e São José. O próprio viajante John Luccock anotou que “existem quatro igrejas paroquiais na cidade, das quais a de São José é a mais antiga, situada logo atrás do palácio, na rua a que dá nome” (1820: 54). Ele também descreveu a Igreja da Candelária como uma nobre construção, sendo “o melhor exemplar de bom gosto e magnificência que o Rio pode se orgulhar” (1820: 58), mas recordou que a construção ainda não estava terminada.

O espaço urbano (ver mapa 1) era restrito e “se estendia do Valongo e do Morro da Conceição, ao Norte, até o Calabouço e o Passeio Público, ao Sul; das Praias do Peixe e dos Mineiros, a Leste, ao Campo de Santana e o Morro do Senado, a Oeste” (Soares, 1988: 25). A outra beira da Baía de Guanabara, território que corresponde atualmente a Niterói, por vezes descrito nos anúncios da *Gazeta* como “outra banda” ou “banda d’além”, correspondia já a um território rural, com poucas construções e movimentação reduzida à exceção da região do Largo de São Domingos e Praia Grande, que aparecem com alguma frequência nos anúncios comerciais da *Gazeta*, maioritariamente em anúncios de venda de imóveis. No Rio de Janeiro, é possível afirmar que do Campo de

Santana em diante iniciava-se o perímetro rural, o “sertão da corte”, conforme descreve o historiador Luiz Carlos Soares:

“Mais para o interior, há menos de duas léguas a Oeste, já podiam ser vistos os pastos e as fazendas com plantações de cana-de-açúcar e alguns engenhos. Para o Sul, na região de Botafogo e Lagoa Rodrigo de Freitas, as fazendas e os engenhos de cana-de-açúcar também se faziam presentes, enquanto que Laranjeiras era um destacado núcleo de trabalho agrícola e no Catete se localizava uma pequena área industrial, com oficinas de cerâmica e olarias, que não podiam funcionar no exíguo perímetro da cidade” (Soares, 1988: 25).

As fronteiras naturais do Rio eram um marco da cidade em 1808 como ainda são atualmente. Além do mar, morros como os da Conceição e do Castelo e mangues como o de S. Diogo “restringiam as possibilidades de expansão” (Carvalho, 2019). Ainda assim, o espaço urbano do Rio de Janeiro foi expandido no período, com uma maior ocupação do Sul da cidade, nos territórios de Botafogo e Flamengo, regiões de seleção dos estrangeiros mais ricos já naquela altura.

D. Carlota Joaquina, por exemplo, foi uma das aristocratas que escolheu a Zona Sul para residir. Um palacete na região de Botafogo, à beira-mar, “rodeada de laranjeiras” (Cassotti, 2017: 194) foi o local escolhido pela Princesa Regente para residir, “onde tomava ares e banhos com as suas filhas” (Norton, 1979: 92). E não é por acaso que a Zona Sul e outras zonas afastadas da cidade, como o Caju, concentravam aristocratas. Ter um meio de transporte, ou seja, uma sege ou uma carruagem à disposição era praticamente um pré-requisito para residir em espaços mais distantes da cidade.

Também longínquo era o local escolhido por D. João VI para abrigar a Família Real. Trata-se do já mencionado palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, doado à Família Real pelo traficante de *escravos* Elias Antônio Lopes após chegada da corte. A estrutura da Quinta da Boa Vista, apesar de descrita como mal construída e mobiliada por Luccock, sofreu melhoramentos ao longo do período joanino. Logo após receber a quinta, D. João “adquiriu suntuosos portões de ferro feitos na Inglaterra” (Schwarcz, 1998: 335) para instalar no palácio, que também sofreu ampliações, como um novo pavilhão com três quartos e duas salas. Em uma de suas cartas para sua irmã e confidente Maria Luísa, Leopoldina, que chegou ao Rio em 1817, descreveu os seus aposentos no interior da quinta como uma “casa de seis aposentos, com magnífica vista, de um lado para a serra e muitos povoados, do outro para o mar, ilhas e a Serra dos Órgãos” (Rezzutti, 2017: 165), além de elogiar os salões com poltronas e mesas de madeira amarela de Macau e um maravilhoso teto com uma cena da mitologia pintada por um francês.

Como São Cristóvão, que ficava a cerca de seis quilômetros do centro, Copacabana, atualmente um dos bairros mais movimentados do Rio, igualmente era no período uma região considerada afastada. Teixeira e Sousa confirma isso, já no período pós-joanino, em 1843, ao escrever o romance *O Filho do Pescador*. Nesta obra, o escritor descreve que era Copacabana “distante do coração da cidade do Rio de Janeiro duas léguas (cerca de 9,5 km), pouco mais ou menos” e que a região reunia “poucos moradores”.

Na região central, a cidade do Rio de Janeiro ganhou ainda um imponente edifício que representou a chegada da cultura europeia à cidade: o Real Theatro de São João, erguido no Largo do Rocio, região que corresponde à atual Praça Tiradentes – o Real Theatro, que sofreu grandes mudanças por causa de incêndios que acometeram a sua estrutura após o período joanino, corresponde atualmente ao Teatro João Caetano. O espaço foi inaugurado em 1813, com a apresentação do drama lírico *O Juramento dos Numes*, do dramaturgo português D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho.

Foi o primeiro teatro de grande porte da cidade do Rio, tendo sido nomeado em homenagem à família real portuguesa e com estrutura semelhante ao Teatro de São Carlos de Lisboa. Anteriormente existiram, no século XVIII, outros dois teatros na região central do Rio: o pequeno Boaventura, criado em 1767, na atual Rua da Alfândega, e o teatro O Ópera Nova, de Manuel Luís, no Largo do Paço (Souza, 2009). No princípio do período joanino este teatro no Largo do Paço ainda estava em funcionamento, sendo transformado em alojamento para os empregados do Paço em 1813, após a inauguração do S. João.

O São João tornou-se “o coração palpitante da vida cultural, política e mundana da monarquia portuguesa” (Enders, 2009). Em diversas ocasiões, a corte e o príncipe regente faziam-se presentes em camarotes do teatro para acompanhar encenações de espetáculos da Europa. *A Vestal*, do italiano Vincenzo Puccita, e a comédia *O Mágico de Valença* são exemplos de espetáculos apresentados no espaço. Algumas peças encenadas no teatro depois eram impressas pela Imprensa Régia e vendidas pelos principais livreiros da cidade, como ocorreu com *O Juramento dos Numes*, comercializado a 640 réis de acordo com anúncio da *Gazeta* de 6 de outubro de 1813.

Não foi por acaso que um teatro especializado em espetáculos de Ópera foi erguido no Rio de Janeiro. D. João VI era um apaixonado por música, a “Família Real era melômana, como melômana era a então Princesa D. Carlota Joaquina, profundamente influenciada pelo avô, o déspota esclarecido Carlos III de Bórbon, Rei de Espanha” (Barros, 2015: 58). Grandes músicos europeus passaram pelo Rio entre 1808 e 1821, como o austríaco Sigismund Neukomm, antigo diretor de opera alemã em São Petersburgo. Neukomm apresentou-se “nos meios musicais de salão, como a casa de (Georg Heinrich Von) Langsdorff” (Cardoso, 2011: 189), cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro. Cardoso cita, por exemplo, grandes bailes noturnos na chácara de Langsdorff, bem como na de Von Flemming, Cônsul prussiano que residiu no Rio entre 1817 e 1821.

Estes eram alguns dos espaços de sociabilidade da elite europeia localizada no Rio. “A hospitaleira casa do Sr. von Langsdorff era, para muitos europeus residentes no Rio de Janeiro, um agradabilíssimo ponto de reunião à noite”, relataram Spix e Martius (1976: 95). Muitos pretos libertos participavam de encontros musicais, como Joaquim Manuel da Câmara, que chamava atenção por ser violinista nas festas na casa de Langsdorff, tendo sido descrito, em um dos encontros, como “a grande atração” (Cardoso, 2011: 273).

O austríaco Neukomm pode ter sido pioneiro nesta época ao produzir uma mistura de gêneros clássicos e populares. Sabe-se que o músico europeu recolheu algumas

modinhas populares de autoria de Joaquim Manoel da Câmara e as harmonizou em 1824 (Ulhôa, 2008: 8). Ou seja, foram as “canções da tradição oral, feitas para voz e violão por um português/brasileiro, grafadas e arranjadas para canto e pianoforte por um músico austríaco letrado” (Ulhôa, 2008: 8), o que parece ser algo inédito na história do Brasil. Este exemplo musical é um retrato de como, além de promover a solidificação da cultura europeia no Rio de Janeiro, a transferência da Família Real para o Brasil permitiu também a junção da cultura popular brasileira com a cultura erudita do Velho Continente.

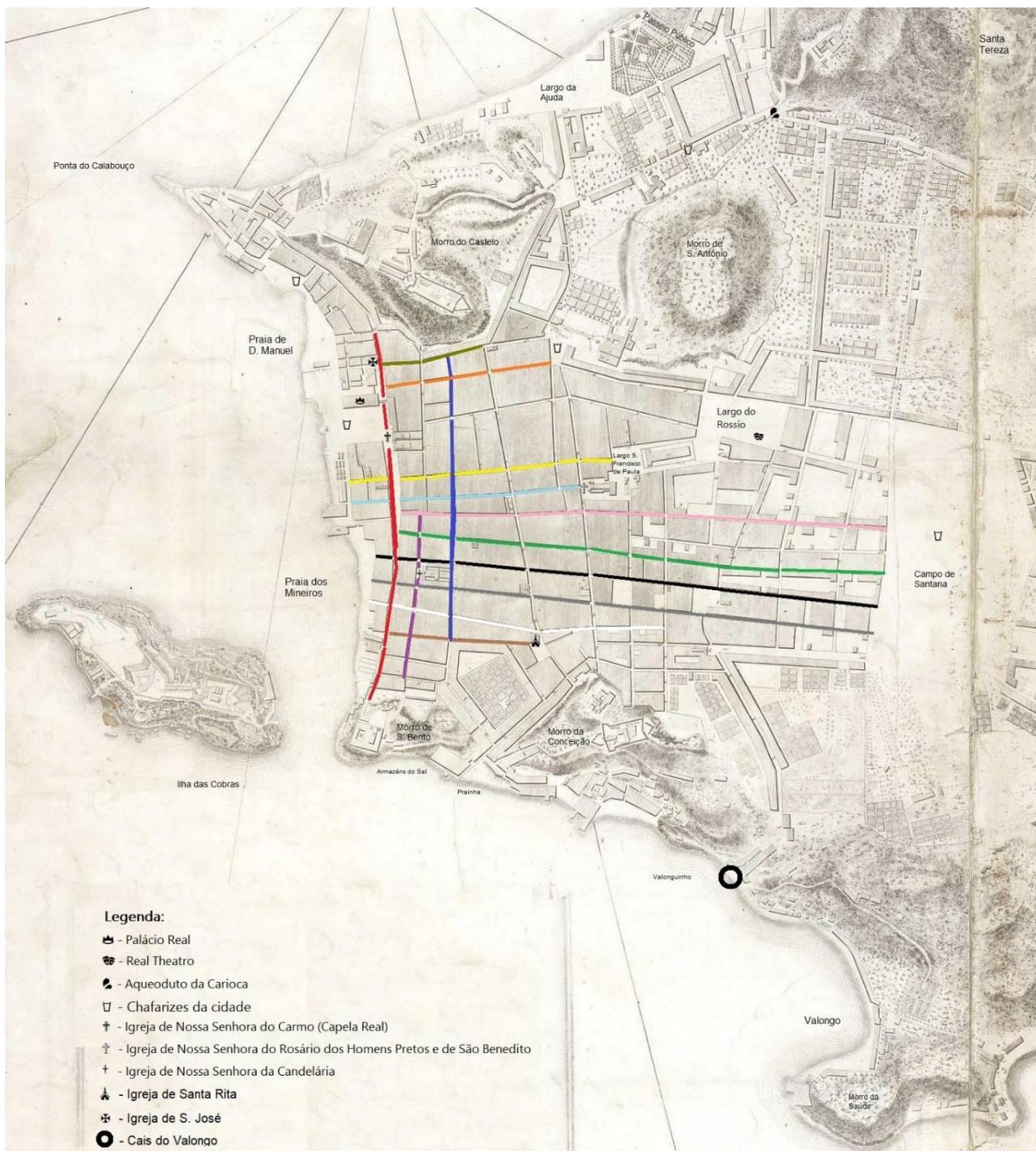
Por fim, é fundamental reforçar que o Rio joanino foi, antes de mais nada, uma Sociedade de Corte, no sentido que “a Corte desempenha aí o papel central, uma vez que organiza o conjunto das relações sociais, como o fazem os vínculos vassálicos na sociedade feudal ou a produção manufatureira nas sociedades industriais” (Chartier, 2001). O interesse da corte estava sempre à frente e determinou toda e qualquer medida implantada no Brasil. Mas não impediu, como descrito neste tópico, mudanças profundas, históricas e importantes. A criação da *Gazeta* é um exemplo de como as medidas eram determinadas e controladas pela corte, dado que a publicação foi um jornal institucional, editado por pessoas de confiança do Rei.

Imagem 1 – Rio de Janeiro a partir do Morro de São Bento



Disponível em: Rugendas, Johann Moritz. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie, 1835.

Mapa 1 – Planta da área urbana do Rio de Janeiro em 1812⁵



| | | | |
|---|--|--|---|
| — Rua Direita | — Rua da Quitanda | — Rua do Ouvidor | Rua das Violas |
| — Rua do Rosário | — Rua de S. José | — Rua da Alfândega | |
| — Rua do Sabão | — Rua de São Pedro | — Rua da Cadeia | |
| — Rua da Candelária | — Rua Detrás do Hospício | — Rua dos Pescadores | |

⁵ Disponível em: acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6676. Acesso em: 19 jul. 2020. Indicação das ruas e legendas realizadas pelo autor desta dissertação.

3. A *Gazeta do Rio de Janeiro*

A fundação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808, seis meses após a chegada da corte de Portugal ao Rio de Janeiro, é considerada como o primeiro passo da história da imprensa no Brasil. A ocasião anota o tardio início da imprensa na então colônia, praticamente três séculos e meio depois das primeiras obras impressas por Johannes Gutenberg e 167 anos depois da estreia da *Gazeta da Restauração*, notada por historiadores portugueses, como José Tengarrinha (1989), por ser a primeira publicação noticiosa periódica da História de Portugal.

Antes da *Gazeta*, o Brasil, oficialmente, não teve nenhum periódico impresso em seu território para informar a população, uma vez que tal prática era terminantemente proibida. A primeira publicação brasileira periódica surgiu no exterior, mais precisamente em Londres. Três meses antes da *Gazeta*, Hipólito da Costa fundou um jornal chamado *Correio Brasiliense*, que era impresso na Inglaterra e de lá partia para os portos brasileiros, sendo distribuído de forma clandestina no território da colônia portuguesa.

“Hipólito da Costa fundou, dirigiu e redigiu o *Correio Brasiliense*, em Londres, durante todo o tempo de vida do jornal. O número inaugural deste apareceu a 1º de junho de 1808, três meses antes, portanto, da data em que surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro* na Corte. Aceitando o jornal de Hipólito como integrado na imprensa brasileira, seria, conseqüentemente, a data de aparecimento de seu primeiro número o marco inicial, naturalmente, do nosso periodismo. Já dois números do *Correio Brasiliense* circulavam, e possivelmente no Brasil – considerando o tempo do transporte marítimo dos portos ingleses aos brasileiros, na época da navegação à vela – quando, a 10 de setembro, apareceu o número inicial da folha dirigida por frei Tibúrcio” (Sodré, 1999: 21-22).

A impressão no Brasil passou a ser permitida via Decreto de 13 de maio de 1808, que criou a Imprensa Régia e a declarou como pertencente à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra:

“Tendo-me constado, que os prelos que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus Estados: sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Imprensa Regia, onde só imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da Oficina a maior extensão, e lhe dará todas as Instruções e Ordens necessárias e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao meu real serviço” (Coleção de Leis do Brasil de 1808. Decreto de 13 de maio de 1808).

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, impressa na Imprensa Régia, era uma publicação, portanto, pertencente à corte e, mais especificamente, à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. É justo dizer que se tratava de uma folha colaboracionista. Na primeira edição do periódico está descrito, no entanto, que a *Gazeta*, apesar de pertencente a uma Secretaria de Estado, “não é, contudo, oficial e o Governo somente

responde por aqueles papéis que nela mandar imprimir em seu nome” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 1, edição de 10 de setembro de 1808). Trazia sempre na sua primeira página uma frase de Horácio em latim, espécie de slogan: *Doctrina... vim promovet isitam, Rectiques cultus pectora roborant* (“A doutrina promove a força inata e os cultos corretos fortalecem os peitos”).

A Imprensa Régia, com os equipamentos de tipografia recém-comprados em 1807 por Antônio de Araújo e Azevedo, futuro conde da Barca, vindos de Portugal, foi instalada numa casa na Rua do Passeio, n.º 44. De acordo com Alfredo do Valle Cabral (1881: 21), “algum tempo depois de estabelecida a Imprensa Regia nas casas que depois foram compradas pelo conde da Barca, passou-se a respectiva oficina para a Rua dos Barbonios, hoje de Evaristo da Veiga, em que foi ocupar as casas que fazem esquina com a Rua das Marrecas, do lado do Quartel”. A Imprensa Régia terá sido uma excelente editora, de acordo com alguns historiadores como Juliana Meirelles e Matias Molina. A qualidade de suas máquinas não deixaria a desejar se comparada às tipografias europeias.

Antes da *Gazeta* e do *Correio*, observou-se no Brasil algumas práticas manuscritas com capacidade de reproduzir ideias, mas que naturalmente não podemos considerar como um primeiro passo da imprensa na região colonial. Entre eles, os pasquins sediciosos provocaram grande repercussão em Salvador no final do século XVIII e desafiaram a autoridade ao pregarem por liberdade comercial e independência na Bahia.

Na América Latina, o Brasil não foi pioneiro na implantação da imprensa e de periódicos noticiosos. A primeira experiência de publicação noticiosa periódica da região terá surgido no México, em 1722: a *Gaceta de México*, criada por um padre católico. Sete anos depois surgiria o primeiro jornal da Guatemala, a *Gaceta de Guatemala*, e, em 1743, estreou a *Gaceta de Lima*. No Peru, além da *Gaceta de Lima*, surgiu, em 1790, o primeiro periódico diário das Américas: *Diario Erudito, Económico y Comercial de Lima*. Um ano depois, estreou na Colômbia o *Papel Periódico de Santa Fé de Bogotá*.

Em Montevideo, atual Uruguai, apareceu em 1807 o periódico bilíngue, em espanhol e inglês, *La Estrella del sur (The Southern Star)*, que durou poucos meses durante a ocupação britânica na região. Na mesma cidade, imprimiu-se a partir de 1810 a *Gazeta de Montevideo*. Já na região que corresponde a Argentina atualmente, à época Províncias Unidas do Rio da Prata, também existiu um periódico antes da gazeta carioca: o *Telégrafo Mercantil*, editado em Buenos Aires desde 1801. Após a Revolução de Maio e a implantação do governo da Primeira Junta no Rio da Prata, Buenos Aires passaria a ter um periódico muito semelhante à *Gazeta do Rio de Janeiro*, para publicitar os atos do governo e reproduzir notícias: a *Gazeta de Buenos Aires*, que circulou entre 1810 e 1821.

O primeiro periódico da história do Brasil – considerando que esta foi a *Gazeta*, dado que o *Correio* era produzido e impresso no exterior – foi uma ocorrência inserida no já mencionado processo de europeização da cidade do Rio de Janeiro após o desembarque da Família Real. A falta de um periódico noticioso era uma característica que emprestava ao Rio o semblante de colônia, de periferia, assim como o faziam as treliças instaladas nas janelas das casas. Semblante este que não convinha mais ter com a

presença do soberano do Império no território. Boa parte dos europeus que se transferiram para o Rio de Janeiro no rastro da corte era de cidadãos letrados e acostumados com a circulação de ideias que havia na Europa a partir de jornais impressos.

Neste sentido, foi criada a *Gazeta do Rio de Janeiro* com o intuito de ser o correspondente no território brasileiro da *Gazeta de Lisboa*, jornal existente desde 10 de agosto de 1715. Até mesmo nas dimensões a gazeta brasileira seguiu os passos da lisboeta, com padrão de 19x13,5cm. Nos primeiros anos de circulação, a *Gazeta* tinha um *layout* simples e com os textos inseridos em apenas uma coluna. A atualização do *layout* ocorreu a partir de 3 de julho de 1811, quando as páginas passaram a ter textos divididos em duas colunas, exceto a seção de Avisos, que esteve durante todo o período de circulação publicada somente em uma coluna.

Nelson Werneck Sodré, em *História da imprensa no Brasil*, anota que John Armitage, um viajante que esteve no Rio de Janeiro no período joanino, classificou a *Gazeta* como um jornal que “só informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa” e reforçou que “a julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde numa se tinha expressado um só queixume” (Sodré, 1999: 20). Apesar disso, no entanto, a seção noticiosa da *Gazeta* não deixa de ser um documento importante para a reconstrução do passado brasileiro.

“Muito naturalmente ninguém vai estudar a Revolta de Pernambuco em 1817 por meio da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Contudo, as tardias notícias publicadas sobre ela revelam o ponto de vista do governo e o modo como este pretendia orientar a opinião pública, o que também contribui para a reconstituição histórica do movimento. Nesse sentido, o relato do gazeteiro igualmente se apresenta como um documento a ser consultado” (Silva, 2007: 23).

Hipólito José da Costa, o autor do *Correio Brasiliense* no exterior, levantou fortes críticas à *Gazeta*, especialmente em função das páginas da publicação não darem espaço à propagação de notícias e novidades agrícolas, de modo a impulsionar o desenvolvimento da agricultura no Brasil.

“Para que os povos saibam isto [os conhecimentos agrícolas anteriormente descritos pelo gazeteiro], e fiquem convencidos de que é verdade (quando o seja), é preciso facilitar-lhes a leitura das gazetas e jornais, em que leiam as notícias políticas e mercantis; é preciso fomentar o estabelecimento de sociedades de agricultura e de assembleias regulares de negociantes, a que entre os ingleses chamam *clubs*. (...) já em Portugal se imprimem vários jornais de novidades, e já em uma gazeta de agricultura, impressa em Lisboa, se recomenda o estabelecimento de sociedades de agricultura. Estes melhoramentos em Portugal, que se admitem, sem se incorrer na nota de jacobinismo, deveriam passar para o Brasil, aonde não há senão a mísera *Gazeta do Rio de Janeiro*, em que se gasta tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga” (*Correio Brasiliense*, Londres, março de 1812, “Comércio e artes”, p. 289.).

A gazeta carioca, de fato, não ofereceu espaço a tais tipos de novidades e debates, até porque cabia a esta publicação ofertar as novidades oficiais do governo. A plena implementação da imprensa como espaço de opinião e mobilização social aconteceria somente após a Independência do Brasil. Na época joanina, um embrião surgiu e teve

curta duração. Foi *O Patriota*, que imprimia textos inéditos de intelectuais da época, tendo uma seção de agricultura, tão desejada por Hipólito da Costa. Sua periodicidade foi mensal em 1813 e bimestral em 1814. Mas não perdurou, circulando apenas nesses dois anos. A *Gazeta*, inclusive, anunciava os lançamentos das edições de *O Patriota* em suas páginas – eram vendidos, inclusive, no mesmo local, conforme este anúncio da *Gazeta*:

“Saiu à luz: o Nº 1 do PATRIOTA, Jornal Literário, Político do Rio de Janeiro. Vende-se na Loja de Paulo Martim, filho, na Rua da Quitanda, Nº 34, por 800 réis. Na mesma loja continuam as subscrições do dito jornal para o primeiro semestre do corrente ano por 4.000 réis de dela se enviarão para fora da Corte pelo correio àquelas pessoas que o desejarem, havendo feito a respectiva subscrição” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 9, edição de 30 de janeiro de 1813).

Redigida pelo frei Tibúrcio José da Rocha, a *Gazeta* começou por ser publicada aos sábados pela manhã. O segundo volume, impresso em 17 de setembro de 1808, contudo, logo cumpriu informar que o periódico seria publicado duas vezes por semana, sempre às quartas-feiras e aos sábados. Assim manteve-se praticamente durante todo o período de circulação, tornando-se trissemanal somente a partir de 20 de junho de 1821. Nesta fase final, circulou às terças, quintas e sábados.

No primeiro volume da *Gazeta* consta a informação de que o primeiro jornal brasileiro seria vendido “em loja de Paulo Martim Filho, mercador de livros no fim da Rua da Quitanda, a preço de 80 réis”. Foi vendida pelo mesmo livreiro até agosto de 1821, quando foi transferida, de acordo com anúncio de 2 de agosto desse ano, para a loja de Manoel Joaquim da Silva Porto, na Rua da Quitanda, esquina com a Rua de S. Pedro (atual Av. Presidente Vargas). O motivo da mudança, ainda de acordo com o anúncio, foi porque a nova loja estava em “posição mais central”. Por ter vendido a *Gazeta* durante todo o período praticamente, a loja de Paulo Martim acabou por ser apelidada por “Loja da Gazeta” e assim foi muitas vezes mencionada nas páginas do jornal.

O primeiro valor de assinatura da *Gazeta* foi fixado em 1.900 réis pelos primeiros seis meses. A seguir, em março de 1809, a assinatura para os nove meses seguintes foi anunciada por 9.000 réis, um “preço muito módico”, de acordo com o anúncio publicado na edição de 28 de janeiro de 1809. Com os semestres organizados, a *Gazeta* passou a ter um valor fixo de assinatura a partir de 1810, de 5.000 réis por cada semestre, conforme anunciado na última edição do periódico em 1809:

“Devendo principiar em janeiro do próximo ano de 1810 a nova assinatura para a Gazeta do Rio de Janeiro, faz-se saber ao público que ela se fará pelos primeiro seis meses de janeiro até junho inclusive, segundo a prática geral a semelhante respeito. As pessoas que quiserem assinar dirigir-se-ão à Loja da Gazeta, onde farão saber os seus nomes, e moradas, e darão logo o preço de 5.000 réis, devendo continuar a receber tanto as Gazetas ordinárias como extraordinárias. Os senhores assinantes, que possam ter algum motivo de queixa fundada sobre a entrega regular dos números, ou outra alguma razão, dirigir-se-ão à Loja da Gazeta, onde farão saber, para se lhe darem imediatamente as convenientes providências” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 136, edição de 30 de dezembro de 1809).

O valor foi mantido durante quase todo o período de vigência da publicação, sendo alterado somente em 1821, quando a *Gazeta* teve também sua periodicidade mudada para

três publicações por semana. Em 20 de junho de 1821 foi oficializado o novo valor para a subscrição semestral: 6.000 reis. As edições do periódico, por vezes, continham conteúdos exclusivos aos assinantes, como em 10 de março de 1821. Nesse dia, Ignácio José Correia Drummond ofereceu um exemplar da obra *Sonetos* a cada assinante.

Aos leitores interessados em ter uma assinatura, o procedimento era simples: bastava ir até a “Loja da Gazeta” ou mandar entregar no local o nome e o endereço para entrega da *Gazeta*, além de, claro, deixar o valor referente à assinatura pago. A entrega do jornal era realizada na manhã da data de publicação. Portanto, no período em que a *Gazeta* foi bissemanal, o que corresponde à maior parte do período de circulação, o periódico era entregue nas casas dos assinantes sempre às manhãs de quarta e sábado.

A distribuição era realizada por homens livres que recolhiam os exemplares da *Gazeta* na Impressão Régia e levavam até as casas dos assinantes do periódico. Em 1821, poucos dias após a mudança de livreiro responsável pela distribuição, foi registrado um problema na entrega das folhas, em função da demissão dos entregadores. A ocorrência é anunciada em duas edições da *Gazeta* (números 69 e 70) na altura:

“Manoel Joaquim da Silva Porto dá uma satisfação àqueles dos senhores subscritores da *Gazeta* a quem ela tenha faltado, ponderando-lhes que duas tem sido as causas dessa falta: primeira despedirem-se repentina e inopinadamente os dois moços que até agora entregavam, deixando-lhes listas pouco perceptíveis, que foi necessário conferir, e copiar de novo; segunda, as alterações que tem havido em numeração das casas, que tornam mais difíceis as entregas quando vão ser feitas por homens que principiam neste exercício; mas apensar de todos os obstáculos, o dito Porto protesta não descansar enquanto não poser este negócio na sua marcha regular, satisfazendo, como deve, a tão ilustrado público” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 69, edição de 9 de agosto de 1821).

Além das *Gazeta* de quarta e sábado, existiam as edições “extraordinárias”, publicadas sempre que surgiam notícias de última hora que não convinha aguardar até o dia da edição seguinte para publicação. No primeiro ano completo de publicação da *Gazeta*, em 1809, foram publicadas um total de 18 *Gazetas Extraordinárias*. Houve anos com um grande número de edições extraordinárias e outros com menos ocasiões que justificassem uma publicação urgente, como em 1819, ano que registrou apenas três edições extraordinárias do periódico, e em 1816 e 1817, com quatro edições extraordinárias cada.

Algumas edições da *Gazeta* registraram muitas vendas a ponto de obrigar a reimpressão, “como ocorreu com os n.º 44 e 45 de 1812, que noticiavam o falecimento e o funeral do infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, genro do príncipe regente e seu sobrinho” (Silva, 2007: 11).

A publicação tinha uma clara divisão em duas seções: Notícias e Avisos. A seção de Notícias era sempre a primeira da publicação, com longos textos descritivos acerca dos acontecimentos europeus, como o desenrolar das guerras napoleônicas – que preencheram as páginas de inúmeras edições da *Gazeta* –, e com notícias de medidas de D. João VI e seus ministérios no Rio de Janeiro. As notícias internacionais eram, muitas vezes, a transcrição traduzida de publicações internacionais. Alguns exemplos são as

edições de 24 de novembro de 1810, com transcrições dos jornais ingleses *London Chronicle*, *The Times* e *Courier*; 29 de dezembro de 1810, com notícia extraída da publicação espanhola *Diário de Alicante*; e 11 de dezembro de 1816, com cópia traduzida de notícias obtidas a partir da leitura do periódico holandês *Jornal de Leyde*.

Essas notícias estrangeiras chegavam por vias marítimas a Lisboa. A publicação de 24 de novembro de 1810, por exemplo, confirma isso: “Chegou ontem um paquete de Inglaterra e traz folhas até 25 de agosto: são muito pouco interessantes as suas notícias” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 94, edição de 24 de novembro de 1810). As notícias chegavam ao Rio de Janeiro com um atraso de alguns meses. A morte do rei de Espanha, Carlos IV, e da rainha Maria Luísa de Parma, por exemplo, foi anunciada na *Gazeta* do dia 19 de maio de 1819, quatro meses após o falecimento dos monarcas espanhóis.

Notícias nacionais, de outras regiões do Brasil que não o Rio de Janeiro, também demoravam dias, às vezes meses, para alcançar a capital. Um bom exemplo é a Revolução Pernambucana de 1817. A *Gazeta* noticiou na edição de 16 de junho de 1817, extra oficialmente, que rebeldes pernambucanos renderam-se no dia 20 de maio, quase um mês antes. A população da cidade do Rio de Janeiro soube da rendição e da restauração do território de Pernambuco em 14 de junho (Pedreira e Costa, 2009). A *Gazeta*, portanto, noticiou o fato logo na edição seguinte, dois dias a seguir.

Ao fim da seção de notícias a *Gazeta* publicou permanentemente uma subdivisão noticiosa intitulada “Notícias Marítimas”, que estreou no dia 6 de julho de 1811. Este espaço informava detalhadamente aos leitores as entradas e saídas de embarcações no Rio de Janeiro.

Quanto aos Avisos – seção do periódico que é o foco principal deste trabalho –, o primeiro volume informou que a *Gazeta* publicaria “quaisquer anúncios”, desde que fossem entregues até a quarta-feira no fim da tarde na Impressão Régia. A promoção destes anúncios nas páginas do jornal foi gratuita durante a primeira década de circulação. Em 28 de junho de 1817, contudo, foi oficializado que cada anúncio da *Gazeta* passaria a custar 200 reis por cada linha.

Antes de consolidar-se com o título de Avisos, a seção que publicava os anúncios solicitados pela população foi nomeada de diferentes formas nas primeiras publicações, como “Annuncio”, “Aviso”, “Notícia” e “Aviso ao Público”. A última edição com um nome alternativo apareceu em 17 de janeiro de 1809, que nomeou anúncios da população com o título de “Leilão”. A partir de 18 de janeiro de 1809 a seção foi padronizada com o título “Avisos”.

A seção de Avisos consistia numa prestação de serviços, uma espécie do que os jornais atualmente nomeiam como “classificados”. Ou seja, eram publicados neste espaço, reservado sempre para a última ou últimas páginas do jornal, anúncios de habitantes da cidade, especialmente os comerciantes que anunciavam a venda de livros, alimentos, escravizados, imóveis, além de anúncios de dívidas, perda de artigos ou de escravizados, leilões, entre outros. O espaço, de fato, prova-se como rica fonte de informações sobre os hábitos da sociedade carioca joanina.

Em 1808, período em que ainda nem estavam consolidados como um espaço fixo no periódico, tais anúncios não ocupavam nem sequer um terço de uma página do periódico. Nos anos seguintes, contudo, a importância do espaço foi crescendo gradualmente a ponto de a seção ocupar, em média, uma página inteira em 1809 e uma página e meia de 1819 em diante. A *Gazeta* foi publicada durante todos os 13 anos de duração sempre com quatro páginas, salvo algumas exceções. As outras três páginas, portanto, eram dedicadas à seção de notícias já descrita.

Há questões difíceis de responder acerca dos anúncios da *Gazeta*, todas em relação aos leitores e alcance deles, o que não invalida a riqueza que podemos extrair do estudo deles. Não há pesquisas que indiquem um alcance dos jornais no Rio de Janeiro colonial. A estimativa mais próxima de que se tem conhecimento é de José Tengarrinha, que aponta que um jornal impresso possuía uma média de 15 a 20 leitores em Portugal por volta de 1830 (Tengarrinha, 1989: 150).

Sobre a difícil precisão de alcance, é importante anotar que, no século XVIII e XIX, eram comuns as leituras de jornais e publicações periódicas em voz alta em cafés e praças. Ou seja, “no período joanino prevalecia uma forma híbrida de leitura, razão pela qual não podemos limitá-la aos que eram plenamente alfabetizados” (Meirelles, 2006: 140). Tengarrinha também destaca a leitura em voz alta antes do grande surto da imprensa pós-1834: “Cada exemplar passa de mão em mão ou é lido em voz alta em grupos não muito pequenos” (Tengarrinha, 1989: 150).

Para além dessa questão, Juliana Gesuelli Meirelles notou uma importante questão no círculo de leitores do periódico. Ao avaliar as anotações manuscrita realizadas por um assinante da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a jornalista e historiadora registrou uma anotação do assinante que explica porque ele não preservou a edição anterior do periódico em sua coleção. Teria sido, conforme o manuscrito, “em consequência de não me haver sido restituída por Pedro José Campos a quem a emprestei para ler o primeiro documento publicado à cerca da expedição enviada ao Rio da Prata”. Ou seja, a *Gazeta* não era lida apenas pelos assinantes. Meirelles conclui que:

“provavelmente um exemplar da *Gazeta* circulava e era lido por mais de um indivíduo, demonstrando que para além dele – assinante –, havia outros personagens envolvidos com a circulação e a recepção das notícias produzidas pelos editores da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em outras palavras, mostra-nos que não era preciso ser colecionador, subscritor ou assinante do periódico para ser seu leitor, situação que nos aponta para a multiplicidade de formas de leitura no raiar do século XIX” (Meirelles, 2006: 148).

É ainda salutar fazer uma rápida crítica dos documentos em questão, ou seja, dos papéis da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em todo documento há um monumento, conforme procurou mostrar o historiador francês Jacques Le Goff (1996), no sentido que, por mais que pareça evidente a objetividade de um documento, é preciso criticá-lo para encontrar possíveis intencionalidades, algo tão característico dos monumentos.

E os anúncios da *Gazeta* em questão não fogem à regra, foram realizados com intencionalidade. São anúncios publicados pela elite letrada do Rio de Janeiro e pelos estrangeiros, sabendo que estes “eram anunciantes e, possivelmente, leitores da *Gazeta do Rio de Janeiro*” (Meirelles, 2006: 135). Os Avisos, portanto, provavelmente refletem menos os hábitos das classes inferiores do que o das elites e dos estrangeiros. Mas a partir deles podemos também compreender muito do cotidiano das classes baixas e dos escravizados, conforme será descrito nos próximos tópicos.

Em 1821 a *Gazeta do Rio de Janeiro* começa a entrar em declínio e isso deve-se, maioritariamente, à ascensão do *Diário do Rio de Janeiro*, periódico inaugurado no 1º de junho de 1821. Após a inauguração do *Diário*, nota-se, por exemplo, uma considerável redução no número de anúncios publicados na *Gazeta*. A ocorrência não é difícil de ser explicada, uma vez que o recém-fundado *Diário* não cobrava pela inserção de anúncios, enquanto a *Gazeta*, como descrito, cobrava 200 réis por cada linha de promoção.

O *Diário do Rio de Janeiro* foi a primeira publicação diária da história do jornalismo brasileiro. Foi criado por Zeferino Vito de Meirelles, um “redator que ascendera na Imprensa Régia, de operário a administrador, passando pelos cargos de apontador, corretor e almoxarife, que obtivera licença real para imprimir seu jornal durante seis meses na Imprensa Nacional” (Meirelles, 2006: 194).

A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou pelas ruas do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 1822, pouco mais de três meses após a declaração de independência do Brasil frente a Portugal. Em 28 de dezembro de 1822 foi anunciada a sua substituição pelo *Diário do Governo*.

Imagem 2: *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 96, edição de 30 de novembro de 1816



4. As tendências comerciais e as ruas mais movimentadas

Diante da importância da *Gazeta do Rio de Janeiro*, explicada no tópico precedente, é fundamental procurar extrair de suas páginas uma interpretação dos hábitos que predominaram na cidade e do cotidiano do Rio entre os anos de 1808 e 1821. Este trabalho optou por excluir do recorte o ano de 1822 em função da decadência apresentada pela *Gazeta* neste ano, com as páginas trazendo pouquíssimos anúncios, de modo que se entende que o periódico deixou de refletir com clareza o que se pretende auferir.

Avaliar os hábitos urbanos e comerciais de uma cidade como o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX oferece uma peculiaridade. É que ao descrever a venda e arrendamento de imóveis e o comércio de livros, carruagens e cavalos, por exemplo, fala-se em práticas acessíveis apenas a uma parcela da população carioca desse tempo. Isso porque os escravizados, ou seja, os indivíduos que não eram donos de si, e outros estratos populares da cidade não podiam, em sua esmagadora maioria, escolher o que comprar e o que fazer com o seu próprio tempo. E estes representavam uma parcela considerável da população na época joanina, nomeadamente os *escravos*, conforme será descrito no capítulo oitavo. O tópico presente descreverá práticas acessíveis aos integrantes da elite letrada – muitos dos quais transferidos da Europa, mas também outros nascidos e criados no Brasil – e a apenas alguns ordinários da cidade.

Nesta investigação foram avaliadas 1610 publicações da *Gazeta*, ou seja, todas as edições ordinárias e extraordinárias que circularam entre setembro de 1808 e dezembro de 1821. Nestes exemplares foram encontrados 9211 anúncios à população carioca. Este número é resultado da leitura de todas as seções de “Avisos” publicadas nos jornais, sendo que não foram contabilizados anúncios próprios da *Gazeta*, como explicações sobre a publicação e seu conteúdo. Também importa ressaltar que, por vezes, um mesmo anúncio continha outros embutidos, como nos casos em que um mesmo anunciante aproveitava suas linhas para descrever duas vendas distintas num mesmo aviso. Nestes casos, desmembramos e estudamos como comunicados separados. E são todos estes “classificados”, que formam uma espécie de reflexo do que foi a cidade durante o período joanino, que serão estudados, questionados e interpretados.

A quantidade de anúncios inseridos nas páginas da *Gazeta* cresceram vertiginosamente ano após ano, com exceção de 1810, quando houve uma pequena queda na quantidade de comunicados publicados, e 1821, neste caso devido ao segundo semestre, período que assinalou já uma queda de importância da *Gazeta*, como referido, em função da chegada do *Diário do Rio de Janeiro*, que publicava anúncios gratuitamente e absorveu os anunciantes da *Gazeta*. O maior número foi no ano de 1820: 1381 avisos.

Gráfico 1 – Quantidade de anúncios na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821)



A análise permite destacar que três hábitos comerciais e sociais se sobressaem nas páginas da *Gazeta*, de modo que dificilmente os leitores do século XIX receberiam uma edição do periódico sem pelo menos um aviso acerca de um destes três aspectos. Na segunda metade do período joanino, dificilmente se encontravam edições sem os três aspectos anunciados. São eles: anúncios de compra, venda ou aluguel de imóveis, que representam 20% de todos os avisos, tendo sido encontrados 1837 comunicados deste tipo dentro dos 9211 estudados; avisos de compra, venda e aluguel de escravizados ou de procura por cativos fugitivos, que representam 16% do total, ou seja, 1437 comunicados; e o comércio de livros, folhetos ou publicações impressas, com 1125 diferentes avisos deste tipo impressos e que ocupam 12,20% do total.

Os anúncios relacionados aos escravizados atraem um interesse particular, pois nos permitem auferir uma série de informações acerca da realidade e do cotidiano dos mancipios do Rio. Por isso, estes anúncios serão estudados em um capítulo à parte. Neste tópico vamos focar em “cozinhar” todos os outros tipos de avisos do Rio joanino.

Os três tipos de avisos citados, portanto, correspondem, juntos, a 48% da totalidade de comunicados encontrados na *Gazeta*, praticamente a metade. Os anúncios que davam conta de comunicar as embarcações que e saíam do Rio de Janeiro e poderiam carregar mercadorias ou pessoas ocupam a quarta colocação, representando 7,44% do total, seguidos pelos avisos de compra e venda de embarcações como sumacas, bergantins e corvetas, que representam 4,76%. Estes são, portanto, os cinco principais tipos de anúncios que eram encontrados pelos assinantes e leitores do periódico entre 1808 e 1821.

Como esta dissertação restringirá o aprofundamento às três principais espécies de anúncios que claramente se destacam, aspectos como os transportes, as formas de divertimento e as práticas médicas e educacionais não poderão ser aprofundadas, apesar de serem aspectos bastante aparentes nas páginas da *Gazeta*.

| QUADRO 2: ANÚNCIOS MAIS FREQUENTES NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO (1808-1821) | |
|---|------|
| Comércio de imóveis, terrenos e afins | 1837 |
| Comércio e/ou fuga de escravizados | 1474 |
| Comércio de livros, folhetos e/ou publicações impressas | 1128 |
| Anúncios de partida de embarcações e datas para as cartas | 687 |
| Comércio de embarcações | 439 |
| Anúncios de dívidas, quitações e afins | 428 |
| Aviso de governo: decretos, alvarás, despachos, avisos militares e afins | 399 |
| Oferta de serviços | 354 |
| Comércio de alimentos, bebidas e consumíveis em geral | 323 |
| Comércio de carruagens | 306 |
| Comércio de artigos de casa (louças, armários, mobílias...) | 303 |
| Anúncios de perda de artigos ou procura por pessoas | 260 |
| Loterias | 237 |
| Leilões | 230 |
| Mudanças de endereço, assinatura e afins | 194 |
| Comércio de vestuário | 142 |
| Abertura ou encerramento de empresas | 101 |
| Comércio de cavalos, bestas e etc | 80 |
| Anúncios de emprego | 57 |
| Outros | 232 |

A leitura integral das edições da *Gazeta* também permite definir quais eram as principais ruas do Rio de Janeiro no que tange ao comércio, uma vez que o espaço de “Avisos” era basicamente uma espécie de classificados do comércio carioca capitaneado pela elite branca e mercantil. As principais vias, conforme brevemente descrevemos no tópico penúltimo, estavam localizadas no perímetro urbano, onde também se concentravam o centro econômico carioca e as principais lojas, sendo a Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março) descrita pelos viajantes estrangeiros como o grande epicentro comercial da cidade.

Em alguns bairros, descreveu o príncipe alemão Alexander Maximilian (1820: 26), “existem edifícios mais extensos, especialmente no bairro do porto, da Rua direita e perto do palácio real, que, embora não seja extraordinariamente magnífico, está finamente situado e de onde se tem uma vista nobre em direção ao mar”. O britânico John Mawe (1812: 97), por sua vez, informou que “paralelamente à praia, corre a rua principal, composta por edifícios nobres, chamada Rua Direita, da qual as ruas secundárias se ramificam em ângulos retos e são interceptadas por outras a distâncias regulares”.

Os relatos dos habitantes da época condizem com os 9211 anúncios da *Gazeta*. Destes, 3923 foram publicados com endereço, ou seja, com a rua em que se localizava a loja onde o produto poderia ser encontrado. A estatística confirma que a Rua Direita é a mais frequente, com 398 comunicados comerciais nesta rua, o que representa 10,1% do total. A Rua da Quitanda aparece em 8,5% dos casos, sendo a segunda rua mais movimentada. Já a Rua do Ouvidor, que “contava com boas casas comerciais portuguesas e inglesas” (Macedo, 2011), é a terceira, mencionada em 7,6% das oportunidades.

Essas ruas reuniam lojas diversas e eram onde estava concentrada a movimentação dos habitantes cariocas. Quem passeasse pela Rua Direita, por exemplo, poderia escolher onde comer e beber, pois somente nesta rua havia um botequim, uma casa de pasto (nomenclatura usual na época para se referir a um restaurante) e uma padaria do italiano Horácio Messeri. Mas também havia nessa via pelo menos quatro boticas, uma no n.º 8, que primeiro pertenceu a João Luiz da Silva Souto e depois a Antônio Pinto Siqueira; outra no n.º 10, de João Ricardo Fajardo Perdigão; uma no n.º 40; e a última no n.º 58, de Manoel Vaz Diniz. Também estavam instaladas nesta rua uma Casa de Seguros, uma loja de ferragens, uma fábrica de estampanaria, um armazém de louça e pelo menos duas livrarias: a de Fernando José Pinheiro, na esquina com a Rua de São Pedro, e a de Manoel Mandillo, próxima ao Largo do Paço e em frente à Capela Real do Carmo.

De 1817 em diante, a principal rua da cidade passou a ser também preenchida por comerciantes franceses. Com a paz selada no Congresso de Viena, em 1815, os franceses passaram a ser bem-vindos no Brasil. À Rua Direita chegaram Carlos Durand, no n.º 9; o mercador de modas e chapeleiro parisiense Troyon, com loja no n.º 17; o também parisiense Mr Maullaz, no n.º 28, onde se encontrava bijuterias, vestidos, chapéus e plumas; o armazém de Gadet e Jallasson, no n.º 55, que vendia armas de luxo importadas de Paris, como espadas militares, além de funcionar também como papelaria e perfumaria; Ambrósio Bourdon, com um comércio de mobílias, que também vendia livros e outras mercadorias, em frente à Rua Detrás do Hospício (atual Rua Buenos Aires); e a loja de Joaquim Martins Pinto, no n.º 20, que comercializava roupas femininas.

Na segunda principal via da cidade, a Rua da Quitanda, o comércio estava igualmente expandido. Encontrava-se nesta rua pelo menos duas boticas: uma no n.º 79, chamada de Botica do Bandeira, e outra no n.º 85, esta última próxima a um botequim, no n.º 90, “que vendia bom chocolate espanhol”. Havia ainda uma tinturaria, uma loja de barbeiro, uma loja de couros, o mercado de roupas e tecidos de Joaquim José Gomes e a casa comercial de Domingos Gonçalves, no n.º 53, famosa pelo comércio de rapé.

Também tinham boas opções culturais na via, com a loja de Francisco Moreira Carvalho, que vendia quadros, e pelo menos cinco livrarias: a de Paulo Martin, também conhecida como Loja da Gazeta, no n.º 34; a de Francisco José Nicolau, no n.º 36; a de Manoel Joaquim da Silva Porto, na esquina com a Rua de São Pedro; a de João Roberto Bourgeois, no n.º 33; e a de Francisco Galli, no n.º 90, que também funcionava como confeitaria e armazém, vendendo, além de livros, doces, empadas, azeitonas, atum e afins.

Galli, no entanto, administrou a confeitaria e livraria somente até 1814. Nos anos seguintes a loja continuou a anunciar como Confeitaria da Quitanda, até ser substituída, em outubro de 1817, por uma confeitaria de produtos franceses.

“Na Rua da Quitanda, n.º 90, se abriu uma loja francesa, onde se achará toda a qualidade de massas e confeitaria e se aprontam jantares para fora, sendo com antecedência” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 80, edição de 4 de outubro de 1817).

Outra via de intenso vai e vem na época foi a Rua do Ouvidor, onde residiu o viajante inglês John Luccock. Este relatou que todos os dias observava o encontro dos meirinhos numa das esquinas da Rua do Ouvidor com a Rua da Quitanda, onde os advogados “se reuniam todos os dias para realizar negócios” (Luccock, 1820: 102). O inglês foi um dos estrangeiros anunciantes da *Gazeta*:

“Quem quiser comprar uma casa com jardim e cavalariço, situada no caminho de São Cristóvão, e própria para uma família numerosa, fale com John Luccock, n.º 35 Rua do Ouvidor, que também tem uma traquitana quase nova com seus arreios para vender” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 31, edição de 17 de abril de 1816).

Na *Gazeta* há registro de venda de imóveis nesta esquina citada por Luccock. Em 1815, por exemplo, vendia-se “uma morada de casas de sobrado na Rua do Ouvidor, n.º 61, junto à esquina dos Meirinhos” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 92, edição de 18 de novembro de 1815). Posteriormente, o romance *Memórias de um sargento de milícias* eternizaria na literatura estes encontros dos meirinhos, com um dos personagens da trama sendo um advogado que passava os dias na esquina do Ouvidor com a Quitanda.

A Ouvidor, assim como as outras duas ruas prestigiosas da cidade, abrigava um comércio diversificado, a começar pelas livrarias: de Domingos da Cunha Pinheiro, na esquina do Beco das Cancelas; a de Francisco Luiz Saturnino Veiga, no n.º 14, até 1813, quando ele mudou a loja para a Rua da Alfândega; e a de José Borges de Pinho, no n.º 10, que importava livros da Bahia e de Lisboa. O Armazém de Luiz Zoveti, no n.º 9, era famoso por vender vinhos importados, licor de Martinica, conservas inglesas e chocolate espanhol. Havia nesta rua, inclusive, a Loja de Chocolateiro, no n.º 174. A via ainda abrigava uma botica, um Alfaiate, um açougue (talho), uma tabacaria, um mercado de salsichas e salames, a Padaria Real e a Padaria de José Angelini, esta última, no n.º 9, vendia produtos importados da cidade italiana de Trieste.

A exemplo da Rua Direita, a Ouvidor também recebeu franceses na segunda metade da época joanina. Não foi à toa que Ebel, em 1824, anotou que “ao entrarmos, porém, na rua do Ouvidor, acreditamo-nos transportados para Paris” (Ebel, 1972: 70). Sabe-se, a partir da *Gazeta*, que Bellard abriu sua loja de vestuário no n.º 8; Lambert, parisiense, estabeleceu uma fábrica de rapé no n.º 23; o Armazém Francês de Lezan Vial ficava adiante, no n.º 28, enquanto o armazém de Mr. Gas localizava-se no n.º 38.

“Mr. Gas, voltando de Paris, chegou a esta Corte e abriu um armazém na Rua do Ouvidor, n.º 38, no qual vende um sortimento de fazendas francesas, como móveis, espelhos, porcelana, cristais, lustres, candeeiros, castiçais, pêndulas, papéis pintados, vestidos e toucas

bordadas de ouro e prata, chales de lã e de seda, sapatos para senhoras e homens, botas, e borzeguins, espadins e floretes, crachás e hábitos das ordens portuguesas” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 81, edição de 8 de outubro de 1817).

Eram essas as mais movimentadas, mas as outras ruas do centro também abrigavam um comércio diverso que também concorria com as três mais famosas vias. As boticas, por exemplo, eram encontradas em todos os cantos do Centro. Somente nas proximidades dessas três ruas citadas, era possível encontrar boticas em frente à Igreja de S. José, outra na Rua da Candelária, esquina com a Rua dos Pescadores (atual Rua Visconde de Inhaúma), mais uma na Rua da Cadeia (atual Rua da Assembleia), que fazia frente ao Paço, além da Botica de Manoel Antônio da Silva, na Rua dos Ourives, em frente à Rua da Cadeia. Se saísse apenas um pouco mais da margem da Baía de Guanabara encontraria a Botica de Manoel José Ferreira do Rego Vieira, na Rua do Piolho (atual Rua da Carioca), na entrada do Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes), sendo que a poucos metros dali o boticário Francisco Xavier de Azeredo tinha a sua loja na Praça da Carioca.

Na região que atualmente abriga a grande Avenida Presidente Vargas também era possível encontrar algumas boticas. Na Rua de São Pedro havia a botica de Luiz José da Silva, no n.º 147. Paralela a esta estava a Rua do Sabão, que também abrigava uma botica. Nas proximidades encontrava-se outra loja com medicamentos, no Largo do Capim, praça que também desapareceu do mapa durante a construção da referida avenida, inaugurada em 1944. Outros boticários famosos da cidade eram José Vicente Rosa, na Rua da Prainha, e Manoel José da Costa Guimarães, na Rua Detrás do Hospício (atual Rua Buenos Aires), que dava “gratuitamente aos muitos pobres alguns remédios de poucos preços” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 30, edição de 15 de abril de 1818).

A principal, contudo, era a Botica Real, anexa ao Hospital Militar e da Marinha, criada em maio de 1808 para manipular os medicamentos específicos aos pacientes do hospital. Este estabelecimento também comercializava medicamentos e vendia regulamentações do governo. Em 18 de abril de 1812, um aviso da *Gazeta* informava que na Botica Real se vendia o *Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados e compostos por ordem de S.A.R. para governo dos boticários nos Estados do Brasil*.

| QUADRO 3: RUAS MAIS PRESENTES NOS ANÚNCIOS DA GAZETA DO RIO DE JANEIRO (1808-1821) | | |
|---|-------------------------------|-------------------|
| Nome da rua | Quantidade de anúncios | % do total |
| Rua Direita | 398 | 10% |
| Rua da Quitanda | 335 | 8,50% |
| Rua do Ouvidor | 298 | 7,60% |
| Rua da Alfândega | 227 | 5,70% |
| Rua do Sabão | 164 | 4,10% |
| Rua dos Pescadores | 152 | 3,88% |
| Rua do Rosário | 151 | 3,85% |
| Rua de S. Pedro | 132 | 3,34% |
| Rua da Candelária | 97 | 2,47% |
| Rua da Cadeia | 92 | 2,34% |

A Rua da Alfândega também foi uma importante via da cidade na época. Clarke Abel, um médico inglês que passou pelo Rio de Janeiro em 1816, ficou hospedado na “Casa de Pasto da Rua da Alfândega, o melhor hotel inglês do local”. Abel descreveu que teve um tratamento civil na hospedaria, embora não possuísse o conforto de uma estadia semelhante em casa. O viajante elogiou a sala de bilhar da hospedaria, com mesa de bilhar, cadeiras e sofás. A hospedaria e pastelaria estava recém-inaugurada quando Abel chegou ao Rio de Janeiro, em março de 1816. De acordo com a *Gazeta*, o local também organizava encontros em mesa redonda.

“Na Rua da Alfândega n.º 10 se abriu uma nova Casa de Pasto inglesa, aonde há mesa redonda às duas horas por 640, com uma garrafa de vinho Bordeaux a cada pessoa” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 7, edição de 24 de janeiro de 1816).

Em 1818, de acordo com a *Gazeta*, a hospedaria inglesa teria mudado para o n.º 4, onde foi renovada com novos quartos e estrutura. Esta não foi a única hospedaria da Alfândega no período. No n.º 1 existiu uma casa de bebidas, bilhar e hospedaria até 1815, quando foi anunciada na *Gazeta* do 1º de março a sua venda. A casa seria comprada por Agostinho da Silva Hoffman, que abriria ali uma Casa de Seguros.

Na época também havia uma hospedaria em frente à Capela do Carmo, na Rua Direita, n.º 4. Chamava-se Hospedaria da Inês. E outra na Rua do Ouvidor, onde se encontrava a hospedaria de Chevalier, que em 1820 mudaria de nome e passaria a se chamar Duran.

As casas de leilões configuravam um dos estabelecimentos mais frequentados na Rua da Alfândega. Os leilões de mercadorias diversas, muitas delas vindas do exterior e algumas avariadas, foram uma atividade frequente na época joanina. Na Alfândega havia, por exemplo, as casas de leilões do corretor Jorge João Dodsworth, no armazém do n.º 14, que funcionaram durante todo o período joanino.

“Jorge João Dodsworth, corretor (e com casa de leilão estabelecida nesta Corte há 10 anos), faz saber aos seus amigos, e ao público em geral, que ele continua a receber fazendas de todas as qualidades no seu grande armazém, Rua da Alfândega n.º 14, para vender em leilão ou particularmente. Também casas, terras ou navios, e faz leilões em qualquer casa, comissões cômodas, câmbios de dinheiro” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 82, edição de 14 de outubro de 1818).

Na *Gazeta* foram publicados 230 anúncios referentes a leilões na cidade durante o período joanino. Havia casas de leilões também nos arredores da Rua da Alfândega, como a de Barker & March, no n.º 26 da Rua de São Pedro, e de Dyson & Finnie, no n.º 60 da Rua da Quitanda. Muitas vezes os leilões ocorriam concomitantemente nos mesmos dias. Tome como exemplo o dia 28 de dezembro de 1808, quando a *Gazeta* anunciou dois leilões a acontecer no mesmo dia, 30 de dezembro, um na Barker & March e outro na Dyson & Finnie.

5. O predomínio do comércio de imóveis

A grande presença do comércio de imóveis, ou seja, casas e terrenos, não é surpreendente diante do cenário instalado no Rio de Janeiro após a chegada da corte portuguesa à cidade. Com um aumento populacional tão grande, e que se manteve em crescimento durante todo o período joanino, era de se esperar que o comércio imobiliário aumentasse de uma maneira sem precedentes, uma vez que a primeira coisa que qualquer imigrante que adentrasse a cidade procuraria seria uma instalação. Ascendeu a construção imobiliária em diversas regiões da cidade, o perímetro urbano foi ampliado e as páginas da *Gazeta* foram inundadas com anúncios de venda e aluguel de imóveis.

As nomenclaturas dos imóveis à venda eram diversas, pois também eram diversos os tipos de imóveis comercializados: vendiam-se braças de terras, trapiches, chácaras, casas térreas, sobrados, casas nobres, casas de vivenda, armazéns, entre outros. Ao fim do período joanino, nota-se pelos anúncios da *Gazeta* que o Centro do Rio de Janeiro já não parecia responder à intensa procura por imóveis no coração da cidade.

Por mais que existisse disponibilidade nas regiões mais afastadas, dada a ampliação do perímetro urbano, muitos pretendiam ter imóveis dentro da movimentação central da cidade, mas já não os encontravam nos últimos anos do tempo de D. João. É o que se pode concluir ao ler anúncios de senhores à procura de imóveis no Centro. Alguns repetiram o anúncio em mais de uma edição, o que evidencia que a tarefa de encontrar um imóvel central não seria fácil. Para outros, que tinham um nível de exigência muito elevado, a tarefa definitivamente não seria simples.

“Quer-se uma casa com terreno, perto da cidade, que sirva para família grande. Quem a tiver para vender ou alugar, procure a Guilherme Binas na Rua do Ouvidor, n.º 32” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 47 e 48, edições de 10 e 14 de outubro de 1820).

“Precisa-se de uma casa em uma das ruas (à exceção da do Rosário) entre a Rua do Ouvidor e a dos Pescadores, da Quitanda para baixo, ou que não exceda duas ou três casas para cima, e pouco mais ou menos com as seguintes acomodações: armazém na frente, escritório, sala para jantar, três quartos, cozinha, e um quarto ou lugar para negros, e se tiver estribaria será preferida. Quem tiver uma casa como acima fica dito, e a quiser alugar por tempo determinado, estando em bom estado, dirija-se à Rua Detrás do Hospício, da Rua da Quitanda para cima na loja n.º 21, que lá achará quem a procura” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 53, edição de 1 de julho de 1820).

Estes senhores, antes de anunciar a demanda, devem ter procurado por anúncios de imóveis na região e não os encontraram. Se observarmos as edições da *Gazeta* anteriores a estes anúncios, de fato se encontram raros imóveis disponíveis no Centro, como uma casa de sobrado próxima à Igreja do Parto, ou seja, próxima à Rua de S. José. Havia, sim, disponibilidade em regiões como Catumbi, Mata-Porcos, Praia de São Cristóvão e até Serra da Estrela, em Magé.

Já em 1811, contudo, há indícios de que o Rio de Janeiro se encontrava numa situação imobiliária delicada e que medidas precisariam ser tomadas para ampliar a oferta de habitações na cidade. Leonardo Pinheiro de Vasconcelos, por exemplo, viu-se numa encruzilhada ao arrendar uma casa no Rio de Janeiro, pois após a mudança a proprietária solicitou a devolução do imóvel. Em sua representação manuscrita⁶ ao Conde de Aguiar, secretário de estado dos negócios, datada de 20 de fevereiro de 1811, após ser notificado duas vezes pela proprietária, Vasconcelos explica que ainda não havia deixado a chácara por causa da “mesma dificuldade, e até impossibilidade, de achar casas, como é notório”.

Importa ressaltar outras medidas implantadas na cidade que impulsionaram a movimentação imobiliária e que também impactaram profundamente a população moradora do Rio de Janeiro. Muitos, por exemplo, nos primeiros anos da corte na cidade, precisaram deixar suas habitações de modo a oferecer melhores condições à nobreza recém-chegada à capital do Brasil. E isso, claro, provocou uma alta demanda por novas habitações na região, não só para os portugueses e europeus que continuariam vindo no rastro da corte, mas também para os locais que precisaram deixar suas casas em prol dos nobres que detinham influência para com a monarquia portuguesa. Gonçalves dos Santos (1825: 287) relatou que o Vice-Rei ordenou, ao saber que a monarquia estava a caminho, “que os proprietários, e inquilinos de um grande número de casas, e das mais excelentes, as desocupassem e levassem as chaves a ele vice-rei, o mais tardar, até que aparecesse na barra a real esquadra”.

“Alvorçada a cidade com aquele rebate, mandou o Conde Vice-Rei que se preparassem instalações para os hóspedes ilustres, despejando-se não só a parte do palácio que ele habitava, como a que estava tomada pelo Tribunal de Relação e Casa da Moeda. Logo intimou os proprietários e inquilinos que ocupavam as melhores casas a largar mão delas aos fidalgos e mais senhores da comitiva real, ordenando que se afixassem nesses prédios editais para o despejo sumário, contendo as iniciais P.R. (Príncipe Regente) que a ironia popular imediatamente converteu nestas expressões claramente imperativas: ‘ponha-se na rua!’” (Norton, 1979: 41-42).

São diversas as fontes que permitem notar a escassez de habitações no Rio de Janeiro e a dificuldade que existiu a partir de 1808 em comportar a chegada de tantas pessoas a uma cidade que não estava preparada para tamanha movimentação. Luccock descreve que uma das primeiras medidas tomadas após o desembarque da Família Real foi a limitação do número de imóveis que cada cidadão poderia ter: “nenhuma pessoa poderia ter simultaneamente duas casas; e alguns, que gozavam de pouca influência na Corte, encontraram dificuldades em reter ao menos uma” (Luccock, 1820: 99-100).

Três meses após se instalar na capital colonial, D. João oficializou, no dia 27 de junho de 1808, um alvará que assentou no Rio de Janeiro o tributo da Décima Urbana,

⁶ Vasconcelos, Leonardo Pinheiro de. *Representação ao conde de Aguiar, justificando sua posição, tendo em vista o requerimento de Joana Gualberta Joaquina Freire, que pede as casas que foram arrendadas a ele, por nove anos*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1811. 5 f. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427102/mss1427102.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

um imposto que passaria a valer para todos os prédios da cidade. Até a chegada da corte europeia, os proprietários de imóveis no Rio não pagavam nenhum imposto territorial. Estes tributos existiam somente àqueles que estivessem instalados em terrenos que pertencessem à Câmara.

A consequência natural do novo tributo aos proprietários foi o aumento dos valores dos aluguéis na cidade. O comerciante de minerais inglês John Mawe, que esteve na capital entre 1809 e 1810, registrou que, no Rio, “o aluguel de casas em geral é igualmente alto como em Londres, devido, ao que parece, à falta de materiais de construção e ao alto preço da alvenaria” (Mawe, 1812: 98). Mawe confirma que o custo de uma habitação na cidade não era acessível, apesar de apresentar argumento distinto para justificar o alto preço – argumentação esta desenvolvida, provavelmente, porque, recém-chegado, não tinha conhecimento profundo acerca do Rio de Janeiro para analisar que a cidade havia sofrido um inchaço populacional e, por isso, procurou argumentos próximos de sua área de atuação, a mineralogia. Certo é que um dos primeiros efeitos da chegada da monarquia foi a elevação do custo de vida na área urbana do Rio de Janeiro, o que obrigou a deslocação de populares para habitações em regiões afastadas do perímetro urbano.

A circunstância fez com que diversos moradores da cidade elaborassem um documento, que foi enviado ao príncipe regente ainda durante o ano de 1808. O manuscrito⁷, assinado por dezenas de moradores, indica que o aumento do preço dos aluguéis “foi ainda mais escandaloso depois da imposição da Décima”, reforçando que “acham os ingleses dispostos a alugar por qualquer preço”. A representação popular pede que “Sua Alteza Real nos dê providência capaz de conter a ambição e os caprichos dos proprietários”. Para intensificar a pressão por medidas, o manuscrito ao Príncipe Regente ainda cita que, em Lisboa, na altura das “calamitosas circunstâncias a que o terremoto de 1755 reduziu aquela cidade (...) um decreto de 3 de dezembro de 1755 proibiu levantar-se os aluguéis além do preço que valia antes do terremoto”. Em 1811, tem-se o registro de mais uma carta popular⁸ tratando sobre o aumento dos aluguéis, assinada novamente pelos “moradores desta corte”. A carta avisa que “os escandalosos procedimentos e excessos são dignos de providência pronta e adequada a fim de se coibirem” as inflações nos aluguéis. Certamente, outras representações populares foram enviadas à corte.

Alguns inquilinos conseguiam impedir o aumento dos aluguéis, como foi o caso de Manoel Marques, que obteve ganho de causa na Casa de Suplicação ao se recusar a aceitar o aumento proposto pela Santa Casa da Misericórdia, proprietária da casa na Rua do Rosário. O provedor da Santa Casa da Misericórdia, em março de 1815, enviou uma

⁷ *Representação dos moradores do Rio de Janeiro a S.A.R. solicitando providências que atalhassem o desmedido aumento havido nos aluguéis (...)*. Rio de Janeiro: 1808. 6 p. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427161/mss1427161.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

⁸ *Representação dos moradores do Rio de Janeiro a S.A.R. solicitando impedisse que os proprietários de casas da cidade abusassem na majoração dos aluguéis*. Rio de Janeiro: 1811. 4 p. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427834/mss1427834.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

representação manuscrita⁹ ao Príncipe Regente pedindo a anulação do ganho de causa obtido pelo inquilino. A casa custava 10.400 réis por mês, mas pretendia o proprietário aumentar para a quantia mensal de 12.000 réis.

As dificuldades para obter uma habitação em razão das circunstâncias descritas teriam provocado também um aumento do número de pessoas em cada casa. Isso teria acontecido pelo aumento do número de agregados nas casas, ou seja, pessoas que não pertenciam à família e moravam na casa sem pagar, mas por vezes com alguma contrapartida, como a prestação de serviços. O número de “fogos” (unidade doméstica, família) cadastrados na Décima Urbana entre 1808 e 1810 de fato é superior ao número de imóveis: 8.708 “fogos” contra 7.548 imóveis. Os números encontram-se num estudo do arquiteto Nireu Cavalcanti (2004). “Ninguém se admire da facilidade com que se faziam semelhantes coisas”, explica Manuel Antônio de Almeida, em *Memórias de um sargento de milícias*.

“No tempo em que se passavam os fatos que vamos narrando, nada havia mais comum do que ter cada casa um, dois, e às vezes mais agregados. Em certas casas os agregados eram muito úteis, porque a família tirava grande proveito de seus serviços” (Almeida, 1854).

Contudo, não é possível determinar ao certo o valor médio de um aluguel imobiliário na cidade do Rio de Janeiro nesse período. Em quase uma década e meia de circulação, a *Gazeta* publicou somente quatro anúncios, entre 1812 e 1820, que indicavam o valor da renda da casa. São avisos de características distintas. O primeiro, em 1812, é de uma casa pertencente ao cônsul inglês, provavelmente um imóvel nobre. E, por estar localizado na Ponta do Caju, realmente só poderia ser habitado por um indivíduo que tivesse boas condições financeiras para se deslocar à cidade, uma vez que, para tal, seria necessário ter uma carruagem ou um segeiro à disposição. O mencionado anúncio apontava um valor de 800 mil réis anuais pelo aluguel da casa, o que resulta num valor mensal de aproximadamente 67 mil réis (cerca de 6.338 reais).

“O Cônsul, Deputado da Nação Inglesa, Alexandre Cuningham, morador na Rua Direita, arrenda a chácara e casas da Ponta do Caju a 800.000 réis por cada um ano. Quem quiser fazer o dito arrendamento, dirija-se à casa do mesmo” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 14, edição de 15 de fevereiro de 1812).

O dito valor, no entanto, como mencionado, referia-se, provavelmente, a um imóvel altamente nobre, destinado à aristocracia. No ano seguinte, em 1813, aparece um anúncio informando o valor pelo qual estavam alugadas sete casas pertencentes ao Convento da Ajuda¹⁰, localizado na região que atualmente corresponde à Praça Floriano, também

⁹ *Representação do provedor da Santa Casa da Misericórdia a S.A.R. solicitando anulação do acórdão que dava ganho de causa a um inquilino (...)*. Rio de Janeiro: 1815. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427862/mss1427862.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

¹⁰ No início do período joanino, o Convento da Ajuda era proprietário de 35 imóveis no Rio, segundo pesquisa de Nireu Cavalcanti, que usou os livros da Décima Urbana entre 1808 e 1810. Este patrimônio era formado “por meio de doações que lhes faziam os particulares ou o Estado, ou em consequência de um eficiente desempenho administrativo” (Cavalcanti, 2004). Muitos, por não possuir herdeiros, transferiam a herança imobiliária ou parte dela para a irmandade a qual pertencia ou para hospitais e

conhecida por Cinelândia. O número contrasta com o da casa anteriormente citada e comprova que o preço do imóvel no Caju era, sim, muito acima do valor praticado em habitações mais simples nas regiões centrais da cidade. Cada casa pertencente à instituição religiosa estava alugada por 8.320 réis mensais (cerca de 787 reais). O anúncio ainda menciona que o proprietário destas casas pagava anualmente um foro ao Convento – era comum nesse período colonial o pagamento de foro por utilização do imóvel público, neste caso da Igreja. O valor anual era de 25.600 réis (cerca de 2.422 reais).

“Quem quiser comprar onze moradas de casas, muito bem edificadas, com todos os cômodos necessários, forradas e assoalhadas, que pagam de foro 25.600 réis por ano às Religiosas do Convento de N. S. da Ajuda, encostadas ao dito Convento com frente para o mar; das quais estão já seis acabadas e sete alugadas, a 8.320 réis por mês; ou todas juntas ou separadamente, dirija-se à Rua da Misericórdia, em um sobrado n.º 16, quase defronte da Igreja de S. José, das 7 às 9 horas da manhã” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 41, edição de 22 de maio de 1813).

Já no dia 6 de julho de 1816, um comunicado da *Gazeta* descreve que uma casa na Rua da Misericórdia rendia mensalmente 24 mil réis (cerca de 2.270 reais). Este provavelmente era o valor pelo qual estava alugada. O aviso, contudo, não descreve as características da casa. Por fim, em 4 de novembro de 1820, João Marcelino Gonçalves avisa que aluga uma casa por 30 mil réis (cerca de 2.838 reais) mensais, sem oferecer detalhes das características e localização do imóvel.

Os livros da Décima Urbana entre 1808 e 1810, consultados por Nireu Cavalcanti, aparecem como uma fonte para comparar os valores. O investigador informou os valores totais em réis obtidos pelos aluguéis de 60 casas térreas, 43 sobrados, cinco sobrados de dois ou três andares e cinco chácaras constantes nos referidos livros. Um cálculo da média desses valores resulta nos seguintes preços médios de aluguéis na área urbana da cidade: para casas térreas, o aluguel médio mensal era de cerca de 5.000 réis (cerca de 473 reais); para casas de sobrado simples, 15.485 réis mensais (cerca de 1.465 reais); para casas de sobrado de dois ou três andares, temos o aluguel médio mais valioso de 42.263 réis (cerca de 3.998 reais); e para chácaras, 8.773 réis (cerca de 830 reais) por mês.

A comparação dos anúncios da *Gazeta* com os valores informados pela Décima Urbana confirma a suspeita: o imóvel do Caju ofertado pelo cônsul inglês era destinado à alta aristocracia, com um valor consideravelmente acima da média. O valor do aluguel do imóvel do cônsul estava quase 60% acima da média de um sobrado com pelo menos dois andares no centro do Rio. Já os 8.320 réis cobrados pelas casas do Convento da Ajuda inserem-se nas médias praticadas. O anúncio não nos informa se são sobrados ou casas térreas simples, apenas informando serem casas “bem edificadas, com todos os cômodos necessários”, mas o valor encontra-se dentro da média dos dois tipos de imóveis.

Sabe-se também que Leonardo Pereira de Vasconcelos, que já referimos a sua representação de 1811 informando a dificuldade de encontrar casas no Rio de Janeiro,

orfanatos. Os testamentos do período podem confirmar esta tradição. A instituição religiosa com mais imóveis entre 1808 e 1810 era a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, com 186 imóveis.

arrendara a dita casa – da qual estava a ser expulso pela proprietária – pelo valor de 300 mil réis ao ano, ou seja, 25 mil réis (cerca de 2.365 reais) por mês. Não há no manuscrito de Vasconcelos uma detalhada descrição da casa, apesar de citar tratar-se de uma chácara. O manuscrito, porém, avisa que um nobre com título de Marquês residira no imóvel anteriormente, o que indica que era uma casa nobre, que, como já experimentamos ao avaliar os valores da casa do Caju, não costumam seguir a média de preço praticada.

Ainda que não tenhamos outros anúncios com valores das rendas de aluguéis imobiliários, sabemos que, em determinadas situações, o locatário conseguia obter um “desconto” no valor, com contrapartidas. É o caso deste anúncio, de 1812, em que o dono aceita receber metade do aluguel caso o inquilino se comprometa a melhorar o imóvel:

“Quem quiser alugar uma propriedade de casas nobres com boas salas, quartos, quintal e poço, fale com o porteiro da Impressão Régia. O senhorio propõe-se a consentir que o inquilino faça as obras que forem necessárias à custa de meio aluguel anual” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 6, edição de 18 de janeiro de 1812).

Os imóveis que sofriam melhoramentos depois provavelmente teriam os aluguéis aumentados. É o que, por exemplo, solicitavam os administradores da Irmandade de Santa Cruz dos Militares, em 1818, num requerimento¹¹. Donos de “uma morada de casas de sobrado, sitas na rua do Piolho n.º 10, nas quais morou o falecido provedor da Casa da Moeda desta mesma Corte”, os administradores pediam a permissão para aumentar o aluguel do imóvel, uma vez que durante a estadia do falecido provedor foram realizadas obras para melhorar o sobrado. O manuscrito informa que o sobrado estava alugado por 11.200 réis mensais (cerca de 1.060 reais), sendo que após o fim das obras o valor foi elevado para 12.800 réis (cerca de 1.211 reais). No entanto, o requerimento contesta que, com os melhoramentos, o sobrado ganhou uma avaliação superior e pretendiam, portanto, cobrar o valor atualizado de 16.000 réis (cerca de 1.514 reais). Valor este pouco superior à média calculada para sobrados simples entre 1808 e 1810.

Para estimar o valor de compra de imóveis na cidade, a *Gazeta* oferece mais material, mas ainda assim limitado. Dentre os 1.837 avisos imobiliários publicados no periódico, somente seis informam os valores pedidos, sendo que três são comunicados referentes a casas de sobrado à venda no ano de 1819, o que nos permite estimar quanto custava um imóvel deste tipo na época joanina. O valor médio das três casas de sobrado (ou seja, com mais de um andar em sua estrutura) é de 6.600.000 réis (cerca de 624 mil reais). Dois destes três anúncios de sobrados foram primeiramente anunciados com valores um pouco mais baixos, no dia 10 de novembro de 1819, e depois, em 11 de dezembro, atualizados para o valor que foi considerado neste estudo, no anúncio descrito

¹¹ *Representação dos administradores dos bens da Irmandade de Santa Cruz dos Militares a S.M. pedindo permissão para aumentarem o preço do aluguel de uma propriedade situada à rua do Piolho, em consequência dos melhoramentos ali promovidos*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1818. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427879/mss1427879.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

abaixo. O terceiro imóvel considerado neste levantamento é um sobrado no Campo de Santana, anunciado em 9 de outubro de 1819, por 10.000.000 réis (cerca de 946 mil reais).

“As casas de sobrado penhoradas na execução de D. Anna Joaquina Barboza Ferreira, contra Manoel Gomes Pinto, pela Conservatória dos Moedeiros, (...) hão de arrematar-se no dia 16 do corrente. A saber as da Rua Detrás do Carmo n.º 3 sobre a quantia de 5.000.000 réis, e as do canto da Rua de S. José n.º 14 sobre a quantia de 4.800.000 réis” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 99, edição de 11 de dezembro de 1819).

Outros dois anúncios precificados são referentes a uma estalagem, portanto uma casa simples, no Campo de Santana, por 5.000.000 réis (cerca de 473 mil reais), em 9 de outubro de 1819; e uma casa térrea, na Rua da Alfândega, no Centro do Rio de Janeiro, por 1.200.000 réis (cerca de 114 mil reais), em 18 de outubro de 1820.

“Pelo Juízo de Fora na Praça de 24 de outubro se há de arrematar uma morada de casas térreas na Rua da Alfândega, em execução de José Teixeira dos Santos, contra José Maria da Silva, avaliada em 1.200.000 réis” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 84, edição de 18 de outubro de 1820).

Também foi encontrado um anúncio do capitão Albano Francisco da Nóbrega, de 7 de outubro de 1812, que vendia uma fazenda na Ilha Grande. O imóvel, numa região bastante afastada à cidade, difere dos outros encontrados por tratar-se de uma propriedade na área rural e com dimensões que não justifica qualquer comparação. A propriedade incluía engenho de açúcar, casa de vivenda, dez cabeças de gado, canas para 12 pipas de aguardente, mandioca para 300 alqueires de farinha e 8 mil pés de café. O valor pedido no anúncio era de 9.000 cruzados. Dado que um cruzado equivalia a cerca de 480 réis, a fazenda, portanto, estava à venda por 4.320.000 réis (cerca de 409 mil reais).

Um outro valor foi encontrado na relação de sorteios de uma das loterias, espécie de rifa, realizada pelo padre João Bernardes Nogueira, onde consta uma chácara no Rio Comprido avaliada em 1.527.272 réis (cerca de 145 mil reais). Na mesma loteria constam outras casas, no bairro da Saúde, avaliadas em 1.000.000 réis (cerca de 95 mil reais) cada, mas não temos qualquer descrição adicional para notificar se eram casas térreas, de sobrado ou chácara. O aviso da loteria foi publicado na *Gazeta* de 15 de junho de 1816.

| QUADRO 4: QUANTO CUSTAVA UM IMÓVEL NO RIO DE JANEIRO JOANINO? | | | | |
|---|---------------------|---------------|---------------------|----------------|
| Tipo de imóvel | Endereço | Valor em réis | Estimativa em reais | Ano do anúncio |
| Fazenda | Ilha Grande | 4.320.000 | 409.000 | 1812 |
| Chácara | Rio Comprido | 1.527.272 | 145.000 | 1816 |
| Casa de sobrado | Rua de S. José | 4.800.000 | 454.000 | 1819 |
| Casa de sobrado | Rua Detrás do Carmo | 5.000.000 | 473.000 | 1819 |
| Casa de sobrado | Campo de Santana | 10.000.000 | 946.000 | 1819 |
| Estalagem | Campo de Santana | 5.000.000 | 473.000 | 1819 |
| Casa térrea | Rua da Alfândega | 1.200.000 | 114.000 | 1820 |

Estes são os preços encontrados na *Gazeta*. Há outras referências possíveis para o fim do período joanino, mas os preços, por norma, giram em torno dos registrados acima.

Se compararmos os valores encontrados na *Gazeta*, todos referentes ao biênio de 1819-1820, com os valores de imóveis encontrados por Nireu Cavalcanti nos Livros da Décima Urbana referentes ao intervalo entre 1808 e 1810, podemos concluir que os imóveis na cidade do Rio de Janeiro valorizaram muito nos dez anos que separam os registros.

O preço médio de uma casa térrea entre 1808 e 1810 era de 716.000 réis (cerca de 68 mil reais), bem abaixo do referencial que temos para 1820: 1.200.000 por uma casa térrea na Rua da Alfândega. Para um sobrado, a média de 1808-1810 é de 2.365.000 réis (cerca de 224 mil reais). Dez anos depois, de acordo com os dados da *Gazeta*, a média já era quase três vezes maior: 6.600.000 réis (cerca de 624 mil reais). Quem optou por investir em imóvel urbano nesse período encontrou, portanto, uma aplicação lucrativa.

A concentração de muitos imóveis nas mãos de poucos proprietários já era uma característica marcante no princípio do período joanino. Os livros da Décima Urbana entre 1808 e 1810 registram, ainda de acordo com Cavalcanti, 2.585 diferentes proprietários particulares de imóveis na área urbana do Rio, sendo que um conjunto de 89 grandes proprietários concentrava mais de 20% do total de 6.535 casas particulares.

A casa na Rua do Passeio comprada por Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, a José Luiz Alves, testamenteiro de D. Maria Francisca Borges, certamente era um imóvel bastante nobre e amplo, até porque foi nesta casa que a Imprensa Régia foi inicialmente instalada. É que seu preço, em outubro de 1810, de acordo com Cabral (1881: 17), foi de 9.700.000 réis (cerca de 918 mil reais), muito acima dos valores praticados na época de acordo com os registros apresentados.

O cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, von Langsdorff adquiriu em setembro de 1816 uma fazenda numa região bastante afastada da cidade, nas proximidades da Serra da Estrela (atual Serra Velha, que liga as cidades de Magé e Petrópolis), por 3.600.000 réis (cerca de 341 mil reais). Segundo Hans Becher (1990: 29), Langsdorff pagou o valor em quatro prestações, sendo duas de 1.000.000 réis e duas de 800.000 réis, tendo concluído o pagamento em setembro de 1819. O pagamento a prazo não era incomum no Rio de Janeiro, tendo sido publicado alguns anúncios oferecendo esta vantagem na *Gazeta*, como este de 1816, mesmo ano em que Langsdorff comprou o imóvel em Magé.

“Vende o Coronel Berford, morador na Rua do Cano n.º 35, a prazos, e a dinheiro, as benfeitorias de um sítio que possui em Irajá, denominado *Frexeiras*; tem boa casa e armazém de telha, enxertos e frutas de várias qualidades, grande plantação de capim, café, bananas, e outras coisas; gado vacum e cavalari, alguns escravos, e acha-se cerrado. Quem quiser comprar pode procurar o dito Coronel para fazerem seus ajustes e dar-se mais exata informação” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 87, edição de 28 de setembro de 1816).

Casas térreas, como a da Rua da Alfândega à venda no anúncio referido de 1820, eram cada vez mais difíceis de serem encontradas no Centro do Rio de Janeiro. É que um edital fixado pela Polícia da Corte em 11 de junho de 1808 proibiu a edificação de casas deste tipo no coração da cidade, ou seja, na região central até a Rua da Vala (atual Rua Uruguaiana). O objetivo era aumentar a quantidade de sobrados no Centro.

“(…) Fica proibido, de hoje em diante, fazerem-se e reedificarem-se casas térreas da vala para dentro e nos bairros da Ajuda e Prainha, e qualquer proprietário dos terrenos ali compreendidos e os das casas térreas já edificadas logo que as queiram consertar ou edificar de novo, não poderão fazer senão pondo-as de um ou mais sobrados, e de outro modo serão embargadas pela Intendência e se procurarão meios de se fazer passar a outros proprietários que tenham forças para cumprirem com esta determinação cuja execução será vigiada pela Câmara e seus oficiais (...)” (ANRJ, Polícia da Corte, códice 318, p. 26v, edital de 11/06/1808 Apud Vale: 2007).

Renata William Santos do Vale (2007), no entanto, contesta que “apesar da proibição da construção de novas casas térreas no centro, há vários documentos no fundo de Polícia da Corte que exemplificam como este problema persistiu ainda por longo tempo”. Ela explica que as “aposentadorias”, nome dado aos despejos que tomavam as melhores casas dos habitantes em prol dos nobres europeus que chegavam, “desestimulou as novas construções, pois temia-se que, ao fazê-las, elas poderiam ser confiscadas sem indenização”. Por isso, com medo de perderem seus imóveis, os cariocas resistiam em construir imóveis maiores ou em readequar as suas casas térreas.

Após a implantação do referido imposto da Décima Urbana, fez-se necessário definir os limites urbanos do Rio, que tinha, como foi já descrito, seu espaço urbano até então compreendido nas quatro freguesias das paróquias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. Em outubro de 1808 a demarcação urbana foi ampliada, com a inclusão de uma fatia da freguesia rural de São Francisco Xavier do Engenho Velho, que corresponde a parte do atual território da Tijuca. Os limites urbanos da cidade passaram então a ser definidos por um lado pelo Rio Laranjeiras, pelo Rio Comprido de outro lado e, claro, pelo mar.

É também a partir da implantação da Décima Urbana que os imóveis do Rio passaram a ser numerados. Antes, para se localizar uma casa, utilizava-se denominações genéricas como “na esquina de”, “defronte ao” ou “ao lado de” caso fossem próximas a importantes edificações, e pelo nome do morador ou de um ex-morador, caso fossem estes conhecidos. As numerações foram implantadas a partir de critérios subjetivos, mas sempre numerados na sequência 1, 2, 3 e assim sucessivamente, definindo sempre qual seriam os lados direito e esquerdo. Ruas que iniciavam na praia tinham sempre a numeração crescente da praia ao interior. Os outros casos eram definidos individualmente, podendo iniciar a numeração a partir de um importante logradouro. “A Rua Direita (que começava no importantíssimo largo do Paço, seguindo em direção ao Mosteiro de São Bento) enquadrava-se nessa situação”, indica Nireu Cavalcanti (2004).

O aumento da extensão da cidade e o incremento das construções de habitações para comportar os que chegavam são aspectos que impulsionaram o comércio de imóveis na cidade e que explicam a grande quantidade de anúncios na *Gazeta*. O francês Jean Baptiste Debret (1835b: 133) anotou que “o progresso das construções, que aumenta diariamente a extensão da cidade do Rio de Janeiro, provocou a criação excessiva de inúmeras fabricas de telhas e tijolos, cuja produção tem mercado garantido”. Mas, na visão do artista, muitas fabricas trabalhavam mal as técnicas da cerâmica.

Uma evidência de que a cidade rapidamente sofreu melhoramentos urbanos para melhor comportar a repentina ampliação populacional está nos escritos de Luccock. Após sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro em 1808, o aventureiro e comerciante foi explorar os mercados ao sul, nas regiões do Rio da Prata e do atual estado do Rio Grande do Sul. Ao retornar ao Rio de Janeiro, cinco anos depois, em 1813, ele descreveu as evoluções que encontrou. Dentre elas, reforçou o notável aumento no número de casas:

“Desde a chegada da Rainha ocorreram alterações favoráveis na capital brasileira, agora mais comumente chamada por seu nome próprio, São Sebastião, e com avanços consideráveis. Novas ruas foram adicionadas à cidade e novos mercados estabelecidos; os antigos foram bastante aprimorados em termos de limpeza. As casas fizeram-se mais generalizadas e simétricas, embranquecidas e pintadas, as feias fachadas com as gelosias foram removidas. (...) As estradas foram ampliadas em várias direções, tendo também sido limpo o matagal e outros impedimentos similares; e uma nova estrada estava em construção através dos pântanos a oeste da cidade, até a vila de São Cristóvão, onde a Família Real frequentemente se instalava” (Luccock, 1820: 244).

A citação do inglês termina por mencionar a construção em andamento da Estrada de Mata-Porcos, que ligaria o Centro à região de São Cristóvão, onde estava localizada a Quinta da Boa Vista. É que com a residência real nesta região mais afastada, a corte ordenou a construção de estradas que ligariam o coração da cidade às extensões da quinta, que ficava adiante dos mangues que serviam como fronteira entre a cidade velha e a nova.

De acordo com Bruno Carvalho (2019), “uma Cidade Nova aterrada reduziria consideravelmente o trajeto entre o centro administrativo e as residências reais de São Cristóvão e proporcionaria uma área para onde a cidade poderia crescer”. Com a inserção da mencionada estrada, em 1819 “levava-se cerca de uma hora e meia até as residências reais, a partir do centro da cidade, pela tortuosa estrada de Mata-Porcos”. Nessa altura a região de Mata-Porcos (atual bairro da Estácio) e Cidade Nova, já com a estrutura para o transporte, mesmo que tortuosa, já aparecia nos anúncios com imóveis para compra.

“Quem quiser comprar uma chácara no Barro Vermelho, em Mata-Porcos, fale com o Doutor Suzano, na Rua de S. Pedro” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 99, edição de 11 de dezembro de 1819).

“Vende-se uma morada de casas térreas novas, n.º 22 na Cidade Nova, Rua Formosa, com quatro braças de frente e quarenta e sete de fundo, incluindo-se a chácara, bem construídas e com bons repartimentos, que se dividem por um lado com as casas de Francisco José de Sá e por outro com as de Luiz Gomes dos Santos. Quem as quiser comprar dirija-se à Travessa da Candelária, indo para os Quartéis de Bragança, lado esquerdo, em casas de dois andares n.º 3 no sobrado de cima, que aí achará com quem tratar” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 31, edição de 17 de abril de 1819).

O incremento de construções na região da Cidade Nova, inclusive, foi uma medida incentivada pela monarquia para tentar ajudar na ampliação da cidade, de modo a desinchar a presença no centro da cidade e resolver uma grave crise habitacional. O príncipe regente, que “não teve alternativa a não ser ordenar o crescimento da cidade em direção aos pântanos de São Diogo” (Carvalho, 2019), implementou, em 1811, um

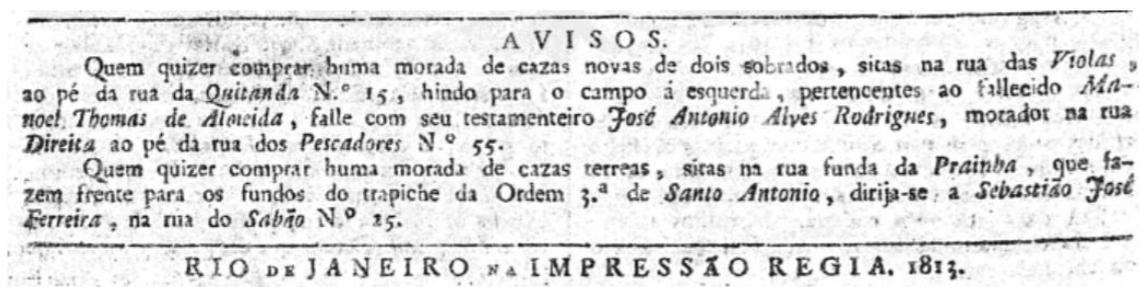
decreto que oficializava incentivos para construções sobre os pântanos, gradualmente aterrados. Foi assim, para solucionar problema habitacional, que surgiu a Cidade Nova. Um aviso de 8 de maio de 1811 na *Gazeta* oficializou o decreto que torna isento do imposto da Décima Urbana aqueles que edificarem na região pantanosa.

A denominação Cidade Nova indica que havia uma cidade velha e é nesta cidade velha, ou seja, nas principais e mais antigas ruas do Rio, que estava localizado o centro comercial carioca, com ruas movimentadas por casas de seguros, boticas, botequins, padarias, pastelarias, livrarias, entre outras lojas nacionais e estrangeiras. A Cidade Nova era ainda considerada algo fora do eixo, longe do centro onde acontecia o dia a dia carioca. É por isso, por exemplo, que em *Memórias de um sargento de milícias*, ao apontar para uma ocorrência na Cidade Nova, Manuel Antônio de Almeida anota que foi “lá para as bandas do mangue da Cidade Nova”, dando a entender ser um espaço longínquo.

Por ser uma região recém-inaugurada, a Cidade Nova não é muito presente nos anúncios. Quando aparece, é quase sempre em anúncios de venda de imóveis, ou seja, as casas recém-edificadas sobre os mangues com a isenção de impostos prometida. Alguns destes anúncios, no entanto, permitem observar que já estava a ser implantado algum comércio local para os habitantes da região. Em Mata-Porcos, em 1820, já havia uma botica, de acordo com o aviso de venda de uma casa térrea nesta região, “ao lado da Igreja, pegada à botica” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 49, edição de 17 de junho de 1820).

Um morador do Rio de Janeiro assinante da *Gazeta* poderia receber edições em casa que continham apenas anúncios de comércio de imóveis, sem qualquer outro tipo de aviso comercial. Foi o caso da edição de um sábado, 16 de outubro de 1813, que continha a habitual seção “Avisos” somente com informes de casas à venda na cidade.

Imagem 3: *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 83, edição de 16 de outubro de 1813)



O primeiro anúncio da edição referida exhibe também uma característica frequente nos anúncios imobiliários do Rio de Janeiro joanino: a venda de imóveis em decorrência da morte do proprietário. Nestes casos, por norma, ficava a cargo do testamenteiro tratar da venda, como neste anúncio de 1815:

“Umás casas de sobrado na Rua da Misericórdia n.º 31, que foram do falecido José Maria da Silva Bravo, quem as quiser comprar, fale com a sua testamenteira D. Anna Maria de Jesus, na Rua do Sucusará n.º 78” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 6, edição de 21 de janeiro de 1815).

6. Os salários e o custo de vida

Observar os hábitos e costumes do Rio de Janeiro joanino significa também ver-se diante de valores e custos da época, conforme aconteceu com os imóveis anteriormente. E isso acresce ao estudo uma questão insistente: qual era o custo de vida na cidade nesse período? A resposta não é fácil e qualquer tentativa de obtê-la é arriscada. Este trabalho tenta dar uma dimensão do custo de vida no tempo joanino, a partir do estudo de alguns salários de trabalhadores e os custos básicos que os mesmos tinham no cotidiano.

Tudo indica que, para além da questão dos aluguéis de imóveis, o custo médio de vida na cidade do Rio de Janeiro aumentou muito em consequência da chegada da monarquia portuguesa. A corte não se furtava em cobrar novos impostos aos cidadãos quando julgava necessário para alguma melhoria na região. Um exemplo é um anúncio publicado no Natal de 1816, com novas instruções para o pagamento de uma contribuição a favor do Real Hospital dos Lázaros:

“O capitão Manoel Moreira Lírio faz saber ao público que ele arrematou na conformidade do alvará de 29 de março de 1815 a contribuição imposta a favor do Real Hospital dos Lázaros desta Corte pelos anos de 1817 e 1818, a qual contribuição consiste em 960 réis anuais que deve pagar cada casa ou chefe de família que tenha foro de fidalgo para cima, 480 réis que tenha privilégio de nobreza e 240 réis sendo pessoa do terceiro estado; cuja coleta era cobrada até agora pelos oficiais das ordenanças e cessando estes de fazê-la, será agora feita por quem o dito contratador incumbir, o qual será obrigado a dar um recado impresso a cada um dos coletados na conformidade das condições” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 103, edição de 25 de dezembro de 1816).

Sabe-se que a desigualdade social e econômica no Rio de Janeiro pouco foi alterada no tempo joanino, a despeito da metamorfose sofrida na cidade. O perfil de desigualdade no Rio “ultrapassa conjunturas extremamente sensíveis” como a abertura dos portos em 1808 e a Independência em 1822. Mesmo diante de mudanças significativas como as mencionadas, as taxas de concentração de renda e pobreza se mantiveram “praticamente inalteradas” (Florentino e Fragoso, 1993: 73). Entre 1815 e 1817, por exemplo, Florentino e Fragoso observaram que 56% da população detinha 7% da riqueza e 12% detinha 70%¹². Essas taxas já mostravam esse perfil de desigualdade antes da chegada da corte e continuaram praticamente não alteradas após o retorno da mesma para a Europa.

A elite mercantil do Rio de Janeiro operava uma diversificação de negócios e controlava de fato a economia da colônia durante o período joanino e não só, pois este perfil se manteve após a independência brasileira e muitos destes grandes negociantes da elite já estavam estabelecidos no Rio de Janeiro anos antes da chegada da corte. Eles “eram ao mesmo tempo grandes importadores, exportadores, traficantes e seguradores,

¹² O próprio método adotado para extrair a concentração de renda no Rio por si só acentua ainda mais a desigualdade na cidade. É que Florentino e Fragoso utilizaram os inventários *post-mortem*, mas reconhecem que “grande parte da população não abria inventários, já que não possuía bens a declarar”.

dentre outros papéis” (Florentino e Fragoso, 1993: 86). Representavam, portanto, a verdadeira elite colonial, com negócios ligados tanto ao comércio atlântico quanto ao mercado interno.

Para transmitir uma dimensão salarial da época, separou-se os cinco anúncios de emprego encontrados na *Gazeta do Rio de Janeiro* que informavam o valor a ser pago ao trabalhador. No entanto, como os anúncios não representam uma amostra suficiente, recorreu-se a outros documentos e recibos do tempo joanino para ter uma dimensão salarial mais credível e também compreender o aumento dos salários que ocorreu na cidade entre 1808 e 1821, acompanhado de um marcante crescimento do custo de vida, como já foi certificado pelos valores dos alugueis, por exemplo.

A seleção procurou por salários de trabalhadores comuns, que não ocupavam cargos altos e que provavelmente não eram da aristocracia, de modo a ter uma visão dos habitantes ordinários da cidade. Para chegar a um valor padrão mensal, dividimos os valores anuais, quando assim eram informados, pelos doze meses do ano. O decreto de 21 de maio de 1808, por exemplo, indica que um oficial sob as ordens do boticário do Hospital Militar e da Marinha recebia anualmente 80.000 réis, cerca de 6.667 mensais, acrescidos de 160 réis diários para alimentação, o que resulta em mais 4.000 réis mensais para o funcionário.

Um médico que receberia 200 mil réis, por exemplo, consta no estudo com um ordenado arredondado de 17 mil mensais. O mesmo anúncio oferece outro salário que consta no estudo. Cabe ressaltar que nestes dois casos os profissionais teriam hospedagem e roupa lavada incluídas, além de tratar-se de empregos fora da área urbana do Rio e, portanto, os ordenados devem ser abaixo da média praticada na região central da cidade.

“José Joaquim de Almeida Regadas, Rua Direita n.º 35, precisa de um cirurgião hábil para uma fazenda de engenho, cujo proprietário oferece o ordenado anual de duzentos mil réis, e os cômodos da casa, cama, mesa, e roupa lavada. Igualmente se precisa de um reverendo sacerdote para capelão da dita fazenda e se oferece a pensão anual de dez doblas e os referidos cômodos; e tendo os conhecimentos necessários para ensinar a um menino a língua latina, será a pensão mais vantajosa” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 47, edição de 13 de junho de 1821).

Documentos manuscritos¹³ da Real Fazenda de Santa Cruz, referentes ao mês de junho de 1809, assinado pelo administrador e tesoureiro João Fernandes da Silva, tratam da “féria feita aos mestres e mais oficiais que trabalharam nas obras do Real Paço”. Consta no documento que um mestre carpinteiro, chamado João Moreira, recebia 560 réis por dia de trabalho. Já o pedreiro Luiz de Sousa, 540 réis por dia, enquanto o ferreiro Antônio Joaquim, 550. Um quarto trabalhador, descrito apenas como “oficial”, chamado José Rangel, trabalhava por 300 réis a diária.

¹³ *Folhas das despesas com operários nas obras da Fazenda de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: 1809. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427111/mss1427111.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

Utilizou-se a análise dos recibos do mês de junho para estimar quanto cada um desses trabalhadores recebia num mês de trabalho. Lembrando que estes trabalhadores recebiam por dia e, em época que não estivesse ocorrendo obras, não recebiam. Alguns também realizavam jornadas duplas em dias mais exigentes nas obras. É o que deixa subentendido, por exemplo, no recibo referente aos dias entre 2 e 10 de junho. Nesse intervalo, o mestre carpinteiro foi pago por 11 dias de trabalho num intervalo de nove dias, pois provavelmente fizera jornada dupla em dois desses dias. Da mesma forma, podiam trabalhar meio período, dado que constam pagamentos de 7,5 dias, por exemplo.

Primeiro cabe ressaltar que os trabalhadores tiveram cinco dias de descanso durante os 30 dias de junho. Tiveram folga em três dos quatro domingos do mês, sendo que no último fim de semana também folgaram o sábado. A outra folga foi numa quinta, no 1º de junho. Por isso, para calcular os salários e padronizar os valores adotou-se uma jornada de 25 dias por mês para aqueles informes que apontavam o valor do salário por dia.

A comparação destes mesmos serviços numa obra de 1821 dimensiona o aumento salarial apresentado no Rio de Janeiro no período. Na relação das despesas com as obras de encanamento do Rio Maracanã¹⁴, de 20 de maio de 1821, o mestre carpinteiro José Manuel de Freitas recebia 1.200 réis por dia de trabalho; o mestre de pedreiro José Duarte de Oliveira, 1.000 réis; na lista constam diversos oficiais de obra que recebem em média 600 réis ao dia, alguns um pouco menos outros um pouco mais. Os pagamentos neste setor, portanto, dobraram entre 1809 e 1821.

Há uma outra categoria que se encontrou informes salariais comparáveis do início e do fim da época joanina. De acordo com o decreto de 13 de maio de 1809, que cria a Divisão Militar da Guarda Real, um ajudante de cirurgia do exército ganhava 6.000 réis por mês. Em 14 de março de 1821, a *Gazeta* indica que um funcionário do mesmo cargo no exército ganhava 15 mil réis mensais. Houve, portanto, neste caso, uma valorização de 150% no vencimento mensal da categoria.

| QUADRO 5: SALÁRIOS NO RIO DE JANEIRO JOANINO (1808-1815) | | | |
|--|------|------------------------|---------------------|
| Função | Ano | Salário mensal em réis | Estimativa em reais |
| Cozinheiro | 1808 | 14.400 | 1.362 |
| Criado | 1810 | 12.800 | 1.211 |
| Capelão da Mesa do Desembargo do Paço | 1808 | 12.500 | 1.183 |
| Ajudante de cirurgia do Exército | 1809 | 6.000 | 568 |
| Oficial do Hospital Militar e da Marinha | 1808 | 10.667 | 1.010 |
| Mestre carpinteiro | 1809 | 14.560 | 1.377 |
| Mestre pedreiro | 1809 | 11.070 | 1.047 |
| Mestre ferreiro | 1809 | 12.650 | 1.197 |
| Operário de obra | 1809 | 7.500 | 710 |

¹⁴ Proença, Nicolas Viegas de. *Resumo da receita e despesa que tem tido o administrador da obra de encanamento das águas do Rio Maracanã*. Rio de Janeiro: 1821. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427185/mss1427185.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

| QUADRO 6: SALÁRIOS NO RIO DE JANEIRO JOANINO (1816-1821) | | | |
|--|------|------------------------|---------------------|
| Função | Ano | Salário mensal em réis | Estimativa em reais |
| Administrador de fazenda | 1818 | 17.000 | 1.608 |
| Médico-cirurgião de fazenda | 1821 | 17.000 | 1.608 |
| Capelão de fazenda | 1821 | 10.667 | 1.010 |
| Capelão do exército | 1821 | 15.000 | 1.420 |
| Ajudante de cirurgia do Exército | 1821 | 15.000 | 1.420 |
| Mestre carpinteiro | 1821 | 30.000 | 2.838 |
| Mestre pedreiro | 1821 | 25.000 | 2.365 |
| Operário de obra | 1821 | 15.000 | 1.419 |

Recorda-se que o aluguel médio mensal de uma casa térrea simples no Rio de Janeiro era de cerca de 5.000 réis (cerca de 473 reais) entre 1808 e 1810. Para os trabalhadores mais desvalorizados nessa época, como o operário de obra que recebia cerca de 7.500 réis em 1809 e o ajudante com vencimento de 6.000 réis mensais, a vida financeira era uma batalha diária.

Os vencimentos anotados apresentam um contraste notório em relação aos salários da aristocracia e dos nobres da cidade, chegando um secretário de estado ou ministro da corte a receber, de acordo com o decreto de 28 de março de 1808, 400 mil réis por mês (cerca de 38 mil reais), valor que não foi alterado até o fim do período joanino. Alguns salários nobres e de altos postos do exército não foram aumentados durante esses anos. Entre 1809 e 1821, por exemplo, o vencimento de um sargento-mor do exército se manteve em 45 mil réis (cerca de 4.258 reais) mensais.

Nota-se, por exemplo, que os transportes disponíveis à época não eram acessíveis à população ordinária. A carroça mais barata encontrada nos anúncios custava 25.600 réis (cerca de 2.422 reais). E este foi um caso único, pois todos os outros anúncios não apresentam nenhuma carruagem a menos de 160.000 réis (cerca de 15 mil reais), podendo chegar a 700.000 réis (cerca de 66 mil reais). Era possível alugar carruagens por 2.400 réis (cerca de 227 reais) o aluguel para uma manhã ou tarde, na Rua Detrás do Hospício, ou a 1.600 réis (cerca de 151 reais), em Santa Tereza.

Também eram ainda de frequente utilização no Rio de Janeiro joanino os meios de transporte que prejudicavam as costas e os ombros dos escravizados, ou seja, os assentos sustentados por cabos para serem carregados em suas extremidades pelos mancípios. Conhecidas como liteiras, cadeiras portáteis e cadeirinhas, eram adotadas para o transporte de curta distância. Ao contrário do que sugeriu Nizza da Silva, ao afirmar que na *Gazeta* havia apenas um anúncio de liteira e outro de cadeirinha, esta pesquisa encontrou outros anúncios não só do comércio deste tipo de veículo como de outros tipos de avisos que sugerem o seu frequente uso na cidade.

A ideia de Nizza da Silva de que as cadeirinhas “eram menos usadas no Rio de Janeiro do que na Bahia” (2007: 44) parece não corresponder à realidade. A leitura da *Gazeta* e romances da época apontam para a contínua utilização destas no Rio joanino. Meios de transporte como a cadeirinha “tiveram, em 1808, com a chegada da Família Real, a sua 'idade de ouro' no Rio de Janeiro”, defende Noronha Santos (1934: 20). Seu argumento condiz mais com o que se observa nos jornais. Encontrou-se pelo menos 14 comunicados da *Gazeta* referentes à utilização das cadeirinhas ou liteiras na cidade. No dia 4 de janeiro de 1815, por exemplo, um senhor descreveu as características de seu *escravo* fugitivo. A descrição indicava que ele era “gordo” e “derreado das cadeiras, o que o faz embarçar no andar”. Ou seja, já não conseguia endireitar as costas em função do exaustivo trabalho carregando os senhores nas costas com as cadeirinhas.

Já foi traçado, portanto, um cenário salarial e dos custos com habitação na cidade. Os valores mensais gastos com alimentação e vestimenta, outros dois aspectos essenciais, são ainda mais difíceis de serem dimensionados. Primeiro porque os habitantes cariocas poderiam ter outras fontes mais baratas para obter o seu alimento diário e vestuário do que as padarias, armazéns e alfaiates que anunciavam na *Gazeta*. Até porque, recorrendo à descrição de Debret (1835c: 40), o jantar de artesãos humildes e suas famílias, por vezes, consistia apenas de um pequeno pedaço de carne seca, cozido com água, e um pouco de feijão preto com farinha de mandioca. Tais refeições eram “repetidas uniformemente todos os dias”. Como já foi referido, os anúncios, muitas vezes, direcionavam-se às elites e aos estrangeiros que chegavam diariamente à capital brasileira. Segundo porque muitos dos anúncios precificados são de produtos estrangeiros, como presunto alemão e salame italiano, que, muito provavelmente, não eram consumidos pelos mais populares cariocas.

A comprovação está em anúncios de franceses instalados no centro da cidade que vendiam roupas a valores acima do salário mensal de boa parte dos trabalhadores cariocas. É o caso de um chapéu moderno, que custava 6.400 réis (cerca de 605 reais). E o que falar sobre os vestidos franceses que valiam no mínimo 16 mil réis (cerca de 1.514 reais)? Bem ornados, podiam chegar ao preço de 100 mil réis (cerca de 9.460 reais).

“Na esquina da Rua Direita, na Rua do Ouvidor, n.º 8, em casa de Bellard, há para vender véstias de corte bordadas em ouro, ou seda; vestidos de senhoras desde 16.000 réis até 100.000 réis; rendas, plumas brancas, bijuterias, toda a espécie de enfeites com rendas, em prata e ouro, assim como excelente vinho de Bordeaux em caixas” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 16, edição de 22 de fevereiro de 1817).

A cerveja, por exemplo, ainda não era popular no Rio de Janeiro no tempo joanino, mas foi justamente nesse período que começou a difundir-se o seu consumo no território. Nessa época, as cervejas eram importadas, principalmente da Inglaterra, e, portanto, custavam caro. A *Gazeta do Rio de Janeiro* de 21 de julho de 1819, por exemplo, registra a chegada ao porto do Rio de uma embarcação de Londres com diversos produtos, entre eles cerveja, enquanto o periódico de 18 de novembro de 1812 aponta uma embarcação vinda de Liverpool que levou 70 dias até o Rio de Janeiro, transportando cerveja, queijos e manteiga. Em 17 de novembro de 1813, as “Notícias Marítimas” do jornal registraram

as chegadas de uma embarcação de Londres e outra da cidade escocesa de Greenock, ambas com cerveja. O mapa de exportação do porto de Liverpool para o Brasil durante o ano de 1809, publicado na *Gazeta* de 8 de agosto de 1810, também indicava a importação de cerveja para o Brasil da cidade do noroeste da Inglaterra.

A única referência precificada na *Gazeta*, de 21 de janeiro de 1818, indica o valor de 2.600 réis (cerca de 246 reais) pela dúzia, com cada garrafa custando cerca de 433 réis (cerca de 41 reais). Os primeiros registros de produção nacional de cerveja viriam a surgir somente na década de 1830 no Rio de Janeiro.

“Ainda que existam indícios de que no Brasil já se conhecia a cerveja desde o século XVII, seu consumo somente se tornou difundido a partir da década de 1810, em função da abertura dos portos e da maior presença de ingleses em algumas capitais. O produto, todavia, durante muitos anos não logrou popularidade, preterido, por razões culturais e econômicas, pelo vinho português e por licores franceses (entre as elites) e pela cachaça e outras bebidas artesanais, como o aluá (entre os populares)” (Karls e Melo, 2018).

Ainda assim, é esclarecedor listar alguns valores retirados das edições da *Gazeta* entre 1808 e 1821. Para vestimenta, principalmente, os avisos precificados não foram muitos dentro dos 142 encontrados no jornal. Por isso, neste aspecto, os números podem de fato não refletir a realidade praticada no dia a dia. Por anúncios, sabemos, por exemplo, que uma camisa branca custava 480 réis em 1818 e um par de sapatos, em 1819, 1.600 réis. Para alimentação, por mais que se encontrem mais anúncios com preços dentro dos 323 anúncios de consumíveis, um mesmo produto poucas vezes foi anunciado diversas vezes para se ter uma dimensão da sua média de preço na época.

O único registro encontrado do valor de um almoço na época indica que se podia comer um “bife *steak* com um copo de vinho e pão pelo módico preço de 160 réis” (cerca de 15 reais). Já um jantar para duas pessoas, com dois pratos de sopa e cozido, sobremesa e meia garrafa de vinho, custaria 320 réis (cerca de 30 reais). Ambos estão listados em anúncio da hospedaria e pastelaria Duran, na Rua do Ouvidor, em 15 de julho de 1820.

QUADRO 7: VALORES DE ALIMENTOS NO RIO DE JANEIRO JOANINO

| Produto | Ano | Valor em réis | Estimativa em reais |
|--------------------------------|------|-------------------|---------------------|
| Pão | 1815 | 132 réis o kg | 12,50 reais |
| Passas | 1816 | 196 réis o kg | 18,50 reais |
| Atum branco | 1811 | 528 réis o kg | 50 reais |
| Atum preto | 1811 | 352 réis o kg | 33 reais |
| Salsichas | 1819 | 880 réis o kg | 83 reais |
| Salame italiano | 1813 | 1.320 réis o kg | 125 reais |
| Presunto | 1817 | 440 réis o kg | 42 reais |
| Presunto Westphalia | 1819 | 528 o kg | 50 reais |
| Queijo parmesão | 1817 | 308 réis o kg | 29 reais |
| Queijo prato | 1815 | 440 réis o kg | 42 reais |
| Pastel de nata, carne ou porco | 1812 | 60 réis a unidade | 5,60 reais |
| Empada de camarão ou marisco | 1812 | 60 réis a unidade | 5,60 reais |
| Empada de porco ou vitela | 1812 | 80 réis a unidade | 7,50 reais |

| | | | |
|--|------|--------------------|------------|
| Empada de aves | 1812 | 100 réis a unidade | 9,50 reais |
| Batatas Inglesas | 1821 | 27 réis o kg | 2,55 reais |
| Medidas em libra e arroba foram transformadas em kg (1 libra = 0,45 kg / 1 arroba = 15 kg) | | | |

| QUADRO 8: VALORES DE BEBIDAS NO RIO DE JANEIRO JOANINO | | | |
|--|------|----------------------|---------------------|
| Produto | Ano | Valor em réis | Estimativa em reais |
| Vinho de laranja | 1815 | 400 réis a garrafa | 38 reais |
| Aguardente | 1813 | 480 réis a garrafa | 45 reais |
| Aguardente de cidra | 1814 | 500 réis a garrafa | 47 reais |
| Aguardente de laranja | 1814 | 640 réis a garrafa | 61 reais |
| Champagne | 1817 | 800 réis a garrafa | 76 reais |
| Licor Marasquino | 1813 | 1.000 réis a garrafa | 95 reais |
| Cerveja | 1818 | 2.600 réis a dúzia | 246 reais |

A exceção foi o chá, repetidas vezes anunciado nesses anos, sendo possível traçar uma média do produto com alguma segurança. Em 1816, por exemplo, entre os dias 17 e 20 de janeiro, exibiu-se nas páginas da *Gazeta* uma concorrência entre a venda de chá na Rua das Violas, na Rua da Alfândega e na Candelária. Primeiro anunciou a loja da Rua das Violas, depois as outras duas, sendo que a loja que ficava em frente à Igreja da Candelária informou que seus chás tinham acabado de ser importados na embarcação *Maria I*.

A loja da Candelária pertencia a José Nunes Pacheco, que importava o produto da China. Na maioria das vezes, a embarcação buscava o chá na colônia portuguesa de Macau. No dia 21 de maio de 1814, por exemplo, a *Gazeta* informava que tinha acabado de chegar de Macau a embarcação chamada *Emilia*, após uma viagem de 108 dias, com carregamentos de chá. Já a embarcação *Maria I* partiria de novo para Macau para buscar novos produtos, conforme consta em anúncio de 20 de janeiro de 1816, mesmo dia em que Pacheco anunciou os chás que tinham acabado de chegar na dita embarcação.

“Na loja de José Nunes Pacheco, defronte da Candelária, se vendem vidros de Bohemia e ingleses para vidraças; e igualmente chá Hyson, Uxi e Pérola, de qualidades muito superiores, vindo proximamente da China, sendo os preços de tudo muito cômodos” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 60, edição de 28 de julho de 1813).

A grande concorrência na comercialização de chás provocou inclusive uma redução nos valores praticados nas variedades da infusão. O chá do tipo pérola, por exemplo, chegou a ser vendido por 7.040 réis (cerca de 665 reais) o quilograma no ano de 1813, mas em 1817 já era possível encontrá-lo por 2.640 réis (cerca de 250 reais) o quilograma.

As médias para os diferentes tipos de chá comercializados na altura, já convertido de libra para quilograma, são: o chá do tipo hysson custava em média 2.620 réis (cerca de 248 reais) o quilograma; o chá aljôfar, 4.214 réis (cerca de 81 reais); o sequim, 1.286 réis (cerca de 122 reais); o pérola, 3.877 réis (cerca de 367 reais); o Uxi, 1.755 réis (cerca de 166 reais); e o chá preto, 1.540 réis (cerca de 146 reais).

7. Escravizados: origem, cotidiano e preço

O motor da cidade do Rio de Janeiro no fim do período colonial foi o suor do trabalho escravizado. Se a época que corresponde ao reinado americano de D. João VI condensa os três séculos anteriores de colonização europeia, conforme defende Caio Prado Jr., também pode-se afirmar com segurança que de 1808, com a chegada da monarquia, em diante o Rio de Janeiro passou a funcionar como nunca antes sob a mão de obra africana. Os africanos estavam presentes em todos os tipos de trabalho na cidade, desde serviços domésticos até as mais diversas ocupações que pudessem exigir esforço físico. Muitos também se especializavam e exerciam funções específicas. O padre italiano André João Antonil salientou que “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho” (1711: 31), mas também não seria exagero afirmar que no Rio joanino eram as mãos e os pés da cidade como um todo, uma vez que, da forma como estava estruturada a economia, eram eles os trabalhadores de quase todas as atividades econômicas.

A construção do Brasil foi baseada no tráfico de *escravos*. No entanto, as teorias que buscam interpretar a economia colonial escravocrata sob a autoridade metropolitana não são unânimes, o que justifica uma breve descrição neste sentido. O debate se insere nas consequências econômicas que resultaram deste sistema. A formação do Brasil está ligada ao trabalho escravizado, sempre para o benefício externo, de acordo com Prado Jr., que indica que, em sua essência, o Brasil constituiu-se “para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu” (1942: 25-26). É com esta atenção ao exterior que teriam se organizado a sociedade e a economia brasileiras, de acordo com o historiador.

A proposta interpretativa de Prado Jr. estabelece um modelo, uma teoria de como funcionava a economia brasileira, para benefício externo. Mas “a história real se desenrola mais no plano do atípico e do peculiar do que no quadro dos modelos”, de acordo com Fernando Novais, que, ao reforçar a teoria, sugere uma interpretação mais aprimorada. Sabendo que as ocorrências reais se afastam ou se aproximam dos modelos, Novais entende também que seria ficar na superfície dos eventos “ignorar aquele projeto básico, que por vários séculos informou a política ultramarina das nações europeias, e que faz portanto parte dessa mesma e complexa realidade” (Novais, 1989: 60).

A prática de importação de *escravos* pode ser entendida como enraizada numa política colonial de absorver mão de obra barata de modo a satisfazer os fins da metrópole e o desenvolvimento econômico desta última. Mas, num entendimento mais alinhado com o de Novais, está inserida numa complexa realidade que, na teoria, segue o modelo que atende aos interesses externos, mas na prática pode ocasionalmente afastar-se desta regulamentação. Num contexto geral, no entanto, seguia o padrão estabelecido, sem desenvolver um mercado autônomo interno e com uma produção voltada ao exterior.

Para Manolo Florentino e João Fragoso, o mercado de homens (escravizados) e alimentos apresentou tantas variáveis, afastou-se tanto do padrão, que justificaria uma reinterpretação deste modelo desenvolvido por Prado Jr. e aprimorado por Novais. Para

os investigadores, ocorreu uma emergência¹⁵ e posterior hegemonia do capital mercantil da Colônia que eles designaram de mercado atlântico, paralelo ao sistema monocultor e exportador da Colônia. Defendem que a economia do Rio teve flutuações próprias¹⁶.

Um dos exemplos é o comércio de escravizados entre o Rio e o interior da colônia¹⁷, uma vez que o Rio revendia *escravos* para regiões como Minas Gerais – apenas a comarca do Rio das Mortes, em Minas, de acordo com o estudo (1993: 36), chegou a ter 85 mil *escravos* em 1821 e uma produção voltada ao suprimento da capital. A teoria da dupla é que a estrutura de produção colonial gerou os seus mercados e viabilizou a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa (1993: 28).

À parte da discussão historiográfica acerca da existência ou não de uma estrutura econômica autônoma, certo é que na primeira metade do século XIX, enquanto em países da Europa verificava-se uma ampliação ano após ano do número de trabalhadores assalariados¹⁸ – apesar de muitas vezes estes terem longas jornadas de trabalho e salários baixos – como resultado da expansão industrial, no Brasil a escravização se mantinha como principal fonte de mão de obra. Na época joanina, como em todo o tempo colonial, o trabalho escravizado ocorria a partir de uma relação de dominação do senhor com o seu cativo. Vínculo este que rompia com as noções de humanidade atualmente aceitas. Mas, como uma dominação pressupõe algum tipo de legitimação atribuída àquele que domina, a legitimidade dos senhores estava não só na cultura como também nos códigos de leis.

Ser um escravizado significava ser um produto, uma simples mercadoria. Mattoso (2017) resume que a obrigação do escravo era somente uma: trabalhar na obediência e humildade cristã, enquanto “a do senhor era proteger seu trabalhador, manter esse capital precioso e, se possível, aumentar seu rendimento”. As leis vigentes permitiam, e incentivavam, tratar o ser humano africano ou seus descendentes escravizados desta

¹⁵ Florentino e Fragoso defendem que, já no século XVII, existiam “limites reais do exercício do pacto colonial” (1993: 34), com os comerciantes do Rio continuando a produzir cachaça, desobedecendo ordens metropolitanas, que proibia a manufatura da cachaça em prol do consumo do vinho português.

¹⁶ A obra dos autores defende a tese, por exemplo, a partir da crise derivada da queda dos preços internacionais do açúcar e do café entre o fim do século XVIII e a década de 1830. Entre 1799 e 1811, por exemplo, o Rio exportou 23% menos açúcar. A economia fluminense, no entanto, cresceu nesse período: a cultura cafeeira sofreu uma expansão, bem como também cresceu a importação para o abastecimento da região, como a compra de charque do Rio Grande do Sul e farinha de mandioca de outras regiões. Em resumo, o que a teoria de Florentino e Fragoso aponta é que a crise internacional não impactou a expansão comercial fluminense, que tinha flutuações autônomas.

¹⁷ Os investigadores analisam que a partir do século XVIII o Rio de Janeiro consolidou uma economia interna: “A descoberta do ouro em Minas Gerais (1694) ensejará o estupendo aumento das importações de negros, e o comércio carioca de africanos acabará por tornar-se um núcleo de acumulação interna verdadeiramente importante nas três primeiras décadas dos Setecentos. Desde então, o contínuo crescimento do volume de negócios fez do porto do Rio de Janeiro o maior e mais importante centro de importação e reexportação de africanos para o Brasil, suplantando o tráfico realizado por praças tradicionais como Salvador e Recife” (Florentino e Fragoso, 1993: 34). O protagonismo assumido pelo Rio, que se tornou a capital em 1763, é explicado pelos dados apresentados pelos investigadores, que indicam que “o porto carioca tenha absorvido no mínimo a metade do total de exportações de africanos para o Brasil durante o século XVIII, ou seja, mais ou menos 650.000 indivíduos” (1993: 35).

¹⁸ Na Alemanha, segundo Hobsbawm (1977: 169), na década de 1770 os assalariados rurais eram numericamente insignificantes, mas a proliferação deste grupo foi tão grande no princípio dos Oitocentos que em 1849 contabilizava-se em 2.000.000 de pessoas.

forma. As Ordenações Filipinas, código de leis vigente no início do século XIX, não se furtava em equiparar o escravizado a um animal. O título da legislação XVII do livro IV do código é revelador: “Quando os que compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras”. Como uma mercadoria, a lei permitia devolver o *escravo* caso este apresentasse um “defeito”.

“Qualquer pessoa que comprar algum escravo doente de tal enfermidade, que lhe tolha servir-se dele, o poderá enjeitar a quem lhe vendeu, provando que já era doente em seu poder de tal enfermidade, contanto que cite ao vendedor dentro de seis meses do dia que o escravo lhe for entregue” (Ordenações Filipinas, Livro IV, Título XVII).

Ao observar a legislação, não surpreende, portanto, os anúncios de venda de escravizados da *Gazeta*, que serão mais bem estudados neste capítulo, citarem que o *escravo* que se pretendia vender era “sem defeitos”. “Não raras vezes os anúncios de escravos à venda parecem referir-se a simples animais”, observou Gilberto Freyre¹⁹ (1979: 47). Em 23 de março de 1814, por exemplo, avisava-se na *Gazeta* o comércio de um cativo sapateiro “sem defeito corporal”, ao passo que no dia 13 de setembro de 1815 o anunciante preferiu informar que seu preto cozinheiro era “sem maus costumes”. Mas também apareciam anúncios como o de 14 de março de 1818, informando a venda de uma escravizada “sem manha alguma”.

“Não havia diferença entre o tratamento que se dava a uma besta e o que se dispensava a um negro escravo. Mas essa legislação repressora, escravista e despótica por isto mesmo, era aceita como normal e cristã, contanto que os escravos, no momento certo, fossem batizados pelos seus senhores” (Moura, 1998: 96).

Muito antes da mão de obra africana ser utilizada em larga escala em outras colônias europeias, o Brasil já transferia centenas de milhares de africanos para a exploração agrícola. Quando as primeiras levas chegaram à América britânica, ou seja, ao atual Estados Unidos, na segunda metade do século XVII, os portugueses já tinham quase 500 mil africanos trabalhando no Brasil²⁰. A mesma comparação pode ser feita em relação às colônias francesas do Caribe, como São Domingos, Martinica e Guadalupe, que também começaram a importar massivamente *escravos* na segunda metade do século XVII.

Pioneiro, portanto, nesta perversa atividade, o Brasil atingiu os maiores montantes de transporte de *escravos* no século XIX. Não há dúvidas de que com a chegada da corte de Portugal ao Rio, em 1808, a demanda pelo tráfico sofreu um aumento até então não experimentado. O enorme crescimento populacional e a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional podem ser considerados dois dos principais fatores, haja vista que a procura por mão de obra aumentou muito em consequência dos citados acontecimentos.

Milhões de africanos foram forçados durante séculos a se deslocarem para trabalhar, na maioria das vezes sob condições deploráveis, em regiões como Brasil, Estados Unidos e as possessões espanholas, francesas, holandesas e dinamarquesas nas

¹⁹ Em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, Gilberto Freyre estudou os anúncios de fuga de *escravos* a partir de leitura de jornais de Pernambuco, Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro. Neste último, utilizou o *Jornal do Commercio*, de 1827 em diante.

²⁰ Dados extraídos do *Trans-Atlantic Slave Trade – Database*, base de dados coordenada pelo historiador inglês David Eltis. Os dados estão disponíveis para consulta em www.slavevoyages.org.

Américas. De acordo com o banco de dados disponível no *Trans-Atlantic Slave Trade - Database* – projeto que considerou diversas investigações, sendo o trabalho de uma equipe multidisciplinar de historiadores e outros especialistas que estimaram a quantidade de *escravos* que foram traficados a partir da África entre 1500 e 1875 –, foram transferidos cerca de 4,8 milhões de *escravos* para o Brasil durante os quase quatro séculos de tráfico de *escravos*, sendo mais de 2 milhões somente no século XIX. Deste montante, cerca de 2,2 milhões desembarcaram no Rio, sendo 1,2 milhão no século XIX.

Muitos africanos morreram no traslado entre uma ponta e outra do Atlântico. Ao todo, ainda de acordo com o *Trans-Atlantic Slave Trade - Database*, mais de 658 mil não resistiram à travessia oceânica para o Brasil, o que resulta numa taxa de mortalidade de 12%. No período entre 1808 e 1821, ano em que D. João VI retornou com a Família Real para Portugal, há registros de que pelo menos 735 embarcações transportaram escravizados ao Rio, conforme o referido banco de dados. O registro com maior número de africanos desembarcados é do dia 5 de agosto de 1817, uma galera (tipo de embarcação de veleiro), comandada pelos capitães José Maria de Araújo Camizão e José Marques Pereira, que deixou 776 indivíduos africanos no porto do Rio. A embarcação, chamada *Amália*, buscara os indivíduos em Luanda, onde embarcaram 813, com 37 mortes durante o percurso de 27 dias até a capital do Brasil, ou seja, 5% do total. A saída da embarcação foi registrada, como era habitual, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, na seção “Notícias Marítimas” do dia 25 de janeiro de 1817. A chegada também, no dia 9 de agosto de 1817.

A duração da viagem era um dos fatores que influenciava a taxa de mortalidade, pois quanto mais tempo os africanos permaneciam em condições insalubres a bordo, maior era a probabilidade de não resistirem. A embarcação *União Feliz*, comandada por Jacinto Alves Teixeira, levou 48 dias de Moçambique ao Rio de Janeiro, onde chegou no dia 5 de março de 1819. A taxa de mortalidade foi de 25%, com a morte de 220 dos 867 africanos embarcados. Em 16 de fevereiro de 1821, chegou de Cabinda, comandado por João José de Oliveira, o bergantim *Tejo*, com um saldo de 360 mortos dos 992 embarcados. O índice de mortalidade foi de 36% para uma travessia de 43 dias. Já uma outra embarcação vinda de Cabinda, *Maria Tomásia*, comandada por Francisco Xavier Álvares de Melo, fez a travessia somente em 25 dias. Talvez por isso tenha alcançado o Rio, no dia 31 de outubro de 1811, com sete mortos, menos de 1% dos 514 transportados.

Alguns historiadores apontam a estação do ano como um dos fatores de impacto no índice de mortalidade, indicando o inverno e o outono como os períodos mais perigosos. Uma rápida análise das centenas de embarcações que transportaram escravizados para o Rio entre 1808 e 1821, contudo, não parece clarificar isso. Pelo contrário, é possível encontrar casos diversos em cada estação. O que deve ser admitido é que tanto o verão quanto o inverno ofereciam perigos. Com a escassez de água potável que existia na grande maioria das embarcações, os africanos certamente sofriam agrupados nos porões com as altas temperaturas do verão. A alimentação não era rica, o corpo reclamava e as doenças espalhavam-se. No inverno, os problemas eram semelhantes, mas desta vez sem roupas adequadas para suportar as baixas temperaturas em alto mar durante a travessia.

O bergantim *Emília*, por exemplo, comandado pelo capitão André Germano Severino de Almeida, chegou de Cabinda ao Rio no início do inverno de 1818, no dia 15 de junho, após viagem de 57 dias no outono-inverno do hemisfério Sul. O saldo foi de 102 mortos dentre os 392 embarcados (26%). As taxas, no entanto, variavam, com casos como o do bergantim *S. João Americano*. Comandado por Teodoro de Souza Rubim, a embarcação provavelmente enfrentou dias em que o vento não soprou e fez uma travessia longa, de 87 dias, entre Benguela e Rio. Apesar do tempo e das baixas temperaturas – a viagem foi realizada no inverno –, registrou “apenas” 3% de taxa de mortalidade: 15 dos 518 embarcados morreram no percurso concluído no dia 17 de setembro de 1814.

Para facilitar o sepultamento dos africanos que não resistiam à travessia e daqueles que morriam logo após alcançar o solo brasileiro, o Rio de Janeiro teve um cemitério exclusivo para esse tipo de enterro, entre 1722 e 1830, primeiro no Largo de Santa Rita e a seguir transferido para o Valongo, em 1769. O espaço ficou conhecido como o Cemitério dos Pretos Novos, nome dado aos escravizados recém-chegados da África – boçal era uma outra forma também adotada na época para nomear os recém-chegados e ladino era a nomenclatura dada àqueles já aculturados, que falavam a língua portuguesa.

Ao longo do período colonial, a monarquia portuguesa implantou medidas para tentar reduzir a taxa de mortalidade no transporte oceânico, mas o traslado pelo Atlântico permaneceu desumano até os seus últimos dias. A Lei das Arqueações de 1684 foi o principal instrumento regulador do tráfico de *escravos*. Esta regulamentação obrigava as embarcações a implantarem algumas medidas para “preservar” os pretos embarcados. O objetivo, claro, era reduzir a taxa de mortalidade do “produto” e receber cada vez mais mão de obra saudável. D. João VI ordenou alterações nesta lei em novembro de 1813.

No alvará de 24 de novembro de 1813, que modificou a lei, o príncipe regente criticou “o tratamento duro e inumano que no trânsito dos portos africanos para os do Brasil sofrem os negros que deles se extraem”, mas admitiu ver-se obrigado a manter ativo o tráfico em prol do incremento populacional. O monarca observou que o número de habitantes no Brasil ainda não estava “proporcionado à vasta extensão” dos domínios, sendo ainda “insuficiente para suprir e efetuar, com a prontidão que tenho recomendado, os importantes trabalhos que em muitas partes se tem já realizado”.

O novo regulamento de D. João VI definiu que cada embarcação destinada à condução de *escravos* deveria ter um cirurgião perito. Sem este, não seria permitida sua saída. Instituiu ainda que os pretos precisariam ter na embarcação um “lugar suficiente em que se possam recostar, e gozar daquele descanso indispensável para a conservação deles”. Os navios, ordenou o texto, não poderiam receber a partir daquela data um maior número de indivíduos do que aquele que “corresponder à proporção de cinco negros por cada duas toneladas; e esta proporção só terá lugar até a quantia de 201 toneladas”, sendo permitido somente um africano para cada tonelada adicional na embarcação.

A necessidade de um cirurgião para cada embarcação direcionada para a costa da África é descrita no romance *Memórias de um sargento de milícias*. O personagem Leonardo, que entendia das artes de cura e de sangrar, é chamado para ocupar o ofício

“num dos comboios que traziam fornecimento para o Valongo”. O objetivo era “curar gente a bordo; morre-se ali que é uma praga”, explicou o marujo a Leonardo. A *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou alguns anúncios ao longo de sua história ofertando vagas para cirurgiões nas embarcações direcionadas ao continente africano, o que prova o valor histórico do romance escrito por Manoel Antônio de Almeida.

“Falta cirurgião ao bergantim *Adamastor*, que segue viagem para Benguela até 10 de março. Quem pretender ajustar-se procure seu proprietário, na Rua Direita, n.º 37.” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 16, edição de 25 de fevereiro de 1818).

O único relato em primeira pessoa sobre a travessia nessas embarcações que se tem conhecimento é de Mahommah Baquaqua, importado a partir de Uidá, porto do Reino de Daomé, na Costa da Mina. O escravizado descreveu que a embarcação na qual foi transportado era grande e impulsionada por remos, “embora tivesse velas também, mas o vento não era forte o suficiente e os remos foram usados” (Moore, 1854). Aglomerados e empilhados no porão, estavam sujeitos a sofrer com o mal-estar da viagem, até porque a maioria dos escravizados nunca nem sequer havia adentrado um barco. Baquaqua, por exemplo, “nunca tinha visto um navio antes” e ao avistá-lo na praia antes de embarcar, pensou se tratar de “algum objeto de adoração do homem branco. Imaginei que todos seríamos mortos e estávamos indo para lá por isso. Senti-me preocupado pela minha segurança e um desânimo se apoderou de mim quase totalmente”.

O Rio de Janeiro, no período joanino, importou mais de 20 mil escravizados a cada ano. Uma certidão alfandegaria manuscrita²¹ datada de 1811, por exemplo, indica que no ano de 1810 entraram na Alfândega do Rio 20.909 escravizados²². De acordo com uma certidão da Alfândega do Rio de 1821, apresentada no diário de viagem de Maria Graham (1824: 228), 21.199 escravizados chegaram ao Rio em 1821.

Nem todos permaneciam na capital, dado o intenso comércio com o interior. Dos escravizados que trabalhavam na capitania do Rio de Janeiro, seja no ambiente urbano ou rural, predominavam os adultos. De acordo com Florentino e Fragoso (1993: 39), dividiam-se, entre 1810 e 1835, em infantes (0-14 anos), que eram 22%; adultos (15-49 anos), 65%; e idosos, 13%. Poucos, portanto, conseguiam viver até os 50 anos.

Ao chegar no porto, havia um processo burocrático para a efetivação do desembarque. Os africanos eram primeiro cadastrados pelas autoridades da Alfândega, com o registro do local de origem, sendo que os cativos que tinham mais de três anos pagavam impostos, custos que eram de responsabilidade dos traficantes. Somente os que chegavam vivos eram contabilizados para o cálculo dos impostos a pagar. A Polícia era uma das beneficiárias dos impostos, de acordo com as legislações da época. O alvará de

²¹ *Certidão do número de escravos entrados na Alfândega em 1810*. Rio de Janeiro: 1811. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427251/mss1427251.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

²² Florentino e Fragoso (1993: 42) estimam que o Rio de Janeiro importou 9.602 *escravos* em 1808 e 21.100, mais que o dobro, em 1821. Os números, colhidos em 1993, podem estar subestimados, apesar de refletirem o quanto a importação aumentou no tempo joanino. Para as importações de 1810, por exemplo, a estimativa deles indica 18.667, enquanto a certidão aqui indicada aponta para 20.909.

13 de maio de 1809, que criou uma Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, definiu que cada *escravo* novo que chegasse ao porto pagaria 800 réis (cerca de 76 reais) para a Guarda Real e para a iluminação pública da cidade, de responsabilidade da Polícia.

Em 25 de abril de 1818, um novo decreto acrescentou mais 600 réis (cerca de 57 reais) para ajudar as despesas da Polícia. No 1º de outubro de 1819, Paulo Fernandes Viana, intendente geral da Polícia do Rio de Janeiro, enviou correspondência a Vicente José d’Araujo, cobrador das rendas da intendência da Bahia, pedindo que ao fim de cada mês o cobrador lhe enviasse o dinheiro e que nele adicionasse os 1.400 réis por cada *escravo*. No balanço dos dois primeiros meses de 1821, registrados na *Gazeta* de 16 de maio de 1821, por exemplo, a Polícia anotou uma receita de 8.287.300 réis (cerca de 784 mil reais) obtida pelo “direito de escravos por entrada na Alfândega desta Corte”, o que indica que quase seis mil escravizados chegaram ao Brasil em janeiro e fevereiro de 1821.

A seguir aos impostos, era realizada uma inspeção de saúde e os escravizados eram direcionados ao Valongo, região que abrigava o mercado de *escravos* do Rio desde 1758, quando a Câmara proibiu o comércio de africanos no centro da cidade e estipulou um local para tal, com o intuito de prevenir a disseminação de doenças na cidade.

As embarcações recém-chegadas, no entanto, passavam por uma quarentena na Ilha do Bom Jesus, na Baía de Guanabara, antes de receberem a permissão para que os escravizados fossem direcionados ao Valongo. De acordo com o alvará de 22 de janeiro de 1810, era na inspeção de saúde que ocorria a definição do número de dias necessários em isolamento, nunca menor do que oito dias. As doenças aparentes nos cativos e a quantidade de mortos na viagem eram fatores que determinavam o tempo de quarentena a ser cumprido. O mesmo alvará acresceu novos impostos sobre a chegada de africanos ao porto, além dos já cobrados, determinando que por cada *escravo* seria necessário pagar “para o cofre da Saúde 200 réis, e sendo menores de dez anos 100 réis”. O texto indicava que “desta contribuição deverão sair as despesas do edifício e reparo do lazareto”.

No entanto, um novo alvará de 28 de julho do mesmo ano definiu que o lazareto seria transferido da Ilha do Bom Jesus, considerada inadequada, para uma nova edificação à frente do bairro da Saúde. A medida também determinava que apenas *escravos* doentes precisariam passar pela quarentena. Os que estivessem bem de saúde seriam apenas “lavados e envoltos em roupas” no lazareto e a seguir entregues “logo a seus donos para os poderem vender nos seus armazéns”. Em 1811, a Polícia também construiria o Cais do Valongo, por ordem do príncipe regente, para melhor desembarque dos *escravos*.

Apesar de satisfeitos com a possibilidade de venderem imediatamente nos armazéns os africanos saudáveis, os negociantes ainda tinham um problema a resolver. Uma representação manuscrita²³ enviada por negociantes de *escravos* do Rio ao príncipe

²³ *Representação dos proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos a S.A.R. reclamando dos altos preços dos aluguéis cobrados pelos proprietários dos armazéns da Gamboa e do Valongo, destinados ao desembarque e venda dos escravos.* Rio de Janeiro: 1811. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427251/mss1427251.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

regente, em julho de 1811, registra o descontentamento por estarem a ter que pagar mais um imposto, além daqueles 200 réis (cerca de 19 reais) – ou 100 se for menor de dez anos – por cada *escravo*. É que, como deixa entender a reclamação dos traficantes, a Alfândega também pedia 400 réis (cerca de 38 reais) adicionais por cada *escravo* que passava no lazareto “em benefício somente de três negociantes, que edificaram o referido armazém”. O historiador Júlio César Medeiros da Silva Pereira identificou que um documento da corte propusera “aos três maiores²⁴ traficantes de escravos, João Gomes Valle, José Luís Alves e João Alves de Souza Guimarães, a construção de uma enfermaria” (Pereira, 2007: 106), com a vantagem de tornarem-se proprietários do edifício e receptores dos tais 400 réis por cada africano que adentrasse o lazareto.

Valle era um ativo comerciante da região, tendo sido, por exemplo, proprietário de uma casa de molhados na Rua do Valongo, próximo de S. Joaquim, que ele anunciou a venda em 1813 (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 68, edição de 25 de agosto de 1813). Ele morava na Rua dos Pescadores e se enquadrava naquele perfil desenhado no capítulo 6 dos comerciantes que integravam a verdadeira elite colonial e negociavam em frentes diversas. Valle tinha no comércio de *escravos* o seu principal negócio, mas também atuava na importação de açúcar branco e mascavado, de charque e no comércio de embarcações (Florentino e Fragoso, 1993: 87). No dia 5 de junho de 1810, por exemplo, anunciou a venda da “corveta *Aurora*, vinda proximamente de Pernambuco, com todos os seus pertences para navegar”, incluindo “caldeiras para condução de escravatura”.

Pediam os negociantes que ficassem “somente pagando o que foi determinado pelo referido alvará de 22 de janeiro para as aplicações em que o mesmo contém”, pois reclamavam que a regulamentação de janeiro já definia impostos para o lazareto, não sendo justa a repetição deste imposto. A reclamação não foi aceita e a regulamentação não foi alterada, mas Silva Pereira indica que existiam negociantes que burlavam a medida e desviavam dos impostos cuidando por conta própria da saúde dos escravizados.

A diligência mostra como o cotidiano e o jogo de interesses no desembarque alfandegário de escravizados era mais complexa do que se pode imaginar. Concluída a quarentena e os processos burocráticos, os escravizados eram direcionados aos barracões do Valongo e então estavam finalmente disponíveis para serem comercializados. Ali suas vidas na nova terra seriam definidas. Os armazéns e barracões do Valongo eram organizados por numerações e muitas vezes os donos desses armazéns anunciavam no jornal novos carregamentos de cativos à venda.

“No armazém do Valongo n.º 23, do lado esquerdo, se faz leilão de quarenta e oito escravos, dezoito cadeiras, uma cama, uma cômoda, duas mesas, e várias miudezas dos bens

²⁴ Havia uma hierarquia dentro do tráfico negreiro. Florentino e Fragoso (1993: 81-82) observam que, de 279 iniciativas de tráfico no Rio entre 1811 e 1830, “as 16 maiores empresas traficantes (6% do total) foram responsáveis por 47% das expedições, e que as 27 maiores (10%) organizaram 59% de todas as viagens à África. Já as 154 menores empresas (55%) organizaram apenas 13% das expedições”. Mas, a circulação interna de escravizados era exercida por um número muito maior de comerciantes que revendiam para o interior. A concentração ligada ao comércio interior era menos acentuada, portanto.

apreendidos de José Ferreira dos Santos, no dia 15 do corrente às nove horas da manhã” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 48, edição de 13 de junho de 1812).

“Francisco Theodoro Nunes, no armazém n.º 7 no Valongo, faz leilão público no dia 12 do corrente mês de 60 e tantos escravos de Moçambique, em lotes de 2 a 3” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 29, edição de 11 de abril de 1810).

A maioria dos viajantes que pisaram no Rio no tempo joanino observou, em maior ou menor medida, a existência do Valongo. Muitos deles demonstraram horror com o espaço. Descrever todos os relatos seria uma tarefa longa, mas sabe-se que Maria Graham, Jean Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Phil Von Martius e Baptist Von Spix analisaram em detalhes o mercado de escravizados novos. Rugendas (1889) observou que “seus aspectos têm algo horrível, principalmente quando não se refizeram da travessia”. Depois descreveu suas vestimentas e alimentação: “homens e mulheres andam nus, com apenas um pequeno pedaço de pano grosseiro em volta das ancas. São alimentados com farinha de mandioca, feijão e carne-seca. Não lhes faltam frutas refrescantes”.

De acordo com Debret (1835b: 78), eram os panos nos corpos que às vezes indicavam seus donos: “às vezes, eles pertencem a vários proprietários, sendo depois distinguidos pela cor da peça de lona ou sarja que os envolve”. Martius e Spix relataram que os compradores gostavam de observar o físico dos cativos antes de efetuar a compra. Já Maria Graham descreveu detalhadamente a sensação de caminhar pelo Valongo:

“Vi hoje o Valongo. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são depósitos de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se que todos me estavam vendo, depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a eles e olhei-os de perto, e ainda que disposta a chorar. Fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para eles; com tudo isso pareceram eles encantados; pularam e dançaram como que retribuindo as minhas cortesias” (Graham, 1824: 227).

Depois de terem os seus primeiros donos no Rio de Janeiro a partir da transação realizada no mercado oficial, os escravizados poderiam ser revendidos para outros senhores, pois o Valongo era o espaço estabelecido apenas para a venda dos recém-chegados. A revenda de africanos ou a venda dos crioulos (escravizados nascidos no Brasil), portanto, ocorria de modo mais informal, sem local estabelecido para a prática.

Por isso, um transeunte do Rio joanino poderia entrar em qualquer estabelecimento comercial e encontrar lá um escravizado à venda. O indivíduo à venda poderia estar lá fisicamente, ainda a trabalhar, ou o senhor avisava ao interessado aonde poderia se dirigir para encontrar o preto para avaliação. Os cativos eram, portanto, revendidos em espaços como boticas, loja de couros, armazéns, botequins, na Fábrica de Rapé, entre outros.

“Quem quiser comprar um moleque crioulo de idade de 15 anos, sabendo cozinhar, arranjar uma casa, tratar de bestas e com princípios de pedreiro, dirija-se à botica defronte da Igreja de S. José, que se lhe dirá quem o vende” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 58, edição de 19 de julho de 1817).

Um alvará de 3 de junho de 1809 criou um tributo sobre essas revendas de *escravos* no Rio de Janeiro, conhecido como o imposto da meia siza. A medida, criada para “suprir as despesas públicas que se tem aumentado”, determinou que “em todo este Estado se pague meia siza, ou 5 por cento do preço das compras e vendas dos *escravos* ladinos, que se entenderão ser todos aqueles que não são havidos por compra feita aos negociantes de negros novos e que entram pela primeira vez no país, transportados da costa de África”, ou seja, o tributo era válido apenas em comércio de cativos que não tinham acabado de desembarcar. Portanto, nas vendas ocorridas no Valongo este imposto não era cobrado, até porque os negociantes já haviam arcado com outros custos cobrados na Alfândega.

O texto do referido alvará indicava que uma pessoa “abonada” ficaria responsável por exercer a arrecadação deste imposto em cada cidade e vila em que houver Câmara. No Rio, Manoel Moreira Lírio assumiu a função a partir de 1817.

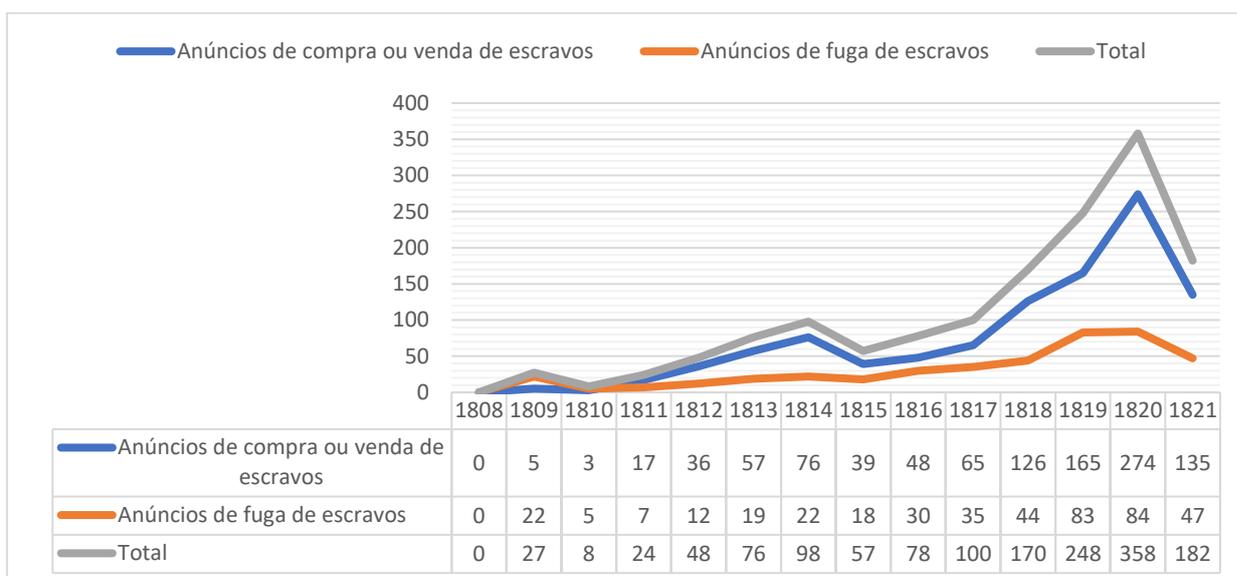
“Manoel Moreira Lírio, como caixa e administrador geral dos impostos das sizas dos bens de raiz e meia siza dos *escravos* ladinos, faz público que em seu escritório na Rua Direita n.º 42 se fará a arrecadação do referido imposto, de todas as vendas ou transações que se verifiquem nesta Corte e Província, sem que seja preciso mais aquelas dependências de assinaturas ou registros que até agora se praticava pela Câmara, e isto no presente triênio que teve princípio no 1º de janeiro de 1817 e finda no último de dezembro de 1819” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 68, edição de 23 de agosto de 1817).

De acordo com Katia Mattoso (2017), “os dois sistemas encontrados ao longo dos três séculos em que o Brasil experimentou o trabalho escravo foram as vendas públicas em leilões e as vendas privadas”. Sua observação condiz com o que se encontra na *Gazeta*, que, como mostrado, registra tanto as vendas em leilões, geralmente no Valongo por se tratar maioritariamente de escravizados recém-desembarcados, quanto vendas privadas. Em leilões mais concorridos, explica Mattoso, “aproveitava-se para vender os cativos de mais difícil saída; os mais bonitos do lote eram guardados para o final”.

Nas edições da *Gazeta* encontram-se 1474 anúncios relacionados com a escravização, que, como dito, compreendem 16% do total. Destes, 1046 (11%) são anúncios de comércio dos escravizados e 428 (5%) avisos publicados pelos senhores de que um cativo havia fugido. Os anúncios relacionados com o cotidiano escravocrata cresceram assustadoramente nos últimos anos do tempo joanino, de modo que os três últimos anos da pesquisa (1819, 1820 e 1821) tenham registrado mais da metade do total de comunicados de *escravos* dos 14 anos: 788 avisos acerca dos cativos no triênio.

Somente nos quatro primeiros meses de 1818 foram publicados 60 anúncios vinculados aos escravizados, número superior aos 58 impressos nos quatro primeiros anos de circulação do jornal (1808-1811). Os anúncios comerciais, de compra ou venda dos africanos, eram majoritários, apesar de no biênio 1809-1810 terem sido registrados mais comunicados de fuga ou desaparecimento dos súditos.

Gráfico 2: Quantidade de anúncios relacionados à escravização



Os avisos escravocratas ganharam tanta importância no Rio que ao fim do período joanino já eram mesmo mais relevantes nas páginas da *Gazeta* do que os informes de compra ou venda de casas e terrenos. Nos últimos três anos do período estudado, entre 1819 e 1821, foram impressos, como referido, 788 anúncios sobre os escravizados, enquanto neste mesmo espaço temporal foram encontrados 625 avisos imobiliários.

Não provocaria espanto se um assinante da *Gazeta* recebesse em casa uma edição que, na seção de “Avisos” da última página, tivesse apenas comunicados de venda ou desaparecimento de escravizados. No dia 12 de março de 1814, por exemplo, todos os anúncios eram referentes ao comércio escravocrata. A edição de 11 de dezembro de 1821, por sua vez, trazia apenas dois anúncios e ambos de fuga de cativos.

Em 1808, quando a *Gazeta* começou a circular a partir de setembro, dos 79 anúncios publicados nenhum era referente à escravização. A prática de utilizar as páginas de jornal para anunciar à população a intenção de vender um escravizado, o desejo de comprar ou informar a fuga de um cativo teve início somente em 1809, com o primeiro anúncio sendo referente à fuga de um cativo.

Estudar brevemente o perfil do primeiro anunciante da história da imprensa brasileira é uma válida contribuição para o entendimento das características que tinham esses anunciantes que procuravam por seus cativos ou os comercializavam. O primeiro anúncio consta do dia 7 de janeiro de 1809. Antônio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães foi o primeiro habitante da história do Rio de Janeiro a publicar num jornal um aviso relacionado aos escravizados. Ele informou a fuga do seu cativo Matheus e oferecia recompensa a quem o encontrasse.

“Em 20 de agosto do ano passado fugiu um escravo preto, por nome Matheus, com os sinais seguintes: rosto grande e redondo, com dois talhos, um por cima da sobrancelha esquerda e outro nas costas, olhos pequenos, estrutura ordinária, mãos grandes, dedos grossos e curtos, pés grandes e o corpo grosso. Na loja de fazenda de Antônio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães, na Rua da Quitanda, n.º 61, receberá quem o entregar, além das

despesas que tiver feito, 12.800 reis de alvíssaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 34, edição de 7 de janeiro de 1809).

Azevedo Guimarães era um nobre habitante da cidade, dono de uma loja na segunda principal via do Centro, a Rua da Quitanda. Certamente tinha uma condição financeira confortável, uma vez que ele foi um dos habitantes cariocas que doou valores em prol do socorro dos súditos portugueses que ficaram em Portugal à mercê dos franceses. Sua doação de 40.000 réis consta na *Gazeta Extraordinária* do dia 14 de outubro de 1808. Também contribuiu com uma doação voluntária de 6.400 réis a favor do resgate dos militares portugueses apreendidos em Argel²⁵, conforme registrado na *Gazeta* de 19 de dezembro de 1810. Muitos nobres realizavam essas contribuições à espera de benesses da Coroa posteriormente.

A revenda de cativos, bem como o comércio em geral, foi predominante na Rua Direita, local onde os escravizados novos geralmente eram vendidos até o século XVIII, quando ocorrera a deslocação do comércio dos recém-chegados para o Valongo. Ou seja, as ações estatais conseguiram transferir a venda dos pretos novos para uma região afastada da cidade, mas quem caminhasse pela Rua Direita na época joanina encontraria muitas opções de cativos prontos para serem revendidos. O cativo à venda poderia estar presente na loja, trabalhando, ou o seu dono avisaria o interessado o local adequado para avaliar o mancipio.

Apesar da Rua Direita ser citada com maior frequência nos anúncios de comércio de pretos, os números mostram que este tipo de comércio encontrou uma maior distribuição pela cidade. Se nos anúncios gerais, a via tem frequência de 10%, no mercado escravocrata a porcentagem cai para 5%. É que dos 1.046 informes de comércio de escravizados na cidade, 53 direcionavam o comprador para a Rua Direita. As ruas da Quitanda, de São Pedro e do Sabão apareceram 42 vezes cada em avisos deste tipo.

| QUADRO 9: RUAS DO COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO JOANINO (1808-1821) | | |
|---|--|-------------------------------|
| Rua | Rua atual correspondente | Quantidade de anúncios |
| Rua Direita | Rua Primeiro de Março | 53 |
| Rua da Quitanda | Rua da Quitanda | 42 |
| Rua de São Pedro | Avenida Presidente Vargas (lado par) | 42 |
| Rua do Sabão | Avenida Presidente Vargas (lado ímpar) | 42 |
| Rua da Cadeia | Rua da Assembleia | 38 |
| Rua do Ouvidor | Rua do Ouvidor | 30 |
| Rua da Alfândega | Rua da Alfândega | 29 |
| Rua dos Pescadores | Rua Visconde de Inhaúma | 23 |
| Largo da Lapa do Desterro | Lapa | 23 |
| Rua Detrás do Hospício | Rua Buenos Aires | 23 |
| Rua do Rosário | Rua do Rosário | 20 |

²⁵ Duas embarcações portuguesas foram capturadas por corsários em Argel, na Argélia, em 1799 e 1802, e aprisionaram os embarcados. D. João VI financiou um resgate, concluído em 1812. Luís Filipe Xavier Cabrita estudou o tema em *Os cativos em Argel da Marinha Real Portuguesa (1799-1812)*, de 2013.

| | | |
|---------------------|---|----|
| Rua de São José | Rua de São José | 19 |
| Rua do Lavradio | Rua do Lavradio | 19 |
| Rua das Violas | Rua Teófilo Otoni | 19 |
| Rua do Cano | Rua Sete de Setembro | 19 |
| Rua da Prainha | Inexistente | 19 |
| Rua da Misericórdia | Ladeira da Misericórdia (reduzida após a demolição do Morro do Castelo) | 18 |
| Rua dos Ourives | Rua Miguel Couto | 16 |

O preço praticado nessas vendas era variável de acordo com as características do escravizado. Sabe-se que os cativos bebês, bem como as crianças, eram desvalorizados, pois ainda demorariam a ter capacidade para trabalhar e oferecer rendimentos ao senhor. Considerava-se, em geral, que a partir dos 14 anos um cativo já tinha a maturidade completa e o seu valor de compra aumentava. Em inventários de indivíduos que deixavam escravizados como herança, avaliadores da corte estimavam o preço dos cativos, sempre com valores consideravelmente reduzidos para bebês, crianças e idosos²⁶. A variação dos preços dos adultos poderia ser em função dos trabalhos que sabia exercer e do vigor físico. Entre as mulheres, as amas de leite, aquelas recém-paridas, representaram um mercado lucrativo, sendo mais valorizadas.

A *Gazeta* fornece em suas páginas pelo menos 21 distintas publicações que permitem determinar o preço praticado naquela altura pelo escravizado referido. A conclusão que se chega, diante dos números da *Gazeta*, é que um cativo custava em média 155 mil réis (cerca de 14,6 mil reais) entre 1811 e 1821. Os preços mais baixos anunciados foram 44.800 réis (cerca de 4.238 reais) e 60 mil réis (cerca de 5.676 reais), provavelmente escravizados crianças ou idosos. O mais elevado foi 320 mil réis (cerca de 30.272 reais), por um cativo de 18 a 19 anos, que eram mais valorizados pois estavam no auge do vigor físico e ainda se manteriam produtivos por um considerável tempo.

| QUADRO 10: VALOR DOS ESCRAVIZADOS (1811-1821) | | | |
|---|--|---------------|---------------------|
| Ano | Descrição da <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> | Preço em réis | Estimativa em reais |
| 1811 | Escravo bom para trabalho da agricultura | 128.000 | 12.109 |
| 1812 | Moleque sapateiro, e com princípios de boleiro, de 14 a 15 anos | 200.000 | 18.920 |
| 1814 | Escravo deixado como herança para a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro | 200.000 | 18.920 |
| 1815 | Escrava de 15 anos, com filha de um mês e meio | 153.600 | 14.530 |
| 1816 | Mulato sapateiro de 14 a 16 anos | 115.200 | 10.898 |

²⁶ Tome como exemplo o inventário, disponível no Arquivo Nacional do Brasil (acervo da Família Velho), de Manuel Velho de Azevedo, de Santa Catarina, em 1819, em que a inventariante foi sua mulher Josefa Rosa de Assunção. Ele deixou 12 escravizados, sendo que os adultos valiam sempre mais do que 115 mil réis, chegando a 166 mil. No entanto, “uma escrava velha de nome Maria” foi avaliada em 50 mil réis; “Rosa parda”, de cinco anos, foi avaliada em 50 mil réis; o “escravo pardo de nome Domingos, de idade três anos” valia 25.600, enquanto “Marcelina, de idade quinze meses” recebeu avaliação de 19.200 réis.

| | | | |
|------|---|---------|--------|
| 1819 | Ezequiel Cabinda, carpinteiro | 230.400 | 21.796 |
| 1819 | Luiz Cabinda | 179.200 | 16.952 |
| 1820 | José Cabundá | 44.800 | 14.690 |
| 1820 | Antônio Cabundá | 102.400 | 9.687 |
| 1820 | João Cassange | 108.800 | 10.292 |
| 1820 | Francisco Monjolo | 96.000 | 9.082 |
| 1820 | José Libolo | 147.200 | 13.925 |
| 1820 | Joaquim Angola | 128.000 | 12.109 |
| 1820 | Escravo mácuca de 18 a 19 anos, boleeiro examinado e bom oficial de sapateiro | 320.000 | 30.272 |
| 1820 | João Ganguela | 153.600 | 14.530 |
| 1820 | Joaquim Benguela | 128.000 | 12.109 |
| 1820 | Preto muito bom oficial de pedreiro | 300.000 | 28.380 |
| 1820 | Pedro Benguela | 108.800 | 10.292 |
| 1820 | José Benguela | 60.000 | 5.676 |
| 1821 | Crioulo sapateiro de 18 anos | 248.200 | 23.480 |
| 1821 | Domingos Monjolo | 108.800 | 10.292 |

A venda dos cativos era tão disseminada pela cidade que não escapava nem aos espaços religiosos. Em 18 de novembro de 1815, um comunicado da *Gazeta* indicava que nas casas da Irmandade da Glória estava à venda “uma mulata de idade de 24 anos pouco mais ou menos, que sabe lavar, engomar e cozer; com uma cria de 6 meses”. Não havia, portanto, qualquer impedimento à venda de cativos em casas religiosas.

Quatro dias depois do anúncio anterior, no dia 22 de novembro de 1815, um novo aviso indicava o Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro como local para quem quisesse comprar “uma escrava de idade de quinze anos, com uma filha de mês e meio; tem bom princípio, e habilidade para costura, entende de cozinha e um pouco de engomar”. O Recolhimento era um espaço para “abrigar meninas que fossem órfãs de pai e mãe, ou somente de pai, filhas legítimas, cristãs velhas, brancas, de bom procedimento, donzelas e desamparadas” (Gandelman, 2001).

Já no dia 7 de fevereiro de 1818, um anúncio dava conta da fuga de um escravizado chamado Gonçallo e pedia que o devolvessem na Misericórdia: “Quem souber do dito negro, o poderá entregar a seu senhor na Santa Casa da Misericórdia ou na Rua de S. Pedro, n.º 13, que se dará alvissara”. Provavelmente as pessoas que transitassem pelo Convento de Santa Thereza no mês de fevereiro de 1821 ficariam sabendo que ali estavam à venda uma *escrava* e um *escravo*:

“Vende-se uma escrava muito moça na residência dos reverendos capelães do Convento de Santa Thereza, junto ao mesmo Convento; e juntamente um escravo pedreiro” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 14, edição de 17 de fevereiro de 1821).

Também é notável os diversos anúncios que confirmam a atuação de padres e autoridades religiosas no cotidiano da escravização no ambiente urbano. Por vezes, por exemplo, estiveram envolvidos em comércios de imóveis que incluíam os pretos cativos na transação. No dia 24 de maio de 1815, o padre Domingos Lopes Ribeiro, que também

era professor régio de gramática latina, constava como o responsável pela venda de dois sítios na freguesia de São João de Carahy (atualmente Niterói). O comprador, conforme avisa o anúncio, receberia cinco *escravos* junto com os terrenos. Cinco anos depois, em 20 de maio de 1820, o padre Antônio José Martins publicou um aviso no jornal para vender sua fazenda em frente ao mar com 19 *escravos*, sendo 11 homens e oito mulheres.

No balanço financeiro do Hospital da Misericórdia, referente aos meses entre outubro e dezembro de 1814, aparece que a instituição recebeu os bens do padre José Barbosa da Silva Araújo, deixados por testamento. Além de 12 casas, o padre legou um *escravo*. O balanço foi publicado num anúncio de 21 de janeiro de 1815. Em 30 de abril de 1814, a Misericórdia informou em anúncio ter recebido seis escravizados em testamento, indicando um valor de 1.200.000 réis para os seis, ou seja, 200.000 para cada.

Sabe-se, inclusive, da atuação de padres pretos²⁷ nesse cotidiano, apesar dos anúncios da *Gazeta* não mencionarem a cor da pele dos eclesiásticos. Os religiosos possuíam seus próprios escravizados e atuavam com frequência na compra e venda dos mesmos. Em fevereiro de 1810, por exemplo, um comunicado informou que um africano fugitivo pertencia ao capelão do Forte de S. João, no atual território do bairro da Urca:

“A 15 de agosto fugiu um preto alto e magro, apontava-lhe a barba, tinha olhos pequenos e vermelhos, focinhudo, e com um sinal de ferida na canela: é do Padre Passos, capelão da Fortaleza de S. João” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 13, edição de 14 de fevereiro de 1810).

Alguns eclesiásticos tinham mais de um cativo, conforme deixa entender o comunicado de 6 de novembro de 1816 ao informar que “em 16 de outubro do corrente ano desapareceram dois escravos do padre Francisco da Silva Medella, morador em Inhaúma”. Também em 1816, no dia 22 de maio, a *Gazeta* informou que tinham fugido três escravizados do padre do Mosteiro de S. Bento. Três anos depois, um anúncio de 19 de maio de 1819 cumpriu informar que o padre João Bernardo Nogueira teria ficado responsável pela venda dos 110 *escravos* recém-chegados numa embarcação de Angola.

Os anúncios são diversos: no 14 de agosto de 1819, o padre Ayrão anunciava a venda de uma “negra cozinheira e quitandeira”; em 12 de janeiro de 1820, o padre Manoel de Jesus Simões vendia na sua casa, na Praia dos Mineiros, um “moleque barbeiro, perfeito no seu ofício e muito bom sangrador”; em 30 de dezembro de 1820, o padre João Camilo, morador na Ladeira do Castelo, vendia um *escravo*, sendo este um “bom cozinheiro”. Já em 18 de agosto de 1819, um caso curioso: um cativo foi um encontrado pelo dono de uma padaria, anunciou que seu dono era um padre de S. Gonçalo, mas o padre foi verificar o indivíduo e reclamou não ser seu dono:

²⁷ Há registros de padres pretos no Rio, entre eles João Pereira da Silva, cônego da Capela Real (Lopes, 2007), e o padre, professor de música e compositor José Maurício Nunes Garcia, filho de um casal de pretos livres. Não se pode afirmar que Garcia possuiu *escravos*, mas há um indício de que teria requisitado para si os *escravos* de um falecido: “Uma estranha solicitação, em 1825, deixa uma nota curiosa e uma interrogação na biografia do padre José Maurício. Dirige-se este em requerimento ao provedor da Santa Casa da Misericórdia como primo e padrinho de Constâncio José Nunes Garcia, cirurgião da mesma Santa Casa, de pouco falecido. Alegando tê-lo educado, vestido e mandado estudar em Lisboa para diplomar-se em cirurgia, pede os bens que pertenciam ao cirurgião: seis escravos” (Mattos, 1997: 164).

“Na padaria n.º 21, na Rua do Sabão, está há pouco mais de um mês um escravo de nação Congo, e diz chamar-se José, o qual diz ser da roça de S. Gonçalo, e o seu senhor o padre José Pereira. E como este já fosse avisado para o vir buscar, e vindo não achou ser seu, por isso se faz ciente para que quem for seu dono o procure na padaria até 20 do corrente, e deste dia em diante o procurará nas cadeias desta cidade, quando não apareça seu dono” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 66, edição de 18 de agosto de 1819).

A *Gazeta* fornece informações suficientes para compreender quem eram os compradores dos escravizados, uma vez que os anúncios por vezes mencionam quem era o senhor do cativo e sua profissão. Os negociantes não precisavam vender os cativos a preços muito altos para obter grandes lucros, sendo a compra de um escravizado uma prática tão acessível que, na primeira metade do século XIX, “o limite da pobreza passa quase pelo fato de possuir ou não um escravo” (Enders, 2015). Em sua análise dos inventários do Rio, Florentino (2017: 42) observa que “entre 1790 e 1830, nunca menos de 88% de todos os inventariados eram donos de escravos”. Por mais que os inventários ofereçam riscos à interpretação, pois nem todos os mortos tinham bens para inventariar, ainda assim o dado comprova como a prática de utilizar escravizados era disseminada.

Ou seja, não era preciso ser muito rico para ter um escravizado, mas os ricos geralmente tinham muitos em seu poder. “Toda casa respeitável era preenchida com escravos”, observou Luccock (1820: 106). Não é à toa que, em *Memórias de um sargento de milícias*, Manuel Antônio de Almeida indica que D. Maria, descrita como uma rica apaixonada por causas judiciais, possuía uma porção de “negrinhas” em sua casa.

Diversos são os senhores que aparecem nos comunicados do jornal e de distintas categorias sociais. Eugênio Gueslin, por exemplo, um cirurgião dentista morador na Rua da Misericórdia, tinha um *escravo* “de 9 ou 10 anos, nação Moçambique, estatura baixa, tendo as orelhas furadas” sob suas ordens. No dia 17 de maio de 1820, ele anunciou que seu cativo desaparecera nove dias antes. O desembargador do paço Bernardo José da Cunha, que residia na Rua Direita e tinha uma chácara no Catumbi, onde provavelmente repousava aos fins de semana, também perdeu de vista seu *escravo*, chamado Manoel, de acordo com aviso de 3 de março de 1810.

Os donos de lojas do centro do Rio também possuíam seus cativos. Antônio dos Santos, proprietário de uma loja de ferreiro atrás da Capela de Santana, pretendia vender um de seus cativos ferreiros e o anunciou no dia 27 de julho de 1814. Já José Antônio de Abreu Guimarães, “com negócio na Rua da Quitanda, n.º 49”, tinha “para vender um escravo ladino de pouca idade: é bem inteligente de plantações de chácara, de girar com carroças e sabe um pouco de cozinha”, segundo a edição do dia 4 de janeiro de 1812.

Os variados estabelecimentos da cidade funcionavam com a maioria dos funcionários sendo escravizados. Um aviso da *Gazeta* de 14 de janeiro de 1818 explicou que uma fábrica de marcenaria, na Rua dos Barbônios (atual Rua Evaristo da Veiga), operava com seis *escravos* serradores, dois palheiros e um moleque de servir a fábrica. As inúmeras padarias, por exemplo, funcionavam com o esforço do trabalho dos africanos. Um comunicado de venda de uma fábrica de padaria, em 24 de novembro de 1819, por exemplo, indicava que a padaria funcionava com sete *escravos* bons forneiros.

Havia, inclusive, diversos cativos especializados em práticas de padaria. Em 24 de março de 1819, um anúncio resumiu-se a informar que se vendia “um escravo que sabe trabalhar em padaria”. Já em 1817, um anunciante queria vender os escravizados de uma padaria:

“Quem quiser comprar os trastes pertencentes a uma padaria, com cinco escravos padeiros e um moleque, dirija-se à Rua de S. José n.º 5, ou na Rua do Lavradio n.º 54” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 44, edição de 31 de maio de 1817).

O italiano Horácio Messeri, que ao longo do período foi dono de duas padarias no Rio de Janeiro (uma na Rua dos Ourives e outra na Rua Direita), anunciava com frequência na *Gazeta*. Seus anúncios indicam que o trabalho escravizado era uma característica dos estabelecimentos. No dia 14 de agosto de 1819 avisa que duas *escravas* suas fugiram, explicando que ambas estavam com roupas de “linho riscado de azul e branco”, que provavelmente era uma espécie de uniforme da padaria. No entanto, uma de suas padarias também fabricava um pão mais caro, produzido com uma moderna máquina recém-adquirida pelo italiano. Em 1816, ele anunciou que o pão era de luxo porque não era fabricado por escravizados, não entrava em contato com o suor deles:

“Horacio Messeri, na sua padaria n.º 55, Rua dos Ourives, fabrica pão de luxo, francês, inglês, italiano e espanhol, amassado por máquina de nova invenção, sem entrar mão de obra de pretos, que infectam a massa com o suor que largam enquanto amassam; e fabrica bolachinha doce, biscoito, bolacha d’água e sal para o chá e bolacha para embarque de toda qualidade” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 77, edição de 25 de setembro de 1816).

Os africanos que chegavam ao Rio de Janeiro também podiam acabar por serem adquiridos pelos militares da cidade, uma vez que integrantes de todas as categorias militares compravam *escravos*, desde patentes baixas como os alferes até oficiais superiores da hierarquia militar. O coronel Aureliano de Souza e Oliveira, por exemplo, publicou na *Gazeta* no dia 18 de outubro de 1820 o desaparecimento de seu cativo chamado Desidério, de 19 anos. Já o major de brigada Marcellino de Souza Mafra vendia, no dia 25 de agosto de 1819, um “moleque bom oficial de pedreiro”. José Joaquim Pimentel não era dono de um alto posto militar como os citados anteriormente, era apenas um alferes, mas também atuava no comércio de escravizados. No dia 19 de janeiro de 1811, por exemplo, tinha um “crioulo marinho” para vender.

Muitos anúncios de comércio de escravizados também estiveram relacionados com a ida do dono para o exterior ou para outra região do Brasil. José Maria Dantas, em 17 de maio de 1820, por exemplo, decidiu anunciar a venda de seus dois cativos porque estava de saída para Lisboa. Cerca de dois meses depois, no dia 26 de julho, “um francês, que parte para a França, vende um moleque na Rua Direita, n.º 55”.

A quantidade de africanos nas ruas – a maioria escravizados, mas também alguns que conseguiram comprar a liberdade – era tamanha que todos os estrangeiros que passaram pelo Rio nas primeiras décadas dos Oitocentos registraram a surpresa ao avistarem tantos africanos pela cidade. Ao descrever o cenário do Rio às 10 horas da manhã, Lucocck (1820: 110) anotou que “um estranho que decidisse passear pelo Rio à esta hora quase poderia supor-se transplantado para o coração da África”.

Em 1824, o russo Ernest Ebel chegou ao Rio e registrou que “estranha é a sensação do desembarque. Ao invés de brancos, só vi negros, seminus, a fazerem um barulho infernal e a exalarem um cheiro altamente ofensivo ao olfato” (1972: 12). Já Clark Abel escreveu que os africanos eram “tão numerosos à vista que um estranho não familiarizado com o tráfico de escravos poderia imaginar que os escravos eram os habitantes locais e os senhores de escravos, os habitantes casuais” (1818: 15).

Este mesmo viajante inglês observou que se dizia na época que três quartos da população do Rio era de pretos. Esta informação, contudo, soa exagerada. Sabe-se que “em 1819, segundo uma estimativa não oficial, nenhuma região (do Brasil) tinha menos de 27% de escravos na população total” (Skidmore, 1974: 43). O Rio de Janeiro, como já referido, possuía uma fatia de escravizados superior a 27%: em 1821 cerca de metade da população da cidade era formada por escravizados.

Uma das explicações para tamanha quantidade de africanos nas ruas é que, em alastrados casos, havia a possibilidade do escravizado circular livremente pelas ruas sem a supervisão de seu senhor. Esses cativos, que eram conhecidos como “*escravos de ganho*”, faziam seu próprio comércio na cidade e à noite, ao regressar para a casa de seu dono, entregava-lhe uma quantia predeterminada. Muitos senhores “sustentavam a si e suas famílias com o dinheiro recebido dessa maneira” (Soares, 1988: 170).

A quantia pedida pelos senhores era muitas vezes referida como “jornal”, referente ao preço estipulado para uma determinada jornada de trabalho, e o escravizado inserido na modalidade de ganho referido como “jornaleiro”, que era, sem dúvida, um bom negócio para o proprietário. Um anúncio de 1821, por exemplo, indicava que uma escravizada pagava 7.200 réis (cerca de 681 reais) mensais de “jornal”:

“Quem quiser comprar uma escrava, que sabe lavar, cozinhar e quitandeira, e dá de jornal mensalmente 7.200 réis; come e veste a sua custa; dirija-se à Rua do Valongo, casa de José de Oliveira pegado ao Quartel da Polícia” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 91, edição de 29 de setembro de 1821).

Eram esses *escravos de ganho* donos de seu próprio tempo, mas, como referido, tinham que regressar às ordens do senhor ao fim dos dias e efetuar o pagamento determinado. Compravam até suas próprias roupas e promoviam seu próprio sustento, como indica o anúncio anterior. Muitos desses africanos juntavam o pouco que sobrava para tentar um dia comprar a tão sonhada liberdade. Não era incomum, explica o historiador Alberto da Costa e Silva, “que um escravo comprasse sua liberdade com dinheiro reunido em lenta e sofrida poupança, ou por meio de procedimentos cooperativos tipicamente africanos e que tiveram ampla vigência no Brasil”. Esses procedimentos, de acordo com Silva, constituíam, por exemplo, numa associação de *escravos* de uma mesma etnia para juntar suas pequenas reservas e alcançar o valor de compra de uma alforria. Com o montante, sorteariam qual seria o cativo a ser contemplado com a liberdade. Ao menos era esse o procedimento realizado por africanos iorubás, descrito por Silva.

Como boa parte dos anunciantes tinha a preocupação de bem descrever seus cativos para chamar a atenção do consumidor para comprá-lo, consegue-se, a partir da leitura dos

anúncios, compreender as diversas funções que os cativos exerciam nas ruas e no interior das casas de seus senhores: alfaiate, barbeiro, boleiro, cabeleireiro, cabouqueiro, calafate, caldeireiro, carpinteiro, carregadores, casqueiro, cocheiro, correeiro, costureira, cozinheira, doceira, engomadeira, ferreiro, forneiro, jardineiro, lavadeira, marinheiro, ourives, padeiro, pasteleiro, pedreiro, pintor, remador, rendeira, sapateiro, sangrador, tanoeiro e tintureiro são algumas das atividades descritas nos avisos. Alguns compradores publicavam anúncios com a descrição das características que buscavam num *escravo*.

“Quer-se comprar para fora da terra um negro ladino, bem parecido, sem vícios, cozinheiro e capaz de servir um homem solteiro. A idade deve ser de 16 a 19 anos. Quem o tiver para vender, pode ir à Rua da Quitanda, n.º 74, das 9 horas da manhã até meio-dia” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 43, edição de 29 de maio de 1816).

Muitos escravizados se especializavam nessas funções, podendo chegar a oficial, mas nunca a mestre. Nizza da Silva (2007: 137) explica que “embora só os brancos fossem mestres de um ofício, o escravo urbano podia chegar a oficial, deixando assim a categoria de aprendiz com que se tinha iniciado na profissão”. O ensino dessas diversas práticas dependia exclusivamente do seu senhor, que poderia optar por dar instrução ao seu escravizado e valorizá-lo ou não.

Em diversos casos, o senhor fazia o cativo aprender um ofício determinado para depois usufruir dos seus serviços ou anunciá-lo para aluguel. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Pati do Alferes, ingressou na fase adulta durante o período joanino e tornou-se um fazendeiro e militar renomado no Rio. Ele deixou um livro de memórias que registra como a nobreza encarava o ensino de ofícios aos escravizados.

“É, pois, necessário ensinar a escravatura a trabalhar, aproveitando os golpes que der, e com o emprego da força necessária, senão tereis um prejuízo imenso, e aquilo que se poderia fazer em quatro dias não se fará em sete ou oito. (...) Tende o cuidado logo, em princípio, de pôr alguns escravos moços a aprender os ofícios de carpinteiro, ferreiro e pedreiro; em pouco tempo estarão oficiais, e tereis em casa operários, tendo-vos assim aproveitado do tempo despendido na aprendizagem” (Werneck, 1847: 34-35).

As crianças escravizadas, que eram aquelas importadas da África ou filhos de escravizados nascidos no Brasil, após os dez anos, mais ou menos, começavam a trabalhar e a aprender ofícios. Sendo assim, “pequenos sapateiros, ferreiros e marceneiros eram treinados às custas de muito trabalho e castigos nos saberes de uma profissão futura” (Ariza, 2018). Mas a partir dos cinco ou seis anos já podiam desempenhar tarefas simples, “carregavam guarda-chuva, trouxa de roupa, velas, faziam compras e levavam recados. As meninas, além de carregarem apetrechos da senhora, também cuidavam de crianças e faziam serviços domésticos” (Moura, 2004: 118-119). Eram mantidos afastados do ensino e da aprendizagem formal, sendo importante a instrução de ofícios úteis para os senhores.

A concepção de infância na época joanina era completamente diferente da que temos atualmente. Mesmo para os filhos da elite brasileira e europeia, a infância foi uma condição imprecisa, sem ser considerado um momento particular da vida, merecedor de atenções especiais. Tal ideia “somente se afirmaria ao longo do século XIX, ainda assim de forma lenta e incompleta” (Ariza, 2018). A infância dos escravizados, no entanto,

representou somente um curto período entre os primeiros anos de vida e o início precoce de trabalhos forçados, visto que aos cinco anos já deveriam exercer uma ou outra função.

No espaço urbano, havia estrangeiros, por exemplo, que aceitavam instruir os escravizados em ofícios com a promessa de contrapartidas. Neste cenário, é marcante a atuação de Carlos Durand, um comerciante francês “ligado ao mercado de livros e ao comércio de luxo” (Neves, 1992: 64) que ganhou importância na cidade entre 1816 e 1821, ano em que viria à falência, de acordo com anúncio de 29 de setembro que leiloava as mercadorias de sua loja. Durand comercializou artigos franceses, como vestidos, plumas e chapéus fabricados em Paris, inicialmente na Rua do Ouvidor, n.º 28, e a seguir na Rua Direita, n.º 9, segundo um anúncio de 2 de abril de 1817 que informou a mudança de endereço. Ele também vendia livros, conforme descrito no capítulo anterior. Dois anos depois, em 1819, Durand avisou que estava disposto a instruir *escravos*. A contrapartida era o cativo manter-se sob suas ordens por três anos. Depois seria devolvido ao senhor.

“Quem quiser por negros ou negras de 8 até 10 anos de idade a aprender o ofício de jardineiro, cocheiro ou cozinheiro e além disto a ler, escrever, contar e cozer, dirija-se à casa de Carlos Durand e Comp., Rua Direita, n.º 9. As condições são as seguintes: 1) Deve ter boa constituição e boa saúde e ter tido bexigas naturais ou vacinadas; 2) Ter ao menos duas camisas, duas calças e uma jaqueta; 3) Nos primeiros três meses o senhor poderá tirar o escravo; depois de três meses deverá deixá-lo três anos à pessoa que dele se encarregar, a qual se obriga a fazê-lo aprender tudo que o senhor houver destinado, e demais os diversos conhecimentos elementares indicados” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 74, edição de 15 de agosto de 1819).

O francês João Felipe Nolin, dono de uma loja de marceneiro na Rua de S. José, n.º 19, era mais um europeu que ensinava funções aos escravizados. Em 9 de janeiro de 1819, anunciou que quem quisesse “admitir seus escravos” ao ofício de marceneiro poderia se dirigir à sua loja. Ele prometia toda sua “fidelidade própria de homem de bem”.

Os escravizados podiam passar anos aprendendo um ofício. Uma carta de Leonardo Pereira de Vasconcelos, superintendente da Real Fazenda de Santa Cruz, ao secretário de estado dos negócios, em 1810, informava que um escravizado da Fazenda estava “há dois anos aprendendo o ofício de pintor com um oficial que foi para aquela fazenda pintar o Real Paço”. A missiva ainda informava que o cativo não estava desenvolvendo, por culpa de sua “falta de habilidade, como pela inércia e vadiação a que está acostumado”²⁸.

Os franceses que chegaram em massa ao Rio de Janeiro a partir de 1816 também foram ao mercado comprar seus próprios cativos para aproveitá-los em seus negócios. Ambrósio Bourdon, que tinha uma loja de mobílias na Rua Direita, utilizava a mão de obra africana em seu estabelecimento. Um deles, natural do Congo, fugiu em 1816:

“Quem souber de um moleque novo, por nome José, nação Congo, que desapareceu da casa de Ambrósio Bourdon, boa estatura e bem feito, com sinal de quatro dedos no pé esquerdo, e o quiser restituir, receberá alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 92, edição de 16 de novembro de 1816).

²⁸ Manuscrito da Fazenda Real de Santa Cruz. Rio de Janeiro, RJ, 1809-1911. Disponível em: objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssl35_11_2.pdf. Acesso em: 2 mai. 2020.

Nota-se uma clara diferenciação entre os ofícios exercidos por escravizados e escravizadas. Funções que demandavam força, como cabouqueiro, carpinteiro, ferreiro e pedreiro, eram exclusivas aos homens. Já as mulheres exerciam mais funções relacionadas ao convívio em casa, como costureira, engomadeira e lavadeira.

“Quem quiser comprar uma mulata de idade de 20 anos, pouco mais ou menos, que sabe cozinhar, engomar e fazer várias qualidades de doces, fale com Inácia de Jesus, na Rua do Piolho, a sair do Largo do Rocio à esquerda, n.º 54” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 4, edição de 13 de janeiro de 1816).

Existiu, contudo, uma diminuta parcela de escravizados que aprendeu a ler e a escrever, notadamente a partir do século XIX, por mais que isso pudesse ser considerado um “indício de atitudes e práticas suspeitas” (Wissenbach, 2018). Alguns professores anunciaram na *Gazeta* a possibilidade de instruírem cativos nas primeiras letras. Em 7 de abril de 1821, Anna Maria Roza informou que ensinava a ler, escrever e costurar às meninas, “mesmo negrinhas”. Um outro professor também admitia instruir *escravas*:

“Quem quiser mandar as suas filhas e as suas crias e escravas para aprender a ler, escrever, contar, coser lizo, bordado, engomar, fazer renda e preparar meias de seda, poderá falar com quem ensina na Rua do Lavradio a primeira travessa chamada dos Inválidos, casas n.º 5 e 6, lado esquerdo” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 55, edição de 9 de julho de 1814).

Quando adultos, exercendo os trabalhos já referidos, os escravizados preenchiam a demanda por mão de obra de uma economia urbana em desenvolvimento após a chegada da monarquia portuguesa. A grande quantidade de anúncios de compra e venda de cativos é resultado dessa necessidade de mão de obra no Rio de Janeiro. Alguns avisos chegam a ser bastante direcionados, exibindo aptidões bem específicas, como fabricante de tabaco:

“Francisco de Arruda, morador na Rua Larga de S. Joaquim, n.º 51, tem dois escravos para vender: um perfeito cozinheiro e outro bom fabricante de tabaco” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 81, edição de 9 de outubro de 1811).

Outros anúncios chamam atenção pelo excesso de detalhes para melhor promover o escravizado. Em 10 de fevereiro de 1813, um anunciante fez questão de descrever que a *escrava* à venda sabia fazer bem sabão. Outro negociante, em 20 de junho de 1818, precisava vender uma *escrava* santomense e detalhou que ela sabia lavar até meia de seda.

“Quem quiser comprar uma crioula de S. Tomé, que sabe cozer, engomar e lavar até meias de seda, cozinhar e também bordar, e mais quanto é preciso, fale com o dono na Rua do Sabão, canto da Vala, n.º 78” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, edição de 20 de junho de 1818).

No século XIX, exercer atividades manuais e de força era encarado como uma prática inferior. Sérgio Buarque de Holanda, em uma observação sobre o Brasil das primeiras décadas dos Oitocentos, reforça como os trabalhos manuais não eram valorizados, lembrando que apenas o exercício das “qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres” (Holanda, 1995: 83). Luccock (1820: 107) arriscou chamar algumas atitudes de “orgulho bobo” em seu livro de memórias. O inglês contou que certa vez, ao chamar um profissional para abrir a fechadura do seu hotel – havia

perdido a chave –, precisou permanecer algum tempo à espera que aparecesse um preto para carregar o material do carpinteiro, que não queria carregar com suas próprias mãos.

A anedota demonstra como os escravizados eram aplicados para serviços simples como carregar materiais leves ou entregar uma carta, uma vez que seus senhores entendiam tais funções como subalternas. Teixeira e Sousa (1843) observou que “sempre estes entes miseráveis se prestam a este baixo ofício”. O romance *A Moreninha* também retrata essa realidade com precisão. Na história, “Fabrício fez-se acompanhar do moleque que servia Augusto, porque, dizia ele, tinha um papel de importância a mandar”. Ou seja, Fabrício não levaria com suas próprias mãos o recado, preferiu tomar de empréstimo o cativo de Augusto para levar a missiva ao destino. Ao descrever o jovem escravizado, Macedo indica que “o bom Rafael era ao mesmo tempo o seu cozinheiro, limpa-botas, cabeleireiro, moço de recados e... e tudo mais que as urgências mandavam que ele fosse”. O trabalho braçal de levar uma carta ao seu destino era considerado indigno.

Sobre a possibilidade de obter a liberdade, a *Gazeta* não oferece testemunhos acerca do tema. Até porque não era do interesse dos anunciantes que os seus trabalhadores tivessem a liberdade. O foco dos anúncios era outro, como evidenciado. Sabe-se, no entanto, que era necessário um longo tempo para o cativo tornar-se livre. Há registros de senhores que prometiam a liberdade e depois a revogavam, pois “estava previsto em Lei que em casos de ingratidão era possível retirar a liberdade” (Faria, sem data: 106).

A alforria, um termo de origem árabe equivalente a libertar, provavelmente representava o estímulo de cada suor derramado pelos pretos escravizados no Rio de Janeiro. Era possível obtê-la mediante a compra de sua carta de alforria, mas não só, dado que inúmeras modalidades de liberdade coexistiram durante todo o período da prática da escravização no Brasil, podendo ser “dadas gratuitamente, legadas em testamentos e prometidas sob condições” (Paiva, 2018). Os escravizados que conviviam com mais proximidade de seus senhores conseguiam negociar no cotidiano essa questão, sendo que “bons serviços prestados, obediência e fidelidade, submissão, mas também sedução, afeto e confiança mútua foram aspectos valorizados no cotidiano escravista urbano e resultaram em ‘concessões’” para conseguirem a tão sonhada liberdade.

Há registros de casos em que, para obter a liberdade, um escravizado comprava outro cativo para seu dono, em conjunto a outros pagamentos. Aconteceu, de acordo com Soares (1988: 417), com Ventura Congo, escravizada de Victoria Rosa de Jesus, que conseguiu sua liberdade em 1808. Em troca, deu à sua senhora José Congo, um escravizado. Além disso, teve de pagar por um ano a quantia de 160 réis por dia e instruir José nas funções diárias para a dona.

O desejo de ser livre dos escravizados estava sujeito à boa vontade do dono, haja vista que mesmo tendo o cativo uma boa quantia acumulada, “o senhor não estava obrigado a concedê-la” (Faria, sem data: 114). Como qualquer propriedade, o dono só se desfazia do escravizado se quisesse. E estipulava o preço da liberdade. Há estudos, como o de Sheila Faria, que exibem casos de cativos que ofereceram grandes quantias aos senhores e ainda assim tiveram a liberdade negada. As leis não tratavam de como as

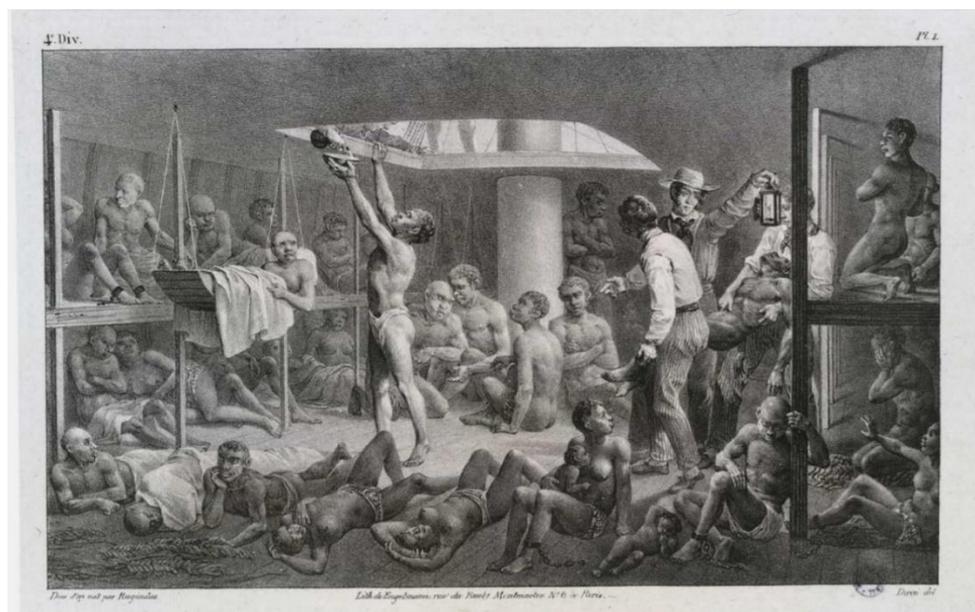
alforrias poderiam ser obtidas. Os cativos, portanto, não tinham como recorrer aos processos legais. Por isso tentar definir um preço médio da alforria seria arriscado. Sabe-se, por exemplo, que durante o período joanino, em 1810, Luís Xavier de Jesus conquistou a alforria por 200 mil réis (cerca de 19 mil reais) (Faria, sem data).

Quatro escravizados estiveram muito próximos de conseguir oficialmente a libertação em 1819. Mas o dono perdeu as cartas de alforria no transporte para casa:

“Antônio Carvalho de Souza, morador na freguesia do Campo Grande, faz público que na noite de 4 de março do presente ano, indo desta cidade para sua casa, lhe caíram uns papéis e entre eles umas cartas de liberdade de quatro escravos, a saber: de Maria, Francisco, Felizarda e Chrispiniana. Quem os achasse pode entregar ao mesmo Carvalho que lhe dará boas alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 53, edição de 3 de julho de 1819).

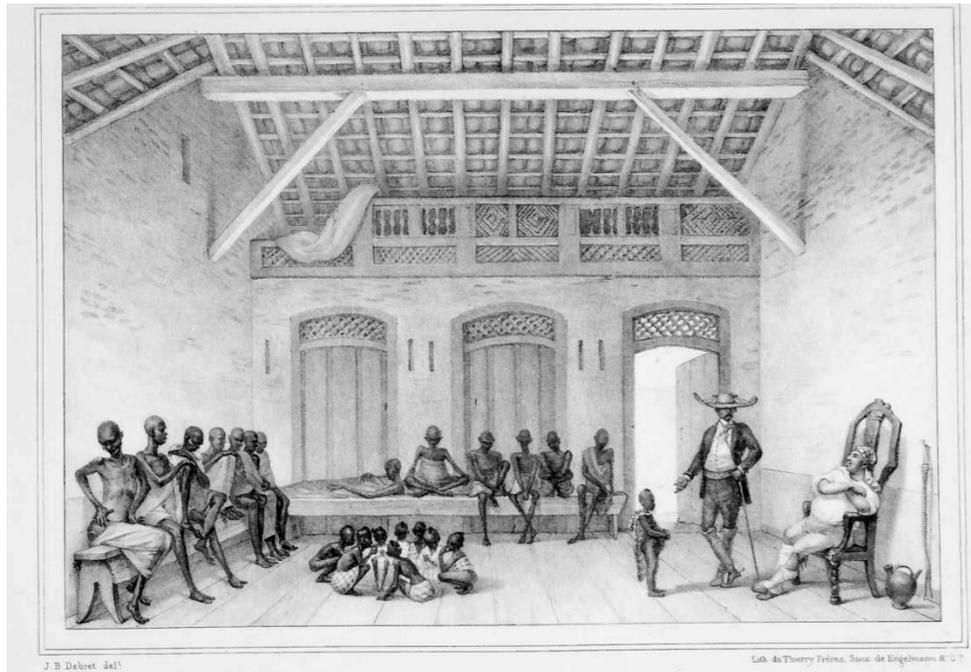
Seja qual terá sido a maneira encontrada para conquistar a liberdade, a seguir o africano tinha diante de si um dilema: “ficar no Brasil, onde não adquiria com a liberdade a condição de cidadão — só os negros nascidos livres no país o eram — ou voltar para a África” (Silva, 2011). Em 25 de setembro de 1821, por exemplo, a *Gazeta* informava que somente “escravos nascidos nas possessões ultramarinas, que alcançarem alforria” seriam considerados portugueses. Pela primeira vez desde que atravessara o Atlântico, no entanto, considerado cidadão ou não, seria livre e dono de seu destino.

Imagem 4: Escravizados aglomerados no porão de uma embarcação



Disponível em: Rugendas, Johann Moritz (1835). *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie.

Imagem 5: Escravizados recém-chegados ao Valongo



Disponível em: Debret, Jean Baptiste (1835). *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Vol. 2. Paris: Firmin didot Fères.

7.1 Origem

Definir a origem dos indivíduos africanos que aportaram no Rio de Janeiro é uma tarefa que implica uma série de obstáculos. O que se sabe com alguma precisão é o porto do continente africano onde os escravizados foram comprados para serem importados para a colônia portuguesa. No entanto, o cativo, antes de adentrar o porão de uma embarcação para atravessar o Atlântico, pode ter viajado centenas de quilômetros desde sua terra de origem até o litoral. Sendo assim, um indivíduo embarcado no porto da Ilha de Moçambique, por exemplo, podia ser originário de regiões mais distantes, como os territórios atuais de países como Tanzânia e Quênia.

O relato de Baquaqua é um complemento rico para compreender a distância que um escravizado às vezes percorria, durante dias, até finalmente ser revendido para embarcar para a América do Sul. Ele era natural de Djougou, nação tributária do pequeno reino de Borgu, no território do atual Benin. Escravizado após ser capturado pela segunda vez, por ter ficado bêbado, só embarcaria para o Brasil em Uidá, a centenas de quilômetros de Borgu. Os escravizados ali embarcados eram classificados como Mina ao chegar no Brasil, pois vieram da Costa da Mina – nome que se originou do Castelo de São Jorge da Mina, também chamado Elmina, erigido na Costa do Ouro (atual Gana). Mas poderiam ter vindo de uma diversidade de regiões com culturas igualmente diversas.

Ao chegar em uma das cidades por qual passou até chegar ao litoral, o escravizado Baquaqua descreveu, posteriormente em sua biografia, a diferença cultural que já notava em relação à sua terra natal e afirmou que os costumes do povo “eram completamente diferentes de tudo que eu já tinha visto antes, apesar de não serem tão diferentes dos das

pessoas em Zugu (Djougou)”. O tempo transcorrido entre a captura de um indivíduo e o embarque para o Brasil podia ser muito longo, pois além do percurso que levava ao litoral, o indivíduo poderia ser revendido outras vezes e agrupado a outros grupos de cativos no percurso até a região portuária. Baquaqua, por exemplo, percorreu a pé centenas de quilômetros, adentrou florestas e subiu montanhas, durante dias, até chegar ao litoral.

Os métodos de captura de indivíduos no interior dos reinos e estados africanos variavam, sendo definidos pelas políticas e guerras internas nas regiões. A mão de obra escrava, portanto, era produzida na África a partir de ocorrências não econômicas. Baquaqua descreve que indivíduos poderiam ser transformados em cativos em diversos casos, como os derrotados em batalhas internas, condenados por roubo, assassinato ou adultério. Ele, proveniente de uma família nobre da região, trabalhou como guarda-costas do rei de Djougou e presenciou uma dessas condenações. O irmão do rei, conta o ex-escravizado, “tinha algumas esposas e suspeitaram que uma delas tivesse cometido incontinência o traíndo”. Ambos os que traíram o irmão do rei foram escravizados.

Sandra Lauderdale Graham, professora aposentada da Universidade do Texas, investigou as características da escravização na Costa da Mina. Para a historiadora, as guerras entre os reinos que compunham a região, centralizada no Reino de Daomé, localizado na área do atual Benin, justificavam a maioria das capturas. Depois, os escravizados eram trocados com os europeus por produtos. Florentino e Fragozo (1993: 58) apontam “fazendas e aguardente brasileira” como os principais produtos de troca por *escravos* nos portos de Luanda e Benguela. Já Debret (1835b: 75) observou que os africanos apreciavam produtos como conhaque, tabaco, armas e tecidos de lã e algodão.

De acordo com o alvará de 3 de junho de 1809, que criou o já referido imposto da meia siza sobre a revenda de *escravos* no Brasil, era necessário constar no documento de venda diversas informações, entre elas o nome e a nação do indivíduo. A nação que os traficantes informavam resumia-se apenas ao porto onde fora adquirido, mas esta informação “não identifica precisamente os lugares onde os africanos tinham sido originalmente capturados e destinados à venda, e não define quem eles eram” (Graham, 2012). Os donos dos cativos nem sequer sabiam a idade de seus trabalhadores, muitas vezes escrevendo apenas uma estimativa ao anunciá-los para venda nos jornais.

O batismo dos escravizados também era uma prática obrigatória, mas as dificuldades em precisar a origem do indivíduo persistiam no registro religioso. Rugendas (1835), ao chegar ao Brasil pouco depois da partida de D. João, em 1822, anotou que “a maioria dos escravos é batizada na costa africana antes de embarcar, ou o mais rápido possível após sua chegada ao Brasil”. Como o batismo era cobrado dos traficantes e inicialmente realizado nos portos africanos, a prática gerou revolta dos negociantes, pois muitas vezes pagavam pelo batismo de *escravos* que depois morreriam na travessia. Por isso, muitos batismos passaram a ser realizados já em território brasileiro.

A historiadora Regiane Augusto de Mattos observa um “crescimento do número de batismos de africanos centro-ocidentais efetivados na cidade de São Paulo” e não em território africano, o que provavelmente também ocorreu no Rio. Havia dificuldades em

precisar a origem do escravo no ato do batismo em solo brasileiro, uma vez que raramente era possível colher um depoimento do indivíduo africano, que não estava ainda familiarizado com a língua portuguesa (Mattos, 2006: 106). Já o seu proprietário na África, quando presente no batismo, dificilmente saberia a origem do cativo, que pode ter sido revendido mais de uma vez no percurso até o litoral, como ocorreu com Baquaqua.

Ao serem batizados, os escravizados recebiam novos nomes, desta vez nomes cristãos. Ou seja, além de terem suas origens forjadas, visto que muitas vezes o porto de embarque não indicava suas precisas raízes, os africanos ainda tinham seus nomes alterados. Mahommah Baquaqua, por exemplo, transformou-se em José ao chegar no Brasil. Os nomes que muitas vezes aparecem nos anúncios de jornal sobre os *escravos* fugidos ou à venda não mais são do que seus nomes cristãos atribuídos no batismo no Rio de Janeiro ou na costa africana antes do embarque. Em 1820, um anúncio inclusive indica que o “nome de batismo” do escravizado que estava perdido era João. Como era recém-chegado, ele provavelmente nem estava ainda acostumado a atender pelo novo nome.

“Desapareceu um moleque boçal, da porta da rua da casa de Joaquim José Pereira de Faro, Rua dos Pescadores, n.º 1, no dia 25 do corrente mês de novembro, pelas 11 horas da manhã, nação Angola, de 6 palmos de altura, idade 12 anos, com uma marca no peito esquerdo, e batizado por nome João, vestido com calça de ganga e jaqueta de chita já usada, quem dele souber poderá entregar em casa de seu senhor, que ganhará alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 96, edição de 29 de novembro de 1820).

Posto isso, os dados que temos à disposição referem-se aos portos onde os escravizados embarcaram para o Rio de Janeiro, o que apenas sugere suas nacionalidades. A maioria dos indivíduos embarcados nos portos de Luanda e Benguela, por exemplo, provavelmente eram originários de regiões que correspondem atualmente à República de Angola – outros, no entanto, podem ter sido capturados em regiões mais afastadas. E a maioria dos escravizados transferidos para o Rio de Janeiro entre 1808 e 1821 foram embarcados em regiões angolanas, mas cada porto deve ser observado paralelamente, dado que o atual território de Angola englobava diferentes forças na época.

Das 735 embarcações que transferiram *escravos* para o Rio entre 1808 e 1821 constantes nos registros do *Trans-Atlantic Slave Trade - Database*, 574, ou 78% do total, partiram de portos da atual Angola: 222 saíram de Cabinda, 215 de Luanda e 116 de Benguela. A região era proeminente na exportação não só para o Rio, como para todo o Brasil. Alberto de Oliveira Pinto reforça o intenso trânsito de Angola ao Brasil – e vice-versa – no fim da época colonial, observando números referentes a Luanda e Benguela. O tráfico de *escravos* era responsável pelos grandes lucros advindos das exportações para o Brasil, com a cera exportada ocupando uma fatia muito pequena do total.

“Durante o mandato do governador seguinte, Manuel Vieira Tomar de Albuquerque, entre 1819 e 1821, Angola continuava a exportar para o Brasil uma média anual de 20 a 22 mil escravos, contabilizando uma receita de cerca de 177 contos de réis. Não admira, portanto, que já grassasse, entre a burguesia urbana de Luanda e de Benguela, um sentimento de simpatia pela previsível independência brasileira” (Pinto, 2015: 482).

| QUADRO 11: EMBARCAÇÕES DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE COM ESCRAVIZADOS PARA O RIO DE JANEIRO (1808-1821) | | |
|--|---------------------------------------|--------------------|
| Porto de origem | País correspondente atualmente | Quantidade* |
| Cabinda ¹ | Angola | 222 |
| Luanda | Angola | 215 |
| Benguela | Angola | 116 |
| Moçambique ² | Moçambique | 64 |
| Quelimane | Moçambique | 33 |
| Madagascar ³ | Madagascar | 13 |
| Inhambane | Moçambique | 5 |
| * Fonte: <i>Trans-Atlantic Slave Trade - Database</i> | | |
| ¹ Duas embarcações estavam nomeadas como porto de Malembo, localizado em Cabinda. | | |
| ² Na base de dados, a origem destas 64 embarcações é Moçambique, provavelmente referindo-se à Ilha de Moçambique, importante porto da região na época. | | |
| ³ Os escravizados advindos da Ilha de Madagascar chegavam ao Brasil classificados como “Moçambiques”, como a maioria dos cativos vindos da África oriental. | | |

Antes do período joanino, as embarcações de Angola já eram predominantes no Brasil, mas não com uma fatia tão grande quanto os 78% observados no Rio de Janeiro. De acordo com o historiador estadunidense Philip D. Curtin (1969: 207), 68% das embarcações que desembarcaram no Brasil com escravizados entre 1701 e 1810 partiram de Angola, totalizando um transporte de 1.285.900 *angolanos*²⁹, sendo os outros 32% da Costa da Mina. Curtin, contudo, anota que sua pesquisa não considerou embarcações que partiam dos atuais territórios da Guiné-Bissau e de Moçambique.

Na época joanina, a África Oriental abrigou importantes portos no atual espaço da República de Moçambique. A região ingressou tardiamente no tráfico humano para o Brasil, aparecendo com relevantes quantias de escravizados traficados somente a partir do início do século XIX. Anteriormente, no entanto, já forneciam *escravos* para plantações em ilhas como Seicheles e Maurícias³⁰.

“Moçambique, que só é tocado pontualmente, e tardiamente, pelo comércio negreiro, fornece aos plantadores das ilhas francesas do Oceano Índico no fim do século XVIII e não participa no comércio atlântico se não quando, por motivos conjunturais, as costas ocidentais da África são impraticáveis” (Florentino, 1997: 44).

O aumento do número de embarcações advindas de Moçambique a partir de 1811 ainda será maior a partir de 1815, quando o tráfico de escravizados a partir de regiões ao

²⁹ Em itálico porque, como explicado, poderiam não ser originários de regiões atualmente angolanas.

³⁰ Eduardo Medeiros, antropólogo que lecionou na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, estudou as culturas moçambicanas nas ilhas francesas. Parte dessas investigações estão no artigo *Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique*.

norte da linha do Equador foi proibido pelo Congresso de Viena. Na prática, a nova regulamentação provocou o desaparecimento da rota realizada a partir da Costa da Mina. Além de oferecer maior importância à rota oriental partindo de Moçambique, a nova conjuntura fez a participação angolana ocupar ainda maior fatia, justificando a elevada representação de 78% nos desembarques no Rio entre 1808 e 1821. Os territórios dos atuais países Angola e Moçambique, portanto, foram os principais exportadores durante esses anos que antecederam a independência brasileira frente a Portugal.

A Convenção de 1817, um acordo adicional assinado entre Inglaterra e Portugal, deu autoridade para que as embarcações em alto mar pudessem ser visitadas e apreendidas se estivessem a atuar ilegalmente acima do Equador³¹. No dia 16 de agosto de 1821, um anúncio impresso na *Gazeta do Rio de Janeiro* informou que uma embarcação foi condenada por não estar em conformidade com o acordo e os *escravos* embarcados, que estavam a ser transportados ilegalmente, foram contemplados com suas cartas de alforria, tornando-se livres.

“Havendo-se apresentado à Comissão Mista, estabelecida nesta Corte sobre o tráfico de escravatura, William Finlason, comandante da fragata inglesa *Morgana*, com a escuna *Emília*, carregada de escravos como sua presa, e pedindo que fosse julgado à vista da sua declaração, termo da captura, e cento e doze diferentes documentos tomados a bordo da mesma escuna, em conformidade do Tratado de 22 de janeiro de 1815 e a Convenção de 28 de julho de 1817, celebrados entre Sua Majestade Fidelíssima e Britânica; e sendo recebida a reclamação sobre a mesma escuna, apresentada por Diogo Soares da Silva de Bivar, como procurador dos proprietários; examinados os documentos e ouvidas as testemunhas como o manda a sobredita Convenção, foi a escuna julgada boa presa e condenada com o seu aparelho e mais pertences para o uso dos dois governos e os escravos da carga emancipados e declarados livres; tudo em conformidade do Tratado e Convenção já citados e do alvará de 26 de janeiro de 1818; a execução da qual sentença é pelo mesmo alvará confiada enquanto a escuna ao desembargador superintendentes dos contrabandos e enquanto aos libertos ao desembargador ouvidor da comarca, levando cada um deles a sua carta de alforria impressa” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 72, edição de 16 de agosto de 1821).

Para o investigador brasileiro e especialista em tráfico atlântico Manolo Florentino (1997: 80-81), o crescimento das exportações advindas do oriente africano “denotava a relativa incapacidade dos mecanismos sociais de produção de escravos da zona congolana em responder de imediato à súbita alta da demanda do Sudeste brasileiro”. Ainda assim, de acordo com os dados apresentados, a região angolana, historicamente a que predominou no que tange à exportação humana para os territórios da América portuguesa, se manteve dominante.

Por outro lado, Capela e Medeiros (1987) indicam um outro motivo que também pode ter retardado a incorporação de Moçambique ao tráfico. Para os investigadores, o cenário pode ser explicado por questões de rentabilidade, pois, durante os séculos XVII

³¹ De acordo com Olga Pantelão (1965), “este acordo mantinha o direito de visita e busca aos navios suspeitos de tráfico ilícito, estabelecendo, contudo, (e isso era a parte fraca do acordo) que a apreensão da embarcação só poderia ser feita se nela se encontrasse o carregamento humano, o que determinou a cruel medida de jogar os escravos ao mar quando o navio era surpreendido na sua atividade ilegal”.

e XVIII, a maior lucratividade do comércio de marfim com a Índia não teria estimulado o desenvolvimento do tráfico de *escravos* em grande escala em Moçambique.

A partir da *Gazeta* é possível auferir que a maior fatia de africanos que circulavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, cumprindo suas obrigações para com seus senhores, eram aqueles advindos dos territórios angolanos. Encontram-se 453 anúncios, seja de comércio ou de desaparecimento, que descrevem indivíduos escravizados com indicação de suas nações. Destes, pelo menos 250, são descritos como advindos de regiões que atualmente englobam o território angolano, como Benguela, Cabinda, Cassange ou Cabundá. Portanto, 55% das referências no jornal são de nações angolanas.

| QUADRO 12: NAÇÕES AFRICANAS MAIS FREQUENTES NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO (1808-1821) | | |
|---|--|---------------------|
| Nação | País correspondente atualmente* | Quantidade** |
| Benguela | Angola | 100 |
| Moçambique | Moçambique e outras regiões da África oriental | 72 |
| Cabinda | Angola | 63 |
| Congo | República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão e partes da atual Angola | 46 |
| Mina | Gana, Togo, Benin e Nigéria | 44 |
| Angola | Angola | 30 |
| Libolo | Angola | 23 |
| Monjolo | República do Congo | 17 |
| Cassange | Angola | 16 |
| Cabundá | Angola | 6 |
| Ganguela | Angola | 6 |
| São Tomé | São Tomé e Príncipe | 5 |
| Quelimane | Moçambique | 3 |
| Calabar | Nigéria | 3 |
| Cabo Verde | Cabo Verde | 2 |
| Rebolo | Angola | 2 |
| Ussá (haussá) | Nigéria | 2 |
| Gabão | Gabão | 2 |
| Outros ¹ | | 11 |
| * Estimação, uma vez que as referências eram generalizadas e não indicavam exatamente a origem do escravizado. | | |
| ** Fonte: <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> . | | |
| ¹ Nações que apareceram apenas uma vez, como Mácua, grupo étnico de Moçambique; Quissaman, subgrupo étnico da Angola; Mandinga, grupo étnico do oeste africano; Mondongo, designativo antigo para os naturais de Angola; e Garangui e Mohumbe, também referentes a etnias angolanas. | | |

Martius e Spix, os viajantes alemães que chegaram ao Rio de Janeiro em 1817, foram ao Valongo comprar *escravos* e registraram em seus escritos que predominavam Cabindas e Benguelas na cidade: “a maioria dos escravos pretos, trazidos atualmente ao Rio de Janeiro é de Cabindas e Benguelas. Eles são capturados na sua terra à ordem do chefe da tribo e trocados por mercadorias europeias” (Martius e Spix, 1823).

A colonização portuguesa em Angola, no princípio do século XIX, ainda não tinha poder sobre a vasta região que corresponde atualmente à República de Angola e por isso essas relações precisam ser estudadas com cuidado. Ainda assim, em relação às possessões africanas de Portugal, Angola é a única “que, na primeira metade do século XIX, tem uma importante extensão territorial. A colônia é constituída por dois reinos, o de Benguela e o de Angola, cuja capital, Luanda, abriga a sede do governo-geral” (Enders, 1997: 51). Benguela e Luanda e seus arredores, portanto, eram regiões já com um controle consolidado por Portugal nas primeiras décadas dos Oitocentos, as duas regiões com seus respectivos portos para exportação de *escravos* e os dois sob o controle de portugueses e brasileiros.

A revogação de uma medida política implantada pelos portugueses em Angola terá sido um catalisador para o aumento do tráfico de *escravos* na região durante o século XVIII e, a seguir, no XIX. Um ano antes da expulsão dos Jesuítas e do confisco de seus bens, em Luanda e em Benguela, “um alvará régio proveniente de Lisboa abolira em Angola uma velha lei promulgada em 1620 por Luís Mendes de Vasconcelos³²” (Pinto, 2015: 450-451). A lei impedia que comerciantes brancos adentrassem o interior angolano para negociar *escravos*, norma que visava apenas concentrar os lucros do tráfico nos próprios governadores e nas instituições religiosas, nomeadamente os Jesuítas.

“A liberalização do comércio sertanejo aos negreiros europeus laicos, de iniciativa pombalina, viabilizou, como muito bem o reconheceram vários historiadores, o aumento do número de comerciantes cuja atividade se circunscreveria ao sertão: quer os aviados, que agiam por conta de credores sediados no litoral; quer os funantes, agindo por conta própria” (Pinto, 2015: 451).

O aumento do tráfico no interior terá sido, devido às circunstâncias descritas, uma das causas que proporcionaram um grande aumento de exportações ao Brasil advindas de Angola. Luanda era a principal região portuária da costa litorânea de Angola controlada pelos portugueses, mas Benguela também apresentou uma estabilidade ao longo do século XVIII, quando “mais pessoas foram transportadas a partir do porto de Benguela e o tráfico de escravos tornou-se a principal atividade econômica da cidade” (Candido, 2013: 89). Benguela, contudo, fora antes uma região com pouca reputação entre os homens proeminentes do Império Português, conhecido como “abatedouro humano”, de acordo com Mariana Candido (2013: 90), não sendo um local desejado pelos portugueses.

O novo cenário, contudo, implicou também em um “aumento brutal dos direitos aduaneiros cobrados aos comerciantes no embarque e na exportação dos escravos, cujas receitas revertiam agora para a Coroa portuguesa e para as elites brasileiras” (Pinto, 2015:

³² Militar e político português. Governador de Angola entre 1617 e 1621.

451). Sobretudo o porto de Luanda e Benguela terão sofrido com esses aumentos, ocorrendo, por conta disso, uma “dispersão dos embarques de escravos africanos do porto de Luanda para outros portos mais ao norte” (Mattos, 2006: 108), o que parece uma justificativa plausível para a predominância do porto de Cabinda, uma alternativa ao norte, nas embarcações que partiram para o Brasil entre 1808 e 1821.

Nos anúncios da *Gazeta*, Cabinda³³ é a segunda nação angolana mais frequente, atrás de Benguela, que é a nação mais presente nas folhas de jornal do período. Os *escravos* anunciados, no entanto, tinham idades variadas e muitos deles aportaram na cidade muitos anos antes da chegada da corte à colônia. Nota-se, por exemplo, os mais de 50 escravizados de regiões acima do Equador mencionados no jornal.

Cabinda, no entanto, não estava inserida nos dois reinos que englobavam a colônia portuguesa em Angola. Os portugueses e brasileiros, durante anos, não comercializaram com os cabindenses, que negociavam prioritariamente com França e Inglaterra. A conquista de espaços de mercado nos portos de Cabinda por parte de Portugal, de acordo com a teoria de Alberto de Oliveira Pinto (2015: 468), ocorre após a “fragilização das fortificações inglesas e francesas, mercê do envolvimento dos ingleses e dos franceses na Guerra de Independência dos Estados Unidos da América, que decorria desde 1775”. Uma complexa sucessão de negociações e acontecimentos favoreceu a aproximação de Portugal e Cabinda entre os séculos XVIII e XIX.

As autoridades cabindenses, lideradas por um manbuko (autoridade política em Cabinda) fluente em língua francesa, não estavam aceitando os pedidos de Portugal para erguer uma fortaleza em Cabinda e ter exclusividade de comércio na área, muito provavelmente por influência dos franceses já consolidados comercialmente na região. Após fracassadas reuniões, a expedição portuguesa comandada por Elias Alexandre da Silva e com “380 infantes, 10 cavalos, 67 artífices, 116 pretos serventes, 20 canhões de grosso calibre e 6 de libra”, em 1783, ameaçou os franceses, que decidiram abandonar Cabinda.

“Mas, quando os veleiros franceses já se faziam ao mar alto, o Manbuko correu num escaler à fragata *Graça* e implorou aos portugueses que convidassem os franceses a regressar, porque num dos navios se encontrava acidentalmente um filho seu que só subira a bordo para aprender a língua francesa. Pinheiro Furtado aceitou a chamar os franceses de volta, pelo que o Manbuko, não só aceitou assinar o tratado de comércio exclusivo com os portugueses, como lhes ofereceu logo, gratuitamente, escravos para exportarem para o Brasil” (Pinto, 2015: 470).

Uma epidemia de escorbuto reduziu drasticamente o número de militares portugueses na região e facilitou a retomada dos franceses dez meses depois. Cabinda voltaria a ter relações fortes com o Brasil na viragem do século XVIII para o XIX, em função da ida de Francisco Franque, filho de Manfuka Franque Kokelo, um notório

³³ De acordo com Alberto de Oliveira Pinto (2006: 98), o termo Cabinda deriva das línguas bantu e assume o significado de “oriundo da baía”. “Mbinda (ou mbenda), sinônimo de sanga, disanga ou zanga, é um substantivo que designa, nessas línguas, os recipientes de água ou as baías. Acrescido do prefixo ka, aqui na qualidade de pronome possessivo, transformar-se-á em adjetivo, passando a ser kambinda (ka mbinda), isto é 'relativo à baía' ou 'da baía'”.

cabindense, para o Brasil. Oliveira Pinto, baseado em livro de memórias³⁴ do neto de Francisco, Domingos José Franque, resume a ocorrência:

“Aos 8 anos de idade, a 20 de março de 1784, foi enviado pelo pai para o Brasil, entregue aos cuidados do capitão de um navio negreiro. No Brasil, foi batizado, aprendeu a ler e a escrever em português e, segundo o seu neto, Domingos José Franque, adquiriu o hábito de se vestir à maneira portuguesa. Regressou a Cabinda 15 anos depois, aos 21 anos de idade, e manifestou ao pai o desejo de ‘construir um barco de grande envergadura e de levar por sua conta um carregamento de escravos àquele país’. Uma vez construído o barco, Francisco Franque ‘levou (para o Brasil) os escravos que vendeu a troco de onças de ouro’” (Pinto, 2015: 487).

Portugueses e brasileiros gradualmente voltaram a se aproximarem dos portos de Cabinda em função da aventura de Franque. Nos primeiros anos dos Oitocentos, por mais que não tivessem exclusividade na região, já que “a soberania sobre esses territórios era plenamente exercida pelos cabindenses” (Pinto, 2015: 489), os portugueses e brasileiros já tinham adquirido posições privilegiadas para negociarem com os cabindenses. Assim como acontecera anteriormente entre as famílias de Cabinda em relação ao aprendizado de línguas como o inglês e ao francês, “o português tornara-se a língua comercial por excelência em Cabinda. Por quê? Porque era a língua falada e escrita pelos portugueses e pelos brasileiros, agora parceiros privilegiados dos cabindenses no tráfico de escravos” (Pinto, 2015: 487). A corte portuguesa, inclusive, recebeu, no Rio de Janeiro, uma delegação comandada pelo cabindense Francisco Franque, em 1812, e negociou acordos para aumentar o traslado entre os dois portos.

Outras famílias seguiram o exemplo dos Franque e passaram a comercializar com o Brasil, provocando o intenso comércio Cabinda-Brasil que justifica a liderança das embarcações cabindenses no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821 e o grande número de escravizados de nação Cabinda mencionados nas páginas de jornal. As outras famílias provavelmente procuravam pelo enriquecimento que os Franque tiveram. O comércio com o Brasil ofereceu tantos benefícios a eles que até a década de 1840 e mesmo nos anos 50, “Francisco Franque conservava o antigo prestígio, dispondo ainda de muitos dependentes e continuando os seus barcos, com capacidade para carregar cerca de 100 escravos por viagem, a atravessar o Atlântico” (Pinto, 2006: 246). No tempo joanino, terão sido os Franque, portanto, os grandes impulsionadores dos negócios Cabinda-Brasil.

De acordo com Nei Lopes, os cabindenses no Brasil, chamados de cabindas ou cambindas pelos portugueses, “se autodenominam *Ba-vili*”, referência a um subgrupo étnico dos povos bantu e congo. Mas nos jornais e nas referências gerais a esse grupo de escravizados, eram sempre referidos como Cabindas e os seus sobrenomes, após o batismo, era Cabinda.

“Fugiu no dia 8 do corrente uma negra Cabinda, por nome Izabel, alta, magrinha, olhos grandes, de idade de 18 a 20 anos, tinha fazendas consigo a vender em um cesto, quem dela tiver notícia, dirija-se à Rua dos Inválidos, n.º 25, que receberá alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 51, edição de 26 de junho de 1819).

³⁴ *Nós, os Cabindas*, publicado em Lisboa pela Editora Argo, em 1940.

Além de Benguela e Angola, que era a nação indicada aos escravizados embarcados em Luanda, os anunciantes da *Gazeta* também indicaram a presença de *escravos* de outras nações angolanas como Libolo, Cassange, Cabundá e Rebolo. Por serem nomes que atribuem origens mais específicas aos africanos, aparecem em menor número, uma vez que nem sempre era possível, como já explicado, definir a origem exata do indivíduo escravizado.

Cabundá, por exemplo, refere-se aos *escravos* capturados no interior de Luanda. “Ca” na língua kimbundo designa pertencente a algum lugar, portanto a palavra indica pertencente ao bundo, “grupo etnolinguístico da região Centro-Norte angolana” (Lopes, 2004). No entanto, nem sempre os indivíduos originários do interior de Luanda eram assim definidos no Brasil, pois “os cabundá são às vezes incluídos na nação Angola” (Enders, 2015). Os Libolo correspondiam a um povo “estabelecido ao sul do curso inferior do Rio Cuanza” (Lopes, 2004). Uma de suas variantes era Rebolo.

Cassange ou Kasanje, por sua vez, referia-se a um reino no interior do atual território angolano sobre o qual os portugueses e os brasileiros não tinham domínio, sendo descrito por Alberto de Oliveira Pinto como um Estado poderoso, fortalecido no século XVIII e governado por um imperador. Manuel Correia Leitão, um sargento-mor designado a explorar o interior e tentar transpor o rio Kuango, afirma em relatório que o imperador cassange era chamado de “Jaga”. Detido a meio-caminho pelas tropas do imperador, Leitão, que intencionava estudar e reconhecer o interior angolano, retornou a Luanda.

O estado soberano de Cassange, no entanto, estabelecia trocas comerciais com os europeus e aos portugueses “fornecia escravos e marfim a troco de mercadorias europeias” (Pinto, 2015: 478). Manuel Correia Leitão, citado por Oliveira Pinto (2015: 457) fez um alerta às autoridades portuguesas para que não interferissem na outra banda do rio e nem “lhe tiremos o comércio de escravos de que vivem”, pois, segundo o militar, teria o Cassange “negros capazes de tomar armas mais de cento e vinte mil”.

“A principal fonte de subsistência do Estado do Kasanje era o tráfico de escravos provenientes de Lunda, atividade em relação à qual não admitia a parceria nem a concorrência dos portugueses. Eis a razão pela qual Manuel Correia Leitão deixou bem claro que o Kasanje constituía um tampão intransponível ao avanço dos portugueses para além do rio Kuango.” (Pinto, 2015: 456-457)

Nei Lopes (2004) indica ainda que, no Brasil, o termo “caçanje” também era utilizado para descrever o português mal falado ou mal escrito. “Consta que antigos membros desse grupo étnico tinham dificuldade de ou se recusavam a aprender o português”, adverte o investigador.

No período joanino, uma nova rota de transporte ganhou força, como já referido, e muitos escravizados passaram a ser importados da África oriental. Em esmagadora maioria estes africanos chegados do Leste eram genericamente classificados como Moçambiques, processo de imposição de identidade que o antropólogo Eduardo Medeiros classificou como “moçambicanização” dos indivíduos. Podiam ser do Quênia, da

Tanzânia, de Madagascar, mas no Rio de Janeiro, devido à genérica identificação no batismo, seriam Moçambiques.

“O comércio negreiro feito por portugueses, brasileiros e outras nações nos portos de Moçambique acabou por ‘moçambicanizar’ os escravos que por eles saíam, qualquer que fosse a sua origem geográfica ou etno-cultural, mesmo dos provenientes de territórios que ficam hoje para além das atuais fronteiras de Moçambique” (Medeiros, 2018).

A nova rota cresceu de tal maneira a partir de 1810 que os moçambicanos representam a segunda nação mais referida na *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1821, com 72 menções, indicando que mais de 16% dos escravizados do Rio de Janeiro nessa época eram africanos orientais. Os dois principais portos orientais eram o da Ilha de Moçambique e o de Quelimane. O principal era o porto mais ao norte, na Ilha de Moçambique. No entanto, questões internas por vezes obrigavam os negociantes a aportarem e negociarem no porto de Quelimane, que ganhou importância. Na *Gazeta* há apenas três menções aos escravizados de Quelimane. O pequeno número é resultado da genérica classificação como Moçambique aos escravizados que provinham deste porto.

“Quelimane serviu como porto alternativo para a exportação de escravos para o Brasil. Sempre que as guerras do interior bloqueavam as caravanas para a Ilha de Moçambique ou embarcações britânicas apareciam ao largo da costa, os comerciantes do interior e os traficantes brasileiros alteravam a rota para Quelimane. Mas as interrupções militares não foram a única explicação para o crescente destaque de Quelimane no comércio brasileiro. Preços mais baixos e uma oferta adequada de adolescentes de dez a quatorze anos também atraíram os negociantes brasileiros. (...) Não há dúvida de que este porto, assim como o da Ilha de Moçambique, dominou o comércio da África Oriental com o Rio. O terceiro porto de Inhambane era muito menos importante, especialmente antes de 1830” (Karasch, 2000: 23-24).

Além de alternativa às questões internas que, por vezes, impediam alcançar o porto da Ilha de Moçambique e preços baixos, Quelimane também terá conseguido obter relevância a partir da atuação de traficantes junto aos governos locais. Um deles, o português Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne se tornou governador do Porto e Vila de São Martinho de Quelimane em 1813 e conseguiu transformar a região portuária em importante exportador de escravizados. Ele foi o primeiro governador local da região, antes subordinada ao governo de Rios de Sena, apesar deste ainda exercer autoridade sobre Quelimane.

Cirne, que tinha residência circunstancial no Rio, conseguiu um aviso do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o Conde da Barca, com a autorização para abrir o porto de Quelimane a todas as nações. Então “mandou criar ali uma alfândega com juiz e feitor, o que foi feito em 1817”. O governador e traficante escreveu em suas memórias que “sendo a afluência dos navios do Brasil grande, sempre a facilidade do negócio foi tal que todos sempre se supriram, com uma brevidade que em outro algum porto podiam achar” (Capela, 2007: 76). Segundo Cirne, antes de 1817, Quelimane exportavam menos de 1,5 mil *escravos* por ano. Depois de 1817 passou a negociar mais de 3,6 mil anualmente. De 1819 a 1825, de 5 a 6 mil escravizados saíam desse porto por ano (Capela, 2007: 77).

Os anúncios de jornais utilizavam as nações como um indicativo para que os desaparecidos fossem encontrados. O fato de diversos anunciantes indicarem a nação dos escravos sem precisar descrever muito mais do que Cabinda ou Monjolo, por exemplo, aponta que uma parte da sociedade, com histórico contato com as diferentes culturas africanas que aportavam no Rio de Janeiro, detinha um conhecimento prévio de cada uma dessas marcas que caracterizavam as tribos africanas.

“Quem souber ou achar um negro por nome João, nação Monjolo, ofício de serrador, com a marca no braço IRC, meio ladino, leve-o à ladeira de João Homem, na Prainha, n.º 7, e procure a Manoel Ferreira Flores” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 36, edição de 3 de maio de 1817).

O pintor alemão Johann Moritz Rugendas, já no tempo pós-independência, ao observar que sua viagem ao Brasil resultou em dois cadernos de fisionomias de indivíduos pretos, anotou que “o único lugar da terra em que é possível fazer semelhante escolha de fisionomias características, entre as diferentes tribos de negros, é talvez o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro; é, em todo caso, o lugar mais favorável a essas observações” (Rugendas, 1835). Ou seja, existiam marcas próprias pelas quais reconhecia-se algumas nações, que, segundo Rugendas (1835), distinguem-se pelo que se pode ver “das cabeças de negros que damos aqui (suas pinturas), tanto pelas marcas especiais do rosto como pelas diferenças muito marcadas da fisionomia”.

O francês Jean Baptiste Debret escreveu que as diferentes marcas das diferentes nações de africanos eram implantadas nos indivíduos “seja fazendo incisões na pele de diferentes formas, gravuras pontilhadas ou simplesmente linhas coloridas” (Debret, 1835b: 114). Constatou, por exemplo, que os Minas eram reconhecidos “pelos pequenos pontos contínuos na pele, em relevo por causa do inchaço das cicatrizes” – Rugendas descreveu que os escravizados Minas eram caracterizadas por três incisões semicirculares que se estendem do canto da boca até a orelha; os Moçambiques “pelas orelhas alongadas” e parte da cabeça raspada; os Benguelas “pelos penteados nivelados”; e os Monjolos pelas “escarificações verticais aplicadas em suas bochechas”.

Monjolo, nação mencionada 17 vezes na *Gazeta*, foi “um dos nomes por que foram conhecidos os batequeses ou tios, grupo étnico localizado na atual República do Congo, próximo a Stanley Pool” (Lopes, 2004), ou Lago Malebo, localizado na fronteira entre a República do Congo e a República Democrática do Congo. No dia 11 de setembro de 1819, um aviso descrevia que um *escravo* Monjolo apresentava os “sinais de sua nação”. Em 2 de junho de 1821, um comunicado dizia que um Monjolo tinha a face “retalhada de sinais”. Anos antes, um aviso de jornal descreveu brevemente que um Monjolo apresentava a face riscada.

“No dia 9 do presente mês fugiu um escravo novo de nação Monjolo, alto, magro, cara riscada, vestido de calça e camisa de algodão, quem o achasse dirija-se numa padaria na Rua do Cano, n.º 30, aonde receberá alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 50, edição de 24 de junho de 1818).

Muitas dessas nações sofreram com estereótipos criados pelos europeus no Rio de Janeiro acerca de suas qualidades, preconceito característico do olhar de muitos europeus para com os escravizados à época. A prática mostrava-se antiga, pois no século XVIII o

padre italiano André João Antonil (1711: 31) julgou que indivíduos “de Angola criados em Luanda são mais capazes de aprender ofícios mecânicos” e “entre os congos há também alguns bastantemente industriais, e bons não só para o serviço de cana, mas para as oficinas e para o manejo de casa”.

Os Congos, nação que indicava os escravizados transportados através da bacia do rio Congo, na África Central, tinham características semelhantes aos de Angola, de acordo com o pintor Rugendas, mas os congoleses, por serem mais pesados, eram apropriados para trabalhos difíceis no campo. Os Rebolos, teorizou Rugendas, “são mais obstinados e mais inclinados ao desespero do que os outros”. Ele ainda escreveu que os Monjolos eram “menos apreciados; são geralmente pequenos, fracos e educados, preguiçosos e desencorajados”. Para o pintor natural da Baviera, os escravizados apresentavam:

“certas distinções de disposição e caráter, que deram a essa ou aquela tribo uma reputação melhor ou pior na opinião pública. Por exemplo, os negros de Mina e Angola são considerados os melhores escravos; eles são gentis, dóceis e, com um bom tratamento, é fácil obter sua devoção leal: ao mesmo tempo, eles também são os que são mais frequentemente capacitados pela diligência e economia a comprar sua liberdade” (Rugendas, 1835).

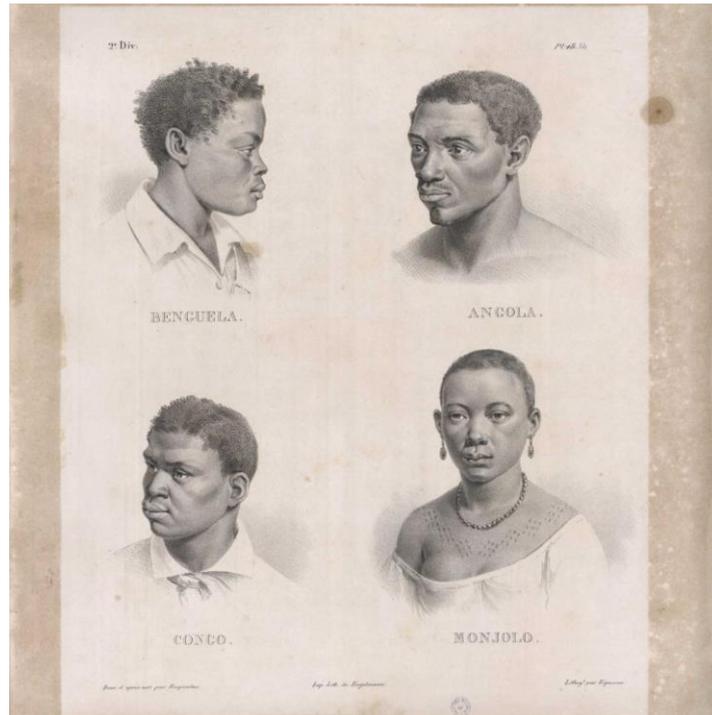
Os escravizados Mina também eram estereotipados, não só pela aparência, mas também pelo temperamento, tidos como rebeldes. No entanto, de acordo com Mary Karasch (2000: 26), “os estrangeiros elogiavam a beleza das mulheres Mina e muitas vezes as tomavam como amantes e esposas, o que sugere que elas se aproximavam mais de um padrão europeu de beleza”. Karasch também observa que os Mina formavam um grupo à parte entre os escravizados no Rio, devido à “inabilidade para unirem-se com outros escravos”. A “fama” nem sempre era refletida em anúncios de venda, que buscavam sempre trazer as melhores qualidades do escravizado para atrair compradores.

“Quem quiser comprar um preto Mina de idade 16 anos, com as melhores disposições para qualquer emprego, procure na Rua do Ouvidor, esquina da Vala, o primeiro sobrado” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 7, edição de 25 de janeiro de 1815).

Boa parte dos *escravos* importados da Costa da Mina eram islâmicos obrigados à conversão ao catolicismo e ao batismo. Baquaqua, por exemplo, era islâmico, tendo inclusive descrito as práticas de seu pai, que “levantava todas as manhãs às 4h para fazer orações”, a primeira das cinco orações diárias dos preceitos do Islã. Ele também descreve os padrões mouros das habitações de sua terra, com casas “sem chaminés nem janelas”.

As mencionadas nações, que muitas vezes forjaram a verdadeira origem dos escravizados, faziam mesmo parte do indivíduo africano. Os anúncios de jornais evidenciam que era fundamental para os compradores de mão de obra escravizada saber a nação do indivíduo. Tais termos passaram a ser o sobrenome dos africanos no Brasil. No dia 29 de janeiro de 1814, por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia informou que tinha três indivíduos desaparecidos conduzidos para a instituição. Os nomes eram: Mariana Cassanje, Joaquim Cabinda e Maria Conga.

Imagem 6: Diferentes nações de africanos no Brasil (Rugendas)



Disponível em: Rugendas, Johann Moritz. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie, 1835.

Imagem 7: Diferentes nações de africanos no Brasil (Debret)



Disponível em: Debret, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Vol. 2. Paris: Firmin didot Fères, 1835.

7.2 Língua – instrumento de diferenciação

A comunicação representou um dos grandes desafios aos escravizados africanos recém-chegados ao Rio de Janeiro ou a qualquer outra região do Brasil. A maneira encontrada por muitos deles para enfrentar a situação a que foram impostos e suportar o choque cultural oferece resquícios penetrantes no Brasil contemporâneo e compreensíveis somente se buscadas as raízes deste fenômeno. O embrião da questão insere-se na

inelutável necessidade dos africanos de inserirem-se, em maior ou menor medida, nos costumes da região para a qual foram transportados.

Por mais que tivessem aprendido a ler e a escrever na África, na América do Sul precisariam aprender tudo de novo. Ignorantes da língua portuguesa – o idioma no qual se comunicavam dependia da região de origem, como a língua iorubá, falada por muitos escravizados originários da região da Costa da Mina, quicongo e quimbundo, línguas bantos³⁵ faladas pelos indivíduos da região de Congo e Angola – e dos costumes culturais e religiosos do Rio de Janeiro, o primeiro passo para eles seria aprender o mínimo da comunicação nesta língua para deixarem de ser “boçais”, como os classificavam os europeus e brasileiros caso não soubessem o português. Aprender a língua também passava por aprender os costumes do cristianismo, uma vez que precisariam rezar e pregar os novos costumes religiosos.

Nem sempre o aprendizado da língua era rápido. A *Gazeta do Rio de Janeiro* de 9 de setembro de 1820 informou que um indivíduo de Cabinda estava há oito meses no Rio de Janeiro e ainda sabia pouco da língua portuguesa. Para os adultos, que chegavam instruídos em suas línguas nativas, o aprendizado era um desafio, ao passo que as crianças escravizadas possivelmente encontravam maior facilidade no aprendizado da nova língua, uma vez que na infância as habilidades linguísticas se desenvolvem mais rapidamente, estando as crianças, portanto, mais propensas a absorver novos vocábulos. Os jornais, por vezes, indicavam nos anúncios que crianças com menos de dez anos advindas da África já falavam português. Foi o caso de Agostinho, vindo de Cabinda, que tinha cerca de nove anos (as idades anunciadas nunca eram precisas) e já falava português.

“Das 7 horas da manhã para o meio dia 3 de maio do corrente ano, desapareceu um moleque de nome Agostinho, Cabinda, que terá de idade nove anos, já fala português, é aprendiz de sapateiro, com calças e camisa de algodão, retinto do rosto, quem dele tiver notícia de estar roubado, ou fugido, procure João Antônio Marques, na Rua do Sabão, n.º 8, e receberá boas alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 37, edição de 6 de maio de 1820).

Os anúncios de jornais que buscavam encontrar os fugitivos ou desaparecidos permitem-nos extrair informações valiosas sobre a dificuldade dos *escravos* em aprender o novo idioma, uma vez que descrever que este ou aquele que se pretendia encontrar não sabia falar bem a língua ou já a sabia falar era um adicional importante para que um leitor do anúncio localizasse o cativo em algum canto da cidade. Avisos permitem observar, por exemplo, que o escravizado Thomé, de Moçambique, tinha entre 18 e 20 anos e não

³⁵ Banto é um grupo etnolinguístico que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos africanos diferentes, entre eles os grupos já descritos advindos de Angola, Congo e Moçambique, por exemplo. Outro grande grupo muito presente no Brasil devido ao transporte de escravizados foi o dos sudaneses, que inclui aqueles advindos de regiões mais ao norte, como Nigéria, Benin e Guiné. Tanto os bantos quanto os sudaneses podem ser subdivididos em inúmeros grupos que englobam uma diversidade de culturas. Katia Mattoso (2017), por exemplo, indica que “há uma tradição, no entanto difícil de provar, de que, se a Bahia preferiu sempre importar os sudaneses, Pernambuco tinha predileção pelos bantos e o Rio de Janeiro selecionava metade de sudaneses e outra metade de bantos”. Os gráficos apresentados no tópico anterior mostram que os bantos predominaram no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821. Mas qualquer tentativa de encontrar um padrão de preferência ao longo de quatro séculos de escravização parece equivocada. Muitos sudaneses foram importados para o Rio de Janeiro, bem como inúmeros bantos para a Bahia.

falava nada de português, apenas atendia pelo seu nome, enquanto Antônio, classificado como Monjolo, tinha cerca de 24 anos e também não falava nada de português.

“Da Praia dos Mineiros, canto da Rua das Violas, do meio dia para a tarde de 24 de janeiro do corrente, desapareceu um negro Moçambique, estatura ordinária, com calças de calhamaço novas, camisa de paninho, colete de sarja de seda preta, terá idade de 18 até 20 anos, ainda não tem baço, tem na ponta da barba do lado direito uns cabelos em cima de um como sinal, no peito esquerdo tem um 3 marcado com ferro, tem sinais de bexigas na cara, os dentes limados, as orelhas furadas, com buracos grandes, as mãos compridas, mas os dedos curtos tanto nas mãos como nos pés, nada fala português, mas acode pelo nome de Thomé, quem dele tiver notícia de estar roubado, ou fugido, procure Antônio Januário Passos, na Rua da Quitanda, canto da Rua das Violas, e receberá alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 9, edição de 9 de janeiro de 1820).

“Luiz Augusto May, morador em Mataporcos, desapareceu desde o dia 22 de agosto passado, um escravo de nação Monjolo, de nome Antônio, de vinte e quatro anos de idade pouco mais ou menos, alto, com sinais de sua nação, falando pouco ou nada português; e há razão para presumir que ele fosse desencaminhado, e furtado; neste caso, quem o trouxer, ou der notícia certa a seu senhor onde ele esteja nesta cidade, ou seus arrebalde, receberá de alvissaras cinco doblas³⁶; e no caso de simples fuga receberá duas doblas pelo seu trabalho quem o trouxer” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 73, edição de 11 de setembro de 1819).

O esforço para aprender o português em meio à pressão de um cotidiano de servidão e castigos certamente imprimiu marcas de receio em muitos escravizados que tentavam falar o idioma. Alguns trechos de jornais indicam transtornos de fluência na fala dos indivíduos que podem ter sido causados por nervosismo, ansiedade e medo resultantes do ambiente perverso e cruel ao qual estavam inseridos.

Partindo do princípio que o ritmo da fala de um indivíduo “pode transmitir segurança, calma, mas também inquietude e nervosismo” (Oliveira e Gargantini, 2003), os anúncios que apontam irregularidades nas falas dos escravizados são indícios da inquietude e do nervosismo que os indivíduos sentiam no processo de aprendizagem da nova língua. São os casos, por exemplo, de Gabriel e Felipe, que gaguejavam ao falar.

“A 13 de abril desapareceu um moleque por nome Gabriel, nação Moçambique, com camisa de algodão, calças de riscado, estatura de oito palmos, que gagueja quando fala, quem o achar o trará na Rua Detrás do Hospício, à casa de Antônio Martins dos Santos, com padaria, n.º 40” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 41, edição de 20 de maio de 1820).

“De 20 de novembro de 1820 desapareceu da fazenda da Ilha do Governador um preto crioulo por nome Felipe, de idade de 50 anos, de estatura alta, não muito desdentado, com um dente só em baixo na frente, calvo, com o dedo mínimo da mão esquerda direito, que o não pode fechar, e na mão direita um dedo encolhido, que não pode abrir, quando fala gagueja alguma coisa, quem dele souber, ou o agarrar, dirija-se à Rua do Sabão, esquina da Quitanda, n.º 19, que terá boas alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 47, edição de 13 de junho de 1820).

O aprendizado, em maior ou menor grau, do português, contudo, não significou o abandono dos idiomas africanos pelos escravizados. Pelo contrário. Suas diferentes línguas continuavam a ser utilizadas no ambiente urbano na comunicação entre os

³⁶ Para mais detalhes acerca dos prêmios oferecidos aos indivíduos que encontrassem fugitivos e os entregassem ao dono, ver o subcapítulo 7.4.

escravizados que falavam a mesma língua ou entendiam um o idioma do outro, dado que distintas línguas tinham bases semelhantes³⁷. Em *Memórias de um sargento de milícias*, quando o autor descreve que Teotônio “falava língua de negro, e nela cantava admiravelmente” estava a indicar uma das línguas nativas africanas que era falada e cantada pelo personagem durante os festejos na cidade.

Os viajantes estrangeiros que passearam pelo Rio no tempo joanino, ou posteriormente, observaram uma variedade de línguas por eles não conhecidas e que eram faladas pelos pretos. Foram os casos do inglês Clarke Abel e da escritora francesa Adèle Toussaint-Samson. O primeiro, em 1816, ao passear pelos mercados de peixe e legumes, ambos na extremidade sul da cidade, onde muitos africanos trabalhavam como *escravos* de ganho, indicou ter ficado desagradavelmente impressionado “pelo jargão das diferentes línguas usadas pelos escravos” (Abel, 1818: 11).

A parisiense Toussaint-Samson, que residiu por 12 anos no Rio de Janeiro entre 1849 e 1862, deixou registros escritos mais detalhados sobre este aspecto. Em sua descrição sobre os diferentes idiomas que presenciou, ela indica que era tão comum ouvir tais idiomas que chegou a aprender uma ou outra palavra.

“É aí se ouve falar este idioma africano chamado língua da Costa. Nada de mais estranho: parece não haver nela uma só consoante, não se distingue absolutamente senão as vozes: ohui, i, a, ahuá, ô, i, ô. Consegui aprender algumas palavras, mas depressa esqueci-as; é quase impossível reter uma linguagem cuja ortografia é inteiramente ignorada” (*Jornal do Commercio*, n.º 73, edição de 14 de março de 1883).

O que se infere é que a língua portuguesa era uma dentre uma pluralidade de idiomas presentes no Rio. A depender do ambiente em que estivesse, o português poderia facilmente não ser a língua mais ouvida no recinto. Entre a elite, sabe-se que o francês era a língua da moda, especialmente após o Congresso de Viena, a chegada de muitos habitantes provenientes da França e a abertura de um sem número de lojas francesas no centro da cidade. O inglês era também muito falado entre os elitistas, resultado da massiva presença britânica no Rio de Janeiro desde o início do período joanino.

Mas eram em mercados, como o de peixes, localizado nos arredores do Largo do Paço, e o de legumes, adiante do de peixes ao sul, que marcavam presença os idiomas bantos, iorubás, entre outros. Nestes mercados, concentravam-se muitos indivíduos escravizados sob a modalidade de ganho, que procuravam vender os produtos para pagar o valor prometido e devido ao senhor. Os idiomas trazidos pelos africanos também poderiam ser presenciados em outros inúmeros espaços onde eles estavam presentes, como as lojas de barbeiro e sapateiro, os armazéns e as obras onde muitos trabalhavam.

No entanto, se por um lado o francês e o inglês eram idiomas apreciados pela sociedade carioca, as línguas africanas eram, por sua vez, menosprezadas e desincentivadas. Os anúncios da *Gazeta* evidenciam como os escravizados que ainda pouco ou nada sabiam do português eram tratados com desdém, como “boçais”. No

³⁷ Considera-se, por exemplo, “que todas as línguas bantu têm uma origem comum, o proto-bantu, como, aliás, atestam as suas características linguísticas essenciais” (Dele Zau, 2011: 57).

entanto, classificações muito utilizadas nesses anúncios, como “ainda boçal”, indicam que o aprendizado do português, a aculturação, portanto, estavam sempre em curso. Nunca seria admitido que este ou aquele não soubesse a língua portuguesa. Por isso, entende-se que o “ainda boçal” aponta sempre para a ideia de que o africano ainda não aprendeu, mas vai aprender, quer ou não, a língua da nova terra.

“No Trapiche da Saúde se achou um moleque ainda boçal, de nome Antônio, nação Benguela, de idade de dez anos pouco mais ou menos, quem for seu senhor procure o administrador do mesmo trapiche Luiz Antônio Marques Dias, que lhe entregará” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 77, edição de 24 de setembro de 1816).

“Quem perdesse um moleque de nação Moçambique, ainda boçal, procure no Campo de Santana, entre a Rua do Senhor dos Passos e a dos Ferradores, n.º 4” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 19, edição de 7 de março de 1818).

“Quem achasse um escravo ainda muito boçal, de nação Congo, que desapareceu de 30 de setembro para o 1º de outubro, de altura proporcionada, cara redonda, dentes limados, com os dedos dos pés muito juntos, na loja de livros de F. J. N. Mandillo, Rua da Quitanda, n.º 37, receberá alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 81, edição de 9 de outubro de 1819).

Muitas vezes os anunciantes classificavam de “meio boçais” os escravizados que se encontravam em processo de aprendizado do português, ou seja, que já eram capazes de compreender algumas frases na nova língua, mas ainda assim ignorantes de certa forma. Esta era mais uma valiosa descrição para ser impressa nas páginas de jornal quando o dono procurava por um fugitivo.

“No dia 24 de novembro fugiu uma negrinha de nação Benguela, meio boçal, de nome Simoa, idade de doze anos, bem parecida, a qual foi vista para o Catete. Quem souber dela, vá a casa de José Ribeiro Monteiro, na Rua do Sabão, n.º 18, canto da Rua da Quitanda, onde receberá as alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 5, edição de 17 de janeiro de 1816).

“No dia 2 do corrente mês de fevereiro desapareceu de casa de Emerenciana Maria de Jesus, moradora na Rua da Ajuda, n.º 12, que vende balas ou queimados, uma negrinha de nação Moçambique por nome Joaquina, com um furo no beijo superior, meio boçal, cara redonda, estatura menos da ordinária, vestida com um vestido de chita azul ordinária, quem dela souber dirija-se à dita casa que receberá o prêmio” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 15, edição de 21 de fevereiro de 1821).

Ao observar o conteúdo desses anúncios é possível concluir como a língua foi um importante instrumento de poder no Rio de Janeiro. Era uma forma de legitimação e também de deslegitimação, uma vez que os escravizados dificilmente conseguiriam alcançar uma fluência na língua portuguesa que possibilitasse não serem mais diferenciados por esse aspecto. Obrigados pelo ambiente inseridos, aprendiam o português, mas o falavam à sua maneira, com adaptações. E isso certamente configurou mais uma forma de deslegitimá-los.

De acordo com a historiadora Ivana Stolze Lima, a maneira dos africanos de se expressarem na língua portuguesa deu origem a expressões pejorativas, algumas utilizadas no período joanino, outras em épocas anteriores ou posteriores. Termos “como ‘geringonça luso-africana’, ‘português caçanje’, ‘português nagô’, ou ‘português bunda’ são exemplos dessa associação entre os africanos e o que se via como um uso incorreto e

‘estropiado’ da língua” (Lima, 2012). O esforço dos servos em inserirem-se nos costumes da nova terra, o aprendizado da linguagem europeia, transforma-se em mais uma estratégia da elite para inferiorizar os indivíduos que exploravam como mão de obra.

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro, abordando a linguagem como instrumento de poder ainda nos dias de hoje, refere-se às raízes coloniais do problema ao apontar que “o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades”. Já o filósofo martinicano Frantz Fanon descreve o poder que o idioma bem ou mal falado é capaz de imprimir num indivíduo, salientando que “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (Fanon, 1952). Por esta visão, o português mal falado e a língua africana imprimiam no indivíduo o seu cruel estado de inferioridade na organização da sociedade carioca.

A escravização na época colonial e o uso da linguagem como uma ferramenta de opressão, como muitos outros aspectos que cercaram o ambiente escravista, refletem em problemas de legitimação de identidades ainda atualmente. Fanon, em sua interpretação sobre os esforços dos pretos das Antilhas, região onde nasceu, para encontrarem espaços mais privilegiados na sociedade, teorizou que “o negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará mais do homem verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa”. Ou seja, segundo Fanon, tentar falar a língua metropolitana com primor, para os pretos, é uma forma de alcançar status social. Uma perversa herança da sociedade colonial, utilizando a linguagem como instrumento de preservação de poder.

“(…) a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e estimular criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento” (Ribeiro, 2019).

Tal repressão implementada ante os costumes africanos, não só em relação à linguagem, mas também à religião e outros aspectos característicos de suas culturas, refletiu-se em profundos problemas de identidade nos pretos e pretas não só durante o tempo da escravização, mas também no período pós-colonial e na contemporaneidade. Pretos e pretas se enxergam muitas vezes como problemas, de acordo com a teoria de Fanon, e por isso, na busca por uma identidade que seja valorizada, vestem o que o martinicano chama de máscaras brancas. “O negro é um homem negro”, descreve Fanon, antes de reforçar que “ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo”, refletindo que a repressão cultural retira o preto da sociedade, transformando-o muitas vezes num indivíduo com os costumes europeus.

Domingos Gabriel Dele Zau, docente da Universidade 11 de Novembro, de Cabinda, reforçou em sua tese de doutorado “as consequências nefastas resultantes do fenómeno da colonização em termos linguísticos, cujos efeitos, quiçá, irreparáveis” (Dele Zau, 2011: 45). O investigador descreve que em Angola “o português esteve sempre ligado a uma classe culta, logo, prestigiada” (2011: 91). Para ele, como que comprovando

a eficácia da teoria fanoniana no contexto angolano, o português³⁸ também é uma forma de reduzir o “mussequismo”³⁹, ou seja, uma maneira de se tornar menos marginal. Fanon descreveu o mesmo fenômeno, em outras palavras e contexto, ao definir que “historicamente é preciso compreender que o negro quer falar o francês porque é a chave suscetível de abrir as portas que, há apenas cinquenta anos, ainda lhes eram interditadas”.

“Até o indivíduo do musseque esforça-se em falar a língua portuguesa, como forma de revelar o seu nível de literacia, marcar a sua posição socioeducativa perante o interlocutor, solucionar um problema e minimizar o ‘mussequismo’ (...) Podemos, assim, inferir que o uso do português, em certos casos, não ocorre somente por agrado e/ou por necessidade de comunicação, mas igualmente como uma situação forçada por conjunturas várias” (Dele Zau, 2011: 91).

No Brasil, as consequências da opressão linguística operada sobre os escravizados no tempo colonial também ainda são visíveis. A língua portuguesa falada no Rio e no Brasil atualmente contém um hibridismo entre a língua culta, os “africanismos” introduzidos pela experiência dos escravizados e ainda a inserção de elementos das línguas indígenas. Desde a independência brasileira, em 1822, logo após o retorno do rei D. João VI a Portugal, buscaram-se alternativas para nomear a língua falada no Brasil⁴⁰, fruto deste hibridismo. Somente em 1988, com a implantação da Constituição vigente até os dias de hoje, foi confirmada a língua portuguesa como o idioma oficial do país⁴¹.

Sabe-se, e percebe-se, que a língua portuguesa utilizada no Brasil tem em seus ricos ingredientes uma série de elementos africanos que são resultados diretos do contato provocado pela experiência escravista. A linguista brasileira Yeda Pessoa de Castro, uma importante estudiosa desses elementos, aponta que os quatro séculos de escravização “favoreceram a interferência de línguas africanas na língua portuguesa, no Brasil”, fazendo-se sentir tanto nas palavras escritas e seus significados, mas também, e de forma mais rápida e mais profunda, na língua falada.

“A densidade populacional estimada entre quatro a cinco milhões de africanos transplantados para substituir o trabalho escravo ameríndio no Brasil originou, durante três séculos seguidos, um contingente de negros e afro-descendentes superior ao número de portugueses e outros europeus, de acordo com as informações históricas disponíveis e as estimativas demográficas de época, a exemplo do censo de 1823, que apontava 75% de negros e mestiços no total da

³⁸ Apesar de ser a língua oficial de Angola, o português não está plenamente disseminado em todo o país. Em 2005, Liliana Inverno estimou que o português era falado por menos de 20% da população, “principalmente elites e jovens nos grandes centros urbanos, sobretudo na costa. A maioria da população, concentrada nos bairros pobres das cidades costeiras ou espalhada pelo interior rural do país, é monolíngue, bilingue ou multilingue nas diferentes línguas africanas faladas em Angola” (Inverno, 2005). Tem-se verificado “uma acentuada massificação que contribui para a afirmação do português como meio privilegiado de comunicação quer no contexto nacional, superando o umbundo que até à década de 90 ainda se posicionava à frente deste, quer no contexto transnacional” (Dele Zau, 2011: 164).

³⁹ Musseque é uma palavra que se refere ao subúrbio em Angola. Algo semelhante à favela para os brasileiros.

⁴⁰ Pouco depois da Independência, por exemplo, surgiu o *Dicionário da língua brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832, obra que já capaz de observar as variantes do português que se usava no Brasil.

⁴¹ Entre 1822 e 1988, foram adotadas nomenclaturas como “língua brasileira” ou “língua nacional”. A Constituição brasileira de 1934, por exemplo, afirmava como língua do país o chamado “idioma pátrio”.

população brasileira. Podemos, então, supor que essa vantagem, em termos de superioridade numérica, no confronto das relações de trabalho e na convivência diária, teria dado também a sua parte de contribuição para a constituição daquela ‘língua geral’” (Castro, 2005: 4).

Pessoa de Castro apresenta uma série de influências africanas na língua portuguesa brasileira, como a “tendência do falante brasileiro em omitir as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais”, ou seja, substituir verbos como “falar” por “fala”, “dizer” por “dizê” e “Brasil” por “Brasiu”. Tal fenômeno, de acordo com Castro (2005: 10), “coincide com a estrutura silábica das palavras em banto e em iorubá, que nunca terminam em consoante”.

Também de acordo com a linguista baiana, não é por acaso que “na linguagem popular e descontraída do falante brasileiro a tendência é assinalar o plural dos substantivos apenas pelos artigos que sempre os antecedem”. Castro (2005: 10) aqui se refere à forma popular, disseminada entre muitos brasileiros, em falar “as casa” ao invés do padrão culto “as casas” ou “as escolha” no lugar de “as escolhas”, dentre outros muitos exemplos. Tal processo nada mais é do que a reprodução do “padrão do plural dos nomes, feito por meio de prefixos nas línguas bantos”. O docente angolano Dele Zau descreveu essa diferença em seu já referido estudo.

“Os nomes nas línguas bantu são caracterizados pelos prefixos que indicam os números singular e plural, ou seja, ao contrário da língua portuguesa que recorre ao morfema /s/ para indicar o plural, nas línguas bantu, a flexão faz-se com prefixos. Exemplos: mu-ntu (sing.): ser humano – ba-ntu: seres humanos; bu-atu (bwatu): canoa – mi-atu (myatu): canoas” (Dele Zau, 2011: 57).

Muito mais presente na língua falada do que na escrita, esta ainda muito regida pela formalidade das normas cultas da língua portuguesa europeia, os elementos africanos da língua portuguesa brasileira são cada vez mais requisitados por intelectuais brasileiros, em busca de uma maior aceitação. Questionamentos estes que comprovam a presença de aspectos e debates decorrentes do tempo colonial ainda nos dias de hoje.

A antropóloga Lélia Gonzales confrontou o paradigma dominante da língua em alguns de seus textos, adotando uma escrita que não respeita as normas gramaticais, uma escrita em conformidade com o “pretuguês”, nome que ela adota para classificar a língua portuguesa falada no Brasil, “dando visibilidade assim ao legado linguístico de povos que foram escravizados” (Ribeiro, 2019). Confronto linguístico semelhante faz o escritor carioca Geovani Martins, por exemplo, em seu livro *O Sol na Cabeça* (2018), escrito em “brasileiro”, ainda que editado sob a norma culta da língua portuguesa, mas com termos e expressões que remetem ao idioma marginal carioca, periférico, em geral desvalorizado.

Gonzales pediu por uma maior valorização das heranças africanas na língua do Brasil. Ela recorda que os escravizados foram tratados com desdém por falarem errado, mas reflete que integrantes de todas as classes brasileiras atualmente falam “errado”, dentro do que se considera a norma culta da língua portuguesa. A própria pensadora faz questão de escrever em “pretuguês” como forma de valorizar a língua do Brasil.

“É engraçado como eles (sociedade branca elitista) gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente

ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os rres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (...) E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que ‘casualmente’ se chama bunda” (Gonzales, 1984: 238).

Para muitos, a língua portuguesa do Brasil, com toda a pluralidade que está inserida nela, seria um reflexo da democracia racial brasileira, um mito largamente disseminado. No entanto, uma avaliação da estrutura da sociedade brasileira com cuidado permite notar que ela por si só exprime os costumes europeus como superiores e relega os africanos aos espaços marginais. A cultura africana exerce forte influência na cultura brasileira, mas a legitimação é sempre oferecida aos costumes da Europa. A religião dominante não são as africanas, mas sim a católica, a culinária predominante é a ocidental, sendo a culinária afro-brasileira, nas palavras do sociólogo Clovis Moura, apenas uma cozinha típica de uma minoria étnica”, entre outros aspectos.

“No processo de aculturação os mecanismos de dominação econômica, social, política e cultural persistem determinando quem é superior ou inferior (...) a aculturação nada tem a ver com os mecanismos impulsionadores da dinâmica social nem modifica, no fundamental, a posição de dominados dos membros da cultura subalternizada. (...) Em outras palavras: os negros brasileiros podem continuar se aculturando constantemente influenciando na religião, na cozinha, na indumentária, na música, na língua, nas festas populares, mas, no fundamental, esse processo não influirá nas modificações da sua situação na estrutura econômica e social da sociedade brasileira, a não ser em proporções não-significativas ou individuais” (Moura, 1998: 45-46).

Ainda assim, contrariando um pouco o “pessimismo” de Clovis Moura, faz-se necessário não só preservar, mas valorizar os elementos africanos do Brasil, incluindo a língua portuguesa do Brasil. Esta língua que, conforme demonstrado, não tem o rigor que pregavam os jesuítas que a ensinavam no tempo colonial, bem como não tem todos os “desvios” linguísticos desenvolvidos pelos africanos durante o aprendizado da língua portuguesa. É um equilíbrio entre os dois. Uma harmonia entre os opostos que empresta uma riqueza única ao português falado na América do Sul. E que assim precisa ser reconhecido e conservado.

A língua brasileira, por si só, é uma testemunha da História do Brasil, enraizada no tempo da escravização e passando pelo tempo joanino, quando o contato entre o idioma português europeu e as línguas africanas intensificou-se.

7.3 Espaços de sociabilidade

A integração ao novo ambiente não era uma tarefa fácil aos escravizados, como já descrito a partir do contexto linguístico. Mas a assimilação do novo cotidiano, o esforço para suportar a nova condição, certamente passava pelo processo de desenvolvimento de relações com os companheiros que compartilhavam da mesma situação, outros africanos

ou crioulos escravizados, portanto. O contato e relacionamento com seus pares provocou o desenvolvimento de espaços de sociabilidade entre os africanos no Rio de Janeiro e são esses lugares de aproximação e contato que se tentará descrever.

Para os fugitivos reunidos em quilombos, a exibição livre de seus costumes e a eleição/reconhecimento de autoridades próprias eram recorrentes. O quilombo, por si só, era um grande espaço de interação entre os indivíduos ali inseridos. No entanto, aqui se pretende avaliar as práticas de sociabilidade dentro do ambiente ordinário da época, ou seja, no interior do cotidiano dos escravizados no Rio de Janeiro. Aqueles espaços que surgiram diante do cotidiano servil.

A interação entre os escravizados poderia começar já no porto africano de embarque, onde a diversidade de culturas já era presente. Nesse espaço de convivência, ainda que diante do temor pelo destino que lhes seria dado, “afloravam afinidades e inimizades, novas formas de relacionamento eram esboçadas, laços eram tecidos e lideranças escolhidas” (Souza, 2002: 153). Por outro lado, qualquer afinidade criada na ida para o Brasil poderia ser logo desmantelada, pois os destinos provavelmente seriam separados no porto do Rio de Janeiro. Um seria revendido para o interior de Minas Gerais, enquanto outro permaneceria na cidade do Rio de Janeiro, a serviço de algum representante da elite mercantil da cidade, desenhando um de muitos possíveis cenários, uma vez que parentescos ou afinidades não eram levados em consideração no comércio escravista.

No dia a dia de trabalhos forçados, os escravizados inevitavelmente encontravam-se em espaços que obrigatoriamente precisavam frequentar em virtude de obrigações para com o senhor. Destaca-se, por exemplo, os chafarizes da cidade do Rio de Janeiro, onde muitos africanos enfileiravam-se para obter água para os seus senhores, além dos mercados, onde, como já referido, muitos africanos vendiam produtos para pagar aos seus senhores o valor prometido quando foram autorizados a trabalhar “livremente”.

Sem dúvida, as instituições católicas também representaram um importante espaço de contato e interação entre os africanos. Talvez o mais importante deles. Como a frequência dos escravizados na igreja era incentivada pelas autoridades religiosas, praticamente obrigando que os donos dos cativos não oferecessem resistência à ida deles às capelas, os africanos utilizaram esses espaços de culto como ambiente para se reunirem e desenvolverem ali seus próprios costumes.

É assim, portanto, que manifestações e interações teriam gerado uma “cultura panbanto em uma região do Brasil na qual predominaram *escravos* vindos da África Centro-ocidental”, de acordo com a historiadora Marina de Mello e Souza (2002: 158), como era o caso do Rio de Janeiro no tempo joanino. Por mais que existissem diferenças marcantes de culturas e costumes entre as diferentes etnias africanas transportadas ao Rio de Janeiro, persistia também entre eles, inseridos num ambiente completamente distinto de suas origens, “uma identidade básica que fundamentou a constituição de novas comunidades a partir da diáspora imposta pelo tráfico negreiro”.

O sistema hídrico da cidade do Rio de Janeiro obrigava a grande maioria dos habitantes a buscarem água chafarizes para uso em suas casas. A água para o uso da população carioca fluía das colinas através do aqueduto, sendo distribuída nas fontes e chafarizes públicos, que se espalhavam pela cidade. O maior deles era o chafariz do Largo da Carioca, de acordo com a descrição de Maria Graham (1824: 167). Mas também havia chafarizes na Rua dos Barbônios (Chafariz das Marrecas), Largo do Moura (próximo ao mercado de legumes), Largo do Paço e Campo de Santana. Os dois últimos receberam obras de melhoramentos durante o período joanino.

As famílias, até mesmo as mais bem condicionadas, dependiam dos chafarizes para obter água. Residir nas proximidades de alguma fonte d'água à época era um atrativo e tanto. Por isso, anúncios de imóveis à venda ou em vista de ser alugado não perdiam a oportunidade de avisar sobre chafarizes ao redor.

“Quem quiser alugar uma morada de casas térreas, novas, com um bom quintal muito bem plantado e água corrente da que sai do chafariz do Campo de Santana, sitas na Rua Formosa da Cidade Nova, fale com Francisco José Pereira das Neves, morador na Rua de S. Pedro, n.º 7” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 41, edição de 22 de maio de 1813).

Eram os escravizados os incumbidos pelos senhores da responsabilidade de ir buscar água para as residências. Era comum, portanto, o ir e vir de escravizados com água, normalmente equilibravam os jarros, vasilhas ou barris em suas cabeças, conforme representado em diversas pinturas da época e descritos por muitos viajantes que observaram a paisagem do Rio de Janeiro joanino. Eram tantos que formavam filas nas fontes da cidade.

Clarke Abel, num de seus primeiros passeios pelo Rio de Janeiro, ficou especialmente surpreso “com o grande número de escravos que estavam esperando com vasilhas para receber em sucessão uma quantidade medida de água” (1818: 11). Ele afirmou que qualquer transeunte testemunharia a mesma cena a qualquer hora do dia em que passasse por uma fonte de água. Graham (1824: 167) descreveu que a fonte da Carioca era constantemente cercada por *escravos*, com seus barris de água, e acrescentou que existiam por perto “vasilhas de granito, onde uma multidão de mulheres lavadeiras é constantemente empregada”.

As longas filas para abastecimento hídrico foram notadas também por outro inglês, John Mawe, oito anos antes. Segundo o comerciante, “é lamentável que não exista mais fontes e chafarizes para abastecer os habitantes, muitos dos quais vivem a uma milha de distância de qualquer um deles, e sejam obrigados a empregar pessoas continuamente no transporte de água” (1812: 98). Obrigados a frequentarem as fontes com frequência, estas certamente tornaram-se num dos principais ambientes onde os escravizados e escravizadas poderiam se conhecer, interagir e sociabilizar. As caminhadas longas em busca de água, portanto, “lhes deram muitas oportunidades de interagir com outros escravos – ainda que apenas para contestar um espaço na fila” (Karasch, 1987: 59).

Alguns anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* comprovam o cotidiano de ir e vir buscar água do escravizado e também indicam a interação nas fontes. Como alguns avisos

do jornal apontam para cativos que fugiram enquanto estavam a ir buscar água, infere-se que a interação dos escravizados nos chafarizes, com conversações em seus próprios idiomas, provavelmente desenvolveu-se, em alguns casos, em planos para escaparem de suas condições de escravos. Anúncios de diferentes períodos indicam fugas desse tipo em todo o período joanino. A africana Rosa, por exemplo, fugiu depois de ir buscar água provavelmente na fonte do Largo da Carioca, dado que era escravizada por um senhor residente na Rua da Guarda Velha, nos arredores da Carioca. Já o cabindense José escapou provavelmente após ida ao chafariz do Campo de Santana, o mais próximo da casa de seu dono, na Rua de S. Pedro (atual Av. Presidente Vargas).

“Quem achar, ou souber de uma escrava ainda boçal, por nome Rosa, com uma camisa e saia branca, e o cós vermelho, com um botão preto na orelha, alta, encorpada, e faltou no dia 24 do mês passado saindo de casa com um barril novo a buscar água, fale com o Sargento Mor José Ignácio de Almeida, na Rua da Guarda Velha, n.º 18, que a quem a achar lhe dará alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 51, edição de 8 de março de 1809).

“No dia 1º de agosto do presente ano fugiu um escravo por nome José, de nação Cabinda, com oito meses de terra, que sabe pouco da língua portuguesa, vestido com camisa de algodão branco, ceroulas de riscado de Minas, e jaqueta de pano azul ordinário, sem sinais de bexigas, porque foi vacinado, que ia buscar água ao chafariz. Quem do dito souber e der notícias receberá a recompensa de seu anúncio na Rua de S. Pedro, lado esquerdo nas casas de Marcos José Pimentel, n.º 11. O mesmo tem um negro cozinheiro para vender para fora da terra” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 73, edição de 9 de setembro de 1820).

Os mercados descritos no tópico anterior, onde os estrangeiros ouviam as línguas africanas com maior frequência do que em qualquer outro lugar, também eram espaços de sociabilidade para os africanos que ali trabalhavam diariamente para obter o valor devido ao senhor. Ernest Ebel descreveu o mercado de peixe localizado nas proximidades do Largo do Paço: “dando-se volta à Alfândega pelo lado do mar, chega-se à Praia, em que se encontra o Mercado do Peixe. Os pretos armam suas bancas sob uma coberta de madeira, protegendo de certo modo do sol o pescado e as tartarugas” (Ebel, 1972: 63).

Os escravizados que trabalhavam sob a modalidade de ganho, ou seja, aqueles que tinham mais “liberdade” para circular como bem quisessem, desde que ao fim do dia ou ao fim da semana, a depender do acordo, tivessem o valor devido ao senhor, desenvolveram seus próprios espaços de interação, notado por muitos viajantes. De acordo com Alberto da Costa e Silva, a reunião deles, muitas vezes à espera de que alguém os contratasse para algum serviço, ficou conhecida como “canto de trabalho”.

“Era comum nas cidades maiores, como Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Luís, a existência dos chamados cantos de trabalho, onde os escravos de ganho ficavam à espera de quem contratasse os seus serviços. Em cada uma dessas esquinas, reuniam-se os que se tinham por da mesma nação, ou falavam a mesma língua, ou eram, na África, vizinhos ou culturalmente aparentados, ou eram malungos, ou seja, tinham chegado ao Brasil no mesmo navio. Aqui, ficavam os nagôs; ali, os jejes; lá, os cabindas; acolá, os angolas; mais adiante, os moçambiques — identidades que os africanos criaram no Brasil. E entre os seus aparentados e semelhantes ajustavam fidelidades e renovavam os contatos com a África de cada um” (Silva, 2011).

Nesses cantos desenvolvidos pelos africanos, muitas vezes predominava a música como forma de interação e de expressão cultural. O comerciante inglês Clarke Abel observou numa de suas andanças pelo Rio “um grupo de negros que estava reunido numa esquina, escutando com deleite a um dos membros da tribo tocando um rudimentar instrumento musical” (Abel, 1818: 13). Nos mercados, não era diferente. Muitas vezes, antes ou depois do trabalho, desatavam a cantar os diversos africanos dos mercados. O artista francês Jean Baptiste Debret descreveu este cenário numa manhã na praia em frente ao mercado de legumes, onde “basta que um dos mais alegres cante uma música africana enquanto balança com o mesmo gesto, para eletrificar repentinamente todos os seus compatriotas” (Debret, 1835b: 114).

Os carregadores de água ou outros escravizados que transitavam a pé pela cidade também não se furtavam em cantar. Edison Carneiro descreveu uma dessas canções populares desenvolvidas pelos africanos no Brasil. Sua observação é de uma cena na Bahia, mas não terá sido muito diferente no Rio de Janeiro joanino. Segundo o investigador, escravizados que transportavam volumes pesados, “cantavam para aliviar o trabalho”. Ele descreve o canto:

“É, cuê
ganhadô
gana Bahia: Ê, cuê
ganhadô
ganha dinherô
prá seu sinhô” (Carneiro, 1985).

Aliás, sabe-se que muitos escravizados aprendiam técnicas musicais, enquanto outros já vinham instruídos de algumas técnicas da África. O célebre padre e músico José Maurício Nunes Garcia, por exemplo, elaborou peças musicais para a execução do conjunto de escravos-músicos da Real Fazenda de Santa Cruz, que realizava apresentações para o príncipe regente, futuro rei D. João VI.

“Não teria passado despercebido ao melômano príncipe a potencialidade musical dos escravos-músicos que atuavam nas cerimônias religiosas da fazenda. Neste sentido, tomou as medidas indispensáveis ao desenvolvimento desses escravos, do que resultou a imediata decisão de fazer reviver o ensino de música implantado pelos jesuítas até 1759. Destacou dois professores de música para a fazenda” (Mattos, 1997: 72).

Mas não só na condição de escravizados do príncipe regente é que se aprendiam técnicas musicais. Muitos escravizados, a depender de quem fossem os seus senhores, poderiam ser instruídos em instrumentos antes por eles desconhecidos em suas regiões de origem. Foi o caso, por exemplo, de um escravizado anunciado na *Gazeta* que havia aprendido a tocar piano. Além do instrumento europeu, também sabia um instrumento originário de Angola, a marimba. Este último, provavelmente, aprendeu antes de ser transferido para o Rio de Janeiro.

“Quem quiser comprar um escravo próprio para boleiro, que sabe tocar piano e marimba, e alguma coisa de música, e com princípio de alfaiate, dirija-se à botica da Travessa da Candelária, canto da Rua dos Pescadores, n.º 6” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 55, edição de 8 de julho de 1820).

Manuel Antônio de Almeida, em *Memórias de um sargento de milícias*, recorda a tradição no Rio de Janeiro de escravizados barbeiros se reunirem nas igrejas para tocarem músicas. “Era coisa reputada quase tão essencial como o sermão” (Almeida, 1854).

Também terá existido o culto aos escravizados que de fato haviam sido reis em suas regiões na África, mas, capturados em determinado contexto e ocasião internos, foram transportados para o Brasil e escravizado, mas ainda reconhecido por um ou outro no Novo Mundo como autoridade. Alberto da Costa e Silva refere que “não foi apenas nos quilombos, portanto, que houve reis e chefes africanos” (2011), uma vez que muitos “reis e grandes chefes viveram e sofreram em segredo” como escravizados no Rio de Janeiro e em outras partes do Brasil, mas ainda mantendo muitas vezes “o respeito e as homenagens de seus súditos também no cativeiro”. À parte disso, os escravizados elegeram seus próprios reis e autoridades no interior das irmandades religiosas.

Os africanos ingressaram em irmandades religiosas, tanto em Portugal, antes da proibição da escravização no país, quanto no Brasil durante os quatro séculos de escravização. De acordo com Marina de Mello e Souza, na virada do século XVIII para o XIX, pode-se estimar em 80% a parcela da população preta que pertencia a alguma irmandade religiosa no Brasil (Souza, 2002: 195). Foram os espaços religiosos das irmandades, certamente, um espaço de sociabilidade e aculturação dos africanos no Rio.

“Para muitos estudiosos, elas eram um espaço no qual os negros podiam exercer sua sociabilidade, além de suas práticas religiosas marcadamente africanas, longe dos olhos vigilantes dos senhores e seus representantes. Mas sobre estas práticas, realizadas secretamente sob o manto protetor das irmandades, nada sabemos e provavelmente nunca saberemos, mesmo que tenham realmente existido, devido à total falta de vestígios deixados” (Souza, 2002: 196).

A primeira organização de pretos relacionada às práticas religiosas em Portugal, a Confraria dos Negros de Nossa Senhora do Rosário da Igreja de São Domingos, data de 1520 aproximadamente, de acordo com Marina de Mello e Souza. Mas a devoção dos africanos à Nossa Senhora do Rosário tornou-se muito ampla, extrapolando as fronteiras continentais de Portugal, sendo muito presente na América portuguesa, por exemplo. Não há uma explicação definitiva para essa questão, mas é possível estimar como terá surgido em Portugal, onde a devoção de africanos à Nossa Senhora do Rosário aparecera antes da chegada dos primeiros africanos escravizados ao Brasil.

“Foram os dominicanos que promoveram, durante a Idade Média, a devoção a Nossa Senhora do Rosário e a recitação do terço. A intensa ação evangelizadora dessa ordem religiosa é tida por quase todos os autores que estudaram as irmandades do Rosário como fator de disseminação de tal invocação entre os africanos. (...) José Ramos Tinhorão, que entende que o catolicismo foi sempre integrado às comunidades negras por meio das ‘exterioridades do culto’ e não pela ‘assimilação dos conceitos teóricos da fé’, conclui que os negros elegeram Nossa Senhora do Rosário para objeto de culto por terem estabelecido uma relação direta

entre o seu rosário e o 'rosário de ifá', usado por sacerdotes africanos" (Souza, 2002: 163-164).

José Ramos Tinhorão, citado por Mello e Souza (2002: 166), admite mais uma possibilidade de atração aos africanos. O culto dos africanos pode também ter sido estimulado pela presença "de um retábulo pintado na Igreja de São Domingos" com o rei Baltasar, um dos três magos bíblicos, representado como preto. "Tal imagem exerceria especial atração sobre os negros, que assim passaram a frequentar a igreja e se expor à influência dos dominicanos".

De acordo com alguns estudiosos, as práticas cristãs podem apenas ter sido adotadas pelos africanos para disfarçar suas tradicionais práticas nativas de culto. As eleições de reis pretos no Brasil, por exemplo, foi parte do processo de interação e de criação de comunidades próprias de alguns africanos e seus descendentes reunidos num novo mundo. As instituições religiosas foram um dos principais campos de constituição dessas comunidades, além dos espaços já citados anteriormente.

"No quadro do sistema colonial escravista, no qual os africanos eram lançados a partir do apresamento em suas aldeias e do comércio atlântico, ao chegar no Novo Mundo as irmandades foram logo percebidas como uma das únicas formas de construção de laços de solidariedade e afirmação cultural, permitidas e mesmo estimuladas pelos senhores e pela administração colonial" (Souza, 2002: 195).

Há variados indícios a respeito dessas eleições de reis pretos no Brasil. Em seus escritos, o padre italiano André João Antonil, entre o final do século XVII e início do XVIII, afirmou que não se deveria impedir as celebrações e a eleição de reis dos africanos, pedindo que não os proibam de "criarem seus reis; cantar, e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e alegrarem-se honestamente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de N. S. do Rosário, de S. Benedito" (Antonil, 1711: 36) de modo a premiá-los pelo trabalho contínuo. A Igreja e suas irmandades permitiram os hábitos de elegerem seus próprios reis e autoridades dos africanos, sempre estabelecendo limites, contudo.

A ida aos compromissos religiosos era frequente. Por mais que tivessem suas obrigações com os senhores, a frequência religiosa era incentivada nos escravizados. As próprias instituições religiosas instavam os senhores a ajudarem os escravizados servirem às irmandades. "Os senhores deveriam pagar as contribuições de seus escravos parcial ou integralmente", indica Souza (2002: 206), que reforça que ainda "deviam aceitar a ausência dos escravos quando estes estivessem ocupados com assuntos da irmandade".

A eleição de reis, inclusive, poderia gerar conflitos entre distintos agrupamentos africanos em irmandades. Marina de Mello e Souza, recorrendo a um estudo de Célia Borges⁴², aponta para um requerimento da Irmandade do Rosário do Rio de Janeiro, de 1767, enviado ao vice-rei, Conde da Cunha. O comunicado informava que os pretos "de nação Benguela, irmãos de Nossa Senhora do Rosário", argumentam que devia haver um

⁴² Borges, Célia Aparecida Resende Maia. *Devoção branca de homens negros: as irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII*. 1998. tese de doutorado, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

único rei, o da sua irmandade, sendo banidos os outros reis que estavam a ser escolhidos em outras irmandades no Rio de Janeiro. A diligência indica não só a concentração de determinadas nações em algumas irmandades do Rio, como os Benguela na do Rosário, como conflitos internos entre elas, recorrentes ou não.

“O documento citado indica que as diferentes irmandades, compostas por diferentes nações, elegiam reis, que queriam ser homenageados por todos, provocando a indignação dos irmãos do Rosário, de nação Benguela, que pleiteavam exclusividade na eleição de reis e primazia sobre todos os outros. Assim, ao mesmo tempo que não queriam prestigiar os reis de outras nações, eles reivindicavam que todos os outros negros, de qualquer procedência, considerassem apenas o seu. No âmbito dos conflitos interétnicos, os negros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário defendiam a unidade da comunidade negra em torno de seu rei ao exigir que todos o acompanhassem por ocasião dos rituais festivos” (Souza, 2002: 202).

Luiz Geraldo Silva (2003: 80) cita uma carta à Coroa portuguesa posterior, de 1774, da mesma Irmandade do Rosário, que reclamava das capelas que os “pretos minas erigiam desde meados do século XVIII”, classificando os espaços de indignos e indecentes, citando “as Irmandades das Mercês, e São Domingos, S. Felipe Tiago, O Menino Jesus, Santa Efigênia, e S. Elesbão, N. S. da Lampadosa, S. Mateus, outra de São Benedito em Santo Antônio, o Senhor Jesus do Cálix, N. S. de Belém e Santo Antônio da Mouraria”.

A querela entre irmandades é reforçada por uma representação⁴³ de Antônio Pereira e outros homens pretos de Angola da Irmandade de Nossa Senhora de Belém, do Rio de Janeiro, pedindo a restituição da irmandade e seus bens, os remetentes avisam que a irmandade seria unida à Irmandade do Rosário na mesma igreja, “que até então servia de Sé, mas que a união não foi concluída “por não quererem os ditos pretos do Rosário”.

Mariza Soares⁴⁴, por sua vez, também estudou reuniões africanas no Rio e notou um padrão diferente em outra irmandade. Segundo ela, citada por Souza (2002: 202), “na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Ifigênia do Rio de Janeiro eram eleitos vários reis, cada um representante de um grupo étnico, no conjunto dos Minas que se reuniam na associação religiosa”. Neste cenário, os reis seriam elementos que concentravam determinadas etnias no interior das irmandades. E essa diversidade de reis é que não teria agradado à Irmandade do Rosário, que formalizou a reclamação acima mencionada.

A possibilidade de africanos escravizados tornarem-se reis em suas próprias hierarquias nas irmandades era reconhecida na sociedade joanina, de forma, claro, figurativa. Basta ver a *Gazeta* de 27 de outubro de 1821, que anuncia a venda de um panfleto curioso com o seguinte título: *Carta do Compadre do Rio S. Francisco do Norte, ao Filho do Compadre do Rio de Janeiro, na qual se lhe queixa do paralelo, que faz dos índios com os cavalos, de não conceder aos homens pretos maior dignidade, que a de reis do Rosário e de asseverar, que o Brasil ainda agora está engatinhando*. Tal

⁴³ Representação de A. Pereira e outros homens pretos de Angola da Irmandade de N. S. de Belém a S.M. solicitando restituição da Irmandade e bens de que foram desapossados. Rio de Janeiro, 1821. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427831/mss1427831.pdf. Acesso em: 3 mai. 2020.

⁴⁴ Soares, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

publicação era uma resposta aos argumentos do padre Luís Gonçalves dos Santos, endereçados ao “Compadre de Lisboa”, que afirmara que “os negrinhos. estão em casa dos seus senhores... e quando muito um ou outro chega a ser Rei de Rosário”⁴⁵. Em sua explicação ao Compadre do Rio S. Francisco do Norte, Santos anotou que chegar a ser rei do Rosário era “a única consolação que eles têm no seu penoso e desgraçado cativoiro, a única dignidade, apesar de ser fictícia, que as leis lhe permitem e que a religião como mão compassiva não lhes nega para adoçar a sua sorte e dar-lhes um dia de alegria”.

Ainda a respeito da época joanina, um documento citado por Souza (2002: 204) indica a autorização de Paulo Fernandes Vianna a tais coroações. Datado de 6 de outubro de 1811, o documento indica que “tiveram posse e se coroaram de rei, Caetano Lopes dos Santos, e de rainha Maria Joaquina, ambos de nação Cabundá, por estarem eleitos pela sua nação e por terem licença do Ilmo. Sr. Intendente Geral de Polícia”. O texto aponta ainda que outros reis coroados atestaram a coroação. Ou seja, não só os Cabundá, provenientes do interior de Luanda, tinham suas autoridades eleitas, como também outras nações, bem como delineado na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Ifigênia.

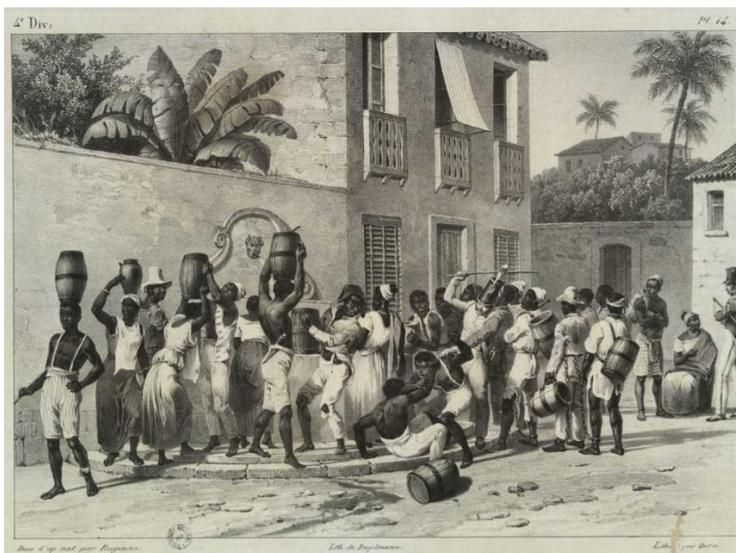
Não era difícil aos habitantes reconhecer as diferentes nações africanas, com suas próprias impressões na pele e línguas nativas. E, ao que tudo indica, também poderiam ser detectados a partir dos reis de devoção eleitos. Com seus próprios reis e rainhas, reconhecendo suas autoridades figurativas, mas sempre inseridos nos costumes cristãos e devendo obediência às autoridades católicas das irmandades, os escravizados encontraram uma forma de resgatar parcialmente suas práticas e criar um espaço de relacionamento e interação com seus afins.

Imagem 8: Festa de Nossa Senhora do Rosário no Rio de Janeiro



⁴⁵ Santos, Luís Gonçalves dos. *A impostura desmascarada, ou, Resposta que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do rio de S. F. do Norte*. Maranhão: Typographia Nacional, 1821. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0257/bndigital0257.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

Imagem 9: Africanos na busca por água num chafariz do Rio de Janeiro



Disponíveis em: Rugendas, Johann Moritz. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie, 1835.

7.4 Tratamento, policiamento e fuga

Observar o corpo do escravizado seria o bastante para concluir que este ou aquele havia em algum momento sofrido maus tratos. Não existia um único escravizado adulto que não tinha em alguma região da superfície de seu corpo qualquer marca deixada pelos cruéis dias no Brasil. Por outro lado, também não existia nenhum grande senhor de escravizados que não tivesse pelo menos um fugitivo contabilizado. Os anúncios de fuga eram abundantes – entre 1808 e 1821, foram 428 avisos na *Gazeta* – e permitem concluir que no tempo joanino todos os membros da elite, que possuíam inúmeros cativos, tinham sempre pelo menos um fugitivo nas ruas. Até mesmo os mais ordinários, que possuíam somente um ou dois mancipios, tiveram que lidar com os “desaparecimentos”.

A primeira marca dos maus tratos a ser notada num escravizado seriam as letras dolorosamente impressas a ferro em brasa nos seus corpos. Essas marcas eram a comprovação de uma série de situações pelas quais haviam passados até chegar ao Brasil. O relato de Baquaqua descreve ocorrências antes de embarcar. Segundo ele, os escravizados eram “acorrentados juntos e amarrados com cordas ao redor de nossos pescoços” (Moore, 1854) e arrastados até a praia para adentrarem a embarcação. Antes de deixarem o porto, contudo, um homem com um ferro quente “nos marcava da mesma forma como fazem com as tampas de barris”.

Todos os escravizados importados do continente africano tinham esse perverso “registro”, utilizado como forma de determinar a propriedade dos cativos, imprimindo, ainda no porto africano, as iniciais do nome do traficante escravocrata a que pertenciam. Alguns historiadores, como Lana Lage da Gama Lima (1988: 52), também indicam a prática de marcar as iniciais do seu senhor no Brasil. Os anúncios da *Gazeta*, no entanto, não apontam letras impressas que condizem com o nome do seu dono carioca. Isso se

deve ou porque as iniciais eram do traficante que o trouxe da África ou que aquele poderia já ter sido revendido no já descrito intenso mercado de vendas de cativos do Rio.

Um aviso de 5 de janeiro de 1820, por exemplo, confirma ser a marca de uma *escrava* referente ao senhor que a trouxe da África. Tratava-se de Manoel Teixeira da Costa Silva, traficante dono do armazém de número 25 no Valongo. Ele perdeu sua cativa “com a marca M de fogo no peito esquerdo”, antes mesmo de a vender no mercado.

Quando vendidos, os escravizados passavam a pertencer ao comprador, mas as letras em seus corpos seriam eternas. O ferro em brasa, por exemplo, imprimiu no braço do escravizado João Monjolo as letras IRC, mas o cativo, que ainda estava a aprender a língua portuguesa, pertencia a Manoel Ferreira Flores, o que indica que IRC provavelmente eram as iniciais de quem o importou da África e o revendeu, no Valongo.

“Quem souber ou achar um negro por nome João, nação Monjolo, ofício de serrador com a marca no braço direito IRC, meio ladino, leve-o à Ladeira de João Homem, na Prainha, n.º 7, e procure a Manoel Ferreira Flores” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 36, edição de 3 de maio de 1817).

O ferro quente também foi utilizado para intimidar os escravizados que pretendiam escapar das mãos dos seus senhores. Um alvará de 3 de março de 1741⁴⁶, instaurado no reinado de D. João V e ainda vigente no tempo de D. João VI⁴⁷, determinara que “todos os negros, que forem achados em Quilombos estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em sua espádua com a letra F”. Em caso de serem reincidentes e já terem o F impresso, “se lhe cortará uma orelha”.

No entender dos escravizados, contudo, valia o risco. O principal objetivo dos cativos que decidiam escapar certamente era ir ao encontro de algum quilombo ou mocambo. É difícil definir quais eram exatamente esses esconderijos, uma vez que só se produziram documentos, meio pelo qual o historiador busca a comprovação do fato, de quilombos ou mocambos quando se tinha a intenção de destruí-los. Sendo assim, sabe-se apenas a existência dos quilombos notificados em documentos da polícia da corte ou mencionados por outras vias, como a citação de viajantes da época. Os arredores afastados do Rio talvez tenham abrigado outros que ainda não se tem conhecimento de sua existência na época, visto não ter sido empregue iniciativa para o desmantelamento.

Flávio dos Santos Gomes (1997: 558) aponta, somente entre 1808 e 1818, quilombos nas seguintes regiões fora da área urbana da capital: Magé, Pati do Alferes, Cabo Frio, Macacu, Resende, Parati, Maricá, Suruí (Magé), Santo Antônio de Sá (Itaboraí) e Inhomirim. Não existiram simultaneamente, mas existiram refúgios, efêmeros ou duradouros, nessas regiões dentro desses dez anos. Próximos à capital registrou-se nessa década somente um quilombo nas matas da Tijuca. O mesmo autor reforça que esses refugiados geralmente se agrupavam próximos a engenhos ou áreas economicamente ativas, garantindo as trocas mercantis, até porque “a tentativa de

⁴⁶ Documento disponível em Portugal, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria régia, Núcleo Antigo 27, f. 88.

⁴⁷ Essa determinação só seria abolida com a Constituição de 1824.

interiorização de alguns grupos quilombolas pode ter sido dificultada pela existência de tribos indígenas hostis – principalmente em Campos e Cabo Frio”.

Maria Graham, que residiu nas Laranjeiras, no Rio de Janeiro, já em sua última passagem pela cidade, entre 1824 e 1825, descreveu em seus relatos a existência de um refúgio de escravizados fugitivos nos arredores da mata perto de sua casa. Era lá, inclusive, que sua escravizada Ana comprava algumas frutas, aves e ovos.

“No correr de minhas excursões, vim a saber que havia um núcleo de escravos fugidos não longe de minha habitação. Descobri ainda que as cestas, ovos, aves e frutas que me eram vendidos, vinham dessa gente, porque, como diziam eles, por meio da Ana, sabiam que eu era amiga dos pretos e que nunca delataria a existência de um núcleo de negros fugidos” (Graham, 2010: 162).

As grandes cidades escravistas, como Rio de Janeiro e Salvador, estiveram cercadas de quilombos, uns efêmeros, outros mais duradouros. Regiões ainda pouco povoadas, como Santa Thereza, Laranjeiras e a atual região da Tijuca, abrigaram recantos de fugitivos no tempo colonial. Luís Gonçalves dos Santos, numa carta⁴⁸, escreveu que os “negros” não fazem povoação distinta dos brancos, “exceto algum quilombo no meio dos matos”. Ou seja, os habitantes do Rio sabiam da existência ocasional desses refúgios. Em 1811, a Polícia fracassou ao tentar prender alguns fugitivos aquilombados na Tijuca. Após forte resistência, a Polícia “conseguiu prender apenas um escravo, fugindo todos os outros depois de resistirem ao cerco policial por muitas horas” (Soares, 1988: 346).

“Os escravos foragidos que viviam em grupos nas florestas e montanhas tinham mais chances de sobrevivência. Estes grupos, em sua maioria pequeno ajuntamentos, eram os famosos quilombos, que geralmente imprimiam medo à população das áreas próximas das florestas e montanhas, pois os *quilombolas* ou *calhambolas*, como eram chamados os cativos que viviam nestes ajuntamentos, muitas vezes praticavam assaltos noturnos às residências na tentativa de obter roupas e provisões” (Soares, 1988: 344).

Não se sabe qual a parcela desses fugitivos de fato conseguiu se estabelecer num desses espaços de refúgio antes de serem encontrados e redirecionados ao seu senhor. Os anúncios, como já visto em muitos exemplos reproduzidos, eram ricos em suas descrições justamente para que o fugitivo fosse mais facilmente localizado. Havia, inclusive, cidadãos que se dedicavam exclusivamente à captura de escravizados fugitivos para devolverem ao seu senhor e receberem as premiações. Estes eram conhecidos como capitães do mato e às vezes apareciam assim descritos nos jornais. Eles próprios podiam pagar para anunciar um fugitivo encontrado, exercendo o processo inverso do tradicional, ou seja, o localizador do escravizado anuncia na esperança de encontrar o seu dono para receber uma premiação que certamente seria negociada entre as partes.

“A quem faltar uma negra de nação Ganguela, por nome Thereza, boçal, fale com o capitão do mato Manoel José Domingues, na Rua Nova do Senado” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 2, edição de 6 de janeiro de 1821).

⁴⁸ Santos, Luís Gonçalves dos. *A impostura desmascarada, ou, Resposta que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do rio de S. F. do Norte*. Maranhão: Typographia Nacional, 1821. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0257/bndigital0257.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

Machado de Assis teve um olhar atento ao cotidiano dos capitães do mato. O escritor viveu na segunda metade dos Oitocentos, mas sua descrição sobre é válida. A maneira de resgatar os fugitivos não terá sido muito diferente na época joanina, visto que se tem notícias da existência deles entre 1808 e 1821. Assis descreve os jornais como a principal fonte desses capturadores para localizar os desaparecidos.

“Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de cousas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os venciam sem o menor arranhão” (Assis, 1906).

O trabalho de capitão do mato foi amplamente presente no Rio antes da chegada da corte, tornando-se menos frequente após a criação da Intendência Geral de Polícia (Schultz, 2008), que, com o apoio da Guarda Real, controlou durante todo o período joanino a segurança da cidade. Thomas H. Holloway (1993), por exemplo, defende que “as instituições policiais estabelecidas no Rio depois de 1808 acabaram assumindo a tarefa que os capitães do mato⁴⁹ haviam cumprido formalmente”, acrescentando que a apreensão de fugitivos “se tornou a categoria mais importante da atividade policial”.

Por mais que Holloway indique que a função dos capitães do mato tenha se tornado supérflua, os anúncios da *Gazeta* e a referência a esses indivíduos realizada por Debret (1835c: 131) apontam para uma direção distinta. Pode ter sido menos frequente após 1808, mas ainda presente⁵⁰. Para isso, basta notar a quantidade de avisos impressos nos jornais que oferecem recompensas pelos fugitivos.

Muitos anúncios inseridos na *Gazeta* de fato continham tamanha quantidade de detalhes capazes de facilitar bastante a localização do desaparecido por parte dos agentes da Guarda Real ou dos resistentes capitães do mato do Rio de Janeiro, muitas vezes pretos ou *crioulos* livres⁵¹. E não só, pois os fugitivos poderiam ser localizados por qualquer cidadão ordinário da cidade do Rio de Janeiro. Até mesmo os iletrados, que não sabiam ler os jornais, certamente tomavam conhecimento de muitas das notícias e anúncios que na *Gazeta* se publicavam, dado que naquele tempo as formas de transmissão de mensagens eram variadas. Muitos sabiam disso ou daquilo por ouvir dizer, ou seja, alguém leu o jornal e oralmente foi transmitindo a mensagem. Do segundo transmissor em diante já não era mais a notícia da *Gazeta*, mas o “por ouvir dizer”.

⁴⁹ “Bush captains” no original em inglês.

⁵⁰ Somente nos anos 1830 é que a Polícia passou a ser oficialmente a responsável pela função de resgatar escravizados (Soares, 1988: 340).

⁵¹ O pintor Johann Moritz Rugendas tem uma célebre pintura de um capitão do mato preto resgatando um escravizado na floresta.

Os senhores anunciantes estavam aptos tanto a descrever as características físicas quanto as emocionais de seus escravizados. Um fugitivo gabonês, por exemplo, foi detalhadamente descrito por seu dono em 1815 menos de duas semanas depois de fugir.

“No dia 29 do passado fugiu um preto, por nome João, de nação Gabão, ainda sem barba, baixo, magro, bem feito, de presença alegre, com duas cicatrizes na cabeça, manchas muito pretas no peito, em uma perna sinal de queimadura, e algumas sarnas pelo corpo, com calças riscadas de azul e branco e camisa de algodão da Índia. Quem o achar procure Manoel Ferreira de Andrade, no Largo de S. Joaquim, n.º 37” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 12, edição de 11 de fevereiro de 1815).

Sabe-se, contudo, que muitos capturadores de escravizados fugitivos se envolveram numa prática arriscada: manter os fugitivos encontrados aprisionados em suas casas para o valor dos prêmios por eles aumentarem e somente depois entregá-los aos donos. Luís Carlos Soares observou esta prática ao analisar documentos da Intendência de Polícia.

“Era justamente isso que pretendia fazer, em 1818, o capitão do mato Francisco da Silva, mulato liberto, na ocasião em que foi preso em ‘sua casa junto ao Monte de São Diogo’, tendo em seu poder cinco escravos dados por fugidos, ‘conservando-os em si sem os entregar a seus senhores, e nem os recolher à prisão’. Em 1822, a polícia prendeu seis soldados auxiliares de capitães do mato que, seguindo a orientação de seus chefes, retinham em suas casas diversos escravos, para que fossem extorquidos dos senhores maiores quantias” (Soares, 1988: 340).

Encontrar fugitivos também poderia ser uma prática realizada pelos próprios escravizados. É que também era uma prática dos anunciantes aumentar o valor da recompensa caso o capturador fosse ele próprio um cativo. Assim teriam ajuda para comprarem suas liberdades. E mesmo que o valor não fosse maior por serem *escravos*, a recompensa ainda assim era valiosa para as reservas que faziam em busca da liberdade.

“No dia 11 de abril de 1814 fugiu a Joaquim Antônio de Begonha Lobo, morador na Rua da Quitanda, n.º 91, um escravo João, de nação Libolo, de idade de 25 anos para mais, muito ladino, altura ordinária, delgado de perna à proporção do corpo, olhos grandes, e muito vivos, que tem uma cicatriz em uma face, e alguma falta de cabelo na moleira, e é rendido de uma virilha; é oficial de currador e que também sabe serrar, e de roça: costuma mudar o nome e dizer que é forro. Quem dele der notícia tem de prêmio 50.000 réis e sendo algum cativo, que dê conta dele, se lhe dão cinco doblas⁵² para ajuda da sua liberdade” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 63, edição de 9 de agosto de 1815).

A prática de efetuar pagamentos como forma de gratificação pela captura do fugitivo esteve, portanto, disseminada no Rio joanino, mas nem sempre os anunciantes publicavam os valores oferecidos como recompensa. Muitas vezes escreviam apenas que “gratificará” quem trouxesse o escravo ou que dará “boas alvíssaras”. Em certas ocorrências os valores anunciados eram referentes a mais de um escravizado, como os 100.000 réis (cerca de 9.460 reais) oferecidos em 7 de junho de 1820 a quem encontrasse Thomaz Monjolo, Joaquim Moçambique e José Benguela e entregasse os três juntos.

Noutros avisos, o local de captura influía no valor, como no 1º de março de 1820. Neste dia, um comunicado diferencia o pagamento para quem encontrasse o fugitivo: se

⁵² Uma dobla era equivalente a 12.800 réis.

encontrasse na cidade, 20.000 réis; na roça, 30.000 réis; mas se fosse localizado a bordo de navio prestes a sair, 40.000 réis; e se o navio tivesse saído, mas denunciasse o mestre do navio, receberia 100.000 réis. Ainda havia anúncios que dilatavam os valores de acordo com o motivo do desaparecimento do cativo, como neste anúncio abaixo em que o valor era maior se o escravizado tivesse sido furtado e não fugido.

“No dia 2 de junho de 1818 desapareceu uma negra Cabinda quase nova de idade de 17 ou 18 anos, estatura ordinária, bom corpo, e alguma coisa grossa, falta-lhe a metade do dedo grande do pé. Quem der notícias dela, na Rua detrás do Hospício, n.º 11, sendo furtada, receberá de alvíssaras 50.000 réis e ao contrário duas doblas por seu trabalho” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 78, edição de 29 de setembro de 1819).

Dos 428 diferentes comunicados de fuga impressos, encontram-se 26 valores distintos de recompensas referentes a um cativo desaparecido e sem variação de acordo com o motivo da fuga ou local de captura. Deste grupo de anúncios é possível concluir que o valor médio de gratificação para cada captura era 24 mil réis (cerca de 2.277 reais).

| QUADRO 13: VALORES DE RECOMPENSA À CAPTURA DE ESCRAVIZADOS FUGITIVOS (1809-1821) | | | |
|---|-----------------|--------------|------------------------------------|
| Data | Fugitivo | Nação | Valor da recompensa em réis |
| 07/01/1809 | Matheus | | 12.800 |
| 14/02/1810 | Luiz | | 12.800 |
| 06/06/1810 | Joaquim | | 40.000 |
| 28/05/1814 | Leandro | | 20.000 |
| 06/08/1814 | Amaro | | 20.000 |
| 09/08/1815 | João | Libolo | 50.000 |
| 30/08/1815 | José | Angola | 25.600 |
| 31/01/1816 | Gregório | | 32.000 |
| 23/03/1816 | Joaquim | Unbaca | 12.800 |
| 23/10/1816 | Marianno | | 50.000 |
| 03/05/1817 | João | Benguela | 4.500 |
| 26/07/1817 | Manoel | Benguela | 8.000 |
| 26/07/1817 | Pedro | Congo | 8.000 |
| 26/07/1817 | João | Benguela | 8.000 |
| 21/02/1818 | Joaquim | | 20.000 |
| 07/07/1819 | José | | 38.400 |
| 04/09/1819 | João | Cabo Verde | 20.000 |
| 09/02/1820 | João | | 12.800 |
| 22/04/1820 | José | Moçambique | 38.400 |
| 03/05/1820 | Vito | Libolo | 50.000 |
| 03/05/1820 | Ignácio | | 9.600 |
| 17/05/1820 | Pedro | Congo | 51.200 |
| 27/05/1820 | Jacinta | | 25.600 |
| 25/11/1820 | Ignácio | | 25.600 |
| 23/12/1820 | Francisco | Moçambique | 25.600 |
| 21/02/1821 | Ventura | Cabundá | 4.000 |

O principal motivo para prisões de escravizados era a fuga. Muitos dos reclusos na principal cadeia⁵³ da cidade na época, a do Calabouço, localizada no extremo sul, lá estavam devido à tentativa de fuga. Em 15 de maio de 1819, por exemplo, vendia-se um escravizado pedreiro que estava recluso no Calabouço. Já em 1814 a Intendência Geral de Polícia da Corte recolheu 34 cativos num quilombo e levou todos ao Calabouço. A seguir publicou um aviso informando que a lista dos reclusos estava publicada na secretaria. Os escravizados aos quais os donos não se manifestassem seriam vendidos.

“Pela Intendência Geral da Polícia se faz saber ao público que na prisão do Calabouço existem 34 escravos fugidos, achados em quilombos, e fora deles até o exame, que se fez no dia 26 de março próximo passado, e pela lista, que está publicada na Secretaria da mesma intendência, e naquela prisão, podem seus senhores ir verificar se são identicamente os próprios, para os receberem no termo de três meses, que mais se espera depois deste anúncio, aliás se entregarão ao Magistrado, que arrecada os bens, a que não aparecem donos, para serem vendidos, e ir o seu produto líquido das despesas, a que eles são responsáveis para os cofres do Fisco” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 27, edição de 2 de abril de 1814).

A prisão de escravizados era uma das modalidades de punição, mas a instituição comandada por Paulo Fernandes Viana também optou por outras formas de punir os infratores. Era comum a prática de transformar os cativos transgressores em servidores. Suspeitos de vadiagem, praticantes de crimes e os andarilhos fora de hora podia também ser recolhidos “para serem empregados nas Fábricas onde serão por ora vestidos, sustentados e para diante irão vencendo conforme o seu merecimento” (Schultz, 2008). Ainda poderiam ser condenados a prestar serviços públicos, “no exército, na milícia ou em outras atividades a benefício do Estado, até porque, como descreveu Karasch (1987: 78), “embora as funções políticas estivessem fechadas para os negros e pardos libertos, havia duas instituições que os aceitavam: as forças armadas e a Igreja Católica”.

Ao escrever *Memórias de um sargento de milícias*, Manuel Antônio de Almeida certamente utilizou a realidade do Rio joanino como referencial. Seu personagem Leonardo, ao ser preso, foi conduzido a prestar serviços na Guarda Real e, depois, na milícia. Mas os escravizados, mesmo quando encarcerados no Calabouço, não eram impedidos de serem direcionados ao trabalho em obras públicas, quando necessário.

A prática de empregar escravizados em obras era comum, praticada pelos próprios senhores, que alugavam seus cativos para servirem nessas ocasiões, sendo mais uma modalidade de ganho com o africano. Os senhores ficavam atentos aos anúncios, pois lá, vez por outra, poderia aparecer um aviso de uma nova obra que precisava de cativos. Como em 1819, quando se precisava de cabouqueiros numa obra que seria iniciada.

“Para as obras, que por ordem da Real Junta do Commercio do Reino do Brasil, vão se fazer na Ilha Rasa próxima à barra desta Corte, precisam-se de oficiais cabouqueiros, e de alguns serventes; as pessoas que quiserem, ou tiverem escravos, que possam ser empregados nestes serviços, devem, para procederem aos necessários ajustes, procurar o coronel do Real Corpo dos Engenheiros, encarregado da direção das referidas obras, que mora na Rua do Ouvidor,

⁵³ Também existia a prisão do Aljube, ao lado do Morro da Conceição.

no primeiro andar da casa que tem uma frente para a dita rua, e a outra para o Largo de S. Francisco de Paula” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 55, edição de 10 de julho de 1819).

Não só para obras eram os cativos alugados. Toda e qualquer função poderia ter escravizados alugados pela cidade. No dia 3 de maio de 1817, alugava-se, de acordo com descrição da *Gazeta*, uma preta boa cozinheira, engomadeira e lavadeira, enquanto no dia 7 de março de 1818 um aviso informava que um escravizado cozinheiro era próprio para casas de pasto e vinha sendo alugado repetidas vezes para tal. Já em 11 de março de 1820, um anunciante informou que precisava alugar uma cozinheira, sinalizando uma boa oportunidade àqueles senhores que tinham escravizadas boas de cozinha.

Fora do centro urbano, por vezes, a modalidade de aluguel também era adotada, quando representava um benefício ao senhor. Werneck, o Barão de Pati do Alferes, indicou que escravizadas atuavam na colheita de folhas para a fabricação de chás no Rio de Janeiro: “Tenho visto mulheres, alugadas a 30 réis por cada libra de folhas, fazerem o jornal de 420 réis, que corresponde a 14 libras” (Werneck, 1847: 121).

Por isso, era necessário fundamentar o encarceramento de escravizados, uma vez que prendê-los significava tirá-los da custódia de seus donos, que perderiam um trabalhador e uma fonte de renda. Ou seja, prendê-los poderia significar se envolver numa saia-justa com algum nobre habitante da cidade. Posto isso, como permite observar o anúncio de 1814 da polícia, é preferível encontrar o dono do cativo do que mantê-lo preso.

A Guarda Real, portanto, realizava rondas e por vezes captava um ou outro em práticas ilegais. Nesses casos, era sempre preferível encontrar o dono do escravizado, deixando os serviços públicos para direcionamento dos reclusos livres ou àqueles escravizados que não tiveram o dono localizado. Os próprios habitantes do Rio de Janeiro também recolhiam andarilhos fora de hora na cidade, dado que após o pôr do sol já não se permitia mais as livres andanças no Rio. Nestes casos, também se procurava pelo dono.

“A quem faltar um escravo ainda moleque novo, de nação Congo, e for seu dono, procure no trem a Antônio Joaquim Aleixo, que ele o restituirá. Este moleque foi achado no dia de S. Bartolomeu, na praia de Santa Luzia, às 10 horas da noite” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 74, edição de 13 de setembro de 1817).

Uma pesquisa⁵⁴ de Leila Mezan Algranti revela que 80% dos presos pela Guarda Real e outros membros da equipe do intendente eram *escravos*. Outros 19 % eram pessoas livres de cor. As justificativas para as prisões eram variadas, mas predominava a fuga. De acordo com o historiador Luiz Carlos Soares (1988: 535), dos 4.081 escravizados presos anotados nos livros de registros da antiga Intendência Geral de Polícia da Corte entre 1810 e 1820, 871 (21,34%)⁵⁵ eram fugitivos que tinham sido capturados, sendo 843

⁵⁴ Algranti, Leila Mezan. *O feitor ausente, estudos sobre a escravidão urbana, 1808-1822*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988. Citado por Kirsten Schultz em artigo de 2008 na revista *Tempo*, intitulado “Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821”.

⁵⁵ Entre 1825 e 1830 a porcentagem de presos por fuga subiria para quase 67%, segundo o mesmo estudo de Luiz Carlos Soares, “mas é bem possível que haja um certo exagero nestes números, por simples obra do acaso. Há claras indicações de que, nos livros de 1825-1830 consultados, as autoridades policiais da época procuraram concentrar o registro de escravos fugidos, enquanto que a maioria dos cativos presos

homens e apenas 28 mulheres. Os números indicam um número muito inferior de mulheres fugitivas, o que não significa que elas eram menos atuantes nas fugas. Em 1821 a *Gazeta* registrou uma escravizada fugitiva escondida numa vala.

“No domingo, 29 de abril, apareceu uma negrinha nova, que não sabe falar, escondida em um valado de uma chácara em Mata-Porcos. Quem for seu senhor procure na Rua da Cadeia, n.º 30, que dando os sinais certos se lhe entregará e se declara que logo se puseram escritos” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, edição de 19 de maio de 1821).

Outras mulheres fugitivas aparecem, ainda que em menor número, durante todo o período de circulação do jornal. “Fugiu uma escrava ao coronel João Teixeira Malheiros em junho de 1809: chama-se Luciana, é crioula muito fula e feia”, informava a edição de 13 de dezembro de 1809. O fato de serem menos numerosas pode ser explicado em função das importações da África serem maioritariamente de escravizados do sexo masculino, que fazia da população cativa do Rio maioritariamente masculina⁵⁶.

No caso das fugas, há ainda uma questão adicional a ser considerada: as maiores chances de fuga ocorriam nas situações em que os cativos saíam de casa para algum serviço, como exemplificado com as ocorrências das idas para obter água, sendo assim, dado que as mulheres eram quase sempre empregadas para serviços no interior dos lares, tinham dificuldades em se ausentar para aplicar a fuga. Como observa Priore (2013), “mestiças, mulatas e negras sofriam privações, careciam de educação e tinham a mobilidade controlada. Não podiam ir de um lado para outro quando quisessem”, situação que certamente influenciou na reduzida taxa feminina de “desaparecimentos”.

Os escravizados tinham inúmeras estratégias de fuga, sendo um exercício impossível precisar todas elas. Os anúncios da *Gazeta*, contudo, permitem extrair algumas estratégias adotadas. A primeira já foi descrita anteriormente, sobre os escravizados que aproveitavam a ida aos chafarizes para escaparem. Os momentos em que saíam das casas dos senhores para cumprir funções externas à casa parecem ter sido momentos apropriados para a fuga. O coronel Aureliano de Souza e Oliveira, por exemplo, no dia 28 de setembro de 1820, véspera do dia de festejos a São Miguel Arcanjo, entregou uma quantia ao seu escravizado, Desidério, para que este fosse à rua fazer compras para a casa.

por outros motivos teria sido registrada em outros livros que não sobreviveram à ação do tempo e às precárias condições de conservação” (1988: 339). O que leva a crer que as estatísticas entre 1810 e 1820 elaboradas pelo autor são mais próximas da realidade da época, o que não invalida o argumento de que as fugas eram muito frequentes nos quatro cantos do Rio de Janeiro.

⁵⁶ Os dados que se tem acerca da população do Rio de Janeiro tanto em 1808 quanto em 1821 não permitem distinguir os escravizados entre homens e mulheres. O cálculo mais próximo que se tem é de 1838, que indica que as cinco principais freguesias do Rio de Janeiro (Sacramento, Santana, Santa Rita, São José e Candelária) tinham 17.049 cativos do sexo masculino e 11.864 do sexo feminino. No tempo joanino, a diferença entre os sexos terá sido ainda maior, com predomínio dos homens, uma vez que com a proibição do tráfico em 1831, a reprodução dos escravizados seria incentivada, provocando um processo em direção ao equilíbrio de gênero. Foi uma “preocupação senhorial de propiciar a seus cativos melhores condições para que eles pudessem aumentar seus índices de reprodução natural” (Florentino, 2017: 57). Florentino ainda estima, ao estudar os inventários *post-mortem* entre 1810 e 1825, que os escravizados homens representavam 73,8% do total entre os maiores de 20 anos nesse período. Considerando todas as idades, eram 65,7% (Florentino, 2017: 56).

Três semanas passaram e o cativo ainda não tinha voltado. Aproveitara a oportunidade e o dinheiro em mãos para fugir.

“Quem souber de um mulato escuro, sapateiro, por nome Desidério, de idade de 19 anos, estrutura baixa, algum tanto grossa, com uma pequena cicatriz sobre o olho direito, cabelos pretos anelados como de índio, maçãs do rosto saídas da face, pés grosseiros, com menos uma unha de um dos dedos grandes, que fugiu no dia 28 do mês passado (véspera de S. Miguel), indo com dinheiro para compras de casa, vestido de niza e calças de pano azul e camisa de bretanha com folhos de cambrinha da Índia, e de tamancos, escravo do coronel Aureliano de Souza e Oliveira, morador no Largo da Sé Velha, do Morro do Castelo, e o pegar, será o seu prêmio seguro, e a paga da despesa que tiver feito” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 84, edição de 18 de outubro de 1820).

Após a fuga era preciso estabelecer medidas para evitar sua localização. Os jornais indicam que uma atitude comum dos escravizados fugitivos era mudar de nome. Em 11 de março de 1820, um senhor anunciou que seu cativo se chamava Adão e estava desaparecido. Mas, alertou ele, que o fugitivo costumava mudar de nome a cada vez que escapava. Meses depois, no dia 31 de maio de 1820, outro fugitivo alterou o nome, de Domingos para Estevão. As notícias que corriam indicavam a presença de Domingos, ou Estevão, nos arredores da cidade. Provavelmente encontrara refúgio em algum quilombo.

“Francisco Gomes Sandim, morador na Villa de Lorena, traz um escravo mulato fugido há dois anos, por nome Domingos, mas dizem que uso do nome Estevão, e sabe-se que anda nos arrebaldes desta cidade, e tem um lobinho ao pé da orelha, seu dono dá 51.200 réis a qualquer pessoa que o apanhar, e fizer entrega dele a Domingos Lopes da Cunha, na fazenda do Campinho, na estrada que segue para Santa Cruz” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 44, edição de 31 de maio de 1820).

Como Domingos, que já estava há dois anos longe da custódia de seu senhor, outros escravizados mantiveram-se fugitivos durante muito tempo, alguns terão permanecido nesta condição até seus últimos dias de vida. Em 27 de setembro de 1821, constava que José, de nação Cassange, já estava desaparecido há mais ou menos dois anos. Já no dia 11 de março de 1820, a *Gazeta* informou três fugitivos de longa data em suas páginas: Jerônimo, de 40 anos “ao que parece”, que sabia “ler mais ou menos”, estava fugido há mais de quatro anos; Adão, classificado como crioulo, que tinha mais de 30 anos, estava fugido há dois anos e meio; e “uma preta nova de nação Cabinda”, de 20 anos mais ou menos, que estava desaparecida há 17 meses.

Tais avisos também mostram que a fuga não era uma prática somente de escravizados jovens. Fugiam também muitos cativos já adultos, muitas vezes próximos aos 50 anos, faixa etária que poucos em suas condições chegavam. Em 27 de maio de 1820, por exemplo, a mulata Jacinta, escravizada de 45 anos, já se encontrava fugida há seis meses. O já mencionado escravizado Felipe, que gaguejava ao falar, também fugiu já com a idade elevada para os padrões, aos 50 anos.

A fuga, conforme observou Gama Lima (1988: 32), “se apresentava ao escravo como o expediente mais simples contra a violência da dominação branca”. As precárias condições de vida e o controle constante a que estavam submetidos não deixavam os cativos com muitas esperanças em relação ao futuro. Fugir, muitas vezes, se apresentava

como solução única. E a condição em que muitas vezes fugiam evidencia que não estavam submetidos a um dia a dia saudável antes do escape. Basta observar a descrição desvergonhada dada por seus senhores quando os procuravam.

Em 30 de outubro de 1813, um anúncio cita que o fugitivo tinha “os dentes um tanto podres”. Já no dia 6 de maio de 1815, Antônio, de apenas 16 anos e natural de Benguela, estava fugido e tinha um “ferro no pescoço”. Cinco anos depois, dois escravizados fugiram enquanto sofriam com os ferros no pescoço, de acordo com anúncio de 12 de fevereiro de 1820. Eram Estevão, de São Tomé, com “ferro de chave no pescoço”, e Antônio, de Benguela, com “ferro de espigão cortado no pescoço”. Outros anúncios mencionam inchaços, dedos podres, sinais de queimadura e outros indícios de maus tratos. Mas os ferros, como bem explicaram Debret (1835c: 131) e, num tempo posterior, Machado de Assis, eram mais uma forma de marcar a reincidência na fuga do que castigo.

“O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado” (Assis, 1906).

Além da coleira de ferro, outro castigo usual, descrito por Debret, foram as correntes com pesos de 30 a 40 libras, presa do pé até a cintura ou a cabeça. Se a punição for para uma criança, o peso era reduzido para 5 ou 6 libras. Tais precauções nem sempre funcionavam, visto as notícias de cativos em fuga mesmo tendo os ferros no corpo.

Um outro escravizado pode ter optado por desistir da vida após anos sob a dura condição de vida. Um anúncio de 11 de março de 1820 refere que o cativo Adão, já aqui mencionado por adotar a prática de mudar de nome durante as fugas, tinha uma cicatriz no pescoço. A marca, de acordo com o que seu senhor mandou escrever no jornal, era resultado de uma tentativa de se degolar.

Após a fuga, inseria-se nos escravizados um medo: o castigo que levariam se fossem localizados. Em 6 de agosto de 1814, um senhor procurava por Amaro, seu escravizado que era oficial de alfaiate e estava foragido. Ele prometia, no anúncio, “por esta vez não o castigar”. Ou seja, infere-se que Amaro já tinha fugido outras vezes e, quando localizado, sofrido os devidos castigos. O castigo foi durante o período colonial um dos principais mecanismos utilizados pelos senhores para exercer um controle sobre o comportamento do cativo, ou seja, para mantê-lo sob sua autoridade.

Apesar do intendente Paulo Fernandes Viana não se demonstrar a favor (Schultz, 2008), muitas vezes os escravizados eram açoitados em praça pública ou no espaço em que foram encontrados infringindo as normas. Para Viana, deveriam receber as correções nas casas de correção e não em público, onde tal prática poderia provocar motins. A quantidade de chicotadas a ser exercida no corpo do preto, muitas vezes em praça pública, era definida pelo senhor do escravo, conforme descreve Rugendas, inclusive com uma ilustração do castigo público no Rio de Janeiro.

Os golpes de chicote, às vezes aplicados mesmo em casa para “educar” os cativos, geravam hematomas no corpo do africano. Essas marcas representaram mais uma valiosa

descrição para imprimir nos jornais e facilitar a localização de algum cativo que tenha fugido poucos dias depois de sofrer punições físicas. Em 11 de outubro de 1815, Ignácio da Luz Silva anunciou o desaparecimento de Maria, natural de Cassange, que sumira com “falta de metade de um dente adiante em cima e um sinal de golpe no ombro esquerdo”.

O castigo deixou em Maria um hematoma no ombro e ainda lhe quebrou um dente, que provavelmente era resultado da violência. João, descrito como gordo, sofreu ainda mais. A descrição das consequências do castigo consta no seu anúncio de fuga em 1820.

“Desapareceu no dia 6 do corrente um preto por nome João, novo no país, que pouco fala português; ele tem um sinal de um grande golpe no canto da boca ao lado esquerdo, ficando por isso a boca pra aquele lado perpendicular; tem também uma ferida no peito do pé direito; é de altura ordinária, cheio do corpo, e gordo, quem o denunciar na Rua do Ouvidor, loja de louça, ° 14, receberá boas alvissaras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 57, edição de 15 de julho de 1820).

O inconformismo dos escravizados também era demonstrado por vezes com atitudes violentas. Basta notar os motivos de prisões. Depois da fuga, o roubo foi o motivo mais frequente, mencionado em 798 prisões (19,55%). Em função de desordens, que incluíam brigas e motins em lugares públicos, 518 cativos foram levados à prisão. Agressões ou atos que tenham gerado ferimentos em outrem são mencionados em 431 casos, enquanto 278 casos foram devidos ao porte de armas proibidas, como facas ou navalhas. A prática de capoeira justificou 411 prisões. “Apenas” 31 escravizados foram recolhidos à prisão por insurgirem contra seus senhores e 57 por andar fora de horas.

Muitos atos de furto, contudo, ocorriam mesmo no interior das casas, com escravizados pegando sem autorização alimentos ou roupas. Ou seja, furtos por necessidade, mas considerados infrações pelos seus senhores. Estes casos eram “corrigidos” em casa, geralmente sem que a polícia fosse acionada. No entanto, “também foi fato comum os senhores mandarem cativos para o Calabouço para corrigir sua vocação para os pequenos furtos domésticos” (Soares, 1988: 355).

Jean Baptiste Debret, por exemplo, em relação às crianças cativas, observou que elas muitas vezes se viam irritadas por não receberem mais comida durante as refeições, por vezes procurando “compensar-se roubando os frutos do jardim” (Debret, 1835c: 39). O alcoolismo e a prática de roubar comida, por vezes, provocou punições mais severas, como a imposição do uso da máscara de flandres, um equipamento que cobria a boca, ocasionalmente o rosto todo à exceção de nariz e olhos, para impedir que comessem e bebessem sem autorização.

Quando enviados ao Calabouço pelos senhores, estes precisavam arcar com os custos de alimentação e pagar pelos castigos durante o período de “correção”. Custava, de acordo com Soares (1988: 296), 160 réis cada cem chicotadas, que era a sentença mais comum. O máximo autorizado era de 400 golpes de chicote. Para o encarceramento e custos com alimentos e medicações, eram cobrados adicionais 600 réis.

Uma das justificativas possíveis para as infrações graves dos escravizados, inclusive, pode ter sido o alcoolismo, que gerava neles a “perda de controle, que os levava

a cometerem ações, das quais muitas vezes não se recordavam quando sóbrios” (Algranti, 1988: 123). Outra explicação pode ser encontrada na grande presença de africanos aplicados na modalidade de ganho. Como estavam sujeitos a longas jornadas de trabalho e com um valor devido ao senhor por vezes muito alto, em alguns casos, “para completar o valor do jornal exigido, estes cativos cometiam crimes, como o furto, a prática da prostituição e da mendicância” (Silva, 1998: 87-103). Terá sido por este motivo que um escravizado roubou um relógio de ouro na Rua da Quitanda, em 1816?

“No dia 1º de junho pelas seis horas e meia da manhã, entrou em casa de Antônio José de Brito, na Rua da Quitanda, n.º 92, um negro com jaqueta azul e calça branca, que lhe furtou um relógio francês de ouro, com repetição, cilíndrico, corrente de ouro encorado à maneira de grilhão, três sinetes e chave do mesmo, tendo sido o aro que segura o vidro feito em casa de Henrique de Saules; e lhe furtou mais uma salva de prata; quem tiver notícia deste furto e descobrir o ladrão, terá 40.000 réis de alvissaras, certificando o fato” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 46, edição de 8 de junho de 1816).

Cinco meses depois, o negociante francês Carlos Durand registrou o furto de chapéus em sua loja. Certamente a ideia do furtador era revender o item, uma vez que os modernos chapéus franceses eram vendidos por quantias superiores a 6 mil réis na época.

“No dia 5 do corrente, de uma hora a duas, um negro furtou na Rua Direita, perto de uma casa n.º 39, uma caixa de chapéus de palha com abas muito grandes e sem enfeites, pretos e brancos, e a caixa está marcada DD n.º 2, avisa-se às pessoas em casa das quais este preto poderá apresentar-se para vender estes chapéus, que os agarrem e o façam remeter à Rua do Ouvidor, n.º 28, em casa de Carlos Durand, que dará uma muito forte recompensa” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 90, edição de 9 de novembro de 1816).

Três anos depois, no dia 28 de abril de 1819, tem-se o registro de um arrombamento numa casa próxima ao teatro. O dono da casa anunciou ter a certeza de que o ladrão “tivera por sócio no roubo um mulato de nome Camilo de tal, natural do Ceará, idade 26 anos”. Tais ocorrências mostram que a violência criminal era bastante presente no Rio e que a Guarda Real, sob os mandos da Intendência de Polícia, tinha trabalho a fazer. Leila Algranti (1988: 124) aponta que “o índice de violência na cidade do Rio de Janeiro era bastante alto, crescendo nos últimos anos do período (joanino)”. Sabe-se, conforme descreveu Soares (1988: 362), que “a maior parte das manifestações de violência por parte dos escravos se dirigia a seus próprios companheiros de condição, com quem conviviam mais íntima e intensamente”.

Por outro lado, “os libertos e os livres também se tornaram frequentemente alvos” (Soares, 1988: 362). Aliás, é conhecida a forma desagradável que os africanos escravizados enxergavam os crioulos nascidos no Brasil, pelos quais, muitas vezes, não guardavam simpatia. O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, em Minas Gerais, reproduziu o diálogo seu com um africano na segunda década do século XIX. Apesar de afirmar que não sentia saudades da sua terra na África, o escravizado africano, ao ser questionado se era casado, respondeu que seu senhor lhe havia oferecido uma crioula, “mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa” (Saint-Hilaire, 1938: 100). A seguir, ele apontou que iria “casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala a minha língua”.

8. A circulação de livros e ideias

Não restam dúvidas de que o comércio de livros no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821 foi movimentado. A prática de comprar e vender obras impressas fica evidente com tantos anúncios de livros e periódicos e uma grande quantidade de comerciantes de livros espalhados pelas ruas e que anunciavam suas novidades na *Gazeta*. Para esse mercado ter existido, é porque o Rio de Janeiro tinha nessa época um considerável número de habitantes que se interessava pela leitura de obras literárias. Estes certamente eram os estrangeiros residentes no Rio e os representantes da elite local, letrados e, muitas vezes, instruídos no exterior em universidades como a de Coimbra, em Portugal.

Dentre os 9211 anúncios encontrados nas páginas da *Gazeta*, 1128, ou 12%, foram avisos de venda de livros, folhetos, periódicos ou qualquer tipo de publicação impressa. Boa parte dos livros vendidos na cidade eram publicações relacionadas à Europa ou advindas deste continente. Mas os anúncios também exibiam obras acerca de temáticas nacionais, referentes ao Brasil, ainda que estas não fossem tão frequentes. Somente nos primeiros meses de circulação da *Gazeta*, em 1808, encontram-se três títulos sobre o Brasil ou o Rio de Janeiro: *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, *Demonstração dos Sinais da Barra do Rio de Janeiro de dia ou de noite* e *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, este último escrito por Manoel Vieira da Silva Borges e Abreu⁵⁷.

Nos anos seguintes continuaram a aparecer obras de cunho nacional, como em 16 de maio de 1810, quando se anunciou o lançamento de *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova Legislação do Brasil*, de José da Silva Lisboa⁵⁸, vendida por 800 reis (cerca de 76 reais). Três meses depois, saiu em 8 de agosto o livro *Observações sobre o estabelecimento de fábricas no Brasil*, do mesmo autor. Já em 21 de novembro de 1810, anuncia-se a venda de *Dissertação sobre as plantas do Brasil*, de Manuel Arruda da Câmara⁵⁹, por 320 reis (cerca de 30 reais). Em 1811, era possível encontrar uma coletânea de poesias, a 160 réis (cerca de 15 reais), com nomes brasileiros como Manuel Inácio da Silva Alvarenga e Basílio da Gama. Em 1821, saíram as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, de José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro.

É marcante, contudo, a presença de obras relacionadas com o cenário político e econômico da Europa. Nos primeiros anos predominaram obras que reforçavam a propaganda antifrancesa e obras sobre a carreira de Napoleão Bonaparte. Quem fosse à Loja da Gazeta, ou seja, à livraria de Paulo Martim na Rua da Quitanda, poderia encontrar

⁵⁷ Médico português, formado na Universidade de Coimbra. Transferiu-se para o Rio de Janeiro junto com a Família Real de Portugal, sendo designado Provedor-mor da Saúde da Corte e Estado do Brasil.

⁵⁸ Nascido em Salvador em 1756, José da Silva Lisboa foi um intelectual conhecido do período. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Acumulou inúmeros cargos públicos, tendo sido membro da Mesa do Desembargo do Paço, uma das responsáveis pela censura de obras literárias no Brasil joanino. Também fez parte da Junta Diretora da Imprensa Régia, que decidia o que seria impresso e publicado pela tipografia, incluindo as decisões do que seria publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*.

⁵⁹ Médico brasileiro, com estudos nas universidades de Coimbra e Montpellier.

obras curiosas contra os franceses. Uma delas seria o livro *O D. Quixote de agora comparado com o Sancho Pança de algum dia*, do escritor espanhol Francisco Meseguer, que estava à venda por 320 reis (cerca de 30 reais), tendo sido anunciada no dia 4 de abril de 1810. Este livro descreve um sonho do autor que supunha um diálogo entre Napoleão Bonaparte e Sancho Pança, o velho e leal escudeiro de Dom Quixote.

Podiam ser encontrados nas livrarias uma série de livros contrários às políticas napoleônicas como *Manifesto da Razão contra as Usurpações francesas*, *O tirano da Europa*, *Napoleão I*, *Diálogo entre Napoleão e um Mouro*, *Chalacha de Napoleão* e o soneto satírico *Receita especial para fabricar Napoleões*, que era vendido a 100 réis (cerca de 9,50 reais) e ensinava que para fabricar um Napoleão era preciso:

“Toma um pouco de terra corrompida
Um quintal de mentira refinada,
Um barril de impiedade alambicada,
De audácia uma camada bem medida;

A cauda do Pavão toda estendida,
Com a unha do Tigre ensanguentada,
De corso o coração, e a refalsada
Cabeça de Raposa envelhecida;

Tudo isto bem cozido em lento fogo
De exterior fagueiro, meigo e branco,
Atrevida ambição lhes lances rogo:
Deixa que se vá tudo incorporando,
E assim mui presto espera; porque logo
Sai um Napoleão dali voando”⁶⁰

Essas obras ajudavam a circular ideias antifrancesas. Na primeira metade do período joanino, conforme descreveu Joaquim Manuel de Macedo em *Memórias da Rua do Ouvidor*, “falar em franceses no Brasil era o mesmo que hoje em dia anunciar febre amarela” – o “hoje” de Macedo corresponde ao período em que escreveu as memórias em folhetins no *Jornal do Comércio*, em 1878, ano em que, somente no Rio, morreram 1.176 pessoas com febre amarela⁶¹. As notícias da *Gazeta* também ajudavam a circular essas ideias, descrevendo Napoleão como o “terrível opressor do continente” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 27, edição de 7 de setembro de 1811). As transcrições das publicações europeias não poupavam adjetivos, descrevendo o imperador francês como “malvado Napoleão”, numa tradução da *Gazeta de Madrid* publicada em 25 de janeiro de 1809.

Ao divulgar a publicação de extratos de uma obra do filósofo irlandês Edmund Burke, a *Gazeta*, em 11 de abril de 1812, destacou que o autor era “um dos mais eminentes oradores do Parlamento da Inglaterra e o maior antagonista da Revolução Francesa”. A concentração de obras de temática antifrancesa, ideias que interessavam à corte portuguesa instalada no Brasil, tem relação com a seleção dos livros que seriam impressos na época. Existia um complexo processo burocrático até que livros como estes pudessem

⁶⁰ *Receita especial para fabricar Napoleões*. Impresso em Lisboa e reimpresso no Rio de Janeiro na Régia Oficina Tipográfica. 1809.

⁶¹ Franco, Odair. *História da Febre-Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.

ser comercializados na cidade do Rio de Janeiro e anunciados na gazeta da corte. O decreto de 13 de maio de 1808 definiu que a Junta Diretora seria responsável pela censura das obras a serem impressas na recém-criada Imprensa Régia do Rio de Janeiro, para evitar a impressão de obras contrárias à religião, ao governo e aos bons costumes.

O quadro de diretores da tipografia foi formado inicialmente por José Bernardes de Castro, que era oficial da Secretaria de Estado dos Negócios estrangeiros e da guerra; Marianno José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, respectivamente deputados da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia, órgãos que examinavam e regulavam os valores praticados em mercadorias como açúcar e tabaco nas regiões. A partir de 1815, a Junta Diretora ganhou um quarto nome: Silvestre Pinheiro Ferreira, filósofo português que se transferiu para o Brasil em 1810. Cada um dos quatro diretores recebia por esta função um salário de 20 mil réis (cerca de 1.892 reais) mensais, além de obter um quinto dos rendimentos líquido da Fábrica das Cartas⁶². O matemático José Saturnino da Costa Pereira⁶³, formado na Universidade de Coimbra, também assumiria um lugar na diretoria, substituindo Marianno José Pereira da Fonseca, que havia pedido demissão.

Ainda no primeiro ano de funcionamento da tipografia carioca, a Mesa do Desembargo do Paço – criada no Rio de Janeiro pelo alvará de 22 de abril de 1808 com funções semelhantes à Mesa do Desembargo do Paço de Lisboa – assumiu sua função superior e passou a realizar mais uma etapa de censura prévia às publicações impressas na capital colonial.

“A Mesa do Desembargo do Paço, contudo, ainda em 1808, logo reivindicou, com base na legislação portuguesa de final do século XVIII, o direito de exercer a jurisdição sobre o exame dos livros, incluindo os importados. Os originais encaminhados à Imprensa Régia, por aviso da Secretaria de Estrangeiros e de Guerra, passaram então a ser examinados pelos censores régios do Desembargo do Paço. Da mesma forma, nenhuma obra importada poderia ser retirada das alfândegas sem a devida licença da Mesa e toda a divulgação das obras estrangeiras, que então invadiam o Brasil, só poderia ocorrer mediante a apresentação dos anúncios à polícia. Aqueles que se furtassem a essa regra, fossem nacionais ou estrangeiros, seriam presos e pagariam uma pena de 200.000 réis” (Silva, 1994: 158-159).

Em setembro de 1808 foram nomeados os censores régios das obras enviadas à Mesa do Desembargo do Paço: o padre franciscano Antônio de Arrábida, o padre João Manzoni, Luiz José de Carvalho e Mello e José da Silva Lisboa seriam os encarregados de examinar os livros e manuscritos submetidos a análise da Mesa do Desembargo do Paço. Os censores régios foram pessoas extraídas da elite, sendo que entre 1808 e 1819 13 pessoas distintas ocuparam cadeiras no quadro da censura régia:

⁶² A monarquia tinha o privilégio exclusivo de fabricar as cartas de jogar na época joanina. Essas cartas podiam depois ser revendidas nas lojas da cidade – Manoel Mandillo as vendia em sua livraria, por exemplo. Anúncios indicavam os valores, que em 1817 eram de 120 réis por um baralho de cartas portuguesas e 160 por um de estampas estrangeiras. A fiscalização era intensa para impedir que cartas de jogar viessem de fora por contrabando. Um anúncio de 25 de novembro de 1815, da *Gazeta*, oferecia 100 mil réis a quem denunciasse contrabandistas de cartas da cidade.

⁶³ Era irmão do jornalista Hipólito José da Costa, que fundou em Londres o já referido *Correio Brasiliense*.

“Os censores régios foram recrutados entre os membros da elite e dos 13 nomeados, entre 1808 e 1819, 7 exerciam o sacerdócio, 5 dos quais eram regulares, tendo todos, com exceção de um secular, alcançado mais tarde posição de destaque. Os leigos tinham-se formado pela Universidade de Coimbra, sendo um membro dos Reais Exércitos; dois médicos, e três advogados. Posteriormente, receberam também títulos de nobreza ou, pelo menos, mercês de ordens militares” (Silva, 1994: 158-159).

Em 30 de maio de 1809, Paulo Fernandes Viana, o intendente geral da polícia, informou em edital afixado nas ruas que os livros a serem publicados também precisariam ser aprovados pela polícia. Informa o edital que a “notícia de obras e escritos estrangeiros impressos, ou não impressos, deverão primeiramente trazer estes avisos ou anúncios à Secretaria da Intendência Geral da Polícia, para nela serem vistos, e examinados”. O documento fixa uma multa de 200 mil réis (cerca de 19 mil reais), e prisão em cadeia pública, a quem promover obras sem o consentimento policial.

Havia, portanto, três instâncias no processo de fiscalização das obras. A historiadora Juliana Meirelles bem resumiu o complexo funcionamento da rígida censura do Rio de Janeiro de D. João VI, prática que tinha o intuito de impedir a plena circulação de ideias na cidade e a contestação do governo monárquico a partir de filosofias liberais que circulavam, notadamente, na Europa e na América do Norte. A fiscalização funcionou no Brasil até 28 de agosto de 1821, quando foi extinta a censura prévia no Brasil.

“Responsáveis pelo exame e seleção dos livros e das notícias a serem impressas na *Gazeta*, seus ‘proprietários’ – que compunham a Junta Diretora – realizavam a censura prévia, em primeira instância. Quanto aos livros que seriam divulgados no periódico, a análise mais detalhada das obras destinadas à impressão era feita pelos censores, que circunscreviam a censura em segunda instância. Por fim, as obras eram encaminhadas para a Mesa do Desembargo do Paço que, com a colaboração da intendência da Polícia do Rio de Janeiro, dava o último parecer neste processo censório sempre em consonância com a palavra real, já que eram instituições régias. Com amplos poderes, esses órgãos atuaram de maneira intensiva (e repressiva) durante o período joanino, já que a eles era permitido cercear a livre manutenção das incipientes manifestações de ordem pública no Brasil; razão pela qual controlavam as diversas publicações que imprimiam pela Impressão Régia, como os textos avulsos, livros e panfletos e a própria *Gazeta do Rio de Janeiro*” (Meirelles, 2006: 12-13).

Poderiam não ser autorizadas pelas instâncias censórias obras com filosofias simpáticas a revoluções ou que pudessem ameaçar a segurança da corte. Também eram desautorizados escritos considerados obscenos ou em defesa da tolerância religiosa. A censura, no entanto, não representou um obstáculo intransponível nessa época, conforme defende em seu estudo a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.

Os censores régios “hesitavam entre manter um controle rígido, destinado a evitar a contaminação pelos princípios franceses, e uma certa liberalidade, que permitisse as reformas esclarecidas”, indica Neves (1992: 73). Não era raro um censor dar parecer negativo a uma obra e outro a autorizar. Aconteceu, por exemplo, com o livro *Cartas Persas*, de Montesquieu, previamente proibido por José da Silva Lisboa, mas a seguir

aprovado por outro censor, Francisco de Borja Garção Stockler, indicando que “sua jovialidade foi levada ‘mais longe que a razão e a decência pediam’, mas não julga isto motivo suficiente para proibi-la” (Neves, 1992: 73). Neste cenário, os anúncios da *Gazeta* exibiram obras renomadas que transitaram pelas livrarias na época, de escritores ingleses como Adam Smith e Daniel Defoe, franceses como Jean-Jacques Rousseau e François de Fourcroy e portugueses como Luís Vaz de Camões e Sá de Miranda.

| QUADRO 14: QUANTO CUSTAVA UM LIVRO NO RIO DE JANEIRO JOANINO? | | | |
|---|---|-------------------|---------------------|
| Nome | Autor | Preço em réis | Estimativa em reais |
| <i>Dicionário de História Natural</i> (15 volumes) | Jacques-Christophe Valmont de Bomare | 38.400 | 3.630 |
| <i>Zoonomie Ou Lois De La Vie Organique...</i> (4 volumes) | Erasmus Darwin | 12.800 | 1.211 |
| <i>Compendio de Botânica</i> (2 volumes) | Félix de Avelar Brotero | 6.400 | 605 |
| <i>Lances da Ventura: Acasos da Desgraça, e Heroísmos da Virtude</i> (6 volumes) | Felix de Moreno de Monroy | 4.800 | 454 |
| Compendio de <i>A Riqueza das Nações</i> (3 volumes) | Adam Smith (Tradução de Bento da Silva Lisboa) | 2.400 | 227 |
| <i>Filosofia Química</i> | Antoine François de Fourcroy | 2.000 | 189 |
| Extratos da obra de Edmund Burke (2 volumes) | Edmund Burke (Tradução de José da Silva Lisboa) | 1.920 | 182 |
| Obra completa (5 volumes) | Luís de Camões | 1.600 cada volume | 151 cada volume |
| <i>Descrição breve da Lusitânia antiga</i> | Francisco do Nascimento Silveira | 1.280 | 121 |
| <i>Eneida</i> | Virgílio (Tradução de Antônio José de Lima Leitão) | 1.280 | 121 |
| <i>Cartas sobre botânica</i> | Jean-Jacques Rousseau | 1.200 | 114 |
| <i>Vida e aventuras de Robinson Crusóé</i> (4 volumes) | Daniel Defoe | 1.200 cada volume | 114 cada volume |
| Obra completa (2 volumes) | Sá de Miranda | 1.200 cada volume | 114 cada volume |
| <i>O Uruguai</i> | José Basílio da Gama | 960 | 91 |
| <i>Exposição anatômica do útero humano grávido e dos seus conteúdos</i> | Guilherme Hunter (Tradução de Antônio Lopes de Abreu) | 640 | 60 |
| <i>Memórias fisiológicas e práticas sobre o aneurisma e a ligadura das artérias</i> | Jean Pierre Maunoir (Tradução de José Soares de Castro) | 480 | 45 |
| <i>D. Quixote de agora comparado com o Sancho Pança de algum dia</i> | Francisco Meseguer | 320 | 30 |
| <i>Improvisos de Bocage</i> | Manuel Maria Barbosa du Bocage | 320 | 30 |

Essas e outras diversas obras literárias podiam ser encontradas nas muitas livrarias e nas casas de comerciantes livreiros do Rio de Janeiro. As leituras de todas as edições da *Gazeta* indicam pelo menos vinte profissionais que atuavam com o comércio de livros na cidade. Não atuaram todos os vinte ao mesmo tempo, pois alguns morreram durante esse período e outros se estabeleceram já no meio do período joanino. Mas boa parte deles estiveram presentes na cidade durante os treze anos de permanência da corte no Rio.

O principal deles foi Paulo Martim Filho, livreiro de origem francesa nascido em Portugal, que se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1799, quando chegou à cidade com apenas 20 anos de idade (Neves, 1992: 64). Trabalhou inicialmente como caixeiro numa casa de negócios na cidade e posteriormente tornou-se um famoso livreiro da cidade, com loja na Rua da Quitanda. Ganhou notoriedade pois se tornou o revendedor oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro* e sua loja, inclusive, era conhecida como Loja da Gazeta. Publicava frequentemente seus catálogos de livros no jornal.

“Na loja de Paulo Martim Filho, Rua da Quitanda n.º 34, se acham o tomo 5º da *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal*, por José Acúrcio das Neves, atual Secretário da Junta do Comércio em Lisboa, por 960 réis, assim como todos os cinco volumes por 4.800 réis. *História Secreta do Gabinete de S. Cloud*, 2 vol., por 4.800 réis - dito do *Gabinete de Napoleão* por 4.000 réis. *Silveira*, poema, por 960 réis. *Opúsculo Gratulatório ao Sir. William Beresford*, com uma estampa, por 320 réis” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 21, edição de 13 de março de 1813).

| QUADRO 15: COMERCIANTES DE LIVROS NO RIO DE JANEIRO JOANINO | |
|--|---|
| Nome do livreiro | Endereço |
| João Roberto Bourgeois | Rua da Quitanda, 33 |
| Paulo Martim Filho | Rua da Quitanda, 34 |
| Francisco José Nicolau | Rua da Quitanda, 36 |
| Manoel Joaquim da Silva Porto | Rua da Quitanda, esquina com a Rua de São Pedro |
| Francisco Galli | Rua da Quitanda, 90 |
| Manoel Jorge da Silva | Rua do Rosário |
| Carlos Durand | Rua Direita, 9; entre 1816 e 1817, ele se estabeleceu na Rua do Ouvidor, 28. Depois mudou-se para a Rua Direita, onde permaneceu até 1821 |
| Ambrósio Bourdon | Rua Direita, em frente à Rua Detrás do Hospício |
| Manoel Mandillo | Rua Direita, em frente à Capela Real do Carmo |
| Fernando José Pinheiro | Rua Direita, esquina com a Rua de São Pedro |
| José Borges de Pinho | Rua do Ouvidor, 10 |
| Francisco Luiz Saturnino Veiga | Rua do Ouvidor, 14 e, depois de 1813, Rua da Alfândega, 17 |
| Lezan Vial | Rua do Ouvidor, 28 |
| Domingos da Cunha Pinheiro | Rua do Ouvidor, esquina com o Beco das Cancelas |
| João Baptista dos Santos | Rua da Cadeia, ao lado do Correio |
| Jeronimo Gonçalves Guimarães | Rua do Sabão, 12 |
| José Martins | Rua da Prainha, 27 |
| Dumont | Rua Mãe dos Homens, 41 |
| João Lopes de Oliveira Guimarães | Rua da Alfândega, 13 |

Outro livreiro de origem francesa, João Roberto Bourgeois teve uma livraria na Rua da Quitanda e também se estabeleceu na cidade no fim do século XVIII. Permaneceu até 1814, quando morreu repentinamente (Neves, 1992: 63). Após o Congresso de Viena, muitos outros franceses chegaram ao Rio. Vendiam livros e não só. Carlos Durand, por exemplo, comercializava diversos artigos, entre eles a obra completa do pintor Nicolas Poussin, “com 175 estampas em 3 volumes”, anunciada em 22 de janeiro de 1817.

A segunda livraria mais famosa da cidade, a seguir à de Paulo Martim, terá sido provavelmente a de Manoel Joaquim da Silva Porto, que se tornaria o distribuidor oficial da *Gazeta*. Após chegar ao Rio de Janeiro, ele “parece não se ter demorado a possuir loja de sua exclusiva responsabilidade” (Ipanema, 2007: 33), tendo sido dono de uma livraria na Rua da Quitanda, esquina com a Rua de São Pedro, durante todo o período.

Silva Porto não economizava nos anúncios de seus livros. Alguns de seus avisos continham muitas linhas e chegavam a custar mais de 2.000 réis, pois desde 1817, quando a *Gazeta* passou a cobrar aos anunciantes, cada linha custava 200 réis. Parte do catálogo de sua loja de livros era frequentemente anunciado nas folhas do periódico, com obras renomadas como o *Dicionário de História Natural*, de autoria do naturalista francês Jacques-Christophe Valmont de Bomare. Em 21 de novembro de 1818, por exemplo, publicou nove linhas de anúncio de sua livraria, o que lhe custou 1.800 réis. Eis o anúncio:

“Na Loja de Manoel Joaquim da Silva Porto, na Rua da Quitanda, à esquina da de S. Pedro, se acham as seguintes obras no idioma francês: *Traité elementaire de Mineralogie*, par M. Brochant. 2 vol. 8.000. *Traite elementaire de Mineralogie* par M. Brongniart, 2 vol. 8.000. *Encyclopedie de l'ingenieur, ou Dictionnaire des ponts et chaussées*, par M. Delaistre, 3 vol., e atlas, 24.000. *Traité elementaire d'Art Militaire et de fortification* par M. Gay de Vernon, 2 vol. 14.400. *Essai general de fortification et d'attaque et defense des places*, par M. de Bousmard, 4 vol., e atlas, 20:400. *Abrege du systeme de la Nature*, de Linué, histoire des mammaires ou des quadrupedes et cetaeces, par M. Gilibert, 1 vol. 4.000. *Dictionnaire d'histoire naturelle* par M. Valmont-Bomare, 15 vol. 38.400. *Repertoire general du theatre français*, 51. vol. 80.000. Todos estes livros são bem encadernados” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 93, edição de 21 de novembro de 1818).

Os residentes do Rio de Janeiro também poderiam ter acesso a publicações estrangeiras, inclusive assinaturas. Manoel Joaquim da Silva Porto fazia, em sua loja, a assinatura do *Jornal de Coimbra* por 4 mil réis (cerca de 378 reais) a cada semestre. O livreiro José Borges de Pinho oferecia assinatura da *Gazeta da Bahia*. O francês Lezan Vial, em 1818, vendia exemplares do periódico *Anais das Ciências e Artes*.

A frequência com que os livreiros publicavam seus catálogos indica que os livros representaram um dos principais hábitos da sociedade carioca letrada do tempo de D. João VI. Foi o início de uma atividade que seria ainda maior após a independência do Brasil e o fim da cesura régia. A maior liberdade para publicar também seria recompensador para alguns daqueles livreiros do fim da época colonial, como Silva Porto, que abriria uma editora e se tornaria o primeiro livreiro do Rio de Janeiro com tipografia, chamada Oficina de Silva Porto & Cia, inaugurada em 1822.

9. Considerações finais

O Rio de Janeiro sofreu um grande aumento populacional no período joanino, chegando a quase 80 mil habitantes somente no reduzido perímetro urbano, entre a Baía de Guanabara e o Campo de Santana, em 1821. Dentro do espaço urbano, de acordo com o estudo do único jornal que circulou na região no período, foram três as principais tendências mercantis: os comércios imobiliário, escravocrata e literário, que representaram mais de 48% dos avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro* durante o período de circulação da mesma. Estes hábitos comerciais eram concentrados nas ruas do centro da cidade, com destaque para as ruas Direita, Quitanda e Ouvidor, que, juntas, absorviam mais de 26% da movimentação comercial.

Esta dissertação buscou analisar como as páginas dos jornais refletem os fenômenos característicos do tempo joanino e o cotidiano desses importantes anos da história do Rio de Janeiro. O fez a partir do dito e do “não dito” nos jornais. Visto que se trata de uma documentação produzida pela elite, os “não ditos” são as informações das classes populares e dos escravizados, que se consegue extrair a partir dos vestígios deixados pelas páginas que a elite produziu. A partir dos “não ditos” nos jornais conseguimos obter informações preciosas tais como os espaços de sociabilidade dos africanos no Rio e estratégias de fuga dos cativos.

A investigação comprova que a prática de anunciar em jornais, iniciada no Brasil em 1808 com o seu primeiro periódico, tornou-se cada vez mais ampla durante o período joanino. A atividade cresceu mais de 275% entre 1809, o primeiro ano completo de circulação do periódico, e 1821 – passou de 368 anúncios publicados em 12 meses para 1.381. Em 1822, último ano de circulação do periódico, o número de avisos impressos no ano caiu para 737 não por redução desta atividade, mas por queda de relevância da *Gazeta*, que ganhou nessa época o seu primeiro concorrente.

A cidade, no entanto, apresentou um mercado imobiliário incapaz de suportar o aumento populacional. A dificuldade de encontrar imóveis no centro, a região mais procurada, é um indício do problema. O grande aumento verificado nos aluguéis, acompanhado das reclamações dos habitantes relacionadas aos preços para residir na cidade, é mais um vestígio de que o mercado imobiliário foi uma problemática grave no período. Naturalmente, com a grande procura dos novos habitantes que chegavam diariamente e com os incentivos régios para construir nas regiões pantanosas, este mercado foi também o mais anunciado e o mais frequente no período, apesar de ter sido ultrapassado pelos anúncios relacionados à compra, venda e fuga de escravizados nos últimos três anos da estadia de D. João na cidade.

O Rio de Janeiro, apesar de ter apresentado um aumento do salário médio entre o início e o fim do período joanino, era uma cidade com um alto custo de vida e que certamente apresentava um cotidiano financeiramente difícil aos trabalhadores ordinários. A elevação do salário médio foi acompanhada de uma elevação do preço

médio do aluguel e da implantação de impostos pela Monarquia para auxiliar nas reformas e melhorias da cidade.

Muitos dos artigos que eram vendidos nas lojas do Centro não eram acessíveis à população ordinária, sendo um mercado muito mais voltado aos europeus que se transferiram para a cidade no rastro da Família Real do que para os trabalhadores cariocas que venciam valores inadequados para arcar com os custos altos das mercadorias.

O mercado de compra e venda de escravizados tinha a participação de uma grande parcela da população, sendo possível, inclusive, pessoas ordinárias conseguir comprar um cativo com um certo esforço. O preço dos cativos variava de acordo com a idade e o físico. A localização geográfica desse comércio é quase que idêntica à do comércio geral da cidade, concentrada, portanto, no Centro.

Como foi comprovado, os escravizados eram comercializados em qualquer loja, sem qualquer impedimento, e, por isso, coincide geograficamente com o comércio de outros artigos, pois eram vendidos, comprados e anunciados por todos. A mão de obra escravizada era tão valorizada e fundamental na dinâmica econômica do Rio que o valor médio da recompensa oferecida por um cativo fugitivo era muito superior aos salários dos trabalhadores comuns da cidade.

O “preto” foi, no discurso da elite branca impresso nos jornais, sempre sinônimo de um indivíduo na condição de escravo, de um trabalhador e, em última instância, uma mercadoria. As informações detalhadas que temos dos cativos, como suas supostas origens e suas características físicas e emocionais, apenas são impressas com o objetivo único de qualificar uma mercadoria ou de repassar detalhes à população de um bem perdido, no caso de escravizados fugitivos. As origens, ou as nações, eram informadas em função de um conhecimento da população das características físicas e visuais que cada nação apresentava, portanto com o intuito de facilitar a localização do cativo em fuga.

Os indivíduos que trabalhavam de forma forçada na cidade provinham maioritariamente de Angola e, por isso, as línguas bantu eram tão observadas na altura nos mercados, irmandades e chafarizes da cidade do Rio de Janeiro, os principais espaços de sociabilidade dos africanos. A fuga, inclusive, foi um mecanismo utilizado por uma grande parte dos escravizados. Os anúncios de fugitivos eram tantos que provavelmente todos os grandes proprietários de *escravos* tinham pelo menos um cativo em fuga pela cidade. As mulheres, por serem maioritariamente alocadas em trabalhos domésticos no interior das casas de seus senhores, tinham maior dificuldade de exercer a fuga, uma vez que esta, como demonstrado, era realizada predominantemente durante as saídas dos cativos para buscar água, ir ao mercado ou qualquer outra atividade externa.

O comércio de livros, por sua vez, direcionado aos letrados e integrantes de uma elite recém-chegada à cidade, foi também um mercado com grande procura no período, a começar pelos livros mandados imprimir para utilização dos alunos dos cursos superiores recém-inaugurados na capital. Obras estrangeiras também ganharam mais espaço com a chegada de muitos portugueses, ingleses e franceses à cidade. O comércio era intenso e pelo menos 19 livreiros mantiveram loja fixa na cidade entre 1808 e 1821. Foi o início de

uma atividade que seria ainda maior após a independência do Brasil e o fim da cesura régia.

A forma como se desenha a estatística dos principais anúncios impressos no período reflete a cidade de contrastes que já era o Rio de Janeiro no fim do período colonial, época em que a cidade começou a desenvolver instituições importantes e deu os seus primeiros passos no campo científico. Ao mesmo tempo em que os anúncios relacionados aos escravizados ocupavam uma fatia grande do total, indicando a importância que a classe mais baixa da sociedade tinha para o andamento da economia carioca, aparecem nas estatísticas com fatias igualmente grandes os anúncios de imóveis e livros. As casas e terrenos, em sua maioria, eram negociações referentes aos nobres e estrangeiros do Rio, responsáveis pelo aumento do custo do setor no período. Já o comércio de livros era integralmente direcionado à elite e aos estrangeiros, pois eram estes os únicos letrados e capazes de ler as obras à venda pelos livreiros.

O que os anúncios da *Gazeta* melhor permitem exibir é o que representava ser um nobre ou integrante da elite mercantil do Rio de Janeiro nesse período. Os principais aspectos anunciados refletem que a elite carioca detinha imóveis no centro da cidade para a residência em dias úteis e imóveis na zona rural para repouso, escravizados para exercerem as atividades comerciais e produzirem os lucros, e obras e jornais importados da Europa ou até mesmo impressas no Brasil para lerem e manterem-se atualizados das notícias da Europa. Parece-nos, portanto, que um cidadão integrante da elite branca do Rio de Janeiro do fim do tempo colonial ansiava, antes de mais nada, por imóveis, *escravos* e livros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

Fontes:

Arquivo Nacional do Brasil:

(1819) *Inventário de Manuel Velho de Azevedo, a inventariante foi sua mulher Josefa Rosa de Assunção*. Laguna, SC. 94 p.

Biblioteca Nacional do Brasil:

Proença, Nicolas Viegas de (1821). “Resumo da receita e despesa que tem tido o administrador da obra de encanamento das águas do Rio Maracanã”. In: Cunha, Antônio Luís Pereira da. *Ofício a Pedro Álvares Dinis interpondo seu parecer sobre a representação do mestre, apontadores e demais operários das obras de encanamento das águas do Maracanã, que pediam pagamento de atrasados, e expondo os meios de se reduzirem as despesas com semelhantes obras*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 9 doc. (26 p.).

Santos, Luís Gonçalves dos (1821). *A impostura desmascarada, ou, Resposta que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do rio de São Francisco do Norte*. Maranhão: Typographia Nacional. 18 p.

Silva, João Fernandes da (1809). *Folhas das despesas com operários nas obras da Fazenda de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 29 p.

Vasconcelos, Leonardo Pinheiro de (1811). *Representação ao conde de Aguiar, justificando sua posição, tendo em vista o requerimento de Joana Gualberta Joaquina Freire, que pede as casas que foram arrendadas a ele, por nove anos*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 5 f.

(1808) *Representação dos moradores do Rio de Janeiro a S.A.R. solicitando providências que atalhassem o desmedido aumento havido nos aluguéis em consequências da chegada da família real à cidade*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.]. 6 p.

(1810) “Certidão do número de escravos entrados na Alfândega em 1810”. *Representação dos proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos a S.A.R. reclamando dos altos preços dos aluguéis cobrados pelos proprietários dos armazéns da Gamboa e do Valongo, destinados ao desembarque e venda dos escravos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1811. 3 doc. (7 p.).

(1810) *Representação dos proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos a S.A.R. reclamando dos altos preços dos aluguéis cobrados pelos proprietários dos armazéns da Gamboa e do Valongo, destinados ao desembarque e venda dos escravos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1811. 3 doc. 7 p.

(1810) *Fazenda Real de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1809-1911.

(1811) *Representação dos moradores do Rio de Janeiro a S.A.R. solicitando impedisse que os proprietários de casas da cidade abusassem na majoração dos aluguéis*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 4 p.

(1812) *Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: levantada por ordem de sua alteza real*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1 mapa, gravado em metal, buril, 91,5 x 122cm. em f. 101 x 132.

(1815) *Representação do provedor da Santa Casa da Misericórdia a S.A.R. solicitando anulação do acórdão que dava ganho de causa a um inquilino que se recusara a aceitar a majoração de seu aluguel*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 3 doc. 11 p.

(1818) *Representação dos administradores dos bens da Irmandade de Santa Cruz dos Militares a S.M. pedindo permissão para aumentarem o preço do aluguel de uma propriedade situada à rua do Piolho, em consequência dos melhoramentos ali promovidos*. Rio de Janeiro: [s.n.].

(1821) *Representação de Antônio Pereira e outros homens pretos de Angola da Irmandade de Nossa Senhora de Belém a S.M. solicitando restituição da irmandade, bens e alfaias de que foram desapossados*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1821. 3 doc. 6 p.

Imprensa:

(1807) *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo.

(1808-1822) *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.

(1808-1912) *Correio Brasiliense*. Londres: W. Lewis.

(1883) *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve e Comp.

Outras fontes:

Abel, Clarke (1818). *Narrative of a Journey in the Interior of China: And of a Voyage to and from that country in the years 1816 and 1817*. London: Paternoster-row.

Almeida, Manuel Antônio de (2019 [1854]). *Memórias de um sargento de milícias*. Brasília: Edições Câmara.

Antonil, André João (1711). *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa: Officina Real.

Assis, Machado (1906). “Pai contra mãe”. In: *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro: Editora Garnier.

Cabral, Alfredo do Valle (1881). *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

- Debret, Jean Baptiste (1835). *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Vol. 1. Paris: Firmin didot Féres.
- Debret, Jean Baptiste (1835b). *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Vol. 2. Paris: Firmin didot Féres.
- Debret, Jean Baptiste (1835c). *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Vol. 3. Paris: Firmin didot Féres.
- Ebel, Ernest (1972 [1828]). *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Ewbank, Thomas (1973 [1856]). *A vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Conquista.
- Graham, Maria (1824). *Journal of a Voyage to Brazil: And Residence There, During Part of the Years 1821, 1822, 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, and J. Murray.
- Graham, Maria (2010). *Escorço biográfico de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- Luccock, John (1820). *Notes of Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil*. London: Samuel Leigh.
- Macedo, Joaquim Manuel de (2011). *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
- Macedo, Joaquim Manuel de (2017 [1844]). *A Moreninha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Macedo, Joaquim Manuel de (2005). *Um passeio pela cidade do Rio De Janeiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Martius, C. F. Phil Von e Spix, J. Baptist von (1976 [1823]). *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- Mawe, John (1812). *Travels in the interior of Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row.
- Maximilian, Alexander Philipp (1820). *Travels in Brazil in the years 1815, 1816, 1817*. London: Henry Colburn & Co.
- Moore, Samuel (2018 [1854]). *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua*. Trad. Fabio de Araujo. Alchemia.
- Moraes Silva, Antonio de (1789). *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Rugendas, Johann Moritz (1835). *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie.
- Saint-Hilaire, Auguste de (1938 [1830]). *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. 1º tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Santos, Luís Gonçalves dos (2013 [1825]). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal.

Teixeira e Sousa, Antônio Gonçalves (2020 [1843]). *O Filho do Pescador*. Editora Estronho.

Werneck, Francisco Peixoto de Lacerda (1847). *Memória sobre a fundação e costeiro de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. 3a Ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert.

Bibliografia:

Algranti, Leila Mezan (1988). “Os registros da Polícia e seu aproveitamento para a História do Rio de Janeiro: Escravos e Libertos”. *Revista de História*. n.º 119, p. 115-125.

Araújo, Ana Cristina (2005). “Um Reino, um império e uma monarquia na América. As vésperas da independência do Brasil”. In: *Independência: História e Historiografia*. Jancsó, I. (org.). São Paulo, Hucitec, Fapesp.

Ariza, Marília (2018). “Crianças/Ventre livre”. In: Schwarcz, Lília M. e Gomes, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Azevedo, Francisca L. Nogueira de (2003). *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barros, José Fernando Cedeño de (2015). “A Música na Corte de D. João VI e de D. Carlota Joaquina”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia*. n.º 21, p. 57-76.

Becher, Hans (1990). *O Barão Georg Heinrich von Langsdorff: pesquisas de um cientista alemão no século XIX*. Brasília: Editora UNB.

Boiteaux, Lucas Alexandre (1913). *A Marinha de Guerra Brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I: (1807-1831)*. Rio de Janeiro: Impr. Naval.

Candido, Mariana P. (2013). *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland*. New York: Cambridge University Press.

Capela, José e Medeiros, Eduardo (1987). *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do índico, 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.

Capela, José (2007). *Dicionário de negreiros em Moçambique: 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

- Cardoso, Lino de Almeida (2011). *O Som social: música, poder e sociedade no Brasil*. São Paulo, Edição do autor.
- Carneiro, Edison (1985). “Perfil do Negro Brasileiro”. In: *Revista Princípios*. Ed. 11, agosto, p. 45-50.
- Carr, Edward Hallet (1982). *Que é história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a ed.
- Carvalho, Bruno (2019). *Cidade porosa: Dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Cassotti, Marsilio (2017). *Memórias de Carlota Joaquina: a amante do poder*. São Paulo: Planeta.
- Castro, Yeda Pessoa (2005). *A influência das línguas africanas no português brasileiro*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação.
- Cavalcanti, Nireu (2004). *O Rio de Janeiro setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Chartier, Roger (2001). “Prefácio”. In: Elias, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Curtin, Philip D. (1969). *The Atlantic Slave Trade: a Census*. London: University of Wisconsin Press.
- Dele Zau, Domingos Gabriel (2011). *A Língua Portuguesa em Angola Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Eigenheer, Emílio Maciel (2009). *Lixo - A Limpeza Urbana Através dos Tempos*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti.
- Enders, Armelle (1997). *História da África Lusófona*. Sintra: Inquérito.
- Enders, Armelle (2015). *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus.
- Engel, Magali Gouveia (2008). “Salubridade”. In: *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Fanon, Frantz (2008). *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Faria, Sheila de Castro (2008). “Abastecimento da corte”. In: *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Faria, Sheila de Castro (sem data). *Cotidiano dos negros no Brasil escravista*. Madri: Fundacion Tavera, sem data. Disponível online.
- Florentino, Manolo e Fragoso, João (1993). *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora.

- Florentino, Manolo (1997). *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Florentino, Manolo (2017). *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. São Paulo, Editora Unesp.
- Freyre, Gilberto (2003 [1933]). *Casa-grande & senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo, Global Editora.
- Freyre, Gilberto (1979). *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- Gandelman, Luciana Mendes (2001). “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. 8, nº 3. Rio de Janeiro, p. 613-630.
- Garcia, Lúcia Maria Cruz (2008). “Casas de banho de D. João”. In: *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Gomes, Flávio dos Santos (1997). *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Campinas: Unicamp.
- Gomes, Maria de Fátima Cardoso (2019). *Vende-se, aluga-se, negocia-se: uma análise dos anúncios e avisos da Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Unirio.
- Gonzalez, Lélia (1984). “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, anpocs.
- Graham, Sandra Lauderdale (2012). “Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX”. In: *Afro-Ásia*. nº 45, Salvador, p. 25-65.
- Hobsbawn, Eric (1977). *A Era das Revoluções – 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holloway, Thomas H. (1993). *Policing Rio de Janeiro: Repression and Resistance in a Nineteenth-Century City*. Stanford: Stanford University Press.
- Inverno, Liliana (2005). “A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal”. In: *Português em contacto*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert.
- Ipanema, Cybelle e Ipanema, Marcello (2007). *Silva Porto: livreiro na corte de D. João, editor na independência*. Rio de Janeiro: Capivara.
- Karasch, Mary (1987). *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press.
- Karls, Thaina Schwan e Melo, Victor Andrade (2018). “Novas dinâmicas de lazer: as fábricas de cerveja no Rio de Janeiro do século XIX”. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 24, nº 1, p. 147-160, jan./mar.

- Kilomba, Grada (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Cobogó.
- Lahuerta, Flora Medeiros (2009). *Geografias em movimento: território e centralidade no Rio de Janeiro joanino (1808-1821)*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Le Goff, Jacques (1996). “Documento/Monumento”. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp.
- Lebigre, Anna Maria Soares (2001). “O Papel do estrangeiro na formação e transformação da área central e peri-central Do Rio de Janeiro”. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. n.º 98, 1 de agosto de 2001.
- Leite, Miriam L. Moreira (1997). “A infância no século XIX”. In: Freitas, Marcos Cesar de. (org.). *História Social da infância no Brasil*, Bragança Paulista: USF-IFAN.
- Light, Kenneth (2008). *A viagem marítima da família real: A transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lima, Ivana Stolze (2012). “Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil - uma perspectiva histórica”. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 25. n.º 50, p. 352-369.
- Lima, Ivana Stolze (2006). *A escravidão africana e a questão da língua na sociedade escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Lima, Lana Lage da Gama (1988). *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiemé.
- Lima, Oliveira (1945). *D. João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Lopes, Nei (2004). *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro.
- Lopes, Nei (2007). *Dicionário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Pallas Editora.
- Macedo, Jorge Borges (1990). *O Bloqueio Continental*. 2ª. ed. Lisboa: Gradiva.
- Machado, Maria Helena Pereira Toledo (2018). “Mulher, corpo e maternidade”. In: Schwarcz, Lília M. e Gomes, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Martins, Geovani (2018). *O sol na cabeça*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Mattos, Cleofe Person (1997). *José Maurício Nunes Garcia – uma biografia*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / Departamento Nacional do Livro.
- Mattos, Ilmar R. de (2008). “Rio de Janeiro”. In: *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Mattos, Regiane Augusto de (2006). *De Cassange, Mina, Benguela a gentio da Guiné - Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- Mattoso, Katia M. de Queiroz (2017). *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Petrópolis: Vozes.
- Medeiros, Eduardo (2018). “Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique”. *Ponta de Lança*. v.12, n. 23. Sergipe, p. 166-203.
- Meirelles, Juliana Gesuelli (2006). *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Campinas: Unicamp.
- Meirelles, Juliana Gesuelli (2015). *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)*. São Bernardo do Campo: Editora UFABC.
- Molina, Matias (2015). *História dos jornais no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Moura, Clovis (1998). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática.
- Moura, Clovis (2004). *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das (1992). “Comércio de livros e censura de ideias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)”. In: *Ler História*, vol. 23. Lisboa, p. 61-78.
- Norton, Luís (1979). *A Corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Novais, Fernando (1989). *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, José Carlos de (2005). *D. João VI adorador do deus das ciências? : a constituição da cultura científica no Brasil (1808-1821)*. Rio de Janeiro: e-papers.
- Oliveira, Maria Helena Mourão Alves e Gargantini, Marisa Bueno Mendes (2003). “Comunicação e gagueira”. *Estudos de psicologia*. Vol. 20, nº 1. Campinas, p. 51-60.
- Paiva, Eduardo França (2018). “Alforrias”. In: Schwarcz, Lilia M. e Gomes, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pantaleão, Olga (1965). “O Reconhecimento do Império: a mediação inglesa”. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo. Tomo II, Vol. 1.
- Pereira, Júlio César Medeiros da Silva (2007). *À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Pedreira, Jorge e Costa, Fernando Dores (2009). *D. João VI*. Rio de Janeiro: Temas e Debates.
- Pimenta, Tânia Salgado (1997). *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX*. Campinas: IFCH - Unicamp.

- Pimenta, Tânia Salgado (2003). “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: Chalhoub, Sidney (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Campinas.
- Pimenta, Tania Salgado (2018). “Doenças”. In: Schwarcz, Lilia M. e Gomes, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pinto, Alberto Oliveira (2006). *Cabinda e as construções da sua história (1783-1887)*. Lisboa: Dinalivro.
- Pinto, Alberto Oliveira (2015). *História de Angola – da Pré-História ao Início do Século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras.
- Prado Jr., Caio (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense. 6ª edição.
- Priore, Mary del (2011). *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Priore, Mary del (2013). *Histórias e Conversas de Mulher*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Priore, Mary del (2016). *Histórias da Gente Brasileira: volume 1 : colônia*. São Paulo: Leya.
- Rezzuti, Paulo (2016). *D. Pedro IV - A história não contada: O homem revelado por cartas e documentos inéditos*. Alfragide: Casa das Letras.
- Rezzutti, Paulo (2017). *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: LeYa.
- Ribeiro, Djamila (2019). *Lugar de Fala*. São Paulo: Pólen.
- Santos, Francisco Agenor de Noronha (1934). *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1996. Original de 1934.
- Santos Filho, Lycurgo de Castro (1977). *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- Schwarcz, Lilia Moritz (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, Lilia Moritz (1998). *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, Lilia Moritz (2008). “Biblioteca Real”. In. *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Schultz, Kirsten (2008). “Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial”. Rio de Janeiro, 1808-1821”. *Revista Tempo*. Vol. 12. n.º 24, p. 5-27.

- Silva, Alberto da Costa e (2011). *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silva, Danuzio Gil Bernardino (org.) (1997). *Os diários de Langsdorff*. Vol. I. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Silva, Luiz Geraldo (2003). “Religião e identidade étnica: africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa”. *Cahiers des Amériques latines*, n.º 44.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1986). “A Intendência Geral da Polícia: 1808-1821”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-204.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1993). *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1994). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Ed. VERBO, Lisboa.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1999). *A Cultura Luso-Brasileira – Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa, Editorial Estampa.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (2007). *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822 : cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Skidmore, Thomas (1974). *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Duke University Press, 1993. Originalmente publicado em 1974.
- Soares, Luiz Carlos (1988). *Urban slavery in nineteenth century Rio de Janeiro*. Londres: University of London.
- Sodré, Nelson Werneck (1999). *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editora.
- Souza, Marina de Mello e (2002). *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Telles, Lorena Féres da Silva (2018). “Amas de leite”. In: Schwarcz, Lilia M. e Gomes, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tengarrinha, José (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Ulhôa, Martha Tupinambá de (2008). *Música popular no início do século XIX no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Vainfas, Ronaldo e Neves, Lúcia Bastos Pereira das (2008). *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Vale, Renata William Santos do (2007). “Construindo a Corte: o Rio de Janeiro e a nova ordem urbana” In: *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira Rio de Janeiro: a nova ordem na cidade*. Rio de Janeiro.

Wilcken, Patrick (2004). *Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Wissenbach, Maria Cristina Cortez (2018). “Letramento e escolas”. In: Schwarcz, Lilia M. e Gomes, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.